

ANTÓNIO MANUEL DA COSTA GUEDES BRANCO

EMERGÊNCIA DE UM HERÓI
(ESTUDO DA *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL*)



FARO
1998



António Manuel da Costa Guedes Branco

EMERGÊNCIA DE UM HERÓI
(ESTUDO DA *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL*)

Dissertação para doutoramento no ramo de Literaturas
(Literatura Portuguesa Medieval),
apresentada à Unidade de Ciências Exactas e Humanas
da Universidade do Algarve

Universidade do Algarve
Faro
1998

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

1215 191 264189
827.134 3 09
1989-3110

ÍNDICE

Agradecimentos	4
Abreviaturas	7
Introdução	9
Breve história da biografia: da Antiguidade Clássica à Idade Média	11
Crónica biográfica e crónica régia	18
Antecedentes genológicos medievais da <i>Crónica do Condestável</i>	26
Este estudo.....	32
Notas	35
I. A <i>Crónica do Condestável</i>: a montante e a jusante	36
Capítulo 1: Génese.....	37
Ponto da situação	37
Outros textos	40
A Casa de Bragança	49
Projecto de escrita	61
Organização da obra	62
O prólogo	70
Um epílogo	74
Genealogia	81
Vida particular <i>vs.</i> Vida pública	87
Contextos, explicações, avaliação.....	91
Datação, toponímia e onomástica	101
Elipses e sumários	106
Tempo e espaço do narrador.....	117
Fontes	125
Nuno Álvares	127
Vasco Eanes do Couto?	129
Fontes lendárias ou da tradição oral bragantina.....	131
Ayala	135
A <i>Crónica de Martim Afonso de Melo</i>	141
A Bíblia	147
A <i>Demanda do Santo Graal</i>	150
Notas do capítulo.....	157
Capítulo 2: Recepção por Fernão Lopes	161
A <i>Crónica do Condestável</i> e as crónicas de <i>D. Fernando</i> e de <i>D. João I</i> : designios distintos.....	161
Questões de estrutura	162

O prólogo da <i>Crónica do Condestável</i> e o cap. 31 da <i>Crónica de D. João I</i> (<i>Primeira Parte</i>).....	165
Omissões e versões diferentes da História.....	169
A <i>Crónica do Condestável</i> e a <i>Crónica de D. Fernando</i>	170
A <i>Crónica do Condestável</i> e a <i>Crónica de D. João I</i>	180
Silêncios e formulações próprias na <i>Crónica do Condestável</i>	181
Omissões e reformulações na <i>Crónica de D. João I</i>	191
Gestão dos conflitos entre Nuno Álvares e D. João I.....	214
<i>Notas do capítulo</i>	224
II. Representação do herói	226
Capítulo 1: Percurso inicial	227
Da infância ao casamento	229
Primeiros passos militares.....	248
Adesão à causa do Mestre	269
<i>Notas do capítulo</i>	281
Capítulo 2: Os outros	283
Parentes masculinos	286
D. Fernando e D. João.....	301
Os inimigos.....	314
O inimigo de guerra: um igual travestido.....	317
<i>Notas do capítulo</i>	332
Capítulo 3: Honra, fama e glória.....	333
Na <i>Demanda</i> e no <i>Livro de Linhagens</i>	341
Na <i>Crónica do Condestável</i>	345
<i>Notas do capítulo</i>	361
Conclusão	362
Bibliografia	369
Edições da <i>Crónica do Condestável</i>	370
Outras fontes	370
Estudos.....	376

AGRADECIMENTOS

...Por tudo isto é tão natural agradecer

*A todos os que contribuíram para que eu chegasse aqui
Aos amigos e familiares que, tolerantemente, aceitaram a ausência
Aos amigos que discutiram ideias comigo, me indicaram ou
emprestaram livros, me corrigiram, me incentivaram: Catherine
Pasquier, Cristina Sobral, Dias Marques, Isabel Cardigos, Isabel Dias,
Isabel Sabido, João Dionísio, José Manuel Pedrosa, Mafalda Viana*

*À Prof. Doutora Teresa Amado, orientadora e mestra: sem as suas
palavras escritas e ditas, nada do que se segue teria sido meu, não sendo
dela o que no meu trabalho é imperfeito. Sem a sua discreta opinião, não
se teria formado a minha. Sem o carinho com que sempre tratou os meus
entusiasmos, o caminho teria sido penoso*

A um autor anónimo, cujo trabalho tanto inspirou o meu

*à memória da Estela Berger e do David Mourão-Ferreira
aos meus Costas e Brancos*

Posto que algũu boo livro todo leaaes, nunca vos enfadees de tornar a o leer, por que algũas cousas entenderdes sempre novamente, que vos farom proveito. [...] Item, quando for a determynaçom do que leerdes duvidosa, prazavos de a leixardes em duvyda, e nom vos quererdes afirmar em algũa parte, conhecendo que algũas cousas certamente avemos outorgar per ffe e obediencia, e per razom outras negar, e dalgũas seermos duvydosos, e nom em certa determynaçom. E por esto dizem que melhor he duvidar, que sandyamente determynar.

D. Duarte, *Leal Conselheiro*

ABREVIATURAS

- 4CB* — *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*
7R — *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*
Amadis — *Amadis de Gaula*
Avesnes — *Jean d'Avesnes*
Bouciquaut — *Le Livre des faits du bon messire Jehan le Maingre dit Bouciquaut*
C1419 — *Crónica de Portugal de 1419*
CA5 — *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V* (Rui de Pina)
Carmelitas — *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia...*
CC — *Crónica do Condestável*
CCA — *Crónica da Conquista do Algarve*
CDD — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte* (Rui de Pina)
CDF — *Crónica de D. Fernando*
CDJ (I ou II) — *Crónica de D. João I (Parte I ou II)*
CDM — *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*
CG — *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*
CGE — *Crónica Geral de Espanha de 1344*
CISanto — *Chronica do Infante Santo D. Fernando*
CMSV — *Crónica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*
Compendio — *Compendio das Chronicas da Ordēm de Nossa Senhora do Carmo*
CPM — *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*
CTC — *Crónica da Tomada de Ceuta*
Demanda — *Demanda do Santo Graal*
Du Guesclin — *La Chanson de Bertrand du Guesclin de Cuvelier*
Gaston IV — *Histoire de Gaston IV, comte de Foix*
Gavre — *Histoire des Seigneurs du Gavre*
Gilles de Chin — *La Chronique du bon chevalier messire Gilles de Chin*
Guillaume — *L'Histoire de Guillaume le Maréchal*
HG — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*

Institutorum — Institutorum Rei Militaris/Les Institutions Militaires (Vegécio)
Lalain — Les Fais de messire Jacques de Lalain
LC — Leal Conselheiro
LConselhos — Livro dos Conselhos...
LD — Livro do Deão
LL — Livro de Linhagens do Conde D. Pedro
LV — Livro Velho das Linhagens
MH — Monumenta Henricina
Partidas — Las Siete Partidas
PMH — Portugaliae Monumenta Historica
Prince Noir — La Vie du Prince Noir
Provas — Provas da História Genealógica
Regimiento — De Regimine Principum/Regimiento de Príncipes (Egídio Romano)
Speculum — Speculum Regum (Álvaro Pais)
Trazignyes — Histoire de Gilon de Trazignyes
VB — Livro da Vertuosa Benfeytoria
Victorial — El Victorial

INTRODUÇÃO

Existiu um homem, chamado Nuno Álvares Pereira, cujas personalidade e acção impressionaram fortemente os homens seus coevos. Existiu outro homem, cujo nome desconhecemos, que empreendeu a tarefa de, depois da morte do primeiro, contar a sua vida, contrariando, assim, a efemeridade de uma existência e evitando que a memória de um herói se perdesse. Desse encontro entre uma vida e um escritor nasceu uma obra, de que não sabemos o título exacto, mas a que nos habituámos a chamar *Crónica do Condestável* (ou *Coronica do Condestabre*, quando queremos respeitar a grafia do título da sua edição *princeps*).

Até agora, o estudo da *CC* passou, essencialmente, por três fases: a primeira, de que proponho uma breve recensão mais adiante, em torno do problema da autoria; a segunda, a da sua comparação com a *CDJ*, investigação que teve a sua expressão mais extensiva num estudo de AMADO (1991^a); finalmente, a fixação do texto numa edição crítica fiável, por CALADO (1991)¹. Os trabalhos destes dois últimos estudiosos foram, pelo entusiasmo com que leram esta importante biografia quatrocentista, fonte de inspiração e motivação para o estudo que aqui empreendo.

Mas porque a *CC* é uma crónica biográfica, com o que isso implica do ponto de vista genológico, antes de explicar melhor em que consistirá o meu estudo, apresento uma incursão por questões cuja clarificação antecipada creio ser necessária.

Breve história da biografia: da Antiguidade Clássica à Idade Média

Dadas as vicissitudes (perda, truncagem) que afectaram muitas das obras mais antigas da cultura europeia, não é possível determinar, com segurança, em que altura se pode considerar ter nascido o género biográfico. A palavra "biografia" apareceu, pela primeira vez, no século XVIII, com o significado que ainda hoje lhe atribuímos (cf. MADELÉNAT 1989:158), mas os primeiros textos biográficos, todos desconhecidos actualmente, terão surgido nas últimas décadas do século V a.C., na Grécia (cf. MOMIGLIANO 1991:141)². Os especialistas não concordam quanto à sua genealogia, dado que nem todos aceitam que à literatura "protobiográfica" de características encomiásticas (associada ao elogio fúnebre) se possa chamar apropriadamente biografia (cf. SÁNCHEZ MARÍN 1991:31 e 40-41 —depois de apresentar os argumentos dos defensores desta tese, o autor refuta-a). Contudo, a perspectiva de MADELÉNAT —da qual comungo, por me parecer conforme a uma descrição ampla do género—, a biografia, exactamente porque

"témoigne de l'irrésistible fascination qu'exerce un être unique parmi des millions" (1984:10),

deve ver-se enraizada nas inscrições funerárias comemorativas, nos mitos, nas genealogias de reis: todos assumem o aspecto de

"biographies embryonnaires et laconiques, par leur structure narrative et leur office de célébration héroïque" (1984:37).

Adiante se verá que é este o ponto de vista que adopto para me interrogar sobre o desenvolvimento do género na Idade Média portuguesa.

Independentemente deste problema difuso, que interessa sobretudo a uma teoria ou à história do género, pode afirmar-se que quem primeiro conferiu contornos nítidos ao género foi Nepote, contemporâneo de Cícero (cf. MOMIGLIANO 1991:20), vinculando o seu trabalho a uma matriz explícita:

"[...] in hoc exponemus libro de uita excellentium imperatorum" (*apud* SÁNCHEZ MARÍN 1991:31).

Não obstante, aceita-se que os primeiros biógrafos famosos foram Plutarco e Suetónio (cf. SÁNCHEZ MARÍN 1991:32 e MOMIGLIANO 1991:21). Plutarco assina uma proposta de descrição tipológica que vale a pena recordar:

"En effet nous n'écrivons pas des Histoires, mais des biographies, et ce n'est pas surtout dans les actions les plus éclatantes que se manifeste la vertu ou le vice. Souvent, au contraire, un petit fait, un mot, une plaisanterie montrent mieux le caractère que des combats qui font des milliers de morts, que les batailles rangées et les sièges importants. Aussi, comme les peintres saisissent la ressemblance à partir du visage et des traits de la physionomie, qui révèlent le caractère, et se préoccupent fort peu des autres parties du corps, de même il faut nous permettre de pénétrer de préférence dans les signes distinctifs de l'âme et de représenter à l'aide de ces signes la vie de chaque homme, en laissant à d'autres l'aspect grandiose des événements et des guerres" (*Alexandre*, I-2, *Vies*, IX, p. 30).

Trata-se, em primeiro lugar, retomando ideias de Políbio, de distinguir a biografia da história, defendendo que os grandes acontecimentos interessam mais a esta do que àquela, e, em segundo lugar, de traçar um programa de escrita assente, fundamentalmente, na vontade de reconstituir um retrato moral ("la vertu ou le vice"), organizado em função de duas categorias: uma cronológica, "energética" (GAUCHER 1994:65), para apresentar as acções do biografado, e outra analítica, para falar das suas virtudes ou defeitos. Esta estrutura geral (vida e carácter) concretizou-se de modo diferente na obra de Plutarco, que preferiu a biografia moral, e na de Suetónio, mais factual, mas estabeleceu as fundações do género que inspiraram os primeiros biógrafos medievais. Vejam-se dois exemplos de organização:

— Plutarco, *Alexandre*: genealogia do protagonista, nascimento, aparência física, educação; estudo da personalidade e da carreira por assuntos — actos públicos e privados, qualidades e defeitos; notícia da morte, avaliação moral;

— Suetónio, *Augusto*: genealogia, nascimento, visão de conjunto da vida do protagonista; exposição da sua vida, por temas, concluindo com o relato da morte.

A este esquema bipartido chamou GAUCHER, a propósito de *Bouciquaut*, o "modelo antropológico", ou seja, aquele em que se separa a narração factual do retrato moral e psicológico (1994:305-308).

Na Alta Idade Média cristã, por influência dos Evangelhos (biografias de um homem comum que incarna a divindade e se oferece à morte em nome da

salvação de todos os outros homens), o ideal clássico do herói é substituído pelo do santo, emulação de Jesus Cristo (cf. MADELÉNAT 1984:42). A partir da *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia (século IV), S. Jerónimo (c. 347-420) compilará 135 biografias de autores cristãos (apóstolos, bispos, filósofos, historiadores, etc.) inspirando-se, explicitamente, no modelo de organização de Suetónio ("Prólogo", *Sobre personajes ilustres*: p. 218). Esta recolha de notas biográficas será seguida por Santo Isidoro de Sevilha (570-636), na sua obra homónima, escrita nos mesmos moldes.

As fontes destes textos eram de natureza muito diversa: *Acta Martyrum* e *Acta Sanctorum*, calendários eclesiásticos que continham listas litúrgicas de santos, acrescidas de pequenas notícias (martirólogos). A *Vita S. Martini*, de Sulpício Severo (século IV), parece ter sido um dos protótipos preferenciais das primeiras hagiografias, em que ainda se conservavam retratos realistas dos biografados e em que a estrutura bipartida (vida do santo, relatos de milagres, acrescentados no fim) copia o modelo antropológico clássico. A pouco e pouco, contudo, a proliferação do género, provavelmente o mais praticado durante toda a Idade Média, provocou derivações que, à custa de recomposições sucessivas, amplificações tardias, prosificações e versificações em língua vulgar, misturaram, como é visível na *Légende Dorée* (1260), de Jacques de Voragine, narrativas fantasiosas, lendas e histórias autênticas (cf. MADELÉNAT 1984:42-43). A concepção teológica do Homem, cultivada nesses textos, determinou, seguramente, a vertente edificante dos mesmos, o que levou MADELÉNAT a considerar que

"l'hagiographie cherche moins à connaître et à expliquer qu'à édifier (cette finalité suprême «sanctifie» les mensonges et les effabulations" (1984:44),

secundado por GAUCHER, quando afirma que

"loin de dessiner le portrait du saint, l'hagiographe dresse celui de la sainteté" (1994:67).

ideia que já se encontrava em DELEHAYE 1955:18. Efectivamente, seria habitual, sobretudo quando escasseavam as fontes sobre a vida de um santo, os hagiógrafos adaptarem a mesma história a santos diferentes.

Ora, na medida em que os primeiros biógrafos de personagens não santificadas foram clérigos, admite-se que a hagiografia tenha enformado substancialmente as mais antigas biografias laicas (originalmente, dos reis), fazendo com que nelas a representação dos protagonistas tivesse propósitos mais demonstrativos e judiciários do que historiográficos. As próprias listas genealógicas dos primeiros livros bíblicos terão constituído padrão referencial para os livros de linhagens mais antigos, outro género que se situa na origem da constituição da biografia cavaleiresca medieval, já que, tal como esta, a genealogia também serviu para legitimar poderes (político e patrimonial). Assim, a partir do século XII, as obras genealógicas começam a integrar notícias e sínteses biográficas que propõem tipos exemplares e que prestigiam as famílias que neles se fundam, o que levou GAUCHER a defender que

"la biographie chevaleresque pourrait bien provenir de ces transformations souvenues dans les généalogies, qui, de nature brève et autonome, tendent vers une forme plus longue (où les faits s'ajoutent désormais à la liste des générations) et s'intègrent à des oeuvres narratives qu'elles introduisent ou terminent" (1994:70).

Não creio que se possa limitar a origem de um género ao outro, mas o caso português (a que me referirei adiante a propósito dos antecedentes da *CC*), em que os livros de linhagens —sobretudo o *LL*, do conde D. Pedro— parecem ter explorado com um desenvolvimento excepcional essas potencialidades literárias da genealogia europeia (cf. MATTOSO 1987²:50), confirma a acuidade das relações estabelecidas pela autora.

Paralelamente, a Europa conheceu a canção de gesta, em parte herdeira da épica clássica. O facto de esses textos celebrarem a glória de um colectivo através da heroicização de um indivíduo (como na *Chanson de Roland* ou, mais perto da nossa realidade, o *Poema de Mio Cid* e o *Poema de Fernán González*) levou MEYER a considerar que também esse género, cruzado com o romance cavaleiresco de forma hoje quase impossível de discernir, terá estado na origem das biografias cavaleirescas:

"Ces récits biographiques ont dû, à l'origine, lorsqu'on ne les écrivait pas en latin, prendre la forme de chansons de geste. Telle est sûrement l'origine de poèmes tels que *Girart de Roussillon* ou *Raoul de Cambrais*, sous leur forme la plus ancienne. Plus tard, lorsque les romans d'aventure eurent mis à la mode les vers octosyllabiques à rymes accouplées, les récits de ce genre furent rédigés dans la forme des poèmes de Chrétien de Troyes ou de Gautier d'Arras. Et enfin, lorsqu'on trouva que les ornements de la poésie convenaient mal à l'exposé de faits réels, on se mit à rédiger en prose ces sortes d'ouvrages" (1901:1-11).

Guillaume, biografia francesa do século XIII, escrita em verso, é exemplo dessa contaminação complexa. As duas versões de *Chin*, em verso (século XIII) e em prosa (século XV), ilustram o ganho de consciência da desadequação das formas versificadas ao estatuto historiográfico pretendido (cf. GAUCHER:261). Por isso, a biografia quatrocentista do condestável

Bertrand du Guesclin, que tanto no título (*La chanson de Bertrand du Guesclin*) como na forma adoptada (verso) se vincula à gesta épica, é anacronismo consciente e literariamente muito relevante, cujo propósito, na lúcida análise de GAUCHER, seria conferir ao herói uma aura épica que a época histórica em que viveu já não lhe permitia adquirir (1994:190). Esta observação pode estender-se a *Prince Noir*, biografia trecentista inglesa (que utiliza a língua francesa), igualmente escrita em verso.

Aos romances de cavalaria, a biografia cavaleiresca terá ido buscar, sobretudo, motivos tópicos e disposição narrativa (aproveitando desta última essencialmente a exclusão de "tempos mortos" e a acumulação, por vezes vertiginosa, de peripécias orientadas pelo acaso), tal como elucidada o estudo de GAUCHER que tenho vindo a citar (1994:137-158 e 194-195).

Se não tivermos em conta a possibilidade —de que não há indícios seguros— de biógrafos medievais terem encontrado inspiração directa em fontes clássicas (sobretudo em Plutarco e Suetónio, autores mais divulgados), temos que a biografia cavaleiresca terá resultado da confluência de géneros muito diversificados (hagiografia, genealogia, canção de gesta e romance de cavalaria, para não falar da historiografia, que terá fornecido a estrutura cronológica e a aspiração a uma recepção confiante na verdade histórica), num processo de contaminação extremamente complexo que, como sabemos, é característico da literatura medieval (cf. AMADO 1998, para a prosa portuguesa).

Progressivamente, todavia, e sobretudo no século XV, a biografia cavaleiresca ganhou autonomia e, sobretudo, uma função própria, que, de certa forma, levou muito mais longe os projectos genealógicos particulares que se tinham revelado anteriormente. Como esse fenómeno concorreu, em Portugal, com o florescimento da crónica régia, resultante do abandono da perspectiva universalizante que, no século XIV, orientara a *CGE*, volto agora ao contexto da Idade Média portuguesa, para analisar as relações entre crónica régia e crónica biográfica.

Crónica biográfica e crónica régia

Desde o início do século XV, a historiografia medieval portuguesa conheceu um grande desenvolvimento, de que nos chegou um nítido conjunto de crónicas (de reis e de senhores). Essas obras têm em comum a narração de acontecimentos históricos, mais ou menos focada em protagonistas individuais, mais ou menos atenta ao enquadramento em que as personagens existiram, mais ou menos preocupada com a contextualização dos *facta*, que lhes permite serem integradas no género da narrativa historiográfica. Há, no entanto, diferenças de *espécie* que essa configuração genológica não dilui e que importa reconhecer.

A primeira ilusão de uma proximidade quase irredutível entre uma crónica biográfica e uma crónica régia medievais é criada pela própria natureza das qualificações com que habitualmente as designamos —ou são designadas pelos seus autores. Efectivamente, os títulos *Crónica do*

*Condestável*³ e *Crónica de D. Fernando*, por exemplo, podem ser reduzidos a uma mesma fórmula sintáctica, do tipo: "Substantivo comum concreto [que indica uma narrativa de cariz historiográfico]+Preposição *de* [introdutora de assunto]+Nome próprio/Antonomásia".

Contudo, uma amplificação de ambos os títulos não produz o mesmo resultado, já que *Crónica do Condestável* contém uma elipse cuja eliminação origina o sintagma "crónica da vida do condestável", enquanto *Crónica de Fernando* não é bem representado por "crónica da vida de D. Fernando", mas, sim, por "crónica do reinado de D. Fernando". Ora, não há dúvida de que os substantivos *vida* e *reinado* referem realidades diferentes, dado que, se o segundo inclui obrigatoriamente o primeiro, selecciona apenas parte de uma vida, em função do exercício de um cargo; pelo contrário, o primeiro termo não pressupõe sequer qualquer forma de prática do poder. Assim sendo, se o título de uma crónica régia cria um "horizonte de espera" (cf. JAUSS 1978:49 sgg.) cuja confirmação obriga o autor a contar como um indivíduo exerceu o poder, numa crónica biográfica só se abordará o assunto se o estatuto social da personagem assim o exigir (sendo condição histórica, e não genológica, o facto de a maioria das crónicas biográficas portuguesas do século XV se terem debruçado sobre personagens poderosas da alta nobreza, como Nuno Álvares Pereira, e Pedro ou Duarte de Meneses). Ainda neste âmbito, também interessa ao cronista régio proporcionar uma panorâmica o mais completa possível do que aconteceu não só à personagem central mas a muitas outras que ocuparam o mesmo espaço e tempo, enquanto para o biógrafo o interesse

está no protagonista da sua narrativa. Por isso, a crónica biográfica deseja abranger um tempo individual. A abrangência da crónica régia tem limites temporais de outra ordem e de outra extensão espacial e temática.

A segunda ilusão decorre da primeira, porque, para demonstrar como reinou um indivíduo, as crónicas régias utilizam "matéria(s) biográfica(s)", que os autores organizam cronologicamente de forma narrativa, e porque a "matéria de Estado" se mistura, inelutavelmente, com a vida do indivíduo que exerceu o poder numa determinada época. Por esse motivo, quase sempre, o desfecho de uma crónica régia coincide com o relato da morte do rei, sendo essa data, igualmente, dado conclusivo de muitas crónicas biográficas. No entanto, se um leitor estiver interessado na biografia de um rei, não se satisfará com a leitura da crónica do seu reinado, pelo facto de parte dos dados biográficos dessa personagem se encontrarem, quando existe e quando a sucessão normativa no trono se cumpriu, na crónica do reinado do rei que o antecedeu. Ora, independentemente de aspectos resultantes de uma atribulada história textual ou codicológica, quando uma biografia não cumpre o objectivo de fornecer um panorama completo da vida do protagonista, fá-lo voluntariamente, em consequência do processo metonímico que consiste em seleccionar da vida que se pretende narrar apenas determinados *facta* considerados mais representativos ou ilustrativos —ou mais adequados ao propósito que presidiu à sua redacção.

A terceira ilusão procede da centralidade narrativa conferida à figura do rei (na crónica régia) e à do senhor (na crónica biográfica), comum à maior

parte das obras das duas espécies. A configuração teórica de cada uma delas aponta, todavia, para possibilidades de concretização diferentes deste parâmetro (o relevo das personagens): na crónica biográfica é admissível a existência de uma personagem secundária com o estatuto de comparsa, isto é, a inclusão de uma figura que acompanha o herói na maior parte das suas aventuras, mas não se conhece nenhuma biografia em que o protagonismo seja partilhado por duas ou mais personagens simultaneamente. O caso paradigmático da *CDJ*, na qual Fernão Lopes explora voluntariamente o co-protagonismo de D. João e de Nuno Álvares (cf. AMADO 1991^a:59-66), consubstancia, por isso, uma prática teoricamente irrealizável na crónica biográfica.

Finalmente, a quarta ilusão deriva de coincidências metodológicas na elaboração dos textos. O biógrafo que pretende descrever com alguma fidelidade uma personagem histórica reduz a um plano cronológico, tal como o cronista régio, informação encontrada em fontes de natureza diversa: narrativas escritas ou orais, testemunhos directos ou indirectos, cartas, documentos notariais, etc. Pode mesmo acontecer que um biógrafo e um cronista régio contemporâneos utilizem um idêntico conjunto de documentos referentes a uma mesma época e que essa época apareça retratada em ambas as crónicas, acentuando, ainda mais, a impressão de similitude intrínseca. A comparação entre a *CC* e a *CDJ*, que efectuarei na primeira parte deste trabalho, permitirá, todavia, verificar que a manipulação dessas fontes obedece a critérios diversos, consoante se trate de redigir a história de um



reinado ou a história de uma vida. Acresce que um dos *topoi* obrigatórios do sistema biográfico, a narrativa genealógica que habitualmente surge no início da obra, não é necessário à crónica de rei, por esta ser percepcionada, como eu a entendo, na sua dimensão de segmento bem delimitado dentro do *continuum* formado por todas as crónicas régias conhecidas que a antecederam. Por conseguinte, quando a crónica régia adopta esse registo, fá-lo não por se tratar de um tópico do género, mas por outro tipo de motivação, como, por exemplo, para legitimar um soberano que não sucedeu naturalmente a outro. Os dados genealógicos de uma crónica régia, para além de sintéticos, apontam para um problema de Estado, isto é, a continuidade legítima do poder, como acontece na *CDP*:

"Morto elRei Dom Affonso, como avecs ouvido, reinou *seu filho ho Iffante Dom Pedro*, avendo estonce da sua hidade trinta e sete anos e huum mes e dezoito dias" (cap. 1, p. 7),

ou na *CDF*:

"Rreinou ho iffante dom Fernando, *primogenito filho d'el-rrei dom Pedro*, depois de sua morte, avendo entom de sua hidade viinte e dous anos e sete meses e dezoito dias ([Prologo], p. 3).

Diferentemente, a secção linhagística da *CC* não se satisfaz com a indicação de um só elo parental, recua até ao terceiro grau (Gonçalo Pereira I), para restabelecer, através do resumo da vida dos antepassados, um *continuum* de cariz genealógico e ideológico, mas não narrativo, como é o que encontramos quando lemos uma crónica régia na sucessão a que pertence. Ou seja, exactamente porque não pode ser incluída numa série de textos

sequencialmente interligados, a crónica biográfica compensa o vazio narrativo do passado ancestral, provocado por essa circunstância, por meio da síntese linhagística inicial que legitima o seu herói.

Estas propostas de traços distintivos da crónica régia e da crónica biográfica obrigam a uma reflexão mais atenta sobre os capítulos dedicados a D. Afonso Henriques na *C1419* ([1] a [44]), já que eles colocam um problema especial: efectivamente, trata-se de uma narrativa que acompanha a personagem do rei desde o seu nascimento (cap. [3]) até à sua morte (cap. [44]). Consequentemente, é, de todas as crónicas de reis redigidas durante a Idade Média portuguesa, a que mais se assemelha a uma biografia, pelo menos no que diz respeito à sua abrangência cronológica. Ainda assim, pode considerar-se que os dados relativos à infância deste rei se localizam, na realidade, numa *crónica do conde D. Henrique*, seu pai: o último editor do texto, defensor de que a *C1419* deve ser entendida não como sucessão de crónicas autónomas, mas como crónica única em que se sucedem vários reinados (opção que, subtilmente, muda o horizonte de espera), acaba por propor, nos cabeçalhos das páginas da sua edição, designações auxiliares que, para situarem o leitor, autonomizam "crónicas": "Condado de D. Henrique", "Reinado de D. Afonso Henriques" e assim sucessivamente (CALADO 1998:XXII).

Simultaneamente, os dois primeiros capítulos da *C1419*, tal como é habitual nas biografias, têm como finalidade essencial fornecer antecedentes e

informação genealógica. Note-se, não obstante, que a epígrafe do capítulo em que essa matéria mais se concentra projecta os dados linhagísticos não somente em D. Afonso Henriques, mas em todos os reis portugueses:

"Este he o tronco e linhagem de que os reis de Portugal descendem" (cap. [2], p. 4).

Trata-se, por isso, de, através da genealogia, legitimar uma série de reis, entroncando-os numa origem prestigiante, e não, como acontece na *CC*, num único indivíduo. Essa finalidade, implícita na epígrafe citada, faz com que D. Afonso Henriques seja parte de um todo, representado por um plural ("reis"), em que a sua especificidade se dilui. Simultaneamente, a matéria linhagística é necessária porque Afonso Henriques é um rei fundador. A "crónica" de seu filho, D. Sancho I, apenas assinala a sucessão,

"E depois da morte del'rey dom Afonso Amrriquez regnou seu filho dom Sancho" (cap. [45], p. 84),

tal como acontecia nos exemplos mencionados da *CDP* e da *CDF*. Efectivamente, não só os dados genealógicos desta família tinham sido enunciados no local próprio, como a própria "crónica" do pai cumpre a função que, na *CC*, está reservada ao cap. 1. O processo repete-se nas "crónicas" seguintes, com uma pequena variante no *incipit* da de D. Afonso III:

"Morto el'rey dom Sancho, reynou el'rey dom Afonso, seu filho" (cap. [56], p. 104);

"Depois da morte del'rey dom Afonso reynou seu filho dom Sancho" (cap. [66], p. 119);

"Morto el'rey dom Sancho Capello sem filho ou filha que legitimamente, depois da sua morte, pudese erdar o regno, reinou seu irmão dom Afonso conde de Bolonha, a quem pertemçia o regno de direito" (cap. [77], p. 142);

"Depois da morte delrey dom Afonso, conde que foy de Bolonha, regnou seu filho dom Denis" (cap. [90], p. 162);

"No tempo que elRey D. Denys faleço em Santarem, que foy a sete dias de Janeyro da Hera de Çesar de M CC LXIII, e do anno de Christo de MCCC XXV, loguo foy solenemente aleuamtado e obedeçydo por Rey o Jfante D. Afonso, seu filho primogenyto e herdeyro" (as opções editoriais de CALADO obrigaram-me a citar este *incipit* a partir da edição de TAROUCA da "Crónica do Rei D. Afonso IV", parte de *7R*, cap. 1, p. 141).

Esta amostra torna claro que as semelhanças estruturais entre a "crónica" de D. Afonso Henriques e a *CC* resultam, apenas, do facto de a "crónica" deste rei ser, concomitantemente, a crónica do primeiro rei —e não de ter havido, na redacção do texto régio, qualquer intenção biográfica. Aliás, nas suas fontes principais (a *4CB* e a *CGE*), já se reconhecia essa estrutura biográfica, mas, também nesses casos, se pretendia, mais do que contar uma vida, assinalar a fundação da primeira dinastia.

O que hoje sabemos sobre a instabilidade da noção de género (cf. SCHAEFFER 1989), e sobre a particular adequação dessa qualificação ao caso dos textos medievais, como demonstra AMADO (1997), aconselha a encarar estes poucos critérios de distinção não como traços de uma desigualdade absoluta, mas como indicadores de que a crónica régia e a crónica biográfica autorizam uma interpretação em função de categorias diferenciáveis. Os cronistas aí estão, porém, para, através da riqueza da sua pena, nos obrigarem a uma modalização enriquecedora da leitura.

Antecedentes genológicos medievais da *Crónica do Condestável*

Não se conhece nenhuma crónica biográfica senhorial, em português, anterior à *CC*. Há notícia da existência de uma biografia de D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago entre 1242 e 1275, atestada por AVALLE-ARCE a partir da conjugação de uma passagem de um texto castelhano do século XV e de outros vestígios posteriores. O mesmo autor situa a redacção dessa crónica perdida durante os últimos anos do reinado de Afonso XI, ou seja, na década de quarenta do século XIV (1974:13-63)⁴. Mais ou menos na mesma época, segundo MACHADO (1972:27), um anónimo membro da Ordem de Santiago portuguesa terá escrito a *CCA*, com a finalidade explícita de completar a informação da *CGE* sobre a conquista do Algarve, indicando uma fonte escrita onde terá ido colher esses dados:

"e este rey dom afonso tomou aos mouros faraõ e outros llugares e ho mestre dom payo correa era seo compadre e seo naturall e ganhou tavra e a maior parte do allguarve e [a *CGE*] não diz como nem porque guisa mas queremos vos dizer aqui brevemente como estes lugares foram tomados segundo ho achamos escripto" (cap. [I], p. 5).

O panegírico de Paio Correia efectuado pela *CCA* levaria a supor que essa fonte pudesse ser a sua biografia perdida (cf. KRUS 1993:176), mas não só os elementos existentes são insuficientes para garantir essa relação como o desinteresse do cronista anónimo por dois factos importantes que deveriam constar do texto desaparecido (um milagre analisado por AVALLE-ARCE e a data da morte de Paio Correia) faz crer que a *CCA* utilizou uma fonte não

biográfica. Seja como for, o resultado não é uma crónica biográfica, mas mais, para utilizar uma designação de MACHADO, um "memorial" de uma ordem (1972:27).

Tomando como exemplo o que ficou dito sobre a biografia de Paio Correia, deve aceitar-se que outras tenham sido escritas antes da *CC*: na secção que dedicarei às fontes, reforçarei a hipótese de o autor anónimo ter utilizado uma biografia de Martim Afonso de Melo. Também numa passagem da *CI419* se indica que foi mandada redigir pelo rei D. Afonso XI uma biografia parcial⁵ de Gonçalo Rodrigues Ribeiro (em castelhano, provavelmente), imediatamente a seguir à morte desse cavaleiro português:

"E a pouquo tempo moreo o bisconde da ferida que ouve no braço. E el'rey mandou pôr em esprito todalas cousas que Gonçalo Ribeiro fez em sua terra por se não perderem de memoria, do qual nós, avemdo o trelado, as pusemos no tempo que acontecerom" (cap. 135, p. 221).

Concordo, contudo, com a conjectura de AMADO a propósito da prática do género, em Portugal:

"[...] não deve ter sido um género então abundantemente cultivado, embora seja de admitir que existissem outras espécies (entre as muitas fontes referidas pelo cronista [Fernão Lopes] sem aludir a título nem autor, talvez alguma o fosse; o repetidamente citado doutor Cristoforus pode ter composto um texto desse teor de que seria figura central D. João). Só posteriormente proliferou, na segunda metade do século: crónicas do Infante Santo, do Infante D. Henrique, de D. Pedro e de D. Duarte de Meneses" (1991^a:48).

A realidade para que apontam as palavras citadas coincide, aliás, com o que aconteceu em Castela (cf. LÓPEZ ESTRADA 1987⁵:515-518 e DEYERMOND 1992:271-275), onde a primeira crónica biográfica conhecida é já do fim da primeira metade do século XV (*Victorial*, c. 1448), tendo-lhe sucedido outras

num curto espaço de tempo (*Los hechos del condestable Miguel Lucas de Iranzo* e *Crónica de don Álvaro de Luna*, por exemplo). Em França, o género deu frutos desde, pelo menos, o século XIII, mas foi também no século XV que mais se desenvolveu (cf. GAUCHER 1994:251-261).

Independentemente do problema irresolúvel de terem ou não existido crónicas particulares antes do século XV, é possível reconhecer em textos conhecidos traços que, em certa medida, os colocam numa situação de antecedência, como modelos do género, relativamente à CC.

Em primeiro lugar, há que considerar as narrativas hagiográficas. Tudo leva a crer, como vimos, que este género muito prolífico na Idade Média foi o herdeiro mais antigo da biografia clássica. Consideremos, todavia, nesta linha de análise, apenas as de cariz biográfico não-lendário, já que o termo "hagiografia" abarca realidades muito distintas, podendo nela integrar-se textos sem qualquer preocupação de verosimilhança histórica (cf. AIGRAIN 1953:163-170; DELEHAYE 1973:2; BAÑOS VALLEJO 1989:30): compare-se, a título meramente ilustrativo, a *Vida de S. Barlão e S. Josafá*, a que SOARES chama apropriadamente "romance hagiográfico" (1993:664), ou a *Vida de S. Aleixo*, que CORREIA designa como "lenda" (1993:663), com a *Vida de S. Geraldo (Vita Sancti Geraldi)* ou com a *Vida de S. Gonçalo de Amarante*, mais próximas de um registo historiográfico. Neste último conjunto, NASCIMENTO destacou a *Vida de S. Teotónio (Vita Sancti Theotonii)*, descrevendo sumariamente modelos e finalidades do seu autor do seguinte modo:

"Mantendo-se fiel aos propósitos da hagiografia tradicional, cujo modelo ficara traçado na *Vita S. Martini* de Sulpício Severo [...], dela recolhe o conselho tanto do anonimato, como da preocupação de perpetuar pela escrita a memória de alguém, decidido menos a ficar na lembrança dos homens do que a assegurar uma vida imortal, a fim de que tal testemunho sirva de exemplo a outros" (1993^b:670).

As coincidências entre este programa e o do prólogo da *CC* são evidentes (v. *infra* pp. 70 sgg.). Há, contudo, diferenças importantes, espelhadas noutras considerações do mesmo crítico:

"Subjacente também ao seu trabalho está igualmente um modelo de vida encarnado por Teotónio e correspondendo ao programa espiritual dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz: ideal apostólico de vida comum em pobreza e obediência, zelo pastoral, dedicação ao culto divino, fuga do mundo e virtudes morais experimentadas, cuidado com os necessitados, devoção ao culto de Santa Cruz (quase em substituição ou compensação do fervor pela peregrinação aos Lugares Santos), meditação das Escrituras.

A vida do biografado, submetida ao padrão da brevidade a manter para não prejudicar a leitura, serve exemplificativamente tanto o testemunho de quem «viu e ouviu» como a proposta de edificação virtuosa dos membros da comunidade monástica" (1993^b:670).

Ora, a *CC* não é paradigma da *breuitas*: antes pelo contrário, essa intenção só é explicitada quanto à curta dimensão do prólogo, tratando a narrativa que se lhe segue de desenvolver todos os aspectos da vida relatada de forma consistente e extensiva, orientação compositiva que se espelhará na necessidade de criar (80) capítulos e (79) epígrafes para auxiliar a leitura. Do mesmo modo, o desígnio edificante da biografia do Condestável é, essencialmente, de natureza retórica, não se podendo reconhecer nela a finalidade *perlocutória* imediata (religiosa ou cultural) que se deve admitir para a *Vida de S. Teotónio*. Veremos que, em última análise, as narrativas hagiográficas deste tipo terão, numa conjectura plausível, podido ser modelo do cap. 80 da *CC* (v. *infra* pp. 74 sgg.). Seja como for, a circunstância de,

segundo as palavras de NASCIMENTO, esta narrativa se ter fundamentado na de Sulpício Severo, ou seja, num texto hagiográfico dos mais antigos, fez com que, como ficou dito (v. p. 14), o seu autor tenha procurado pôr em prática uma escrita mais fiel à realidade representada do que a de outras hagiografias posteriores, razão pela qual delas se desvia, nitidamente, devendo ser analisada como biografia hagiográfica.

Outros textos em que também sobressai uma "intenção biográfica" são algumas narrativas do *LL*. AMADO (1991^a:47) chamou particularmente a atenção para as que incidem sobre a memória do conde D. Pedro (22H14), de Martim Sanches (25G3), de Martim Anes de Riba de Vizela (26A3) e de Rodrigo Froiaz de Trastâmara (21G9), todas elas reproduzidas na secção de "narrativas «históricas»" da antologia de MATTOSO (1983).

A par destes trechos curtos, que

"podem considerar-se embriões de pequenas crónicas particulares, ou uma espécie de ensaios de narrativas cronísticas desse tipo" (AMADO 1991^a:47),

existem, nas obras genealógicas, pequenas notícias, algumas brevíssimas, onde se nota já a vontade de destacar um episódio ou uma característica pessoal que tornariam a personagem visada merecedora de protagonizar uma biografia mais ampla. Escolhi alguns exemplos, no *LD* e no *LL*:

"E este dom Suciro Mendes, o Bom, sobredito, tirou Espanha do feudo da França" (*LD*: 6AY3, p. 119);

"Dona Tareja Afonso, irmã de dom Rodrigo Afonso, foi casada com dom Nuno, o Bom, que houve no seu tempo cento annos, e nom houve melhor e nem tão bom no seu linhagem como el" (*LD*: 18F6, p. 191);

"Este dom Rodrigo Fernandez, o Calvo, foi casado com a condessa dona Estevainha Pirez [...] e houve dela quatro filhos: [...] e o quarto, o meor de dias e o maior nos feitos e mais honrado e vencedor em todas as lides u foi, houve nome dom Fernam Rodriguez de Castro" (LL: 11C6);

"Dom Fernam Goterrez Aalem Mar foi mui boo, e na terra foi mui viçoso e de mui boa vida. E o conde dom Ramiro gaanhou Lemos e Sara que el tiinha, e lidou com el dom Fernam Goterrez sobr' ela, e foi o conde vencido e preso" (LL: 11F8, p. 170).

O discurso quase epigramático, e nitidamente panegírico, destes trechos ajuda a compreender que, de certa forma, a síntese biográfica pura consistiria numa frase do tipo: "Nasceu, viveu e morreu". E se é verdade que, segundo o critério de FORSTER (*apud* GENETTE 1983:14-15)⁶, a frase exemplificativa é uma história, e não uma intriga, o simples facto de ser pronunciada indicaria a vontade de assinalar uma existência humana, desejo que, antes de mais, está na origem do que podemos considerar uma "pulsão biográfica" (termo que já utilizei num título, BRANCO 1994^a). Recordo uma ideia de GENETTE a propósito da relação entre uma "forma mínima de narrativa" e grandes clássicos da História da Literatura, por me parecer pertinente estabelecer um paralelo entre o que esse teórico afirma e o que acabo de sugerir:

"Je marche, Pierre est venu, sont pour moi des formes minimales de récit, et inversement l'Odyssee ou la Recherche ne font d'une certaine manière qu'amplifier (au sens rhétorique) des énoncés tels qu'Ulysse rentre à Ithaque ou Marcel devient écrivain" (1972:75).⁷

Por esse motivo, deve-se reconhecer que, antes da CC, a prosa narrativa medieval portuguesa já experimentara (em maior ou menor extensão e com diferentes funções —edificante, hagiográfica, genealógica, historiográfica) a matriz biográfica a que o texto de que me ocupo dará uma forma mais consistente e empenhada.⁸ A síntese de GAUCHER, sobre as biografias

cavaleirescas francesas de que se ocupou, deve, por isso, também, orientar a leitura da biografia do Condestável:

"La biographie n'a peut-être été, d'abord, qu'une structure à fonction «dépendante» (ou concomitante), en relation avec d'autres genres existants, pour apparaître progressivement dans une fonction «indépendante» (ou constitutive). [...] Tributaire de la manière dont le lecteur choisit de l'aborder, le texte peut alors appartenir à plusieurs genres" (1994:43).

Este estudo

O estudo que se segue tem por finalidade propor uma compreensão da *CC* na sua especificidade, por um lado, e na relação com a sua época e com outras obras, por outro.

Na primeira parte, retomarei algumas das ideias que sobre ela já foi possível a vários autores avançar, em torno dos problemas da autoria e da génese, para as rever em função de uma perspectiva mais integrada. Efectivamente, dada a quase inexistente informação fidedigna e contemporânea sobre a *CC*, creio que só (re)interrogando o contexto em que a obra foi redigida e analisando, atentamente, o que ocorreu noutras paragens (sobretudo em França, Castela e Inglaterra) será possível formular novas hipóteses sobre esses assuntos —a fragilidade de algumas das propostas pré-existentes a este trabalho obriga a essa revisão. No seguimento disso, proporei uma primeira interpretação da obra em função daquilo a que chamo o "projecto de escrita" do seu autor. Aí, contemplarei apenas os aspectos que, de uma forma ou de outra, se relacionam com o programa dessa entidade

anónima, percebida através do resultado da sua actividade, e que é possível enquadrar de uma forma menos vaga do que até aqui: a estrutura da obra, o capítulo genealógico e o epílogo (cap. 80), assuntos preferidos, fontes, métodos de escrita perceptíveis, pelo menos no campo da hipótese sustentada. Acrescentarei ainda uma comparação do texto da crónica com os de duas obras de Fernão Lopes (*CDP* e *CDJ*), não para repetir um processo de trabalho eficazmente concluído por AMADO quando pretendeu dar a conhecer os métodos de escrita do cronista régio (1991^a), mas para procurar, nesse confronto, parte dos alicerces dos novos pressupostos de interpretação que fundamentam a minha análise da *CC*.

Na segunda parte, estudarei as estratégias de representação de Nuno Álvares, orientado pelas considerações que a primeira parte me permitiu tecer e perseguindo outras vertentes de abordagem do texto. Não me interessou tentar perceber até que ponto a figura que emerge da *CC* é mais ou menos fidedigna, mas, numa atitude de curiosidade racional, vislumbrar o processo de construção da sua heroicidade, imagem que foi, efectivamente, aquela que o cronista pretendeu legar(-nos) e que, directa ou indirectamente, influenciou sucessivas percepções e representações dessa referência quase mítica da História portuguesa. Não querendo este estudo vincular-se aos métodos próprios da literatura comparada, não deixei, contudo, de, sempre que tal esclarecia o entendimento da obra e das técnicas em análise, referir-me a outras obras conhecidas, portuguesas e estrangeiras. Esta segunda fase do trabalho foi feita com base numa selecção de capítulos ou assuntos em que, na

minha opinião, melhor se consubstanciava o que pretendia demonstrar. Não foi minha intenção ignorar secções da CC que fornecessem contra-argumentos aos meus. Aliás, na conclusão, retomarei as teses mais problemáticas que sustentam esta análise, de modo a desbloquear, através da síntese, instrumentos de discordância. Depois de me ocupar do primeiro ciclo de capítulos (2 a 18), em que se enraíza a essência da representação do herói, e da relação deste com os outros, explorarei um dos temas que, do meu ponto de vista, mais contribuem para o panegírico do herói: a perseguição, obtenção e imortalização da fama e da honra por parte do cavaleiro Nuno Álvares, nas suas duas dimensões (uma claramente profana e mundana, a que advém da guerra; outra de características religiosas, a que decorre dos actos piedosos e do fervor cristão).

A atitude geral que enformou o meu estudo foi a de encontrar o ponto de equilíbrio entre a afirmação plausível que estimule a leitura atenta desta importante biografia quatrocentista e a manutenção da dúvida, sempre que a julguei hermeneuticamente mais produtiva e acreditei que ultrapassá-la não só não acrescentaria informação pertinente como poderia provocar desvios de leitura inaceitáveis. Espero ter encontrado o justo termo entre essas duas formas de dizer.

Notas

- ¹ Todas as menções e citações desta crónica têm por referência esta edição. Os itálicos, nas citações da *CC*, são meus (a edição utilizada nunca se serve desse modo gráfico).
- ² MOMIGLIANO fornece uma lista das perdas conhecidas entre essa época e o século II a. C.
- ³ Sobre a disparidade entre este título convencionado e o título proposto pela edição de CALADO, v. *infra* pp. 118 sgg.
- ⁴ Os indícios começam numa passagem dos estatutos da Ordem de Santiago, de 1440: "En tiempo del maestre don Pelayo Pérez Correa, que Dios aya, nuestro orden e religión padesció muchos dampnos e al dicho maestre vino gran detrimento por los cavalleros de nuestra orden en aquella sazón que eran de gran linaje non le querer dar las fortalezas que tenían cuando el maestre gelos demandava, e aun el rey don Alfonso, fijo del rey don Fernando, que estonce rregnava, gran deservicio, segund en la corónica del dicho maestre se cuenta" (*apud* AVALLE-ARCE 1974:13). LOMAX foi quem primeiro pôs a hipótese da existência dessa biografia (1961).
- ⁵ Digo "parcial", porque a informação da *C1419* refere apenas os feitos deste cavaleiro nas suas andanças por Castela.
- ⁶ Os exemplos retirados de FORSTER são os seguintes: *story*: «*The king died and then the queen died*»; *plot*: «*The king died and the queen died of grief*».
- ⁷ Relembro, igualmente, que, na sua resposta às objecções mais sólidas que lhe foram dirigidas, GENETTE reconhece que uma frase tem que obedecer a critérios de transformação *esperada* ou *desejada* do narrado para poder ser considerada como história *interessante*, mas formula uma outra muito lúcida ideia: "Mais une histoire n'a pas besoin d'intéresser pour être une histoire" (1983:14).
- ⁸ Para se referir aos textos de que Lancelote é protagonista, NUNES utiliza a expressão "roman biographique" (1997:289). Por seu turno, MIRANDA serve-se de "biografia" e "percurso biográfico" para designar o conjunto de aventuras de que um cavaleiro da ficção romanesca é protagonista (cf. 1993:310, "biografia de Galaaz"), destacando-as, desse modo, do todo de que fazem parte. Também o autor da *CC* diz que Nuno Álvares gostava de ler "a estoria de Gallaaaz", como se existisse, efectivamente, uma consciência da biografia desse herói, mas, ao acrescentar "em que se continha a soma da Tavolla Redonda" (p. 8), todavia, parece indicar que se trata de uma metonímia da *Demanda*. Não havendo informação suficiente sobre o modo de recepção, em concreto, desse texto, não posso saber se se contavam em separado as histórias dos vários cavaleiros mais importantes, ou seja, se a "história" de Galaaz, Lancelote, Gauvain, Boors, etc., circulavam autonomamente (em suporte escrito ou por via oral). Por esse motivo as não considerei como antecedentes genológicos da *CC*.

I. A *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL*: A MONTANTE E

A JUSANTE

Les souvenirs, les souvenirs, ça n'existe pas, ça s'invente chaque jour. Et les gens qui n'ont pas d'imagination n'ont pas de souvenirs.

Georges Duhamel, *Le Club Lyonnais*

CAPÍTULO 1: GÉNESE

Ponto da situação

Continua por resolver o problema da autoria da *CC*¹. Numa primeira fase, apareceram os defensores da sua atribuição a Fernão Lopes (PEREIRA 1915^a, FREIRE 1915, BELL 1931). Seguiu-se-lhes CIDADE (1931), com uma refutação dessa tese, cujo resultado, ainda hoje considerado definitivo, confirmou inteiramente a intuição de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, anterior em 38 anos (*apud* FARIA 1972:XXVII). Houve quem pugnasse pela hipótese de ter sido Gil Airas (escrivão da puridade de Nuno Álvares) o seu autor, mas sem grande convicção, em face da ausência de dados conclusivos e das próprias características do texto (ENTWISTLE 1968, FARIA 1972, CALADO 1991). Tudo indica que a génese da obra não se encontra relacionada com os príncipes de Avis, nomeadamente, D. Duarte. Atente-se nas palavras de AMADO:

“Bastante significativa é a ausência do título da crónica na lista dos livros de D. Duarte rei, incluída no mesmo *Livro dos Conselhos* [cap. 54]. É verdade que também não figura nessa lista qualquer das crónicas particulares presumidas existir nessa época; apenas constam dela crónicas *gerais* e nacionais [...]. Pode no entanto conjecturar-se que D. Duarte teria aberto uma excepção para o condestável interessando-se por possuir a sua biografia, se o seu autor gozasse da sua confiança” (1991^a:49).

É certo que CALADO (1991:LXXV-LXXVIII) pretende demonstrar que um plano de sermão elaborado pelo Infante D. Duarte (antes de 1433, portanto), e

publicado no *l.Conselhos*, com o título de “Sumario que o ifante deu a mestre françisco pera pregar de dom nuno alueres pereyra” (cap. 61), teve como fonte a *CC*, ao contrário do que pensava TAROUCA (1949:13). Não obstante, numa recensão conjunta, AMADO e eu próprio considerámos não haver suficientes indícios de uma relação entre os dois textos (1994:214). Pode dar-se o caso de as coincidências textuais observadas por CALADO resultarem, por exemplo, de uma fonte comum. Foi, também, eliminada a hipótese de autoria de um monge do Mosteiro do Carmo, onde Nuno Álvares se recolheu no fim da vida depois de o ter mandado construir, fundamentalmente por essa fase da vida do Condestável se encontrar muito resumida na sua biografia (caps. 79 e 80). Acresce que, na mais antiga crónica dos carmelitas que se conhece, Frei Simão Coelho (século XVI) se refere à *CC* em termos que não deixam dúvidas quanto à impossibilidade dessa suposição:

“Encerrouse neste moesteiro de nossa Senhora, que elle cõ muy grandes despesas edificára o setõ barã & nã querendo ser sacerdote, foi semifrater (conforme as constituições da dita Ordem) que sam meios Frades, & os que exercitão os officios de maior humildade, & nam trazem habitos: mas huns tabardos cõpridos & barbas. Pelo qual o que compos a sua chronica, *nam sabendo a Ordem & regra que nisto se tem na Religião, disse que se vestia de hum tabardo de pano de Calez, a que chamou çamarra: sendo este o vestido daquelles semifratres que na Religião ha*” (*Compendio*: cap. 21, fl. 90, itálico meu).

Mais tarde, Frei José Pereira de Sant’Ana (século XVIII) confirmará esta crítica, citando um texto de Frei Jerónimo da Encarnação que não pude localizar:

“O seu habito era, *nom como diz, o que fez a sua Chronica*, de pano de Gales, senom de huma Grifé parda de Inglaterra, como aquella ca os mesmos Frades estonces vestiaõ, como se deixa ver claro nos Roes das despesas, e

reccitas, ca eu achei no cartorio já muy velhos” (*Carmelitas*: Tomo I, Parte III, cap. 14, pp. 416-417, *itálico meu*)².

Finalmente, AMADO considerou muito provável que a redacção da *CC* esteja relacionada com uma ordem militar³, fixando posteriormente a ideia do seguinte modo:

“A identidade desconhecida do cronista pode supor-se, com pequena margem de erro, ser a de um cavaleiro clérigo alheio à corte, pertencente a uma Ordem Militar, que se acordaria não só com as características do texto mas também com o facto de, por circunstâncias familiares e profissionais, o condestável ter mantido relações estreitas com membros das Ordens, embora nunca ingressasse em nenhuma” (1993:187).

Ainda que historicamente viável, esta hipótese não é confirmada pelo texto. Na realidade, embora não faltem oportunidades, a crónica nunca destaca suficientemente a acção das ordens militares no seu conjunto ou de uma em particular, o que creio aconteceria se o seu autor proviesse desse meio. Aliás, num capítulo que relata um conflito entre o rei e Nuno Álvares a propósito da escolha do novo prior da Ordem do Hospital, o cronista põe na boca do monarca um discurso laudatório que faz equivaler em importância as quatro ordens:

“[...] em minha terra ha quatro dignidades honrradas, convem a saber, o Mcestrado de Christus e o de Santiago e o d’Avys e o priol do Esprial. Estes som em maneyra de colunas de rregno em que todollos grandes de fora da terra que à minha terra veẽ tem mentes por seus estados [...]” (*CC*: cap. 73, p. 185).

À primeira vista, o texto citado serviria de contra-exemplo do que pretendo demonstrar, por nele se fazer a apologia das ordens militares, mas chamo a atenção para o facto de que, se o autor fosse oriundo de uma delas, talvez não encarasse as restantes no mesmo plano de importância da sua⁴.

Até ao momento e com os dados disponíveis, tudo levaria a crer que, conforme conclui CALADO, “a *Estoria* [CC] teria sido empreendida por um indivíduo motivado por iniciativa própria” (1991:C) e por ser “admirador convicto” do Condestável (1991:XCVII). A motivação seria, portanto, de ordem afectiva, ainda que se admita que um texto com as características da CC projecte o panegírico do herói em todo o grupo que ele representa. Ora, a aceitação pacífica desta realidade obrigaria a encarar a CC como um objecto assaz singular no universo literário em que deve ser enquadrado. Vejamos o que acontece noutros casos conhecidos.

Outros textos

Em França, GAUCHER indica duas razões essenciais para a elaboração de biografias, entre os séculos XIII e XV: promover “la gloire du héros” e servir “les intérêts du destinataire”. As redacções orientadas pela primeira das finalidades projectam a imagem do biografado na sua família ou pares mais chegados:

“Que ce soit pour perpétuer le souvenir d’un parent défunt ou pour retrausser le prestige d’un lignage, la biographie en langue française semble avoir été, dès le XIII^e siècle, un instrument de prestige dont l’efficacité n’a pas échappé à certaines familles” (1994:243).

E acrescenta:

“Ce genre littéraire [...] répondait, au Moyen Age, à des finalités diverses, qui n’avaient pas toujours de rapport avec le héros. Qu’elles soient tournées vers le passé, le présent ou l’avenir, ces oeuvres témoignent d’une récupération de l’histoire au profit des besoins du jour” (1994:261).

De nove biografias estudadas pela autora, cinco correspondem ao primeiro tipo (promover a glória do herói):

— *Guillaume, Lalain, Gavre e Gaston IV*, encomendadas por familiares do protagonista;

— *Bouciquaut*, da iniciativa do seu herói ou de pessoas a ele ligado, para defenderem a sua acção política como governador de Génova.

Ao segundo género (servir os interesses do destinatário), pertencem quatro:

— *Trazignyes, Avesnes e Chin*, redigidas a pedido do duque Philippe Le Bon, para promover política e culturalmente o seu espaço feudal;

— *Du Guesclin*, patrocinada pelo rei, em memória do seu condestável.⁵

A mais importante biografia castelhana do século XV, *Victorial*, foi escrita pelo alferes do herói, Gutierre Díez de Games, e tudo indica que a mando do próprio D. Pero Niño, seu protagonista (MIRANDA 1993:17-18).

Finalmente⁶, a biografia trecentista do Príncipe Eduardo de Inglaterra, *Prince Noir*, terá sido encomendada pelo próprio filho, Ricardo II (TYSON 1975:30-31).

Registe-se que só em dois dos casos mencionados o texto identifica explicitamente a encomenda (*Guillaume e Lalain*), havendo quatro outros em que essa circunstância se induz através de vestígios indirectos, com alguma segurança (*Trazignyes, Avesnes, Chin e Victorial*) —cf. GAUCHER (1994:243-251) e MIRANDA (1993:17-18).

Verificar que a redacção das biografias referidas foi motivada por interesses particulares linhagísticos, políticos e/ou ideológicos de famílias nobres, grupos de cavaleiros ou príncipes e monarcas, é, aliás, consonante com a dependência que GUENÉE afirma ter existido entre a História e o Direito ou entre a primeira e o poder social e político da nobreza, na Idade Média (1980:33-35 e 331-345). Atente-se, seguidamente, no que acontece com os textos historiográficos portugueses deste período.

A *4CB*, sem qualquer prólogo, não indica o nome do autor. Pelo facto de ter sido encontrada em códice do Mosteiro de Santa Cruz, presume-se ter sido aí compilada/copiada para glorificar a memória do primeiro rei português, fundador do mosteiro.

A *CGE* atribui a iniciativa da redacção da História da Hispânia até ao reinado de D. Afonso X a este rei (Prólogo:6). Não indica, contudo, explicitamente o nome do autor da versão portuguesa, que CINTRA identifica com D. Pedro, conde de Barcelos (1951:CXXVII-CLIX —sobretudo na última das páginas indicadas). Já no prólogo do *LL*, o filho de D. Dinis auto-identifica-se e sublinha a intenção ideológica do seu texto (“Prologo”:55-58), ao contrário do que fizeram os linhagistas anteriores: o prólogo do *LV*, certamente elaborado por um monge de Santo Tirso ao serviço da “família patronal” dessa região, os Maias⁷, omite o nome do autor e essa condição decisiva do texto (Prólogo:23); no prólogo do *LD*, um sujeito de enunciação na primeira pessoa explana os motivos por que escreveu o livro, mas sem se identificar nem explicar o que está por trás desse acto (Prólogo:61-63)⁸. Mais

significativo ainda é o silêncio do autor da refundição do *LL* sobre as causas que o levaram a empreender essa tarefa. SARAIVA (1971) e MATTOSO (1980^b:41-50) deixaram claro que essa operação de interpolações e reescrita se deveu a alguém ao serviço dos Pereiras, mais interessado em elogiar a figura de Álvaro Gonçalves Pereira, herói da batalha do Salado, do que na actualização linhagística propriamente dita. O primeiro apresenta, resumidamente, o que se crê saber desse escritor:

“O autor era provavelmente um clérigo relacionado com a ordem hospitalária (presidida por D. Álvaro) e muito marcado pelo espírito das ordens militares” (SARAIVA 1988:157).

Este perfil sumário, assim como a opinião sobre o trabalho a que procedeu, até agora consensualmente aceites —e confirmados pelo recente estudo de KRUS (1994)—, baseia-se, mais uma vez, em indícios, já que o refundidor não explicita a razão próxima da sua actividade.

Outra fonte importante do século XIV é a *CCA*, também de autor anónimo, que, no primeiro capítulo, conforme recordei na "Introdução", diz escrever com base num texto em que se contavam os feitos do mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia (cap. [I], p. 5). Vale a pena reler o que AMADO disse sobre esse texto:

“Pode considerar-se uma crónica particular, concebida segundo o plano que parece ter sido o mais antigo para o género, que é o de seleccionar um ou vários acontecimentos, que se dispõem em sequência, onde se torna irrecusável o reconhecimento do herói, e narrá-los com o pormenor próprio do relato directo [...]. Mais uma vez [a autora referira-se anteriormente à refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*] o autor se denuncia como clérigo da Ordem cujo mestre se dedica a exaltar [...]” (1991^a:47).

MACHADO chega mesmo a considerar que a crónica terá sido composta para defender os interesses da Ordem de Santiago junto de D. Afonso IV (cf. 1979:27). Por seu lado, KRUS observa que

“[...] a *Crónica da Conquista do Algarve* remete para um texto oriundo dos *scriptoria* da Ordem de Santiago e representa um dos mais importantes vestígios da actividade historiográfica desenvolvida pelas ordens religiosas militares na Hispânia de Trezentos” (1994:176).

Contudo, qualquer destas suposições é indutiva, já que o discurso não relaciona directamente a crónica com a sua suposta origem.

A *CMSV*⁹ —tradução anónima de fim do século XIV ou princípio do século XV de um texto em latim, conservado no referido mosteiro desde as últimas décadas do século XII, com o título de *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Sancti Vincentii Vlixbone*, de que HERCULANO forneceu uma lição nos *PMH*— atribui a autoria da fonte latina a Fernão Peres e Otha, nestes termos:

“E estes dous homẽs boõs pollo seu sctõ acordo: do ã virom no seu tempo e outrossy do que ouuirõ a seus ãtecessores: de como fora o começo da filhada da dita cidade: e fundamento do dito moesteiro: e per a vida que auiam da virtude de d’s: e desy seu acordo: e per sao e verdadeyro entender: escreuerõ esta estoria ã adiante he escripta: tornada d’ latim ã linguoaiẽ como ia de suso dito he” (pp. [6-7]).

A leitura do *Indiculum* esclarece, todavia, que Fernão Peres e Otha foram, não redactores do texto, mas as fontes que, por terem sido testemunhas dos factos, conferem *auctoritas* à história que se pretende contar. Também se identifica a origem das duas versões facilmente, dada a sua natureza celebradora, bem espelhada nos títulos: com toda a probabilidade, o

scriptorium do próprio Mosteiro de S. Vicente. Ambos os textos fundamentam a iniciativa da redacção na importância dos acontecimentos históricos relatados: a conquista de Lisboa aos Mouros e a fundação do Mosteiro. A versão mais tardia, contudo, embora apresentando-se como tradução e reafirmando a veracidade do relato, transforma a mais antiga de forma a destacar a acção dos portugueses na conquista da cidade e enobrecer a figura de D. Afonso Henriques. Assim sendo, alguém, por algum motivo não expresso, decidiu, a mando de outro alguém, traduzir (para mais eficazmente divulgar?) e ampliar um texto considerado insuficiente de um ponto de vista que só a comparação das duas versões permite vislumbrar.¹⁰ Isto é, a par dos motivos fornecidos pela superfície do texto, outros existiram para os quais nenhuma explicação foi dada.

A *CI419* coloca, como se sabe, desde a descoberta dos dois manuscritos que a representam, um problema de autoria, já que nenhum dos exemplares fornece indicações precisas a este respeito. CINTRA acreditou que se tratava de “um rascunho” das crónicas que D. Duarte encomendara a Fernão Lopes (1984³:239). A data de início de redacção (1 de Julho de 1419), assim como a atribuição da autoria a um “infante” são elementos que têm pesado nas tentativas de elucidação do enigma. Embora opinando que a análise de CINTRA, por si só, não resolve o problema, AMADO sublinha bem a relação íntima dessa crónica geral com D. Duarte:

“Dans ce tissu d’hypothèses et de doutes, il y a un fait qui devient irréfutable de par l’information que l’on cueille immédiatement dans le texte: c’est le rôle qu’a joué D. Duarte en tant que responsable d’un projet historique

qui débute par cet ouvrage, et en tant que protecteur de l'homme qui l'a mené à bout" (1995:2).¹¹

Sendo assim, estas informações discretas que a crónica fornece seriam o primeiro exemplo conhecido, na historiografia portuguesa medieval, de uma dedicatória, ainda que expressa em termos muito indirectos. Seja como for, mais uma vez, quem escreveu não sentiu necessidade de se dar a conhecer nem de enunciar claramente o que o motivou.

Chegamos, neste momento, à “trilogia”¹² de Fernão Lopes. Em nenhuma das obras o autor se identifica¹³. Em nenhuma delas deixa sequer escapar uma alusão ao importantíssimo papel de D. Duarte, apesar da sua apetência por prólogos bem desenvolvidos, género discursivo em que a historiografia medieval era mais propensa a esse tipo de considerações¹⁴. O próprio facto de um infante primogénito, que foi rei, lhe ter oficialmente confiado essa tarefa poderia ter conferido prestígio e autoridade ao cronista. Fernão Lopes não pensou assim. Que a prática da encomenda de crónicas não lhe era estranha e que tinha consciência de que essa circunstância era suficientemente importante para condicionar a própria versão dos acontecimentos fornecida pelos cronistas depreende-se do muito citado primeiro parágrafo do prólogo da *CDJI*, de que aqui reproduzo um fragmento:

“Gramde licêça deu a afeiçom a muitos, que teverõ carrego dordenar estorias, moormente dos senhores em cuja merçee e terra viviam, e hu forom nados seus antiigos avoos, seemdo lhe muiito favoravees no rrecomtamento de seus feitos [...]” (p. 1).

Talvez o silêncio do cronista no que diz respeito ao próprio contexto imediato do seu trabalho seja mais um dos elementos a ter em conta para a

delineação da sua estratégia global. Efectivamente, MONTEIRO (1988) chamou a atenção para o facto de as crónicas deste autor serem bem exemplificativas de uma história interpretativa, decorrente da subjectividade de quem conta e das coordenadas ideológicas, sociais e políticas do sítio donde escreve. Este historiador vai até ao ponto de recordar que

“Fernão Lopes é um *escritor ao serviço do poder* e dele inteiramente dependente, do ponto de vista económico e profissional” (MONTEIRO 1988:114).

A uma citação de palavras de SARAIVA¹⁵, acrescenta o seguinte comentário:

“Quer isto dizer que a própria *existência* do escritor só se justificava em função da *utilidade* de que este se pudesse revestir para o meio que o acolhia e remunerava” (MONTEIRO 1988:115).

E a “utilidade” de Fernão Lopes, segundo o mesmo historiador, teria sido a de, através da sua “trilogia”, fundamentar e cimentar de forma irreversível a legitimidade da nova dinastia (1988:115 sgg.). Resta saber se, na década de quarenta, altura em que o cronista compôs a *CDJ*, a família ao serviço da qual se encontra ainda necessitaria de ser legitimada no plano interno. AMADO aborda este assunto de modo mais cauteloso. Atente-se nas seguintes passagens do seu estudo:

“O facto de o texto [Crónica de D. João I] conter apenas referências muito sucintas a atitudes repressivas de D. João I sobre membros da nobreza, que os documentos atestam com certa abundância, é talvez *reflexo dum interesse da família real*, que poderia bem coincidir com as próprias convicções do cronista, em não acirrar a desavença entre o rei [...] e o grupo social que [...] continuava a ser o seu principal apoio” (1991^a:26-27, *italico meu*).

“[...] Fernão Lopes impõe à sua narrativa, recheada de circunstâncias que ele próprio descreve como aleatórias [...], uma articulação tal que, quando se dá

a eleição [de D. João I], é já um desfecho inevitável. *Supre assim o direito por herança, ligado à prerrogativa do sangue, e (na sua falta) o sinal directo da escolha divina, que prevaleciam no imaginário medieval como vias de acesso à condição de rei, nenhuma das quais a realidade oferecia*” (1991^a:28, itálico meu).

Nesta perspectiva, será mais correcto afirmar que Fernão Lopes soube consubstanciar magistralmente, *a posteriori*, o aparelho ideológico que a família real, ao serviço da qual escrevia, já tinha construído. E é evidente que não basta ler Fernão Lopes apenas em função deste factor: em muitos segmentos da sua obra, amplamente admirados e comentados por variadíssimos autores, nota-se uma surpreendente capacidade de distanciamento relativamente à figura de D. João I. No entanto, nem este tão lúcido e cuidadoso cronista conseguiu escapar totalmente à fortíssima malha que, segundo ele, teria enredado os seus predecessores. Diga-se de passagem que, quando na citação acima faz hipoteticamente coincidir uma estratégia de Fernão Lopes com a da família real, AMADO implicitamente reconhece que as opiniões do cronista podem, ainda que não de forma programada, ter sido influenciadas pelo meio cultural e ideologicamente bem definido em que se movia (no fundo, um grau da “mundanall afeição” analisada no prólogo da Primeira Parte da *CDJI*).

O panorama decorrente desta exposição pode sintetizar-se da seguinte maneira:

1. a tendência preponderante da historiografia medieval dos séculos XIII a XV foi a de se pôr ao serviço de interesses particulares, acima

explicitados (v. pp. 41 sgg.), o que explica, em muitos casos, visões distorcidas e/ou marcadamente interpretativas dos factos relatados;

2. em Portugal, não se optou nunca (nos textos conhecidos, é claro) por explicitamente expor as regras do jogo, frequentemente decisivas para se compreender eficazmente os textos;

3. salvo no caso da excepção mencionada do *LL*, no que sabemos ter sido a sua primeira versão, os autores não assinavam as obras que compunham, pelo menos até à década de quarenta do século XV¹⁶.

Os elementos atrás reunidos desenham o cenário muito geral em que a *CC* foi redigida. O anonimato voluntário do autor espelha nitidamente as opções características da historiografia em que se inscreve¹⁷. O silêncio sobre as motivações mais imediatas, também. Já o facto de, por falta de dados explícitos, a continuarmos a encarar como produto independente de quaisquer interesses particulares, faria dela, como afirmei anteriormente (v. p. 40), objecto singular no panorama da historiografia medieval portuguesa. Não creio que assim seja, pelas razões que exporei de seguida.

A Casa de Bragança

Tanto AMADO como CALADO¹⁸ notam relações entre o texto da edição *princeps* desta biografia e a Casa de Bragança¹⁹: assinalam ambos a importância das palavras do seu frontispício, que apresentam Nuno Álvares como “princiador da / casa ã agora he do Duque de Bragãça”²⁰, assim como

a relevância das óbvias interpolações que essa mesma versão apresenta nos capítulos 76 e 80, conducentes a actualizar a informação sobre o genro e os netos do Condestável²¹. Quanto a este último fenómeno textual, CALADO (1991:LXIV-LXX) serve-se dele apenas para indicar que o manuscrito supostamente fornecido por D. Jaime de Bragança a Germão Galharde era um sub-arquétipo, em que já se tinha fixado a alteração observável, sem contudo nada adiantar quanto à origem dessa mesma operação, nem aprofundar a coincidência entre essa versão e as interpolações textualmente semelhantes presentes na *CDJII* (caps. 148 e 203). AMADO analisou esses dois fenómenos conjuntamente e, num sub-capítulo intitulado “Um acrescento dos Braganças”, concluiu que:

“[...] é de considerar a probabilidade de que a intervenção na *Crónica do Condestabre* — biografia enaltecadora do fundador do património ducal — tenha precedido e mesmo sugerido a que foi efectuada na obra de Fernão Lopes, que, de resto, atinge um limite cronológico posterior” (1991^a:76).

Mais tarde, reafirmou esta ideia:

“Um desses descendentes [de Nuno Álvares] foi responsável pela interpolação dum fragmento com informações sobre os netos do condestável, segunda geração dos duques de Bragança [...]” (1993:187).

Se aceitarmos a autoridade de quem, mais aprofundadamente, se debruçou sobre esta crónica, temos que as probabilidades de relação entre o texto da edição *princeps* e a Casa de Bragança são enormes. No entanto, lembro que não estamos a falar do original perdido da biografia, mas de uma sua versão posterior (provavelmente elaborada entre 1461 e 1481, segundo

CALADO 1991:LXVI). No que concerne ao arquétipo, nenhum dos autores em que me baseio ousa apontar o mesmo tipo de relação de forma conclusiva²².

Talvez seja chegado o momento de fazer duas perguntas:

1. A quem poderia servir, em primeiro lugar, a *CC*?
2. Será plausível que a Casa de Bragança se tenha mantido alheada desse empreendimento tão importante, cristizador da memória do seu fundador mítico?

Os mais directos beneficiários potenciais da *CC* seriam Nuno Álvares e os seus descendentes, mas, como a redacção foi concluída depois da morte do herói, lucraram, em primeiro lugar, os seus netos com ela. Por esse motivo, a segunda pergunta é de algum modo retórica: ficou demonstrada a apropriação da crónica por parte da família, visível no que foi dito sobre as interpolações, e sintomática de que o texto não gorou a imagem de Nuno Álvares que os seus familiares mais directos achassem por bem ser defendida.

A estes intuitivos e, por isso, ainda impressionistas argumentos, acrescentarei outros, que me parecem corroborar esta ideia.

Na primeira metade do século XV, assistiu-se à organização de uma nova nobreza, formada pelos que estiveram com D. João no período anterior e por homens que, embora não o tivessem apoiado de forma irrepreensível, acabaram por conseguir recuperar alguns privilégios na fase de pacificação do reino. Entre essa nova nobreza, contavam-se muitos filhos segundogénitos da nobreza fernandina que viram na crise sucessória decorrente da morte do rei

uma oportunidade única de singrarem na escala social (cf. MATTOSO 1985^a e RILEY 1985).

Nuno Álvares foi aquele que mais conseguiu progredir na hierarquia social. Este cavaleiro era, como se sabe, um dos muitos filhos do importante mestre da Ordem do Hospital, Frei Álvaro Gonçalves Pereira, que tinha sido conselheiro dos reis D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Pedro de Castela e D. Fernando e herói da batalha do Salado²³. Mas, para além de uma acção política e militar importantes, este homem esteve na origem da mais significativa refundição do *LL*, estudada conclusivamente por KRUS, para quem essa intervenção terá tido como finalidade essencial, através do panegírico dos Pereiras na figura de Álvaro Gonçalves, afirmar o poder da nobreza das ordens militares:

“Despertando potencialidades heróicas obnubiladas e esquecidas, o prior afirmava-se como o necessário demiurgo da restauração do bom nome e prestígio da cavalaria fidalga portuguesa. [...] Em tudo isto, o refundidor acabava por fazer dos Pereiras os naturais e providenciais dirigentes da cavalaria portuguesa” (1994:311).

E acrescenta:

“[...] para além disso, como o refundidor procurou demonstrar, com a paixão e devoção próprias do genealogista falsário, os Pereiras ainda remetiam para a suposta primeira das grandes linhagens procedentes dos míticos e longínquos tempos asturianos, a dos Travas-Trastâmaras, o ancestral tronco familiar donde *descenderom os reis de Portugal*, e que, graças a velhas alianças matrimoniais que lhe foram por ele atribuídas, se podia considerar como legítimo herdeiro dos senhores da Maia, donde *veem todolos fidalgos de Portugal*” (1994:312).

Os Pereiras tomavam-se, deste modo, herdeiros das tradições

“pertencentes ao colectivo da nobreza portuguesa [...]. Assim, era neles que deviam recair o respeito e a reverência prestados à memória dos fidalgos que *ganharom o reino de Portugal*, não só porque descendiam dos respectivos

fundadores como porque sempre o defenderam e lhe fizeram cumprir o sagrado e inalienável destino de país a quem o *Livro de Linhagens* se referia, mais na qualidade de espaço de actuação cruzadística do que como território submetido a uma unificada governamentação régia” (1994:312).

MATTOSO, no prefácio desta obra, resume bem o significado profundo do trabalho encomendado pelos Pereiras:

“Descobre-se, assim, sobretudo no Livro do Conde D. Pedro, tal como chegou até nós (na refundição de 1383-1385), uma visão fortemente hierarquizada do conjunto da nobreza portuguesa e uma concepção invulgarmente clara acerca do seu papel social, político e ideológico, no contexto peninsular da segunda metade do século XIV. Esta visão resulta de uma consciência de missão histórica por parte dos Pereiras, para quem a referida refundição foi redigida” (1994:8).

É particularmente interessante verificar, aliás, como o autor projecta esta representação histórica dos Pereiras no seu descendente mais célebre:

“A figura de Nun'Álvares aparece assim iluminada a uma luz completamente nova. Deixa de ser o herói que se inspira em ideais míticos, religiosos ou romanescos, para se tornar o representante de uma família com uma consciência ideológica de contornos extremamente bem definidos no conjunto da nobreza portuguesa da época” (MATTOSO 1994:8).

Com efeito, é muito natural que esse ambiente “de contornos bem definidos” tivesse marcado o Condestável. AMADO observou já a coincidência histórica de pai e filho (Álvaro Gonçalves e Nuno Álvares) terem inspirado, num período de 50 anos, a redacção de dois significativos textos biográficos, embora rejeitando qualquer ligação entre eles (1991^a:46). A autora exprime bem, aliás, a estranheza que essa similitude lhe provoca:

“Não se conseguiu, por enquanto, ir mais longe na clarificação da origem da obra [CC]. Os enigmas que rodeiam a autoria desta crónica e a da história do pai do seu protagonista na obra que mencionei encontram-se assim rodeados, por coincidência curiosa, de algumas circunstâncias semelhantes” (1991^a:50).

Ora, se Nuno Álvares foi educado no ambiente atrás descrito e se por ele se deixou influenciar, é natural que tivesse passado aos seus herdeiros essa consciência da importância social e política da biografia encomiástica. Como se verá a seguir, o Condestável soube preparar o terreno para a implantação da casa de que foi fundador, o que revela desde logo uma capacidade de aprofundar a lição de seu pai, aproveitando o contexto histórico para a levar mais longe.

Não tendo sobrevivido nenhum filho varão do seu casamento com D. Leonor de Alvim, Nuno Álvares casou a sua única filha, D. Beatriz, com o filho bastardo de D. João I, depois de, segundo SOUSA, ter recusado o casamento com o infante D. Duarte, proposto pelo rei (*HG*: V,5-6). A análise que desse comportamento propõe CUNHA parece-me especialmente lúcida:

“Do ponto de vista de Nuno Álvares Pereira, o objectivo central a atingir com o casamento da filha seria o da constituição de uma casa senhorial que perpetuasse a sua linhagem e memória. Para que tal fosse possível importava assegurar uma certa autonomia, em relação à Coroa, mantendo, embora, a nova casa dentro dos círculos mais próximos da família real” (1990:30).

Foi, portanto, na sua única filha e no bastardo de D. João que Nuno Álvares depositou a esperança de continuidade da família. Este casal teve três filhos: D. Isabel, D. Afonso e D. Fernando.

A reconstituição da vida do filho bastardo de D. João I não é fácil, sobretudo porque não abundam fontes fidedignas a seu respeito e porque a tradição existente aparece, na maior parte das vezes, envolvida numa polémica iniciada por Rui de Pina, quando dele forneceu uma imagem menos favorável na *CA5* (cf., por exemplo, cap. 13, p. 600). A mais completa é, no

entanto, a de MACHADO (1964) —que retoma em parte a de SOUSA (*HG*: V, 3-55)—, apesar de naquela poderem detectar-se alguns erros que não abonam a seu favor²⁴. Por essa razão dela me servi, com alguma cautela, para recuperar alguns dados biográficos que a seguir forneço.

Não se conhece a data de nascimento de D. Afonso, provavelmente no Castelo de Veiros: SOUSA indica o ano de 1370, mas afirma conhecer um documento apócrifo, a que não dá crédito por conter erros noutras datas (nomeadamente a do casamento), em que figura a de 2 de Agosto de 1377 (*HG*: V, p. 3). Há, no entanto, quem considere improvável a primeira data (como MARTINS 1983:14 e 285-286, nota 4), por implicar uma longevidade excessiva do duque de Bragança (que, nessa perspectiva, teria morrido com 90-91 anos). A diferença entre 91 anos de vida e 84 (aceitando-se como data de nascimento o ano de 1377) não me parece argumento suficiente para negar a primeira hipótese²⁵, mas já é de ter em conta o facto de a data de 1370 implicar uma surpreendente precocidade de D. João, seu progenitor, que teria 12 ou 13 anos nessa altura. Aquando da prisão engendrada por D. Leonor Teles, o pai tê-lo-á enviado para Leiria, à guarda de Gomes Martins de Lemos. Aí terá sido educado nos valores cavaleirescos e recebido instrução num mosteiro de franciscanos²⁶. Dele só voltamos a ter notícia quando é armado cavaleiro por D. João I, por altura do segundo cerco de Tui (Julho de 1398), em que participa (cf. *CDJII*: cap. 174). Em 1401, casa-se com D. Beatriz Pereira²⁷ e, nessa altura, Nuno Álvares abdica do título de conde de Barcelos a seu favor²⁸. O casamento tê-lo-á levado a adoptar o timbre dos

Pereiras, a que associou a quina de Portugal (cf. *HG*: V, 50). A partir dessa altura, vive afastado da corte, nas suas terras de Entre-Douro-e-Minho (provavelmente em Chaves). Acompanhou a sua irmã, D. Beatriz (filha da mesma mãe), a Inglaterra, quando esta se foi casar com o conde de Arundel, familiar de D. Filipa de Lencastre. Fernão Lopes corrobora esta informação:

“[...] Vasco Farynha, que depois foy com o comde dom Afonso fora da terra quando foy com sua jrmã” (*CDJII*: cap. 174, p. 373).

Ainda segundo MACHADO (1964:120), nessa estada de alguns meses, D. Afonso poderá ter aproveitado para contactar “magnates e altas figuras militares” e para visitar “bibliotecas públicas e particulares”, o que creio bastante plausível. Por volta de 1409, o conde empreendeu uma longa viagem pela Europa, antes de seguir para a Turquia e Jerusalém²⁹. Depois da morte da condessa, por volta de 1412, instala-se em Barcelos (MACHADO 1964:135). Participa na expedição a Ceuta. No regresso vê seu pai doar os títulos de duque de Coimbra e duque de Viseu a seus meios-irmãos D. Pedro e D. Henrique, respectivamente. Só muito mais tarde, e aproveitando a perturbação originada pela regência de D. Pedro, recebe deste o título de duque de Bragança, em 1442, conforme nos diz SOUSA. Este último informa-nos ainda de que

“[f]oy inclinado às boas letras, occupando-se na lição dos livros ainda na mayor idade. Fez estimação dos Eruditos e grande apreço das memorias, e cousas antigas. Teve livraria, que adornou de varias antiguidades, e muitas trouxe quando andou fóra do Reyno, formando assim huma Casa de cousas raras, a que hoje chamaõ *Museo*” (*HG*: V, 47).

Jerónimo Roman diz ter conhecido essa biblioteca particular:

“Gostava de cosas antigas y quando se recogio a chaves, adonde vivio la mas de su vida, junctó libros y otras anteguedades que el trayó de fuera del Reyno” (*apud* MACHADO 1964:457)³⁰.

Embora afastado da corte, parece que a sua influência se fez aí sentir, durante o reinado de D. Duarte, por carta e pela acção dos seus dois filhos, D. Afonso e D. Fernando, junto do rei. CUNHA (1994:34, 74 e, sobretudo, 141) supõe mesmo a existência de uma estratégia concertada entre os três senhores, segundo o modelo seguinte:

- exercício do poder à escala regional —D. Afonso, conde de Barcelos;
- intervenção nos negócios do reino e nas campanhas militares —D. Fernando, conde de Arraiolos;
- “missões diplomáticas” —D. Afonso, conde de Ourém³¹.

Podemos encontrar vestígios dessa influência em textos conservados no *LConselhos* (55-73 e 79-81) e na *CDD* (caps. 15, 18 e 40).

Desde muito cedo, a família que haveria de constituir a Casa de Bragança apareceu como a mais importante depois da família real. Basta verificar que, até ao princípio da década de quarenta, apenas existiam os seguintes títulos em Portugal (cf. CUNHA 1994:47):

- duque de Coimbra (Infante D. Pedro);
- duque de Viseu (Infante D. Henrique);
- conde de Barcelos (D. Afonso, genro de Nuno Álvares);
- conde de Ourém (D. Afonso, 1º neto de Nuno Álvares);
- conde de Arraiolos (D. Fernando, 2º neto de Nuno Álvares);
- conde de Vila Real (D. Pedro de Meneses).

Os descendentes de Nuno Álvares Pereira possuíam 50% desses mesmos títulos, ainda que a Casa Real tivesse reservado para si os mais importantes.

Ora, é sabido como um dos instrumentos mais eficazes da afirmação de uma família nobre foi, durante a Idade Média, a memória dos seus antepassados ilustres. A Casa de Bragança estava ligada à memória de dois: Nuno Álvares e D. João I. A importância do segundo, inegável por relembrar os laços que ligavam a Casa à família real, não seria, por si só, totalmente adequada à prossecução desse objectivo, já que se estabelecia por bastardia. Para se afirmar como autónoma e indelevelmente legítima, a Casa de Bragança teria que se valer, obrigatoriamente, da memória de Nuno Álvares. Por isso, nas premissas do seu trabalho, CUNHA entende o Condestável como

“o fundador material da linhagem e da Casa, mas também como a figura tutelar a quem todos os seus descendentes directos constantemente recorriam para legitimar e perpetuar [*sic*] quer o património e bens herdados, quer a especificidade e lustro da linhagem” (1994:24).

A título de exemplo, relembro que, em 1443, depois da morte do infante D. João, o conde de Ourém reivindicou o cargo de condestável, alegando que este pertencera a seu avô, mas sem êxito porque o regente D. Pedro decidiu atribuí-lo a seu filho homónimo (CA5: cap. 82, pp. 689-90). Existe um documento de 1428 em que D. Afonso entroncou a sua família nos Pereiras, quando

“requereo, e mostrou que seus filhos eraõ da Familia de Percira por sua mãy D. Brites Pereira, pelo que lhe pertencia o Mosteiro de S. Thyrsõ de Ryba d’Ave” (*apud HG: V, p. 64*).

A propósito dos bens desta família, CUNHA observou o seguinte:

“Dado curioso e significativo da importância que a memória do Condestável detinha para a linhagem é o facto da maioria dos novos senhorios da Casa, não entrando em conta evidentemente com os que foram obtidos pelas sucessivas alianças matrimoniais nem com os comprados, recuperarem áreas que estiveram na posse do Condestável. Senhorios que lhe haviam sido concedidos «em préstimo» e que a coroa recuperara [...]. Associando este facto ao conjunto de reivindicações feitas pela casa de Bragança em torno dos privilégios e cargos alguma vez detidos por Nuno Álvares Pereira confirmamos mais uma vez que a perpetuação da memória do fundador da linhagem, que como sabemos se materializava no património e signos de distinção, continuava a ser fulcral para a identidade do grupo familiar” (1994:104-105).

A conclusão do mesmo estudo é particularmente significativa:

“A herança e a memória de Nuno Álvares Pereira foram decisivas para a identidade e, portanto, afirmação da linhagem que fundou e institucionalizou [...]. Por isso só é possível compreender todo o percurso dos Bragança, ao longo do século XV, se tomarmos todos os descendentes do Condestável como um conjunto onde a autonomia e a posse de casas senhoriais individuais não só não obstaram à vitalidade dessa memória comum, como no limite constituíram um elemento fulcral na prossecução das estratégias de alargamento do seu poder” (1994:176).

Neste contexto, e retomando as perguntas que originaram este excurso (v. p. 51), não só se compreende melhor em que medida a *CC* pode ter sido um dos elementos que serviu a estratégia dos Bragança esclarecida por CUNHA, como ainda parece mais improvável o alheamento dessa família da redacção da mesma. A exemplo do que aconteceu noutros tempos e espaços³², vejo como muito provável que, a seguir à morte de Nuno Álvares, os seus netos (um deles ou ambos) tivessem encomendado uma crónica que fixasse a memória de seu avô. A necessidade de capitalização dessa memória, assim como o ambiente culturalmente rico em que foram educados —a aceitarmos o que sobre o seu pai nos diz MACHADO (1964)— corroboram esta tese.

Por outro lado, nesse mesmo período (anos 30-40 do século XV), estava já a ser posto em prática, em Portugal, um plano que pretenderia, através de

uma acção pedagógica oriunda de membros da família real, nomeadamente, D. Duarte, consolidar “l’idée d’hégémonie de la royauté” (AMADO 1995:3)³³.

Observa a autora que, nesse projecto, a História ocupava um papel central:

“On comprend que l’histoire, la connaissance (le *saber* selon le mot qu’aime à utiliser D. Duarte) du passé fit partie des préoccupations du jeune prince quand il essayait d’organiser, avec la précieuse collaboration de son frère Pedro, une vaste action d’éducation et de sensibilisation de ses nobles à la modernité intellectuelle” (AMADO 1995:3).

A presença assídua de D. Fernando, conde de Arraiolos, na corte faz dele testemunha (e alvo?) do processo. A notícia da encomenda das crónicas régias a Fernão Lopes —sobretudo, a de D. João I— seria uma motivação externa suficientemente forte para inspirar a vontade de pôr o Condestável a par do rei, na memória dos homens. Talvez até seja de considerar que uma das finalidades da encomenda da biografia terá sido, também, proporcionar ao cronista oficial a fonte mais importante sobre Nuno Álvares. A recepção da CC por Fernão Lopes (assunto tratado por AMADO em estudo que tenho vindo a citar), ainda que filtrada pela personalidade do escritor, não nega esta suposição:

“Ao quadro que tracei das circunstâncias em que foi dado na *Crónica de D. João I* um tão particular tratamento à personagem do Condestável acrescenta-se a influência que a própria *Crónica do Condestável*, uma vez escolhida como fonte biográfica principal, deve ter tido em vários aspectos, desde a extensão de texto ocupada com a descrição dos seus feitos e virtudes, até ao grau a que foi levada a exaltação do herói. O ideal de nobreza e cavalaria a que o cronista régio soube admiravelmente adaptar a personagem de Nun'Álvares pode ter sido inspirado por essa via” (1991^a:59).

Mais à frente, acrescentará que a CC forneceu a Fernão Lopes

“uma ajuda preciosa no tocante a informação e à fixação de uma certa imagem, tanto mais que fora escrita *por alguém da confiança dos [...] descendentes* [de Nuno Álvares] (1991^a:81 —itálico meu)³⁴.

É ao projecto desse cronista anónimo que dedicarei o próximo capítulo, aproveitando para, a propósito de algumas das suas opções, reiterar a relação entre a *CC* e a Casa de Bragança. Seguidamente, não poderei ainda deixar de tecer algumas considerações, nesta argumentação, sobre as diferenças entre a *CC* e as *CDF* e *CDJ*.

Projecto de escrita

A escrita lexicalmente sóbria e sintacticamente redundante do biógrafo de Nuno Álvares —a que CIDADE chamou “frustre simplicidade de narração monocórdica” (1931:13)— não nos deve levar a menosprezar as capacidades deste autor-narrador³⁵. Se é verdade que, na comparação com a arte de Fernão Lopes, o cronista anónimo não brilha, também o é que, até meados do século XV, não há escritor que consiga atingir a mestria do cronista régio (nem D. Duarte e D. Pedro, príncipes cultos). Esse é talvez um dos aspectos da modernidade de Fernão Lopes que nunca será demais realçar. O confronto do texto da *CC* com os de Lopes desse ponto de vista resultará sempre injustificado e anacrónico, já que, quando o biógrafo do Condestável escrevia, ainda não tinha à sua disposição os modelos estilísticos propostos pela obra-prima do outro cronista. Aliás, na história da literatura portuguesa, não terão sido muitos os autores que conseguiram igualar ou suplantar Fernão Lopes.

Talvez seja mais adequado cotejar a escrita da biografia anónima com a de textos que lhe são anteriores, como, por exemplo, a *4CB*, as narrativas do *LL*, a *CGE*, a *CCA* ou a *Demanda*. O resultado será a valorização da *CC*, na medida em que soube utilizar as potencialidades do estado da língua para produzir um discurso claro e eficaz: raras são as passagens em que a crónica não se faz entender facilmente. Semelhanças flagrantes com o monocordismo da escrita da *Demanda*, ainda que admissivelmente involuntárias, podem ser hermeneuticamente produtivas, como procurarei demonstrar (v. pp. 317 sgg.). Clarificada esta questão prévia, interessa agora observar mais de perto algumas escolhas do autor que, no seu conjunto, ajudam a compreender o seu projecto.

Organização da obra

A estrutura da crónica é nítida: contém um prólogo, um capítulo genealógico (cap. 1), setenta e oito capítulos biográficos (caps. 2 a 79) e um derradeiro, à maneira de epílogo (cap. 80). À excepção do prólogo e do cap. 1, todos são encabeçados por uma epígrafe. Dois dos títulos dos setenta e oito capítulos narrativos auxiliam a leitura, ao proporem uma organização interna tripartida:

“Ataa’qui se fallou das cousas que fez Nun’Alvrez em sua moçidade e na vida del’rey dom Fernando, e daqui em diante se fallará das que fez depoys da morte del’rey dom Fernando” (cap. 15, p. 38);

“Mas leixa o conto de fallar das cousas que se fezerom emquanto el’rey foy meestre e o conde estabre Nun’Alvrez e, daqui em diante, se fallará das

cousas que se seguiram depouys que o mestre foy rey e Nun'Alvrez conde estabre” (cap. 42, p. 100).

Estes enunciados revelam a consciência de que um discurso deve obedecer a uma planificação, conhecimento da retórica clássica que a cultura medieval assimilou (cf. Geoffroi de Vinsauf, *Poetria Nova*: vv.56-58), mas também delimitam grandes unidades de sentido dentro da crónica, cujas fronteiras, longe de serem aleatórias, coincidem com ocorrências históricas decisivas no percurso do herói (a morte de D. Fernando, o começo do novo reinado e a nomeação no cargo de condestável). Somos por isso convidados pelo autor a eleger esses mesmos acontecimentos como determinantes na vida de Nuno Álvares. Para além do mais, são pontos de encontro vitais entre a história do Condestável e a História do reino. Ao destacá-los em epígrafe, o cronista está a dizer que, nesses momentos essenciais, Nuno Álvares *estava lá*: o primeiro inaugura a crise interna, o segundo resolve-a politicamente — a solução militar aparecerá mais tarde.

As restantes setenta e sete epígrafes introduzem sumariamente o assunto tratado no respectivo capítulo. Não se creia, contudo, que o índice onde todas elas foram agrupadas fornece um itinerário resumido da obra. De facto, na maior parte dos casos, esses enunciados apenas sintetizam o início ou a primeira parte da acção, sem a desvendar totalmente. Vejam-se os exemplos:

“De como a Nun'Alvrez vierom outros recados por que se logo partio d'Elvas” (cap. 34, p. 78) [Este capítulo inclui igualmente a narração de uma longa expedição militar com o objectivo (falhado) de combater Pero Sarmiento e Pedro Álvares];

“Como se o conde estabre partyo d'Estremoz com sua gente pera a batalha” (cap. 50, p. 112) [O cap. acrescentará a recepção do rei, uma pequena

conversa entre os dois e a partida do Condestável, no dia seguinte, para Abrantes].

Menos frequentes são os títulos verdadeiramente abrangentes, como os que se seguem:

“De como se o prioll partiio de Ponteval pera Santarem, e Nun’Alvrez com elle, e do que a Nun’Alvrez aveo com huñ alfageme em Santarem” (cap. 17, p. 41);

“Do repartimento que o conde estabre fez de suas terras com os cavalleiros e escudeiros que o na guerra serviram por serviço del’rey” (cap. 61, p. 148);

“Como o conde estabre adoeção e foy muy doente tres meses” (cap. 67, p. 161).

O resultado desta opção é, nalguns casos, como confessa CALADO (1991: CXVI), “decepcionantemente” inoperante, já que eventos muito importantes são ignorados pelas epígrafes:

“Mas ora leixa o conto a fallar em dom Nun’Alvrez, que ja tem teçom de casar, e torna aa dona que el’rey pera ello mandara chamar” (cap. 5, p. 10) [Ignora a celebração do casamento e o nascimento dos filhos];

“De como el’rey mandou a dom Pedro Alvrez, prioll do Esprital, que estevesse por fronteyro em Lixboõa, e com elle seus irmaãos, e outros cavalleiros, jazendo hy a frota de Castella” (cap. 12, p. 25) [Não refere o combate que opôs Nuno Álvares a duzentos e cinquenta castelhanos];

“Como Nun’Alvrez chegou a Setuvall e a maneyra que com elle tiveram em o nom receberem na villa” (cap. 28, p. 59) [Omite a batalha de Atolciros];

“Como el’rey em Abrantes teve seu conselho em feito da batalha que aviam de poer a el’rey Castella” (cap. 51, p. 112) [Capítulo em que é narrada a batalha de Aljubarrota];

“Como o meestre de Santiago e os senhores que com elle eram mandarom desafiar ho condestabre, e da resposta que a ello deu” (cap. 54, p. 125) [Não indica a batalha de Valverde].

A incoerência do sistema que a amostra fornecida indica só pode ser avaliada com algum rigor, não com base em critérios de hoje, mas em função da prática textual da época em que este autor escrevia.

A *Demanda* organiza-se pela justaposição de capítulos muito curtos que, normalmente, tratam de um só assunto. Esta particularidade deve ter facilitado muito a elaboração de epígrafes completas. Apesar disso, também aí podemos encontrar o mesmo tipo de problema:

“Como o arcebispo de Conturbel fez el-rei tornar a sa mulher” (cap. 663, p. 480) [Na realidade, o capítulo inicia-se com a descrição de uma batalha que a epígrafe não previa].

A *CGE* lida bem com a redacção das epígrafes, mas, por vezes, escolhe um registo semelhante ao da *CC*, quando sintetiza na epígrafe apenas o núcleo narrativo inicial do capítulo:

“Como o escudeiro de Allabata chegou a Cepta ao conde e lhe deu a carta” (II: cap. 194, p. 312) [O texto acrescenta o teor da carta, a deslocação do conde D. Ilham a Toledo e uma longa conversa entre ele e o rei Rodrigo].

Nas crónicas de Fernão Lopes, que não se esqueceu de indicar nos títulos eventos nucleares como as grandes batalhas, ainda encontramos epígrafes que sofrem do mesmo tipo de incompletude:

“Como NunAllvarez partiu pera sua casa, e da maneira do seu viver” (*CDJI*: cap. 35, p. 61) [A metade final do texto trata da morte do pai de Nuno Álvares e das suas consequências imediatas].

As amostras recolhidas apontam para uma certa instabilidade desse mecanismo paratextual³⁶, que GAUCHER também observou nas biografias

medievais francesas (1994:296). Essa insegurança nota-se mais quando as epígrafes passam a servir, não para sintetizar, mas

— para resolver o problema da narração de acções simultâneas:

“Ora leixa a fallar o conto da dona que el'rey mandou chamar pera casar com dom Nun'Alvrez, e torna ao prioll da maneyra que teve com Nuno Alvrez, seu filho, sobre este casamento” (cap. 4, p. 7);

”Ora leixa a estoria a fallar dos feitos do conde estabre e torna a el'rey, que ficou em Coymbra” (cap. 46, p. 105),

títulos comparáveis com os da *Demanda* que a seguir transcrevo,

“Mas leixa o conto a falar deles [Estor e Galaaz] e torna a Galaaz e a Boorz quando se partirom de Esclabor” (cap. 163, p. 129);

“Mas ora leixa o conto a falar de Lançalot e torna a Persival” (cap. 222, p. 177);

— para estabelecer nexos intratextuais:

“Mas leixa o conto falar dos feitos da batalha e das cousas que se siguirom ate a el'rey chegar a Santarem e torna ao conde estabre de como pagou ao alfageme a espada que lhe corregeo, *de que lhe nom quis paga ataa que viesse a Santarem conde de Ourem*” (cap. 52, p. 121) [A última parte apela à memória da leitura do cap. 17];

— ou para narrar um acontecimento que apenas aí é noticiado:

“Ataa'qui se fallou das cousas que fez Nun'Alvrez em sua moçidade e na vida del'rey dom Fernando, e daqui em diante se fallará das que fez *depoys da morte del'rey dom Fernando*” (cap. 15, p. 38)[o *incipit* do capítulo dirá: “Asy falecido el'rey dom Fernando”];

“Como el'rey de Castella, *por a grande pestelença que era em seu arayall*, e por mais nom poder continuar o cerco, se partio de sobre Lixboa” (cap. 36, p. 88) [A seguir, descrever-se-á o fogo posto no arraial e a quantidade de mortos na hoste do rei de Castela, sem voltar a referir a peste].

Seja como for, globalmente é conseguida a intenção de construir patamares e fronteiras que racionalizam a sequência do discurso e simultaneamente levantam a ponta do véu sobre o que se segue.

No que diz respeito à extensão dos capítulos, o autor também não obedeceu a um critério de procura de homogeneidade: tanto encontramos textos muito longos, como o contrário (compare-se, por exemplo, a extensão dos caps. 21 e 28, que ocupam, respectivamente, dezasseis e duzentas e setenta e oito linhas).

Numa primeira análise, dir-se-ia que o cronista pretendeu concatenar factos relacionados com um mesmo núcleo diegético num só capítulo. É o que acontece, por exemplo, nos caps. 12 (recontro de Lisboa), 51 (batalha de Aljubarrota), 54 (batalha de Valverde) ou 67 (doença de Nuno Álvares). Mas encontramos capítulos compósitos que não obedecem a este rigor organizativo. Veja-se, por exemplo, o cap. 34, em que o autor justapõe sequências bem diferenciáveis:

1. recebendo aviso de uma concentração de forças castelhanas no Crato e do envio de homens para esse local a partir de Lisboa, Nuno Álvares sai de Elvas com a intenção de os interceptar em Ponte de Sor. Durante a noite, um guarda do acampamento provoca grande alvoroço ao tocar, sem razão, a trombeta. No dia seguinte, a notícia de que os inimigos já chegaram ao Crato faz com que Nuno Álvares decida ir para Évora (pp.78-80);

2. em Évora, chega-lhe um recado do mestre de Avis de que o rei de Castela enviou seiscentas lanças para o Crato, assim como dinheiro para Nuno Álvares manter os seus homens; simultaneamente, avisam-no de que um importante conjunto de senhores castelhanos e portugueses se dirigem para Évora para lhe dar batalha. Pero Sarmiento envia-lhe uma carta, a que não responde (p. 80);
3. ainda em Évora, noutro dia, confirma-se que as hostes inimigas se encontram entre Arraiolos e Évora-Monte. Nuno Álvares parte para o lugar de Oliveira, onde toma uma parca refeição. No dia seguinte, vai ao encontro dos adversários, que lhe enviam um emissário para o dissuadir e o convidar a aderir à causa do rei de Castela, proposta liminarmente recusada por ele. Nuno Álvares acaba por desistir, ao fim do terceiro dia de espera sem mantimentos, e regressa a Évora (pp. 80-82);
4. no regresso, alguns dos seus homens ficam, inadvertidamente, a dormir nos campos de vinhas, circunstância aproveitada pelos castelhanos para matar ou prender uma parte deles, enquanto outra parte deserta (pp. 82-83);
5. de novo em Évora, Nuno Álvares convoca um conselho para decidir um ataque às forças castelhanas, é informado de que estas tomaram Arraiolos e de que os capitães inimigos mais importantes já estariam de regresso a Lisboa. Nuno Álvares decide persegui-los, mas eles, avisados dessa intenção, fogem para Santarém e Almada (p. 83).

Algumas dessas (raras) incoerências estruturais explicam-se, com certeza, por uma idiossincrasia semelhante à observada para o conjunto de epígrafes da obra, ou seja, uma certa despreocupação com a procura dum sistema único de organização da narrativa. Mas é possível retirar uma ilação do desequilíbrio observado —os capítulos mais extensos são, normalmente, os que contêm as unidades narrativas mais importantes da vida do herói, como se o autor nos estivesse a propor uma hierarquização dos eventos:

— cap. 12 (192 linhas) —o primeiro combate de Nuno Álvares;

— cap. 28 (280 linhas) —a batalha de Atoleiros;

— cap. 51 (268 linhas) —a batalha de Aljubarrota;

— cap. 54 (230 linhas) —a batalha de Valverde.

Claro está que a dimensão relativamente desproporcionada destes capítulos pode ter decorrido não só da relevância que o autor decidiu atribuir à matéria por eles tratada (e não é por acaso que todos se referem a grandes eventos militares), como também do respeito pela extensão das fontes empregadas, embora as duas atitudes se inter-relacionem. Existe um capítulo cuja dimensão não é explicável senão por um argumento do segundo tipo. Trata-se do cap. 68, em que, ao longo de 214 linhas, é narrada uma expedição militar chefiada por Nuno Álvares em território castelhano, muito parecida com outras que a crónica conta, e cujo desfecho (acabou por não se realizar a batalha desejada) não justifica o tempo discursivo dispendido. O destaque e o elogio do autor à acção de Martim Afonso de Melo,

“E esse dia foram feitas boas escaramuças [...], em as quaes Martin Afonso de Meello aquelle dia andou muy bõo cavalleiro” —p. 172,

sugerem que talvez a fonte principal tenha sido a biografia perdida desse cavaleiro, como veremos a seu tempo, e que tenha sido respeitado o grau de relevo que aí lhe seria concedido.

De qualquer modo, a constatação de que os capítulos mais extensos narram a *res bellica* é absolutamente coerente com a desproporção entre o espaço concedido à vida militar e o espaço dispensado à vida política, social ou familiar do Condestável, que analisarei adiante. Encontramos a única exceção a esta regra no cap. 67 (162 linhas), um longo trecho dedicado a narrar uma estranha doença do herói e que, tanto pelas suas peculiares características estilísticas como pela sua dimensão atípica, merecerá referências especiais.

Verificámos, em conclusão, que o autor da *CC* dividiu a matéria diegética, propôs uma organização da biografia em três partes e utilizou, com alguma eficácia, as potencialidades da titulação. Simultaneamente, pudemos observar como esses elementos se encontram ligados à produção de sentido(s).

O prólogo

O prólogo da *CC* é excepcionalmente curto: oitenta palavras apenas, distribuídas por cerca de oito linhas. A *breuitas* é explicitamente voluntária: “por nom fazer longo prologo” (p. 1). Não obstante, é sempre possível pensar

que a proposição citada mascara a incapacidade de escrever um prólogo mais longo.

As ideias deste curto texto desenvolvem-se em torno de dois eixos temáticos: numa primeira secção, teoriza-se muito sumariamente sobre a função da historiografia; na segunda, procede-se à apresentação e elogio do herói. No primeiro dos temas abordados, o autor defende a função didáctica que, desde os clássicos, se pensava ser a da História: esta deveria fornecer bons modelos, com vista à sua emulação, e exemplos de comportamentos reprováveis, para que se evitasse a repetição dos erros. Não identifica a fonte utilizada (silêncio que abrange todos os textos por ele manuseados), mas os termos muito gerais em que se exprime não levam a crer que se tratasse de uma fonte directa (por exemplo, Tito Lívio, Salústio, Suetónio, autores muito divulgados durante a Idade Média, segundo GUENÉE 1980:28). Com efeito, pode ter colhido as ideias num qualquer texto anónimo que glosasse, parafraseasse ou resumisse os ensinamentos antigos ou, até, no prólogo de um outro autor, isto é, as fontes intermédias a que também se refere GUENÉE (1980:116).

O prólogo da *CGE*, trata, entre outros assuntos, o da função pragmática da História, nos seguintes termos:

“Os muy noble baroões e de grande entendimento, que screveron as storias antigas das cavalarias e dos outros nobres feitos e acharon os saberes e as outras cousas de façanhas per que os homeës podem aprender os boos costumes e saber os famosos feitos que fizeram os antigos, tenerom que minguariã muyto en seus boos feitos e ã sua bondade e lealdade se assi nõ quisessen fazer pera os que avyam de viĩr despois como pera sy meemos e pera os outros que eram em seus tempos” (cap. 1, p. 3).

E, mais à frente:

“Mas, por que os estudos dos feitos dos homẽes se mudã em muitas guisas, foron en esto ben avisados os sabedores antigos que screveron os feitos passados tam ben dos sabedores / como dos que forõ sem saber e outrossi dos que forõ fiees ãna ley de Deus e dos que nom forom e as leis dos santuaryos e as dos parvoos (*sic*) e dos dereytos dos creligos e dos leygos; e escreverõ outrossy as estorias dos principes, assy dos que bem fizeram como dos que fizeram o contrayro, por que os que despois veessen trabalhassem de fazer ben per exemplo dos bõos e que pello dos maos se castigassem” (cap. 1, p. 5).

As ideias são muito semelhantes às da biografia do Condestável, o que apenas confirma a existência de um consenso em torno desta matéria, entre os historiógrafos medievais: a concepção de História de Ayala, que utilizou as mesmas fontes que o conde D. Pedro, também coincide ideologicamente com a da *CC* (cf. "Proemio", *Cronicas*: p. 3).

Há, contudo, um importante motivo tópico da historiografia medieval que o biógrafo não utilizou: o da verdade, cuja função MARCHELLO-NIZIA descreve como sendo a de configuração de uma "stratégie d'engagement et de la conviction", porque relacionável com o domínio da *performance* jurídica (1986:20, 18). Ele começa a ser recorrente nos cronistas franceses do século XIV para garantirem a autoridade das suas histórias, estendendo-se rapidamente às biografias, numa tentativa de ocupação do território das memórias de grupo (GAUCHER 1994:286). Em Portugal, também o encontramos em prólogos da historiografia medieval anterior à *CC*:

“e per sao e verdadeyro entender: escreverõ esta estoria q̃ adiante he escripta” (*CMSV*: p. [7]); “fazemos escrever este livro verdadeiramente” (*LD*: p. 61); “cu, conde dom Pedro, filho do mui nobre rei dom Denis, houve catar por gram gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagẽes” (*LL*: p. 54); “Dyom, que screveo verdadeiramente a estoria dos Godos” (*CGE*:I, pp. 6-7).

A omissão, sem comentários, da *CC* pode ser explicada de duas maneiras (sendo igualmente de considerar a hipótese de confluência de ambas):

— o autor não seria capaz de a garantir, baseando-a no seu testemunho pessoal, ou porque não participou na maior parte dos acontecimentos relatados ou porque o seu nível de participação não foi suficientemente relevante;

— o autor saberia que, numa biografia, a procura da verdade histórica é secundária relativamente ao objectivo da construção de um modelo inspirador.³⁷

Independentemente da(s) causa(s) desta lacuna, o resultado propõe o estabelecimento de um pacto de confiança entre leitor e autor e implica uma aposta na memória mítica do primeiro, um e outra apoiados na convicção de que a exemplaridade excepcional da personagem cuja vida se retrata é argumento de persuasão suficiente —sendo assim, o silêncio torna-se factor de valorização do protagonista. Repare-se como, ao destacar dois tipos de acções imitáveis pela História, as boas e as más, o autor está a criar um horizonte de espera que se realizará de um modo muito especial: o herói nunca será protagonista das segundas. A sua caracterização antecipada como “vallente e muy virtuoso conde estabre” apresenta-o imediatamente como paradigma das primeiras (ideia que procurarei enquadrar de forma mais desenvolvida —v. pp. 283 sgg.).

Saliente-se também que todas as personagens eventualmente nomeáveis a que o prólogo se refere (os historiadores antigos, o autor da biografia e o

bisavô de Nuno Álvares) são remetidas para o anonimato, com a intenção mais que provável de fazer sobressair o único nome registado: o do herói. Desde o prólogo, portanto, para ele converge toda a energia narrativa, assim como a atenção do leitor. Esta opção relaciona-se com outra, que se estenderá aos capítulos narrativos —o desinteresse da contextualização política e histórica do protagonista demonstrado pelo autor: ao apresentá-lo pela primeira vez, não explica que se tratou do condestável de D. João I e que o período mais importante da sua vida se desenrolou durante a longa crise das últimas décadas do século XIV.

Um epílogo

O começo do cap. 80 enuncia bem as razões que, segundo o autor, justificam a sua inclusão na obra:

“Porque por falecimento seria contado a esta estoria fallar-se em ella dos feytos que o condestabre fez que pertencem ao mundo por serviço de seu rey, e callar as obras que fez por serviço de Deos e sua vida quejanda foy e as virtudes de que husou ataa fim de seus dias, porem daqui adeante falla dellas, que som estas que se seguem” (p. 198).

O trecho separa duas dimensões diferentes da vida do herói: a do serviço ao rei e a do serviço a Deus. A maneira como se explica o acrescento denota uma sensação de incompletude da biografia, por não ter incidido suficientemente sobre o fervor religioso do protagonista. Por isso, decidiu o autor arrumar esta matéria numa parte distinta da crónica. Para tal, teve que proceder a sucessivas analepses, já que, no capítulo anterior, anunciara a

morte do Condestável (na segunda parte, apresento uma análise deste texto em função do tema da fama —v. pp. 352 sgg.). Esta organização (vida, retrato moral) é sucedânea do modelo antropológico clássico a que fiz referência na "Introdução", sendo rara no *corpus* de biografias a que tive acesso. Efectivamente, só *Bouciquaut* e *Victorial* a apresentam. A redacção da segunda prolongou-se para além do limite *a quo* suposto para a da *CC*. A primeira estava pronta quando o genro de Nuno Álvares viajou pela Europa, razão pela qual ele poderia ter trazido uma cópia para Portugal. Contudo, não só não há nenhuma notícia desse facto, como o preâmbulo dessa biografia francesa denuncia um escritor hábil, capaz de escrever um texto introdutório extenso. Ora, como vimos, o prólogo da *CC* é muito breve e apressado. Para além destas diferenças, não notei, ao contrário do que fez BELTRÁN relativamente ao *Victorial* (1991), semelhanças importantes entre a crónica francesa e aquela de que me ocupo.

Regressando ao cap. 80 da *CC*, o texto evidenciará, por esta ordem, a castidade voluntária de Nuno Álvares, sem se esquecer de a apresentar como uma opção sacrificial; a sua devoção às causas religiosas, exemplificadas pela frequência com que assistia a missas, pela construção de igrejas dedicadas ao culto mariano e pelos jejuns a que se sujeitava; o despojamento dos bens materiais, reflectido na sua distribuição pelos descendentes e pelos companheiros de guerra; a caridade e piedade de que foi capaz; a sua humildade durante o tempo em que viveu no Mosteiro do Carmo.

O *excipit*, em que são referidos os milagres ocorridos no seu túmulo, é, no entanto, paradigmático de uma opção geral que subalterniza a santidade do herói, apenas aludida, à sua dimensão guerreira e senhorial, opção que este trabalho defende como prevalecente em todo o texto:

“E ainda o dya de oje, depouys de sua morte, Deos, por sua merçee, fez e faz muytos millagres naquell lugar honde seu corpo jaz, que som asaz denotados e magnifestos, por que devemos de entender que sua alma he com Deos na sua gloria, a qual elle por sua merçee nos dê” (p. 203).

Não há dúvida de que o autor sabia da existência de relatos de milagres. Uma fonte carmelita do século XVI menciona um livro em que eles foram reunidos:

“despois de seu falecimento resplandeceo cõ grande multidão de milagres, de que ha hum livro composto” (Fr. Simão Coelho, *Compendio*: Primeira Parte, Livro I, cap. 20, p. 90).

Fr. José Pereira de Sant’Ana confirma esta importante tradição hagiográfica, transcrevendo um impressionante rol de curtos testemunhos dessas intervenções sobrenaturais, vestígio de um culto provavelmente nascido imediatamente a seguir à morte de Fr. Nuno (*Carmelitas*: Tomo I, Parte III, cap. 21).

Este frade carmelita atribui a autoria desse livro, hoje desaparecido, a Zurara, situando a sua redacção entre 1433 e 1437. PEREIRA não só negou essa autoria, como, citando Carolina Michaëlis de Vasconcellos, pôs em causa a autenticidade dos referidos relatos em cópia tardia, por neles se aludir a personagens que terão vivido depois da morte de Zurara e se contar

"sucessos que repugnam à veracidade histórica, [...] e que não tem outro fundamento senão a crença dos fieis" (1915^b:I.XVII).

Os argumentos apresentados misturam, contudo, duas questões diferentes: uma coisa é considerar que a autoria de Zurara é fictícia; outra é, por esse motivo, pôr em causa a autenticidade do mesmo livro. TAROUCA (1948) retomou a questão, num artigo em que compara o testemunho carmelita com outros dois: um rol de 221 milagres, em cópia quinhentista feita por Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, e outro (provavelmente seiscentista) incluído na *História de la Casa de Bragança*, de Jerónimo Roman, texto de que só existe o testemunho já indicado (v. *supra* p. 57, nota 30). As conclusões a que chega são as seguintes (1948:161-163):

— existiu, efectivamente, um livro quatrocentista em que se reuniram os relatos de milagres atribuídos a Nuno Álvares, provavelmente elaborado durante o reinado de D. Afonso V, por pessoa incerta (a autoria de Zurara é questionável);

— esse livro perdeu-se, mas existem testemunhos posteriores, que o copiaram e amplificaram;

— embora a maior parte das personagens mais antigas neles mencionadas tenham vivido durante o reinado de D. Afonso V, pelo menos um dos episódios ocorreu antes da morte de D. Duarte.

É, portanto, de admitir, que no reinado de D. Afonso V tenha, efectivamente, sido composto o tal rol de milagres —amplificando uma fonte carmelita anterior (preparada para o processo de canonização?)— e que, mais

tarde, Fr. José Pereira de Sant'Ana o tenha querido atribuir a um cronista de prestígio, para lhe conferir *auctoritas*.

Ora, não teria sido, com certeza, impossível ao biógrafo, quem quer que ele fosse ou quaisquer que fossem as circunstâncias em que escrevia, recolher algumas das narrativas que já circulavam para as integrar na sua obra — condição que, segundo BAÑOS VALLEJO, é absolutamente essencial à confirmação da santidade de um herói (1989:112)—, ainda por cima quando os milagres de Nuno Álvares poderiam ser vistos, por um lado, como prolongamento do que sobre o seu pai tinha sido afirmado no cap. 6 e, por outro, como culminar de um processo de ascese de que o cap. 80 pretende dar conta. Apesar disso, o autor não só não o fez, como nunca aplicou a palavra *santo* ao protagonista, ao contrário de D. Duarte (cf. *LC*: pp. 75, 224 e 243), pelo que o trecho citado deverá ser lido, essencialmente, no âmbito de uma retórica do discurso religioso, despida de uma intenção hagiográfica específica. Esta convenção é detectável noutras biografias medievais, em tons muito semelhantes ao da *CC*. Veja-se a descrição dos acontecimentos que antecederam a morte do herói em *Guillaume* (vv. 17882-19164) e os comentários de DUBY (1984:12) e GAUCHER (1994:390-2) a essa passagem; alguns trechos da biografia do Príncipe Negro (por exemplo, vv. 85-92, vv. 4104-4116 ou vv. 4165-4184); o epitáfio em *Lalain* (*apud* GAUCHER 1994:401-402); ou o retrato moral de Bouciquaut, na última parte da sua biografia, em que o autor também faz sobressair a caridade e a piedade:

"Il a tel devocion a faire bien aux povres, et tele pitié a de culx que il fait enquerir diligemment ou il a povres maisnagers, vieulx et impotens, ou chargez d'enfans, ou povres pucelles a marier, ou femmes gisans, ou vesves, ou orphelins, et la secretement tres largement envoye de ses biens" (cap. 2, pp. 392-393);

e a profunda religiosidade do protagonista:

"Avec ce que le mareschal est tres charitable, il aime Dieu et doubte sur toute riens, et est tres devot. Car chacun jour, sans nul faillir, dit ses heures et maintes autres oroisons et suffrages de sains; et, quelque besoing ou haste qu'il ait, il ot chacun jour II. messes tres devotement, les genoulz a terre; ne nul n'oseroit parler a lui tandis qu'il est a ses messes et qu'il dit son service; et moult devotement prie Dieu" (cap. 3, pp. 395-396).

Por esse motivo, GAUCHER interpreta Bouciquaut como um herói que incarna "l'alliance de Chevalerie et de Clergie" (1994:305), consideração igualmente aplicável a Nuno Álvares.

Pode sempre considerar-se que a redacção de um capítulo autónomo em que se destaca um conjunto de virtudes que também enformam o santo releva de uma intenção próxima da hagiografia. A omissão detectada, contudo, trai o verdadeiro propósito do biógrafo: sugerir um percurso de ascese de Nuno Álvares, sem deixar que esta imagem apague ou se sobreponha à do excepcional herói militar que os restantes setenta e oito capítulos meticulosamente configuraram. É nesta mesma perspectiva que se inscreve a imagem do velho Nuno Álvares pronto a combater os mouros em Tânger, que o texto deixa escapar num momento em que se esperaria maior contenção nos impulsos bélicos da personagem, por ter decidido para si um caminho ligado à abnegação monástica (cap. 79, p. 197).

Esta opção proporciona uma reflexão paralela. Na década em que esta crónica se escrevia, iniciou-se o processo de canonização, de que nos chegou

um vestígio importante: a carta que D. Duarte endereçou a D. João Gomes, em 21 de Julho de 1437, em que lhe pedia uma certidão desse mesmo processo (esta carta pode ser lida integralmente em MAURÍCIO 1928). Simultaneamente, não nos chegou notícia do envolvimento directo da Casa de Bragança no processo, o que não quer obrigatoriamente dizer que os seus membros se tenham desinteressado dele, mas pode, tão-somente, significar que aceitaram transferir para o rei essa responsabilidade, por perceberem ser ele a pessoa mais bem colocada para exercer pressão sobre o Vaticano. De qualquer modo, a biografia colocou-se no limiar dessa dimensão da vida de Nuno Álvares, não a aprofundando, e, pelo contrário, parece ter sido um rei o seu mais dedicado defensor. O interesse de D. Duarte, com certeza derivado da admiração que nutria pelo Condestável (veja-se o plano de sermão que escreveu para uma pregação de mestre Francisco, já referido —*LConselhos*: cap. 61), pode também ser explicado por razões ideológicas: provar a santidade do braço direito de seu pai reforçaria enormemente a origem providencial do poder de D. João I. Uma biografia senhorial encomendada pelos sucessores do herói preferiria, certamente, sublinhar a ideia de heroísmo, mais transferível para um pequeno núcleo social, do que a de santidade, mais transcendente e, portanto, mais reivindicável pela memória colectiva nacional —os milagres que confirmam uma santidade são, geralmente, testemunhados por personagens socialmente pouco relevantes, um corpo anónimo que os atesta e deles se apropria, e de que o rei, e não uma família, é o mais perfeito representante.

Creio, todavia, que, se as características do cap. 80 não chegam para designarmos a *CC* como "crónica hagiográfica", não só porque está separado do corpo da biografia, como porque se desvia nitidamente do tema central da obra (a guerra), isso não impediria que a sua escrita pudesse ter sido modelada a partir de hagiografias como a *Vida de S. Teotónio*, que mencionei na "Introdução". Efectivamente, uma narrativa desse tipo, que aposta numa matriz biográfica, fornece um bom exemplo de retrato de uma personagem histórica cujo fervor religioso se pretende destacar.

Genealogia

O cap. 1, sem epígrafe, serve para enquadrar o herói na linhagem de que descende. A maior parte das biografias medievais conhecidas inclui um texto com estas características, porque a nobreza medieval se legitimava pela integração dos indivíduos numa série (cf. GAUCHER 1994:322-327).

Para o redigir, o autor teve que recorrer a uma fonte genealógica, já que faz remontar a ascendência de Nuno Álvares ao seu bisavô, Gonçalo Pereira. O texto mais antigo que conserva a genealogia dos Pereiras é, como já se disse, a refundição do *LL*. A importância dessa obra faz supor que teve uma grande divulgação. Poderíamos, por isso, induzir que o biógrafo anónimo a ela recorreu. Há, no entanto, discrepâncias entre esse texto e este capítulo que não caucionam tal expectativa³⁸.

Na parte dedicada ao primeiro Gonçalo Pereira, o autor realça sobretudo a sua "gradeza" (qualidade senhorial muito apreciada), sem contudo

aproveitar um breve (e humorístico?) relato do *LL* em torno da oferta de 64 cavalos aos seus vassallos (21G13). Se essa divergência poderia resultar de uma necessidade de resumo, não foi naquela fonte que o biógrafo encontrou informação que lhe permitisse afirmar:

“[...] por sua graadeza era prasmado dalguũs seus chegados por assy dar tam graadamente” (p. 2).

Relativamente ao segundo Gonçalo Pereira, filho do primeiro, a *CC* afirma a sua condição de arcebispo de Braga, em consonância com a informação prestada pelo *LL*, mas omite as restantes notícias constantes do parágrafo 21G14. Mas as maiores disparidades entre a *CC* e o *LL*, como já notou AMADO (1991^a:46-47), encontram-se no tratamento da biografia de Álvaro Gonçalves Pereira.

A *CC* refere a construção do castelo da Ameeira e dos paços do Bom Jardim, dados que o *LL* ignora. Por sua vez, o *LL* relaciona a personagem com o rei D. Pedro de Castela e, numa longa e saborosa narrativa de notável qualidade literária (cf. *LL*: 21G15, pp. 241-256, ou *Narrativas dos livros de linhagens*: pp. 127-142), apresenta-a como herói da batalha do Salado. Estas importantes divergências indicam a utilização, pelo cronista anónimo, de fonte diversa do livro do conde D. Pedro. AMADO acredita que essa fonte teria provindo de “memórias históricas da Ordem [do Hospital]” (1991^a:47). Em momento anterior defendi a improbabilidade de o autor da *CC* estar relacionado com uma Ordem militar (v. p. 39). Esse facto não o impediria, contudo, de ter acesso a testemunhos com essas características.

A eliminação, na *CC*, do nome de D. Pedro de Castela da lista de reis que Álvaro Gonçalves Pereira serviu coaduna-se com o facto de, na década em que a crónica teria sido escrita, o serviço de portugueses ao rei de Castela estar associado à então recente hostilidade demonstrada contra o fundador da dinastia de Avis, entendida como traição (o cap. 160 da *CDJI* é paradigma dessa interpretação)³⁹. A caracterização de Álvaro Gonçalves Pereira projecta-se directamente na de Nuno Álvares, que a biografia acaba por transformar no seu único herdeiro legítimo —porque legitimado pela fidelidade aos valores cavaleirescos e à causa portuguesa. Já o mesmo efeito não se produz quando a *CC* sublinha a traição dos irmãos Pedro e Diogo: pelo contrário, a escolha errada dessas personagens reforça a imagem impoluta do herói. Nessa medida, tratou-se de adaptar a linhagem à melhor forma de enobrecer Nuno Álvares, eliminando qualquer espécie de confusão entre o comportamento de Álvaro Gonçalves Pereira, cujo serviço ao rei castelhano foi caucionado pelo rei português, e o do seu filho mais velho.

Uma família com a importância dos Braganças, descendente mais importante dos Pereiras, teria, com certeza, todo o interesse em perpetuar a memória dos seus mais ilustres membros, através da produção de narrativas linhagísticas próprias. Um cronista ao serviço dessa família não teria, por isso, necessidade de ir a outro arquivo procurar informação genealógica. Assim sendo, dadas as convergências, por um lado, e as divergências, por outro, entre o cap. 1 da *CC* e o Título XXI do *LL*, é provável que o biógrafo tivesse escrito aquele com base num texto linhagístico bragantino, que por sua vez

tivesse tido como fonte principal memórias da Ordem do Hospital. Ora, se os Braganças conservaram, como indica o bom senso, a memória do pai de Nuno Álvares, uma narrativa produzida para esse efeito não poderia deixar de mencionar a acção do prior na batalha do Salado. Esta constatação torna-se ainda mais irrefutável se pensarmos que a fonte desse suposto texto bragantino seria de origem hospitalária. O silêncio do biógrafo relativamente a esta matéria só pode ter sido voluntário (facto que se deve acrescentar à argumentação contra a hipótese de ele ser um cavaleiro-clérigo militar, porque, se o fosse, não teria perdido a oportunidade de registar o protagonismo do Prior de uma ordem militar): uma frase sua, relativamente ambígua porque demasiado genérica, indicia a intenção de não discriminar factos conhecidos:

“E foy em muytos boôs e grandes feytos, assy por servir seu rey como por sua honrra” (p. 2).

Esta atitude do autor não será de estranhar se recordarmos que a vitória na batalha do Salado ficou associada, na tradição escrita, a um milagre, circunstância que não ocorreu (explicitamente) em nenhum dos combates em que Nuno Álvares participou. Para além do mais, escamoteando as referências às capacidades guerreiras e providenciais do pai, o autor faz, artificialmente, de Nuno Álvares o primeiro herói militar digno desse nome na família. Esta manipulação da História vem ao encontro de uma observação de CUNHA, segundo a qual a primeira preocupação de uma nova família (e os Braganças têm, inevitavelmente, de ser encarados como uma família desse tipo, na

primeira metade do século XV), seria a de escolher, entre todos os antepassados possíveis, aquele sobre o qual se deveria alicerçar a sua memória mítica, passando este a funcionar como fundador da Casa (1990:10-11). A mesma autora demonstra bem como, no caso particular dos Braganças, essa escolha recaiu naturalmente em Nuno Álvares. Assim sendo, só os seus descendentes, que pretendem distinguir-se dos Pereiras para poderem afirmar-se como Braganças, lucrariam com o silêncio sobre a qualidade militar de Álvaro Gonçalves Pereira. Ou seja, ainda que interessasse demonstrar que Nuno Álvares descendia de uma linhagem prestigiada, nele se deviam concentrar as características heróicas, porque era ele, e não seu pai, o fundador escolhido da nova família em ascensão. Assim sendo, a anomalia detectada na biografia de Álvaro Gonçalves Pereira perde opacidade se explicada pela relação directa da *CC* com os patrocinadores.

Recuperemos, agora, as qualidades disseminadas pelos antepassados de Nuno Álvares, no cap. 1, sendo que a primeira, a nobreza de linhagem, se transmite desde logo a todos a partir da caracterização de Gonçalo Pereira I, como “cavaleyro muy fidalgo e de grande sangue”:

— a “gradeza”

Gonçalo Pereira I: “era muy graado e dava de boõ coraçam o que avia”;
Álvaro Gonçalves Pereira: “partia grandemente o que avia”;

— a religiosidade

Gonçalo Pereira II: “foy arçebispo de Braga”;
Álvaro Gonçalves Pereira: “foy prioll do Espritall”; “edificou [...] huã muy honrrada ygreja de Sancta Maria, muy devota e em que Deos faz muytos millagres”;

Iria Gonçalves do Carvalhal: “estremada em vida acerca de Deos”;

— a honradez e a lealdade à coroa

Álvaro Gonçalves Pereira: “foy em muytos boões e grandes feytos, assi por servir seu rey como por sua honrra”; “foy privado de tres rreys de Portugal”;

— as virtudes cavaleirescas

Gonçalo Pereira I: “huñ grande cavaleyro”;
Álvaro Gonçalves Pereira: “boõ cavalleiro”;

— a sabedoria e a sensatez

Álvaro Gonçalves Pereira: “muy entendido”; “seu muy gram siso e bõa discriçam”;
 “foy privado de tres rreys de Portugal”;

— a castidade, a abstinência e a caridade

Iria Gonçalves do Carvalhal: “viveo em grande castidade e abstinencia, nom comendo carne nem bevendo vinho per espaço de quorenta annos”; “fazendo grandes esmolos”.

Estas características, muito valorizadas na época⁴⁰, nunca se reúnem numa das personagens, mas constituem um património moral e comportamental precioso. Segundo GAUCHER, algumas biografias francesas explicitam o dever do herói de potenciar as qualidades da família em que nasceram e foram criados:

“Le trésor que l'enfant reçoit à sa naissance comporte donc un capital fixe (le lignage) et un autre qu'il faut faire fructifier (le parage). [...] Le chevalier doit consacrer sa vie à mettre en valeur le dépôt que lui ont remis ses parents le jour de sa naissance [...]” (1995:324-325).

A biografia de Nuno Álvares fá-las-á desaguar todas na sua pessoa.

Sendo assim, este capítulo genealógico também serve o propósito de delimitar

uma espécie de “capital genético” de que Nuno Álvares provará ser o fiel depositário.⁴¹

Vida particular *vs.* Vida pública

A *CC* dedica à vida particular de Nuno Álvares apenas dez dos setenta e oito capítulos biográficos, acrescentando referências breves em outros nove, enquanto sessenta e um são preferencialmente reservados ao relato de acontecimentos relacionados com a vida pública do herói, segundo a distribuição representada no quadro que se segue:

Quadro nº 1⁴²

Vida privada	Vida pública	
	Político-social	Militar
10 (+ referências em 9)	12 (+ referências em 10)	49 (+ referências em 7)
14,1%	16,9%	69%
	75,9%	

É nítida a preferência do autor pela vida pública de Nuno Álvares e, dentro desta, pela sua vertente militar. Note-se que alguns dos capítulos que incluí na rubrica “Político-social” têm a ver com o contexto militar, e se, em vez de calcular as percentagens em função do número de capítulos, se optasse por estabelecer esses valores a partir da extensão dos respectivos textos, a desproporção entre Vida privada/Vida pública e entre Vertente político-social/Vertente Militar seria ainda mais acentuada.

A fraca relevância atribuída aos factos relacionados com a vida íntima de Nuno Álvares, assim como a alguns dos que o apresentam num contexto social e político, podem ajudar a compreender a relação desta biografia com a Casa de Bragança.

Os capítulos ou partes de capítulos exclusivamente dedicados à sua vida privada contam:

- o seu casamento e o nascimento da filha (caps. 3, 4 e 5);
- a morte e o funeral do pai (cap. 6);
- um encontro entre a sua mulher e o rei D. João, no Porto (cap. 45);
- a repartição das suas terras pelos vassallos (cap. 61);
- a doença prolongada (cap. 67);
- o casamento de D. Beatriz com D. Afonso (cap. 76);
- a morte e o funeral da filha (cap. 77);
- o ingresso de Nuno Álvares no Mosteiro do Carmo e a sua morte (cap. 79).

Encontramos, ainda, poucas referências a outros acontecimentos:

- uma conversa com sua mãe em que esta o pretende convencer a aderir ao partido de Castela (cap. 19);
- a morte e funeral de seu irmão, Fernão Pereira (cap. 38);
- um encontro com a mulher e a filha no Porto (cap. 43);
- a morte e funeral de D. Leonor de Alvim (cap. 58);
- a confissão de Nuno Álvares a seus homens a propósito da recusa de novo casamento proposto pelos reis (cap. 58).

Por um lado, a parcimónia da *CC* no que diz respeito ao foro íntimo da personagem contraria, aparentemente, a ideia de que a Casa de Bragança estaria na origem da sua redacção —o que poderia fazer prever exactamente o contrário do que acontece. No entanto, é natural que a vertente pública de Nuno Álvares fosse a que melhor poderia servir os interesses da Casa, já que nesse plano se encontravam os argumentos mais fortes a favor da manutenção (e alargamento) do poder social e político dos seus descendentes.

Por outro lado, creio que, numa crónica em que o protagonismo do herói se alicerça essencialmente na sua acção militar, surpreende o espaço concedido à sua vida privada. Por constituírem um claro desvio relativamente à opção geral, esses mesmos acontecimentos só podem corresponder a necessidades igualmente excepcionais: se não contarmos com a descrição da doença, a selecção teve em conta apenas os eventos que promovem socialmente a personagem e os seus descendentes, e contribuem para a criação de uma memória familiar prestigiosa. O capítulo 45 constitui, nesse âmbito, um paradigma: muito breve, é dos poucos em que Nuno Álvares não participa, e serve para registar um encontro entre o rei e D. Leonor de Alvim, em que o primeiro entrega à segunda, enquanto representante do marido, um rol de terras, não se esquecendo o cronista de explicitar a legalização do acto através de “cartas e privilegios quais compria” (p. 105). A comparação com o capítulo que Fernão Lopes consagra a essa visita do rei ao Porto (*CDJII*: cap. 9) ajuda a esclarecer a intenção do biógrafo (cf. AMADO 1991^a:122-123).

No mesmo sentido apontam algumas das incursões do discurso na vertente social e política da biografia, como as que a seguir destaco:

- uma reacção violenta de Nuno Álvares na presença do rei castelhano, durante um banquete relacionado com o casamento do monarca com a filha de D. Fernando (cap. 14);
- uma conspiração inspirada por Nuno Álvares para se matar o conde Andeiro (cap. 16);
- a calorosa recepção do Mestre ao jovem cavaleiro quando este se decide pelo seu partido (cap. 19);
- os sucessivos embates do Condestável com conselheiros do rei (caps. 20, 25, 27, 51, 58, por exemplo);
- dois conflitos de Nuno Álvares com o rei, a propósito das terras que aquele doara a seus vassallos (caps. 63) e do Priorado da Ordem do Hospital (cap. 73);
- a presença do Condestável nas conversações de paz (cap. 72).

Da lista anterior, chamo a atenção, sobretudo, para os sucessivos conflitos do protagonista com diversas personagens, cujo tratamento, muito diverso do que lhe dá Fernão Lopes, como se verá (v. pp. 161 sgg.), pode indiciar a dependência do autor relativamente a interesses particulares concretos.

Ainda neste âmbito, importa a referência ao modo especial como esses factos surgem enquadrados.

Contextos, explicações, avaliação

Convém desde já relembrar que o cronista anónimo se interessa muito pouco pela História Geral, tornando-a, sistematicamente, subsidiária da história da vida de Nuno Álvares. O critério de selecção dos acontecimentos históricos foi o facto de Nuno Álvares neles ter participado —e é dessa circunstância que eles retiram a sua importância. Apenas três capítulos não obedecem inteiramente a esta regra, embora se relacionem indirectamente com o herói:

- cap. 3: D. Álvaro Gonçalves Pereira envia um mensageiro a D. Leonor de Alvim, propondo-lhe o casamento com seu filho Nuno Álvares;
- cap. 7: D. Pedro Álvares Pereira sucede a seu pai no priorado da Ordem do Hospital;
- cap. 45: D. João I recebe a mulher do Condestável no Porto, a quem entrega títulos de doações de terras⁴³.

Apesar do desvio, nenhum desses textos deixa de mencionar o protagonista, a propósito das relações de parentesco que mantém com as personagens em primeiro plano (7 e 45) ou com a razão por que agem (3).

No âmbito de uma selecção conduzida nos termos em que a caracterizei, tornam-se muito relevantes as seguintes passagens da crónica, por nelas se explicitar essa mesma condição:

“E, antre os feitos e escaramuças que hy forom feitas mais notavees e priiigosas, asy foy hũa que Nun’Alvrez per sy, com os seus, fez [...]” (cap. 12, p. 26);

“Elrey tomou çertos lugares e fez outros grandes feytos de que aqui nom faz meçom, senom de çertas escaramuças que o conde estabre, yndo aas forrageês sem elrey, per sy soo fez” (cap. 57, p. 141).

É sintoma principal do desinteresse demonstrado relativamente à História Geral a ausência de explicações dos conflitos bélicos que envolvem os reinos de Portugal e Castela, como pode observar-se no *incipit* do cap. 2, inaugurador da biografia propriamente dita:

“Scendo dom Nun’Alvrez criado a gram viço em casa de seu padre, e chegando à hydade de treze annos e avendo elrey dom Fernando de Portugal guerra com elrey dom Anrrique de Castella, este rey dom Anrrique de Castella se trabalhou de viir, e de feyto veo, com seu poderio à çidade de Lixbõa” (p. 3).

A informação sobre a guerra aparece abruptamente, sem explanação de antecedentes. Essa característica do texto obriga a encarar a actividade militar como normal. A propósito da representação do inimigo, analisarei as repercussões semânticas e ideológicas desta posição (v. pp. 328 sg.). Em capítulos subsequentes, o narrador voltará a não explicar por que motivo, depois da morte de D. Henrique, o seu filho continua a guerra contra D. Fernando (cap. 7), por que razão esses dois reis fazem as pazes (cap. 13) ou em que condições casou D. Beatriz com o rei castelhano (cap. 14), para apenas indicar alguns exemplos mais flagrantes.

Não se creia, contudo, que do texto está completamente ausente o discurso com função explicativa, em vários matizes. Recorrentemente, obtemos do narrador informação sobre as motivações imediatas para um cerco ou uma batalha; explicação de comportamentos de personagens em função da sua psicologia ou de valores culturais, religiosos ou ideológicos; avaliação de

comportamentos ou outro género de situações. Isto é, o narrador não se coíbe de marcar a sua presença.

As razões que, segundo o autor, movem Nuno Álvares a empreender acções de carácter militar são, essencialmente, duas: o serviço ao rei e ao reino, e a conquista de fama e honra (este último assunto, como já referi, será desenvolvido numa secção autónoma deste trabalho —v. pp. 345 sgg.):

“Nun’Alvrez, amando muyto o serviço del’rey e desejando ser em cousa que el’rey se ouvesse delle por servido, e elle conhecido” (cap. 12, p. 26) [sobre as razões que o levaram a preparar uma cilada aos castelhanos, em Lisboa].

Outras vezes, o narrador enquadra as reacções de Nuno Álvares num contexto psicológico ou moral muito preciso —o que acontece, por exemplo, quando seu pai lhe propõe o casamento com D. Leonor de Alvim,

“tanto que tal razom ouvio a seu padre, ficou como torvado hum pouco, à huña polla vergonha que de seu padre avia, e à outra por lhe falar em casamento, porque era cousa de que elle trazia a vontade muyto afastada porque elle a este tempo era de ydade de dez e seis annos e meco [...] e seu feito e cuydado nom era senom trazer-se bem elle e os seus, e de nenhũa molher, nem soamente nom lhe chegava ao coraçom” (cap. 4, p. 8).

Imediatamente a seguir surge a célebre passagem em que a atitude de Nuno Álvares é justificada em função do desejo de imitar Galaaz. A primeira recusa do jovem cavaleiro poderia projectar-se negativamente na imagem da mulher escolhida, co-fundadora da Casa de Bragança. Daí provavelmente esta necessidade de explicar o comportamento e deixar claro que a rejeição em nada se relacionava com D. Leonor de Alvim (v., também, *infra* pp. 237 sgg.).

Mais à frente, o narrador volta a não se contentar com a apresentação dos factos, ao ter que referir-se a algumas atitudes reprováveis (ou simples

tropelias?) de Nuno Álvares durante o tempo em que viveu com a mulher em Entre-Douro-e-Minho:

“E, à huã polla grande custa que avia, e à outra pollo a terra asy levar e pollo que elle vya fazer aos outros seus vezinhos, e desy por seer homeẽm novo, aas vezes fazia na terra das suas [...]” (cap. 5, p. 12).

Repare-se como o autor explica o que, efectivamente, não conta, já que optou por uma expressão ambígua para representar os factos.

Noutra situação em que Nuno Álvares confunde os homens que seguiam à frente com os inimigos, também o narrador sente necessidade de contextualizar esse engano através de um estado psicológico muito nítido, depois de ter descrito o modo como o Sol neles se reflectia, causa física imediata da ilusão:

“e, nom se lembrando da cariagem que hya diante, e por o boõ desejo que levava na batalha e avia gram vontade de ganhar nome e honrra, outorgou’selhe o coração que era ho mestre de Santiago de Castella que ja vinha com sua batalha prestes” (cap. 9, p. 17).

A atenção do narrador não se concentra apenas nas motivações de Nuno Álvares: frequentemente o vemos denunciar a inveja dos seus detractores. Acontece pela primeira vez pouco tempo depois de Nuno Álvares ter integrado o conselho do Mestre. Porque este se acha “bem aconselhado” pelo jovem cavaleiro, começa a tomá-lo como interlocutor privilegiado. Os outros conselheiros, movidos pelo despeito, resolvem contrariar sistemática e aleatoriamente as opiniões dele. Avisado disso, um dia em que esses homens “o contradisseram muyto rrijamente”, Nuno Álvares “começou de rrir porque sabia bem o por que o faziam” (cap. 20, p. 48).

Numa outra passagem importante, em que Nuno Álvares tenta desesperadamente, sem sucesso, juntar-se à frota que se dirige a Lisboa para acudir ao Mestre, Rui Pereira e outros impedem a prossecução desse projecto e “com corrupta teençam se partirom logo com a frota” (cap. 30, p. 71). No mesmo capítulo, a mulher de um conde português do partido castelhano tenta mandá-lo prender

“por o odyo que avia a Nun'Álvares porque fora sobre seu marido a Sintra e por seer muyto da parte da raynha dona Lianor e del'rey de Castella” (p. 71).

Mas também outro tipo de comportamentos podem ser comentados, como por exemplo o de Fernão Gonçalves, quando, ao ser obrigado por Nuno Álvares a abandonar a vila e o castelo de Portel, começou a cantar

“Poys Maryna balhou, tome o que ganhou. Melhor era Portell e Villa Ruyva, puta velha, que nom Çaffra e Segura. Tome o que ganhou.” (cap. 37, p. 92).

Explica o narrador:

“E esto dizia elle por perder Portell e Villa Ruyva, que eram seus, e lhe davam em Castella Çaffra e Segura, e porque a fama era que elle nunca tomara voz por el'rey de Castella senom polla molher, que lho fezera fazer porque era cryada da raynha” (p. 92).

Deparamos, por vezes, com críticas subtis àqueles que não se identificam com o desejo de combater do herói, como no referido episódio em que Nuno Álvares confunde a “carriagem” com o inimigo. Quando se descobre o engano do herói, o narrador deixa escapar:

“da qual cousa a muytos prouve” (cap. 9, p. 18);

e, mais à frente, não se inibe de frisar a impotência do cavaleiro face à passividade dos seus pares:

“E, quando esto souberom [que o mestre de Santiago iria receber a ajuda de um numeroso exército], ouverom seu conselho que nom fossem mais adiante buscar o mestre e que se tornassem pera suas frontarias, do qual conselho Nun'Alvrez foy muy anojado, e bem mostrava que, se elle tal poder ouvera, que fezera mudar ho conselho em outra guisa. *Mas por entom elle nom era mays poderoso de ho poder fazer*” (cap. 9, p. 19).

Para além de, amiúde, interpretar os actos das personagens, por vezes o autor resolve fornecer alguma informação de carácter mais político a propósito do que está a contar. É o que faz, por exemplo, quando, após a morte de Álvaro Gonçalves Pereira, justifica a sucessão no priorado da Ordem do Hospital:

“logo dom Pedr'Alvrez [...] foy feito priol e posto em posse do priollado, e esto per aazo del rey dom Fernando, que amava muyto seu padre e quis que o fosse, ca, segundo hordem, o priollado era dividido de dereyto a dom frey Alvaro Gonçalves Camello, que entom era comendador de Poyares e doutras comendas e tinha delle a letra do gram mestre” (cap. 8, p. 14).

Não são, contudo, frequentes registos deste tipo, pelo que devem decorrer de intenções nem sempre fáceis de discernir, hoje em dia. Talvez este trecho, por um lado, prepare o leitor para encarar negativamente a futura opção do irmão mais velho de Nuno Álvares; mas, por outro, talvez se relacione indirectamente com o cap. 73, em que Nuno Álvares entra em conflito com o rei por causa do priorado do Hospital. Como se sabe, Pedro Álvares perderá este cargo, depois de aderir à causa castelhana, e Álvaro Gonçalves Camelo ocupará o seu lugar. O modo como a crónica trata esta personagem é, aliás, um dos melhores exemplos do pouco interesse do autor

pelas explicações que não afectem directamente a imagem de Nuno Álvares: depois desta curta referência, voltamos a encontrar a personagem ao lado do Condestável na batalha de Aljubarrota (cap. 54 —quarenta e seis capítulos adiante); novamente a perdemos de vista, para a reencontrarmos, no cap. 63, a instigar o rei contra Nuno Álvares, a propósito de um conflito patrimonial entre os dois; no cap. 65, o Condestável tenta defender Álvaro Gonçalves do rei, quando este o quer mandar prender (não fica claro o que motiva o monarca); preso Álvaro Gonçalves Camelo (cap. 65), só voltamos a ouvir falar dele no cap. 69, quando o autor nos diz que Martim Afonso de Melo pretendeu reconciliá-lo com o rei; mais tarde, quando, sem sabermos porquê, este senhor se passa para o partido de Castela, Nuno Álvares exige de D. João o cumprimento de uma promessa relativamente ao priorado da Ordem do Hospital, segundo conflito entre o monarca e o Condestável (cap. 73); fala-se dele, pela última vez, no cap. 74, a propósito de um recado enviado pelo rei a Nuno Álvares.

Deste quadro ressalta a menção de uma personagem, quase ausente da crónica, em dois momentos que opõem Nuno Álvares ao rei. Difícil de explicar é a atitude do Condestável perante a iminente ordem de prisão do suserano a Álvaro Camelo. Dado que este cavaleiro regressou à corte portuguesa, onde seu filho se encontrava, e que a sua família estava ligada à dos Cunhas por casamento (cf. GOMES 1995:82 e 95), encontrar-se-á talvez a chave destes enigmas nas relações sociais e políticas entre Braganças e Camelos-Cunhas.

O cap. 63 é exemplo de que o autor da *CC* também está atento a acontecimentos puramente políticos: o rei manda chamar o Condestável e os outros senhores para lhes comunicar a sua intenção de lhes retirar as terras que lhes tinha dado “por prestimo”, assim como outras de “jurherdade por compra” (p. 151). A partir daí, a narrativa concede espaço à conversa do rei com um Condestável desagradado (não se conhece a reacção dos outros senhores), omitindo os argumentos do primeiro na contenda (“El’rey respondeo dando suas razões por que o fazia” —p. 151) e desenvolvendo os do protagonista:

“e o condestabre lhe tornou a dizer que, pollas terras que elle tinha, elle se nom podia bem manter com sua honrra, de mais pollas que tinha dadas, e que muyto pyor se manteria se lhe dellas tirassem” (p. 151).

Seguem-se uma série de peripécias que acabam por levar a um acordo não totalmente satisfatório para o Condestável. Ora, em momento nenhum o autor explica o comportamento do rei. Retomarei a análise deste capítulo quando confrontar o texto da *CC* com a *CDJ*, mas adianto já que, também neste caso, a atenção do cronista parece estar directamente ligada ao próprio interesse da Casa de Bragança na matéria (v. pp. 214 sgg.).

O delicioso cap. 72 exemplifica bem, no entanto, como, mais do que referir-se ao enquadramento político dos acontecimentos para os integrar numa visão geral da História, o biógrafo o faz para realçar um episódio da vida do protagonista. O Condestável integra a comitiva que se encontrará com os representantes do rei de Castela para negociar as tréguas. Do texto constam os nomes das personagens mais importantes dos dois lados. No entanto, no

momento das conversações, a atenção do narrador dirige-se, não para o conteúdo das mesmas (elípticamente resumidas na expressão “acabadas as fallas” —p. 183), mas para as consequências de uma combinação entre um desconfiado Nuno Álvares e os seus homens (se alguma coisa corresse mal, aqueles responderiam imediatamente com as armas). Durante a reunião, Nuno Álvares leva involuntariamente a mão ao cutelo, o que origina inquietação nos seus homens, que ele acaba por, discretamente, sossegar. Ficamos a conhecer um episódio representativo da prudência de Nuno Álvares e da lealdade pronta dos seus seguidores, mas nada nos é dito sobre os termos políticos das tréguas acordadas. Aliás, o trecho

“e, por alguñas duvidas que se no dicto tracto rrecreciam, que era forçado de fazerem saber aos reys, fezerom tregoas por mais huñ mes e entom escreverom cada huñ a seu rey e asinarom termo a que tornassem a Olivença” (cap. 61, p. 183)

não é interpretável no plano da História, por esses mesmos “trautos” não terem sido mencionados no devido lugar. Outras afirmações deste tipo, cuja historicidade a *CC* não permite controlar, encontram-se nos seguintes exemplos:

“E logo lhe vcco ao pensar que o começo de tal obra [a defesa do reino depois da morte de D. Fernando] avia de seer o conde Joham Fernandez Andeiro seer morto, porque a rraynha tinha em elle grande esperança” (cap. 16, pp. 39-40) [Quem é o conde Andeiro? Porquê matá-lo? O que significa exactamente a causal?];

“ey çerto recado que o prioll do Espritall, meu irmão, e o mestre d’Alcantara e Martym Annes de Barvudo, que se chama mestre d’Avys, o que lhe Dcos nom guisara, e Pero Gonçalves de Sevilha e outros grandes, com peça de gente, estam no Crato [...] e som prestes pera entrarem em esta terra de meu senhor” (cap. 28, p. 59 —fala de Nuno Álvares) [Por que razão Martim Anes de Barbudo, que só tinha aparecido uma vez, ao lado de Nuno Álvares, num

desafio deste a D. Joam de Azores, no cap. 9, pronto a dar a vida por ele, aparece agora do lado do rei castelhano e contra Nuno Álvares?];

“E alguns outros grandes. asy como Vasco Martiz da Cunha e Martym Vaasquez da Cunha, seu filho, e outros seus alyados eram muyto em contrairo desto [eleição de D. João como rei], ante davam muytas razões pollo nom seer.” (cap. 42, p. 99) [O contexto é o das cortes de Coimbra. Por que razão aqueles senhores se opunham à eleição?];

“Estando o conde estabre d’assesego Antre Tejo e Udiana, elrey lhe mandou dizer que o duque d’Alencaastro, que se por entom chamava rey de Castella, era em Galizia e que se aviam ambos de veer no estremo” (cap. 57, p. 140) [Quem é o duque de Lencastro? Por que motivo se auto-intitula “rei de Castela”? Que papel tem no conflito entre Portugal e Castela? Por que quer D. João encontrar-se com ele?].

Vimos, em conclusão, que o autor da *CC* não se coíbe de explicar, em termos psicológicos e morais, político-ideológicos ou militares os actos de Nuno Álvares (amiúde), dos seus detractores (com frequência) ou de outras personagens cujo comportamento não fale por si (mais raramente). Esta preocupação pode derivar da relação da *CC* com a família de Bragança ou simplesmente de um interesse do cronista relativamente à Pequena História. Pelo contrário, o enquadramento exacto dos eventos na História Geral não está nos seus horizontes. Esta atitude faz da *CC* uma “hiperbiografia”, em contraste com o “modelo histórico” de *Bouciquaut* e *Victorial* são exemplo, segundo classificações de GAUCHER (1994:201-202), reformulando as propostas de MADELÉNAT (1984:113)⁴⁴. Se as omissões da *CC* relativamente à História Geral se explicam pelo desejo de conferir um hiperprotagonismo ao herói, traço que este tipo de biografias partilha com a hagiografia e com a epopeia (cf. BAÑOS VALLEJO 1989:164), não há dúvida de que, ao mesmo tempo, o autor contava com a memória do leitor para preencher as lacunas voluntárias. Um exemplo nítido dessa expectativa é o eufemismo escolhido

para exprimir a relação adúltera que unia a rainha D. Leonor ao Conde Andeiro:

“E logo lhe [N.A.] veço ao pensar que o começo de tal obra avia de scer o conde Joham Fernandez Andeiro scer morto, *porque a rraynha tinha em elle grande esperança*” (CC: cap. 26, pp. 39-40).

Relativamente à matéria política associada aos acontecimentos bélicos, talvez a expectativa de uma memória informada do leitor também pudesse estar na mente do autor da CC, mas quem sabe se, na perspectiva em que entendo a génese desta biografia (v. *supra* pp. 59 sg.), o cronista anónimo não contava igualmente com as crónicas gerais do reino para a integração num plano histórico mais vasto da informação fornecida? Efectivamente, se considerarmos Fernão Lopes como leitor da CC, não restam dúvidas de que grande parte do seu trabalho resultou no alargamento dos horizontes dos leitores da biografia do Condestável, proporcionando-lhes, através da contextualização pormenorizada dos relatos, um complemento indispensável à compreensão da crise de 1383-1385 e à inclusão sustentada da vida de Nuno Álvares nesse amplo e complexo movimento.

Datação, toponímia e onomástica

Uma vida só é perceptível em função de duas grandes categorias mentais: o tempo (que durou) e o espaço (em que aconteceu) —e, segundo ZUMTHOR (1993:27), a linguagem revela sérias dificuldades em as dissociar. Por isso mesmo, contar uma história implica imprimir duração e espacialidade às acções das personagens. Ambas as tarefas obrigam a um trabalho

extremamente complexo sobre a linguagem, uma vez que as palavras não satisfazem, por si só, a espessura da vivência do tempo-espço. Quando um relato pretende constituir elos com a realidade extratextual que lhe serve de referente, essa tarefa torna-se ainda mais difícil, sobretudo nos casos em que é necessário reproduzir verbalmente a simultaneidade das acções. É dessa dificuldade que nos fala Fernão Lopes, numa eloquente passagem auto-reflexiva da *CDJI*:

“Certo he que quaasquer estorias muito melhor sse emtemdem e nembram se som perfeitamente e bem hordenadas, que o seemdo per outra maneira; e posto que nossa teençom seja, destas que eseprever queremos, ho seerem em boom e claro istillo, porem tam gram aaz destorias nos som prestes, moormente em este logar, que desviam muito de tall hordenança nosso desejo e voomtade [segue-se um rol de acções simultâneas, exemplificativo da impossibilidade de imitação perfeita da realidade].

E segumdo nosso juizo, melhor he dizer huñas e depois outras, posto que a alguūs isto nom apraza, que as emvurilhar comfusamente e seerem peores muito de emtemder” (cap. 29, pp. 51-52).

Numa narrativa obsessivamente concentrada na acção de uma personagem, como a *CC*, este problema quase não se coloca, já que o que o causa é exactamente a dispersão da energia narrativa por várias personagens que agem ao mesmo tempo, mais própria de uma crónica geral como a que acabei de citar. Um exemplo disso mesmo é a forma pacífica como o texto diz que, quando Nuno Álvares foge de Lisboa para ir ter com D. Fernando em Badajoz,

“Nun’Alvrez e os seus abriram as portas e forom seu caminho sem torva que ouvessem e chegarom a Elvas, honde elrey dom Fernando estava, *estando ja concertada a batalha e concertada com elrey de Castella pera se fazer*” (cap. 13, p. 35).

A oração em itálico pressupõe, de facto, uma simultaneidade de acções que a *CC* eliminou, porque omitiu o relato da segunda, centrando-se na do protagonista.

No entanto, e dadas as excepções assinaladas no que diz respeito ao acompanhamento permanente de Nuno Álvares pelo narrador, verificámos como este resolveu essas poucas situações de simultaneidade através do recurso a uma técnica que a *Demanda* também apresenta (v. p. 66).

Assim sendo, pode considerar-se que o tempo, na *CC*, é linear, e que a correspondência entre história e discurso, do ponto de vista da ordem, é quase de grau zero, entendendo-se por esta expressão uma sobreposição (sempre ilusória, evidentemente) dos dois planos temporais narratologicamente diferenciáveis (cf. GENETTE 1972:79). As raras e breves anacronias (a maior parte das analepses encontram-se no cap. 80, conforme já ficou dito —v. p. 74) não obstruem o propósito da cronologia linear, ainda que alguns desses fenómenos sejam significativos, como veremos (por exemplo, a analepse que explica a virgindade de D. Leonor de Alvim e a prolepse que anuncia o casamento de D. Beatriz com o filho bastardo de D. João I, ambas no cap. 5).

Quanto à natureza do tempo, na *CC*, poder-se-ia distinguir essencialmente o tempo do *fazer*, representado através da sucessão de acções de que Nuno Álvares é sujeito (predominante no discurso), e o tempo do *sentir/pensar*, presente nalguns momentos em que o narrador se permite utilizar focalizações internas para nos dar a conhecer motivações ou estados psicológicos de personagens (sobretudo de Nuno Álvares), como se viu. No

que diz respeito à forma como esse tempo se relaciona com a realidade que pretende representar, são nítidas as opções do autor.

No *corpus* que estudou, GAUCHER detecta que, maioritariamente, os biógrafos optaram por uma datação relativa, assente na intratextualidade, em detrimento da datação absoluta, apoiada em limites cronológicos precisos, e que este último processo foi, por vezes, utilizado em biografias ficcionais, para lhes conferir um falsa historicidade (1994:416-426).

O autor da *CC* omitiu, invariavelmente, a referência a datas precisas, preferindo expressões de outro tipo:

“Estando Nun’Alvrez a esta sazom em Evora” (cap. 32, p. 75);

“Estando ainda Nun’Alvrez em Palmela depois da hyda d’Almadaa” (cap. 36, p. 88);

“E, de feyto, partio logo hũu dia, depouys de comer” (cap. 44, p. 101);

“Sendo o conde estabre na comarca d’Antre Tejo e Udiana hum pouco espaço depois da batalha de Vallverde” (cap. 55, p. 134);

“logo o conde estabre acordou com elles que folgasscm o dya seguinte, que era domiingo da Triindade” e “E no outro dia, que era terça feyra, pella manhã” (cap. 68, p. 171 e p. 172);

“Depouys da morte da condessa grande tempo, elrey, por serviço de Deos e seu, hordenou de hiir tomar a çidade de Çepta” (cap. 78, p. 193);

“E o condestabre continuou sua vida em servir Deos per espaço de oyto annos e onze meses e acabou seus dias, em muyto serviço de Deos, em hidade de lxx anos e andava em lxxi” (cap. 79, p. 197).

Não nos diz quando ocorreram os seguintes acontecimentos importantes da vida de Nuno Álvares: o nascimento; o casamento; o nascimento dos filhos; a sua nomeação como fronteiro do Alentejo; a eleição do rei D. João I e a consequente nomeação de Nuno Álvares para o cargo de condestável; a

batalha de Aljubarrota; a batalha de Valverde; a morte da mulher; a doença prolongada; a morte da filha; a partida para Ceuta; a morte. Pelo menos duas dessas datas não eram desconhecidas do autor, porque demonstra conhecer a idade do protagonista: a do nascimento e a da morte. A sua eliminação do texto só pode, portanto, ter sido desejada.

Se é verdade que, até à primeira metade do século XV, nenhum cronista português utilizou sistematicamente este modo de referência, também nenhum levou tão longe a sua exclusão do(s) texto(s). Não parecem restar dúvidas, por isso, de que esta característica da *CC* resultou de uma decisão do seu autor.

A referencialidade desta biografia alimenta-se, fundamentalmente, de outros sistemas: o da toponímia e o da onomástica. Neste caso, o autor é prolixo (consulte-se os índices da edição de CALADO). Como observou GAUCHER,

“[...] les noms propres ont un grand pouvoir d'évocation. Ils créent un rapport de complicité, par l'allusion, notamment, à des figures contemporaines ou à des régions bien connus du public” (1994:445).

Para esta autora, aliás, e no seguimento do estudo de GUENÉE (1980) sobre os hábitos de escrita dos historiadores medievais, a presença de referências deste tipo nas biografias francesas que analisou

“rend suspect un discours qui multiplie les garanties d'authenticité” (1994:447).

No caso da *CC*, o problema é mais complexo: se, por um lado, as indicações toponímicas e onomásticas são veículo da veracidade do relato, por outro, só por si, não a garantem —a história do alfageme de Santarém

(caps. 17 e 52) ou a do combate de Lisboa (cap. 12) são paradigma dessa ambiguidade.

Da opção assinalada resulta que o herói se move num tempo vago, mas numa geografia precisa, em convívio com homens reais: sabemos sempre *onde* e *com quem* ele está. Melhor ainda, a imprecisão temporal é compensada pelo rigor toponímico e onomástico. Só que o contrário também é admissível: o realismo exagerado das referências espaciais e dos antropónimos é compensado pela sua desvinculação de um tempo datável e, conseqüentemente, prisioneiro de uma referencialidade histórica absoluta e constrictiva. Perseguem-se dois objectivos quase paradoxais: inscrever a personagem num espaço historicamente reconhecível, remetendo-a, simultaneamente, para uma universalidade intemporal. Não posso deixar de associar esta opção aos textos bíblicos e às narrativas hagiográficas, assim como às lendas dos livros de linhagens e aos romances de cavalaria.

Não se creia, contudo, que o autor desrespeitou a cronologia da história que conta: as indicações auxiliares que CALADO incluiu na margem do texto permitem verificar como, *grosso modo*, a narrativa obedece a uma cronologia rigorosa. Alguns anacronismos detectáveis⁴⁵ resultam provavelmente de erros das fontes ou de uma deficiente interpretação das mesmas pelo escritor.

Elipses e sumários

No tratamento da matéria biográfica, o autor teve que proceder a selecções. Essas escolhas tornam-se visíveis, por exemplo, no modo como

gere o tempo e especialmente na ocorrência de elipses e sumários⁴⁶. Observemos a distribuição dos capítulos pelos diferentes períodos a que fazem referência:

Quadro n.º 2⁴⁷

Períodos	Caps.	Tot. de caps.	Tot. de anos
1360-1372	<i>incipit do cap. 2</i>	0	13
1373-1380	2 a 7	6	8
1381-1382	8 a 13	6	2
1383-1386	14 a 56	43	4
1383	14 a 20	7	1
1384	21 a 40	20	1
1385	41 a 54	14	1
1386	55 e 56	2	1
1387-1389	57 a 60	4	3
1390-1392	—	0	3
1393-1395	61 a 63	3	3
1396-1397	64 a 66	3	2
1398	67 a 72	6	1
1399-1401	73 a 76	4	3
1402-1413	—	0	12
1414-1415	77 e 78	2	2
1416-1421	—	0	6
1422-1431	79	1	10

As desproporções são notórias. Por aqui se vê que biografia não quer dizer *relato totalizante de uma vida* mas, sim, *narração representativa do significado que se quer atribuir a essa mesma vida*, e a figuração dessa existência, porque impossível de se sobrepôr à vida que a inspirou, abre, inevitavelmente, um espaço não interpretável no plano da pura verdade histórica, sucedâneo da ficção. MONTERO GARRIDO explica muito bem esta idiossincrasia, alargando-a ao próprio acto de contar:

“Al ordenar el caos de la realidad, el discurso seleccionará aquellos hechos que sean pragmáticamente pertinentes y desechará los otros (el discurso, pues, es siempre ontológicamente incompleto), por más que sean importantes en la cadena de causalidad. Y, en su disposición, se guiará más por necesidades

de intención comunicativa, tópico, contexto, etc., que por un prurito de fidelidad a una realidade exterior” (1995:18).

Verifique-se desde já que mais de 50% dos capítulos dizem respeito a quatro anos da vida do herói: 1383-1386. São aqueles em que Nuno Álvares mais desenvolveu actividades militares (neles se narram a maior parte dos cercos e as batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde). Dentro deste grupo, destacam-se os anos de 1384 (vinte capítulos —25,6%) e de 1385 (catorze capítulos —18%). Inversamente, os períodos de 1390 a 1392, 1402 a 1413 e 1416 a 1421 não merecem qualquer referência. Segundo WERMERS, nos anos de 1390 a 1392, além de ter sido procurador da homenagem prestada ao recém-nascido infante D. Afonso, primogénito de D. João I falecido pouco depois, Nuno Álvares aparece mencionado em documentos da Chancelaria régia a propósito de doações e escambos (1960:58-59). Entre 1403 e 1413, tempo de paz, o Condestável ocupa-se com as suas terras, constrói casas e igrejas, doa bens ao Mosteiro de Santa Maria, prepara a instalação dos Carmelitas nesse convento (1960:78-81). Entretanto, a construção do Mosteiro, iniciada em Julho de 1389, e dadas as condições do terreno, tinha sido muito acidentada: Fr. José Pereira de Sant’Ana descreve pormenorizadamente esse processo moroso, informando que os alicerces demoraram oito anos a ser construídos (*Carmelitas*: Parte III, cap. 5). Do período entre 1416 e 1421, sabe-se que Nuno Álvares acompanhou a construção de igrejas em várias das suas propriedades e que mandou redigir as escrituras de doação a seus netos (WERMERS 1960:89). Este conjunto de anos

—ainda que alguns dos acontecimentos ocorridos, como o da iniciativa de construir igrejas e o de distribuir os bens pelos seus descendentes, figurem no cap. 80 e a edificação do convento seja brevemente referida no final do cap. 60— não interessaram o cronista. E dificilmente se aceita que as omissões tivessem resultado de falta de fontes, já que estamos a falar de períodos de tempo mais próximos da data de redacção do que outros que a crónica desenvolveu generosamente. Os caps. 77 e 78 são sinal de que o biógrafo conhecia aspectos relacionados com a vida do herói entre 1402 e 1422: no primeiro, assinala a morte da condessa de Barcelos e, no segundo, a participação de Nuno Álvares na conquista de Ceuta. Interrompe-se o longo intervalo para destacar dois acontecimentos: o primeiro, de cariz familiar; o segundo, de cariz militar. Paralelamente, no cap. 79, refere-se brevemente a entrada de Nuno Álvares no Mosteiro do Carmo, mas não se expande esse assunto. Tais escolhas estão directamente relacionadas com a imagem que se pretende oferecer do herói, essencialmente militar. Vimos já que este eixo narrativo é complementado por algumas informações sobre a sua vida familiar e sobre a sua participação na vida política e, também, que o cap. 80 redimensionará um outro plano importante dessa mesma vida: o do fervor religioso.

Do Quadro nº2 destaca-se igualmente o ano de 1398, abrangido por seis capítulos da crónica (67 a 72), numa ordem de importância discursiva semelhante à do ano de 1383. O primeiro conta a estranha doença prolongada do protagonista. Nos quatro seguintes encontramos Nuno Álvares envolvido

em várias expedições militares, em circunstâncias que fazem crer que a guerra entre os dois reinos vai voltar a intensificar-se. No início de um deles (cap. 69), o Condestável recebe quatro pedidos de socorro de origem diversa: um do rei, em Tui, outro da cidade de Lisboa, outro, ainda, dos fidalgos da Beira e, finalmente, um recado avisando de um ataque iminente do mestre de Santiago de Castela. O capítulo 72 dedica-se ao relato das negociações de paz. Que causas estarão na origem da expansão deste ciclo? Talvez algumas características do conjunto nos ajudem a encontrar uma resposta:

— as duas únicas cartas que a *CC* transcreve encontram-se precisamente nos caps. 68 e 69 (na primeira, Nuno Álvares dirige-se ao mestre de Santiago; na segunda, ao infante D. Dinis);

— algumas passagens do texto revelam um gosto pela descrição de pormenores, num tom semelhante ao do capítulo em que se conta a doença de Nuno Álvares:

“E, ante que o condestabre comesse, sendo assentado em huã almafreixe, armado como vinha de caminho [...]” (cap. 68, p. 168);

“E, como o condestabre chegou e se o arrayal começou de asentar, a gente da hoste começou de arramar e segar deses paães que hy estavam, e foy hy feyta grande escaramuça antre os que segavam os paães e os da villa [...]” (p. 170);

“E ao domingo aa tarde veeo muy loução, com hũa opa forrada de pena de gris, o escudeiro [João Esteves Correia], que o mestre lhe dera, com hũa vieyra dourada no peyto [...]” (p. 171);

“[...] o condestabre conçertou suas batalhas [...] em hũu fermoso campo [...]” (p. 172);

“E o [arroydo] foy tam grande que o conde estabre sayo da tonda com huã mantom ençima de sy sem outra cousa” (p. 173);

“Desto foy o condestabre muy ledo, aguardecendo o conde a Martim Affonso muyto, e abraçando'o muy cordialmente” (cap. 69, p. 177);

[acrescente-se a descrição da peripécia em torno da reunião preparatória do acordo de paz, já mencionada (cap. 72, pp. 182-183)];

— no cap. 68, o narrador, inusitadamente, data os acontecimentos, recorrendo ao calendário religioso:

“E hum sabado, vespera da Triindade” (p. 170), “era domingo da Triindade”, “ao dia da Triindade” (p. 171), “huña quarta-feira, vespera do Corpo de Deos” (p. 173), “E ao dia seguinte, do Corpo de Deos” (p. 174);

— os acontecimentos militares não correspondem à importância que o discurso lhes dispensa (trata-se, sempre, de ameaças de batalhas não realizadas e pequenas escaramuças).

O capítulo imediatamente seguinte a este conjunto é o que dá conta do conflito que opôs Nuno Álvares ao rei, a propósito da nomeação do prior do Crato. Nele, como no cap. 67, salienta-se Gil Airas, escrivão da puridade do Condestável. Estes indícios levaram CALADO a considerar a hipótese de esse mesmo Gil Airas ter sido o autor da fonte dos caps. 67 e 73 (1991:XCIII-XCIV). Talvez a autoria se tenha estendido às fontes do conjunto dos capítulos a que me referi, o que explicaria uma maior proximidade do narrador e a expansão da narração num período historicamente pouco relevante, ambas resultantes de uma memória directa do escrivão da puridade.

Quanto à primeira elipse do texto, denunciada pelo sumário mais amplo de todos (“Seendo Nun'Alvrez criado a gram viço em casa de seu padre, e chegando à hydade de treze annos [...]” —cap.2, p. 3), em doze palavras resume os primeiros treze anos da vida da personagem, o que, no mínimo,

revela desinteresse por essa fase da sua vida. A atitude é recorrente na cultura medieval⁴⁸, ainda que, excepcionalmente e com intenções narrativas que não servem o puro interesse sociológico pela infância, algumas biografias medievais se tenham ocupado do relato dos primeiros anos de vida dos heróis (por exemplo, *Guillaume, Du Guesclin* e *Victorial*). A *C1419* chegou mesmo a recriar a infância de um rei, Afonso Henriques, com uma intenção notoriamente simbólico-mítica (cf. cap. [3], pp. 5-7). No capítulo da *CC*, o muito jovem Nuno Álvares aparecerá integrado numa pequena expedição militar de características prospectivas. É notória a opção por fazer coincidir o seu "baptismo" narrativo com o seu primeiro acto de consequências públicas: o comportamento do moço resultará no reconhecimento do seu valor, traduzido na entrega das primeiras armas pela mão da rainha.

Este tipo de opção narratológica relaciona-se directamente com o projecto de escrita. O que se torna interessante na *CC*, como aliás em muitos outros textos produzidos durante a Idade Média, é a não explicitação desse projecto, apenas dedutível a partir de escolhas como esta.

No cap. 3, o *incipit* volta a explicitar um sumário, acrescido de uma elipse implícita abrangendo três anos e meio: “Andando assy dom Nun’Alvrez por morador em casa del’rey dom Fernando e sendo ja de hydade de dez e seys annos e meeo [...]” (p. 6). Depois da sua apresentação, só volta a interessar falar do herói a propósito das circunstâncias que rodearam o seu casamento, assunto de que este e os dois capítulos seguintes se ocuparão pormenorizadamente.

Desde logo se evidencia a vontade de, em secções sucessivas, dar conta de dois factos integráveis numa primeira parte da obra a que chamarei “Percurso inicial”: a entrada na vida pública e a fundação de uma família. Compare-se o tempo discursivo dispendido com os antecedentes do casamento (caps. 3 e 4, mais cerca de metade do 5) com o que se concede à narração da vida de casado (segunda metade do cap. 5). A desproporção, mais uma vez originada, no segundo trecho, em sumários apoiados na iteratividade,

“E estando assy Nuno Alvrez com sua molher em sua casa, despendya seu tempo em tomar honestamente prazer com sua molher” —p. 12,

e em elipses,

“E a poucos annos ouve tres filhos de sua molher” —p. 12,

“Depoys que Nun Alvrez casou, a dous tres annos [...]” —p. 13,

dá conta de evidentes intenções selectivas e, consequentemente, figurativas.

A datação incluída por CALADO na sua edição permite-nos detectar outras elipses e sumários:

— depois de, no cap. 29, se ter referido a factos ocorridos entre os dias 5 e 9 de Abril de 1384 (batalha de Valverde), no cap. 30, o narrador situa Nuno Álvares em Évora e conta a sua tentativa frustrada de se juntar à frota que se dirige para Lisboa, em Maio-Junho do mesmo ano;

— no cap. 51, é relatada a batalha de Aljubarrota e os seus antecedentes imediatos. Na p. 114, linha 20, estamos a 7 de Agosto de 1383. Na p. 115, linha 20, a 8 de Agosto. Oito linhas à frente, já se trata do dia 11 de Agosto. Depois, na p. 116, a partir da linha 10, sucedem-se, a intervalos

de aproximadamente cinco linhas, acontecimentos ocorridos nos dias 12, 13 e 14 de Agosto. A partir desse momento, a narrativa ocupa-se do relato dos eventos deste dia ao longo de cinco páginas. No fim do capítulo, salta-se para o dia 18, sucedendo-se-lhe factos dos dias 19 e 20 de Agosto, ao longo de pouco mais de dez linhas de texto;

— no cap. 52, encontramos o Condestável em Santarém e, a esse propósito, o autor conta o desfecho da história do alfageme de Santarém, iniciada no cap. 17. No seguinte, Nuno Álvares parte de Santarém com a intenção de invadir Castela. Sabemos que a batalha de Valverde aconteceu em Outubro de 1385. Assim sendo, entre os acontecimentos contados no fim do cap. 51 e no início do 54 passa mais de um mês;

— no início do cap. 56, Nuno Álvares aparece em Entre-Tejo-e-Guadiana, em Junho de 1385. Dez linhas à frente, já está com o rei em Ponte da Barca, nos primeiros dias de Novembro. O modo como o narrador constrói esta secção é exemplificativa da sua intenção de representar o herói permanentemente em acção, pois diz-nos que, assim que recebeu recado do rei “logo se o conde estabre partyo com çertos cavalleiros e escudeyros bem guarnidos e bem encavalgados” (p. 140). Mas, a estarem certas as datas indicadas por CALADO, de facto, o Condestável não partiu logo —a não ser que a viagem tivesse demorado aproximadamente quatro meses;

— no cap. 58, estamos já em Novembro de 1387, avançando a acção, nesse mesmo capítulo, até Janeiro de 1388.

Se não conhecêssemos as datas de alguns dos acontecimentos relatados nos exemplos recolhidos, dificilmente nos aperceberíamos dos maiores ou menores hiatos criados na narrativa, já que o esforço do narrador é exactamente no sentido de os disfarçar —quando muito, suspeitaríamos da existência de elipses "hipotéticas" (cf. GENETTE 1972:141). Evidentemente que também há alturas em que a narrativa as denuncia, como no início do 34, onde se diz que

“Nom foram muytos dias que, estando Nun'Alvrez em Elvas, lhe veeo recado [...]” (p. 78).

O mesmo tipo de omissão se detecta entre o final do cap. 37 e o princípio do 38:

“Acabadas estas cousas, Nun'Alvrez pos rigimento e guarda na villa e castello qual compria ao serviço do mestre, e desy foy'sse a Evora” / “Estando Nun'Alvrez em Evora cuydando de repousar alguũs dias de seus trabalhos, veeo'lhe recado [...]” (p. 92).

Nestes casos, vemos Nuno Álvares transitar de uma acção para um relativo estado de repouso e, rapidamente, passar dessa inactividade, que o texto afirma breve, para nova acção. O *incipit* de um vasto conjunto de capítulos utiliza uma espécie de fórmula com a seguinte estrutura:

1. Nuno Álvares está no sítio X, repousando/esperando;
2. acontece Y (um recado, um pedido de socorro, um chamamento do rei, etc.);
3. Nuno Álvares (re)age (essa acção constitui a matéria que o capítulo desenvolve).

Essa arquitectura discursiva distribui-se da seguinte maneira:

Quadro nº3

<i>Incipit</i> similares	<i>Incipit</i> com variantes da mesma estrutura	Totais de capítulos e percentagem
8, 9, 13, 15, 22, 24, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 44, 46, 47, 55, 57, 58, 59, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77	16, 17, 19, 23, 25, 31, 37, 41, 43, 48, 49, 50, 51, 54, 63, 65, 66, 78, 79	33(42,35%)+19(24,3%)=52 (66,6%)

Ao estado de imobilidade, o narrador não atribui importância quase nenhuma, articulando-o imediatamente com um momento de acção da personagem. A percentagem de capítulos em que isto acontece (dois terços) denuncia uma estratégia que tem por finalidade criar o efeito de actividade permanente do herói, relacionável, aliás, com a profusão de topónimos a que me referi, já que o dinamismo de Nuno Álvares é itinerante, o que obriga o narrador a colocá-lo em movimento entre pontos espaciais identificáveis, mais ou menos distantes uns dos outros. Esse efeito aproxima Nuno Álvares da imagem ideal do cavaleiro errante, muito ao gosto da *Demanda*, em que também não interessa ao narrador prolongar discursivamente o tempo em que não acontece nenhuma aventura, elidindo, sistematicamente, períodos mortos ou pausas para o restabelecimento de feridas:

“Ora diz o conto que pois Ivam o Bastardo se partiu de Galaaz e de Dondinax por ir depó-la Besta Ladrador, andou todo aquel dia sem aventura achar que de contar seja. E chegou esse dia noite a casa de ãã irmitam...” (cap. 97, p. 83);

“Todo aquel dia cavalgou Galvam mui cuitado da sua chaga que nom houvera guardada bem aquela noite. E hora do meio dia chegou a cas de ãã cavaleiro que o conhecia. [*sic*] com que esteve toda ãa domãã. E tanto pensou del bem que mui cedo pôde cavalgar. E quando se el sentiu guarido... (cap. 141, p. 110).

Na *CC*, esta particularidade da escrita sugere também que a sua redacção foi elaborada por uma só pessoa, já que, tratando-se de uma marca estilisticamente tão forte e homogeneamente distribuída por toda a crónica, dificilmente podia ter sido conseguida num texto em que tivesse trabalhado mais de um autor. Creio mesmo que aqui se encontra um dos mais fortes argumentos em defesa da autoria individual da biografia de Nuno Álvares, a acrescentar aos aduzidos por CALADO (1991:LXXXI-LXXXIII).

Tempo e espaço do narrador

Verificámos que o narrador não se inibe de marcar a sua presença, ainda que nem sempre o faça de modo transparente. Ora, a par dessa comparência discreta, mas inegável, deparamos com a ausência de expressões de auto-designação que, sem margem para dúvidas, remetam para o sujeito que conta a história. Conforme CALADO observou, o condutor da narrativa preferiu esconder-se “atrás de uma entidade impessoal” (1991:LXXXIII).

Por vezes, o sujeito e o objecto da enunciação confundem-se nos substantivos “estória”, “conto” ou “livro”, a que pode ou não associar-se uma estrutura verbal (“faz mençom”, ”falla”, ”leixa [x] a fallar”, etc.); outras, o narrador representa-se só através de uma forma verbal impessoal (“se dira”, “se fallou”, etc.), eventualmente ligada a uma expressão adverbial (“en’cima”, “adiante”, “aqui”, etc.). Observemos como se distribuem estas fórmulas pela obra:

Quadro nº4¹⁹

	estoria	conto	livro	forma verbal c/ ou s/ exp. adverbial
	prólogo:1 1:3 6 (epíg.):13 12:32 45 (epíg.):105 46 (epíg.):105 80:198, 199, 203	4 (epíg.):7 5 (epíg.):10 29 (epíg.):69 43 (epíg.):100 52 (epíg.):121 80 (epíg.):198	1:3 52:122	1:2 2:5 4:8,9 5:12 7:14 12:25 15 (epíg.):38 17:42 19:44 43 (epíg.):100 52:122 57:142 80:198
Total de ocorrências	9	6	2	14

Os três substantivos são tomados como variantes semânticas de uma mesma realidade, ao contrário do que acontece hoje em dia. CALADO baseia-se, precisamente, na frequência da palavra “estoria” para justificar o título da sua edição (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*), considerando existir uma diferença taxinómica consciente, no princípio do século XV, entre os objectos designados por essa e a palavra “crónica”: a primeira serviria para identificar biografias e a segunda, histórias régias (1991:LIV-LVII). Essa tese foi refutada (cf. AMADO e BRANCO 1994:213-214), por ser julgada inadequada à prática historiográfica conhecida. Retomo esta questão para a integrar noutra via de análise.

O escritor anónimo nunca utiliza a palavra “crónica”, conhecida dos historiógrafos peninsulares do séc XIV e da primeira metade do XV. Em Fernão Lopes, “estoria” concorre com “cronica”, estando a primeira em maior frequência; na CC, o par lexical que lhe corresponde é “estoria/conto”. Talvez

seja legítimo perguntar se o par “estória/crónica” de Fernão Lopes tem o mesmo significado do par “estória/conto” da *CC*.

Repare-se, em primeiro lugar, que o conjunto formado pelas designações “estória/conto” é o da *Demanda* (por exemplo, encontramos “estória” nos caps. 182 e 317 e “conto” nas epígrafes que transcrevi na p. 66 e nos caps. 281 e 313), que prefere o segundo termo, muito mais habitual no texto do que o primeiro. É natural que Fernão Lopes, conhecedor desse traço do referido romance de cavalaria e herdeiro de uma tradição historiográfica do século anterior em que os textos não eram designados através do substantivo “conto”, não o tivesse utilizado nas suas crónicas. A utilização da palavra “estória” pelo cronista régio é, pelo contrário, legitimada pela referida tradição.

A partir destes elementos não se pode, como fez CALADO (1991:LIV-LVII), aduzir que o título da biografia seria *Estorya de...* e não *Crónica de...*, até porque o autor anónimo poderá não ter dado título à sua obra ou ter optado por outras possibilidades de designação (por exemplo, *Vida de...*, *Feitos de...*). É verdade que, num conhecido e já muito citado trecho da *CG*, Zurara estabelece uma diferença entre crónica régia e crónica senhorial:

"Ca sem embargo de se em todollos regnos fazerem gceeraes cronicas dos rex delles, nom se leixa porem de screver apartadamente os feitos dalguũs seus vassallos, quando o grandor delles he assy notavel de que se com razom deve fazer apartada scriptura; assy como se fez em França do duc Joham senhor de Lançam e em Castella dos feitos do Cide Ruy Diaz, e ainda no nosso regno dos do conde Nunalvarez Pereira" (cap. I, p. 4).

Só que o próprio Zurara diz, no texto inicial de uma biografia de sua autoria:

"ca, segumdo os antigos escreverão este nome, *scilicet*, cronica, primçipalmente ouve o seu origẽ e fundamento de Saturno, que quer dezer «tempo», esto porque em grego se chama este planeta Cronõ ou Cronos, que synyfica «tempo», assy como no latim este nome quer dezer «tempus», e dhy se deriva cronica, que quer dezer «estoria em que se escrevẽ os feitos temporais»" (CPM: [Livro I], cap. [1], p. 173).

Noutra passagem do mesmo texto chama às crónicas régias "outras storeas do rregno" ([Livro II], cap. 33, p. 677). Por sua vez, na biografia de D. Duarte de Meneses, refere-se à biografia de seu pai nestes termos:

"E das auoengas do conde dom pedro descendeo a Raynha don Lyanor que foy molher delRey dom Fernando de portugal como mais se largamente pode achar scripto no começo da *cronica do dicto conde dom Pedro*" (CDM: cap. 3, p. 49, itálico meu).

Daqui decorre que, se no século XV havia uma consciência da diferença genológica entre crónica régia e crónica biográfica, ela não passava pela distinção entre *cronica* e *estorya*, isto é, não se projectava obrigatoriamente em designações distintas. Por isso, mais importante do que defender que a CC teria um título como o que propõe CALADO é reconhecer que, ao evitar a palavra "crónica" —apesar de o seu trabalho se assemelhar, nalguns aspectos, ao dos cronistas da historiografia régia (o prólogo, de que já propus uma breve análise, inscreve nitidamente a CC no plano da História)— e, ao contrário de Fernão Lopes, adoptar o par de designações próprio da *Demanda* (sobretudo o lexema "conto"), o biógrafo produz um aparente paradoxo, que acaba por provocar uma tensão: a personagem de Nuno Álvares na CC pode ser, simultaneamente, encarada na sua dimensão histórica, referida a uma realidade factual, e na sua dimensão emblemática, referida ao mundo dos cavaleiros ficcionados da *Demanda*. Daí resulta que também a sua biografia

se situa na fronteira entre dois géneros que, normalmente, encaramos como tipologicamente contrastantes: o relato historiográfico e o romance. Esta tensão genológica nunca é inteiramente desfeita, mas, ao invés do que acontece noutras biografias medievais, a *CC* não cede à tentação da intertextualidade explícita com matérias de textos da ficção cavaleiresca (cf. *Victorial*, cap. 61), a não ser numa menção de Galaaz, que analisarei mais à frente (v. pp. 239 sgg.).

Voltando ao Quadro nº 4, as formas verbais aparecem, amiúde, ligadas a expressões adverbiais (“aqui”, “ao diante”, “en’cima”, etc.), criadoras de um espaço na escrita diferente daquele em que se movem as personagens. Esse espaço extradiegético é habitado pelo organizador da obra e partilhado com o leitor. Quando não designado pelo deítico presentificador (“aqui”), surge a maior parte das vezes incluído em expressões ou de remissão intratextual que, por fazerem apelo à memória ou expectativa de leitura, ajudam a relacionar acontecimentos, a relembrar factos importantes já relatados ou a antever outros que o hão-de ser. Não se vislumbra, contudo, qualquer tipo de regularidade na distribuição desse mecanismo:

- cap. 4: “como ja dito he” (p. 8), “como ja dito he ante desto” (p. 9);
- cap. 7: “como ja en’cima dito he” (p. 14);
- cap. 12: “como en’cima faz mençom” (p. 25); “como a estoria o ha ja divisado” (p. 32);
- cap. 17: “como se adiante dira em seu lugar” (p. 42);
- cap. 19: “como ja en’cima faz mençom” (p. 44);
- cap. 52: “segundo ja no começo deste livro faz mençom” (p. 122);
- cap. 53: “como ao diante veredes” (p. 124);
- cap. 76: “segundo se adiante dira em seu lugar” (p. 192);
- cap. 80: “de que ja en’cima esta estoria faz mençom” (p. 199).

Se exceptuarmos os caps. 17 e 52, em que, por partilharem entre si a história do alfageme de Santarém, a associação explícita serve o propósito de solidificar um nexó diegético, nas outras situações assinaladas a técnica de remissão parece ter sido utilizada aleatoriamente, tanto mais que muitas outras passagens do texto poderiam ter merecido igual tratamento.

Comparemos alguns fragmentos:

com remissão	sem remissão
cap. 4: “E Nuno Alvrez em breve lhe respondeo que sua vontade nom era de em nenhuña guysa casar, e esto dezia elle como homêe que trazia cuydado em outra cousa, <i>como ja dito he ante desto</i> ” (p. 9 —referência ao mesmo capítulo);	cap. 46: “Estando o condestabre na aldeia honde se alojara ajunto com o Minho [...]” (p. 105 —não remete para o cap. 44, onde tal informação surgira pela primeira vez);
cap. 12: “E aquelle dia deu Deos vitoria e grande honrra a Nun’Alvrez e aos que com elle hiam, como quer que lhe muytos fugirom dos seus, <i>como a estoria o ha ja divisado</i> ” (p. 32 —referência ao mesmo capítulo);	cap. 55: “Estando asy elrey em Santarem com grande despeyto porque a gente que mandara chamar nom viinham [...]” (p. 155 —não relaciona com o fim do capítulo anterior);
cap. 19: “A dous ou tres dias depois que Nun’Alvrez chegou a Lixbooa, <i>como ja ençima faz mençom</i> ” (p. 44 —referência ao capítulo anterior);	cap. 73: “Ao tempo que o priol dom Alvaro Gonçalvez foy preso em Evora [...]” (p. 184 —não reenvia para o cap. 65).

Nos primeiros dezanove capítulos, essa técnica é assaz recorrente (sete vezes em cinco capítulos próximos). Depois, desaparece ao longo de trinta e dois capítulos (entre os caps. 19 e 52), e regressa, espaçadamente, ao texto. Só por si, estes dados revelam uma certa despreocupação —igualmente observável na construção das epígrafes ou na dimensão textual dos capítulos, matéria já analisada— que poderá parecer estranha a leitores menos familiarizados com a narrativa medieval. No fundo, trata-se de um bom exemplo de como os textos produzidos durante a Idade Média, por razões

muito diversas (a natureza das fontes, a habilidade do escritor, a história do texto, as refundições, etc.), não podem ser lidos como as narrativas contemporâneas, em que a consciência e a afirmação de autoria se revelam também através de uma espécie de coerência linguística, literária, estrutural, em que tudo produz significado, porque se espera que o escritor tenha planificado a sua escrita também de forma coerente.

Outro modo de o narrador revelar a sua presença é o de interpelar directamente os leitores, processo a que Fernão Lopes recorreu com muita frequência. O biógrafo fê-lo apenas duas vezes:

“como ao diante veredes” (cap. 53, p. 124)

“ally veriades repartir pedradas e lançadas” (cap. 54, p. 131).

O facto de esses dois únicos exemplos se encontrarem em capítulos sucessivos relacionáveis com um mesmo núcleo diegético (a batalha de Valverde) pode indicar procedência da fonte utilizada.

Noutros dois casos, frases em que o narrador se expõe acabam por englobá-lo a si e aos leitores:

“Praza a Deos que lhe [Álvaro Gonçalves Pereira] dê dello boõ galardom e o leve a sua gloria, e a *nós* quando deste mundo *partiremos*” (cap. 6, p. 13).

“E ainda o dya de oje, depoy de sua morte, Deos, por sua merçee, fez e faz muytos millagres naquell lugar honde seu corpo jaz, que som asaz denotados e magnifestos, por que *devemos de entender* que sua alma he com Deos na sua gloria, a qual elle por sua merçee *nos dê*.” (cap. 80, p. 203).

Um dos grandes méritos da edição de CALADO foi o de restituir ao texto três frases exclamativas que as edições anteriores tinham eliminado —erro

que, provavelmente, teve a sua origem na edição de 1526—, acrescentando-as à já conhecida do cap. 41:

“Oo virtuoso e de gram piedade, sobre seu corpo seer posto em tam gram trabalho e periigo, e, asy maçado, seer lembrado de tanta piedade!” (cap. 12, p. 32) [trata-se do desfecho do recontro de Lisboa e pretende celebrar o facto de Nuno Álvares ter poupado a vida a um castelhano particularmente rebelde]:

“Oo que vontade de servir seu senhor e, por emparo da terra, asy avia gana de pelejar!” (cap. 28, p. 66) [antes da batalha de Atoleiros, Nuno Álvares tenta convencer os seus homens muito renitentes a combater]:

“Oo vallente e verdadeyro cavalleiro, que nom desimulava, mas compria o per elle prometido!” (cap. 28, p.68) [elogia o cumprimento da promessa de ser o primeiro a avançar sobre os castelhanos, apesar de na hoste inimiga se encontrarem seus irmãos]:

“Oo, que humano e caridoso senhor!” (cap. 41, p. 98) [Nuno Álvares ajuda um cego que toda a gente abandonara].

É nestes quatro momentos, em que o narrador não se contém, que melhor sentimos não só a sua presença, como também a admiração pela personagem cuja vida nos conta. Só que não se vislumbra o critério que esteve na origem da eleição destes acontecimentos. Outros haveria, igualmente louváveis, que não mereceram igual tratamento: relembro, como exemplo, a acção de Nuno Álvares durante a batalha de Valverde (cap. 54), talvez a mais difícil da sua carreira militar, ou a prontidão com que o velho recolhido no Mosteiro do Carmo se preparou para seguir o rei numa frustrada expedição militar a Tunes (cap. 79), ou, ainda, a caridade do senhor que alimentou camponeses castelhanos, assim evitando a morte deles (cap. 80). Não creio, todavia, que se possa considerar que todas elas provieram de fontes escritas pelo mesmo indivíduo.

A primeira dessas exclamações consta dum capítulo cuja fonte, como se verá, atribuo hipoteticamente a um clérigo (v. pp. 129 sgg.). A vontade de nela se destacar a piedade de Nuno Álvares, num episódio em que a sua intrepidez é tão evidente, parece constituir-se como marca ideológica consonante com a hipótese acima indicada. As duas seguintes celebram o combatente. A última recupera o tema da piedade, num acontecimento de matriz bíblica, embora, na sua brevidade, se assemelhe a um pálido eco das restantes. Não há nenhuma razão para crermos que Vasco Eanes do Couto foi, simultaneamente, autor das fontes dos caps. 12 e 41. Talvez não seja de afastar a possibilidade de o autor da *CC* ter imitado, nos caps. 28 e 41, uma fórmula de elogio encontrada na fonte do cap. 12.

Fontes

Para redigir esta crónica na década de trinta do século XIV, coligindo acontecimentos ocorridos ao longo de cinquenta e oito anos, o seu autor teve que recorrer a fontes de dois tipos: narrativas e documentais. CALADO recenseou de forma clara a quantidade e natureza das segundas (1991:CIII-CIV). O problema mais interessante encontra-se na identificação das primeiras.

Diferentemente de outros textos historiográficos medievais, o autor da *CC* não deixou no texto vestígios suficientemente claros da utilização de fontes narrativas. Nunca encontramos fórmulas que assinalem a entrada de uma dessas fontes, como as que a seguir transcrevo da *CGE*:

“Contam as estoryas que Spam pobrara Calez das gentes de Tiro que he em Asya” (cap. 51, p. 79):

“Segundo o que conta o arcebispo dom Rodrigo em sua estorya” (cap. 142, p. 211).

Sabemos que Fernão Lopes só revelou uma pequena parte das fontes de que se serviu e que não usou com regularidade o sistema que lhe permitia assinalar a entrada desses testemunhos no seu texto, mas o autor da *CC* eliminou completamente tal dimensão da sua narrativa, como se, efectivamente, não tivesse recorrido a textos de proveniência diversa⁵⁰. Esta característica da obra dificulta enormemente o seu estudo. No entanto, talvez seja possível fazer inferências e formular hipóteses a partir de ressonâncias muito ténues.

Alguma capacidade descritiva do discurso, assim como as passagens em que a atenção se centra no pormenor e na Pequena História, de que já forneci exemplos —a que poderia acrescentar outros (o relato da batalha de Valverde, no cap. 54, é o mais paradigmático desse ponto de vista)—, sugerem a utilização de fontes testemunhais directas, orais ou escritas. A impressão de proximidade criada pelo discurso poderia, até, levar-nos a pensar que o autor participou nos eventos. No entanto, o exemplo de Fernão Lopes, autor capaz de, através da hipotipose, imprimir um realismo contagiante aos seus relatos sem ter testemunhado nada do que conta, demonstra que o dinamismo de uma narrativa histórica não depende obrigatoriamente da homodiegese (cf. GENETTE 1972:252-259) do autor-narrador, bastando o manuseamento criativo de boas fontes. Vejamos quais poderão ter sido algumas delas.

Nuno Álvares

A forte personalidade de Nuno Álvares, assim como a excelência da sua acção militar, impressionou os seus contemporâneos, como se vê pelas referências que a ele faz D. Duarte (*LConselhos*: pp. 225-229; *LC*: cap. 57, p. 242; e *VB*: Livro IV, cap. 6, p. 250), e desencadeou, provavelmente, uma tradição oral rica a ele associada, que circularia nos meios cavaleirescos nas últimas décadas do século XIV e na primeira metade do século XV, constituída por um fundo de histórias que poderiam ser descritas nos termos em que AMADO o faz, a propósito de algumas fontes de Fernão Lopes:

“historietas escritas de memória [e orais?] por testemunhas de um período que com certeza lembraram durante toda a sua vida” (1991^a:106).

Nada impede, inclusivamente, que o próprio Nuno Álvares tivesse sido fonte de informação para alguns episódios mais marcantes da sua vida. Uma passagem do texto aponta neste sentido. Na parte final do cap. 51 (batalha de Aljubarrota), diz-nos o narrador:

“aconteceo hũa grande maravilha que o conde estabre vyo e assy o affirmou, e outrem nom a vyo” (p. 120).

Segue-se o relato de uma visão da personagem: Nuno Álvares vislumbra no meio da multidão de combatentes um cavaleiro que, pelo aspecto, identifica com seu irmão Pedro Álvares. Nesse momento, uma lança, “nom muy levantada da terra”, atravessa o ar e atinge-o. O cavaleiro tomba e nunca mais é encontrado. Pouco mais à frente, o narrador conta que Nuno Álvares se ausentou do arraial, três dias depois da batalha, pondo, inusitadamente, em

confronto duas versões explicativas desse facto: uma, segundo a qual Nuno Álvares teria ido em romaria a Santa Maria de Seiça, em Ourém, aproveitando para tomar posse desta vila; outra, posta a circular pelas “gentes” do arraial, segundo a qual Nuno Álvares (também?) teria ido enterrar o irmão. O autor nega a veracidade desse boato, porque acredita no desaparecimento do corpo de Pedro Álvares, constatado pelo protagonista⁵¹. Ora, se o Condestável não foi a fonte directa do autor (e só pode tê-lo sido se o projecto da escrita da biografia tiver sido iniciado antes da sua morte, em 1431), a *CC* quer deixar bem claro que o foi de alguém, na tradição constitutiva deste episódio. Nesse contexto, o protagonista aparece, nessa passagem (“o conde estabre vyo e *assy o affirmou*”), como *auctoritas* incontestável de um relato prodigioso.

Para além do que ficou dito, note-se a semelhança entre este acontecimento e uma curta frase do *LL*, precisamente do título 21, cuja redacção, como sabemos, manteve uma estreita ligação com os Pereiras:

"e o infante dom Pedro [filho do rei castelhano D. Sancho IV], que se perdeo na veiga de Graada, e nom foi achado morto nem vivo" (21A12).

A *CGE* também conta uma situação parecida, a propósito do rei Rodrigo:

"Depois que a lide foy vencida desaventuradamente [pelos mouros], como avedes ouvydo, os mouros buscaron os mortos e tomaram todallas armas que lhes acharon e todo outro esbulho. E buscaron per todo o campo el rei dom Rodrigo e nũa o poderon achar. Mas conta Homar, filho de Jufez, que, quando hia no ãcalço empos os cristãaos, que, en se tornãdo, que vira jazer hũa calçadura que ben esmava que era sua, polla nobreza que ã ella vyo; ca, por o que elle ouve daquella calçadura, foy rico e avondado em toda sua vyda e foy senhor de villas e castellos. E outros disseron que morrera ãno mar. E outros que fogira aas montanhas e que o comeron as bestas feras. E desto nõ soubemos mais se nõ que, despois per tempo, foy achado hũu sepulcro ã Viseu, ã que eram leteras scriptas que deziã assi: «Aqui jaz el rei dom Rodrigo, o postumeiro rei dos Godos, que foy perduto na batalha da Sagoneira.»" (cap. 202, p. 332).

Analisarei a possibilidade de que alguma destas referências tenha contaminado o relato da morte da Pedro Álvares na *CC*, na secção dedicada à análise da representação dos familiares masculinos de Nuno Álvares (v. pp. 286 sgg.).

Vasco Eanes do Couto?

No cap. 12, conta-se uma escaramuça liderada pelo jovem Nuno Álvares, em Lisboa, em que este enfrenta sozinho duzentos e cinquenta castelhanos. Em determinada altura, o autor fornece o nome do primeiro homem que se junta ao herói:

“E o primeyro que a elle chegou foy huū clérigo de Lixboõa em cuja pousada Nun’Alvrez pousava, [...] o qual clérigo avia nome Vasqu’Eanes do Coto, o quall trazia hũa besta e era homem bem avisado” (p. 30);

“[...] o qual Vasqu’Eanes depois recbeo bõo gualardom e foy muy louvado, pollo qual Nun’Alvrez o fez beneficiyar na see de Lixboa na mayor prevenda sem denidade que na ygreja ha, ca foy conigo na ygreja e governador na ygreja de Maffora e priol das Avitorceiras de Santarem e ouve muytos bcês por que sempre viveo rico e honrrado” (pp. 30-31).

Teremos a oportunidade de verificar que Fernão Lopes, no capítulo correspondente da *CDF*, omitiu este nome e toda a restante informação que a *CC* fornece a seu respeito.

Vasco Eanes não só ganha o direito a ver o seu nome registado na biografia do Condestável, como também a sua acção justifica uma suspensão da narrativa principal, para, em prolepse, serem anunciadas as benesses que conseguiu obter por influência de Nuno Álvares. O facto de se tratar de um clérigo e a relevância que o discurso lhe dá leva-me a crer, como afirmei já,

que talvez fosse ele o autor do documento que serviu de fonte ao biógrafo para este acontecimento. LIMA dá-o como quarto filho de João Afonso do Couto e dele diz que andou sempre no séquito do Condestável —a *CC* só se refere a ele no cap. 12. O mesmo autor afirma, também, que Vasco Eanes “assigna como testemunha em muitas doações e escripturas suas [de Nuno Álvares], como se vê no archivo da Serenissima Casa de Bragança” e que “esta amizade levou seus sobrinhos ao serviço daquela Serenissima Casa” (1929:144). SOUSA transcreve o contrato de casamento entre D. Beatriz e D. Afonso, em que pode ler-se: “testemunhas. Baasque Annes Conigo de Lisboa” (*Provas*:III, II, doc. 2, pp. 4-7) —o que confirma uma relação especial entre a personagem e o Condestável. Na curta genealogia da família, LIMA indica um Luís do Couto (sobrinho de Vasco) como cavaleiro da Casa do Condestável e um João do Couto (filho do anterior), que teria servido D. Fernando, neto de Nuno Álvares (1929:102). Um João do Couto aparece numa lista de “criados de D. Brites” (filha bastarda de D. João I?) nos *MH* (IV, p. 232).

As palavras da *CC* sobre Vasco do Couto são suficientes para poderem significar o reconhecimento da Casa de Bragança por serviços prestados ao seu fundador. E, ainda que não confirmadas por outras fontes, as informações de LIMA, a serem verídicas, corroborariam a hipótese de Vasco Eanes ter redigido a fonte utilizada pelo biógrafo.

Fontes lendárias ou da tradição oral bragantina

A história do alfageme de Santarém, distribuída pelos capítulos 17 e 52, também pode ser encarada como originária numa fonte de contornos precisos —por um lado, porque se constitui como um pequeno conto, na medida em que apresenta uma certa autonomia, fundada numa estrutura com princípio, meio e fim e sem grandes implicações no resto da biografia; por outro, por nela encontrarmos aspectos relacionáveis com propriedades das lendas⁵²:

- inserção da história num espaço credível (Santarém);
- inclusão de uma profecia e, por isso, de uma dimensão maravilhosa, pronunciada por uma personagem anónima (“hũu alfageme”);
- organização da narrativa em torno de dois motivos de forte carga simbólica (o ferreiro e a espada);
- recurso ao diálogo, reproduzido em discurso directo, entre o protagonista e o alfageme⁵³.

Ora, o motivo da espada não volta a ser aproveitado pelo autor, apesar das muitas oportunidades que a narrativa lhe proporcionava (por exemplo, a propósito das batalhas), o que pode indiciar uma certa incapacidade de aproveitar uma fonte independente para a harmonizar com a restante matéria biográfica.

Fr. José Pereira de Sant’Ana identifica esse alfageme com um tal João de Guimarães, sepultado no Mosteiro do Carmo. Diz ainda que no século XVII ainda se conservava no Mosteiro a espada de que aqui se trata, em que podia

ver-se a marca do artesão (*Carmelitas*: Parte III, cap. 1, p. 295 e cap. 20, p. 481). Estas notícias, a serem verdadeiras, confirmariam que Nuno Álvares estabeleceu com o espadeiro uma relação privilegiada, mas nada nos dizem de concreto sobre as causas dessa protecção, ou seja, não são suficientes para garantir a veracidade da história relatada pela *CC*.

No entanto, sabendo-se que as lendas se constroem com base em acontecimentos reais (cf. RÖHRICH 1991:11), não é impossível imaginar o que teria acontecido: provavelmente, João de Guimarães ter-se-á recusado a receber dinheiro pela espada, como conta a *CC*. O motivo dessa generosidade é enigmático, mas talvez tenha resultado de algum aspecto da personalidade de Nuno Álvares que impressionou o ferreiro ou, até, de saber-se que se tratava de um filho de Álvaro Gonçalves Pereira. Mais tarde, o Condestável demonstrou a sua gratidão, ao libertar o alfageme da prisão acusado de traição e ao conseguir que o rei lhe devolvesse os bens confiscados. Não seria difícil ao próprio João de Guimarães, à sua mulher, aos seus parentes, a vizinhos ou amigos, justificar uma atitude tão excepcional do ilustre cavaleiro através da inclusão retroactiva de uma profecia na história que o ligava a personagem tão importante. Isto significaria que, na origem, a lenda do alfageme teria servido para beneficiar João Guimarães —atribuindo-lhe poderes sobrenaturais que explicavam a acção abonatória de um dos maiores do reino e anulavam as reverberações sociais negativas da sua detenção pelos homens do rei, processo de acrescento de elementos subjectivos a uma determinada realidade que DELEHAYE identifica com a criação de lendas (1973:12)⁵⁴— e só mais

tarde as reverberações simbólicas do conto se teriam transferido para o próprio Nuno Álvares.

Não é de afastar a hipótese de que a fonte da informação sobre esta lenda tivesse sido um dos familiares do Condestável. Pelo contrário, é natural que os seus descendentes conhecessem o episódio: se os homens da Idade Média não eram completamente diferentes de nós, sentir-se-iam com certeza compelidos a conhecer bem as histórias associadas aos seus ascendentes — conjunto de narrativas a que poderia chamar-se "tradição oral de família"—, ainda por cima quando revestidas de uma dimensão tão simbólica e edificante. DUBY acredita na existência desse tipo de tradição, conforme se depreende das suas palavras:

“Os mortos estavam vivos. Servi-los não consistia portanto em fazê-los reviver, mas em manter a sua presença invisível no seio do lar. Começavam por estar presentes graças ao nome que usavam, nome que o pai de família necessariamente tomara para o dar a um ou outro dos seus filhos, que surgia então como substituto, como reencarnação do defunto, crendo-se obrigado a imitar este avô, este bisavô, este trisavô, a mostrar-se igualmente valente, igualmente virtuoso, a cumprir, se lhe fosse possível, a função que aquele outrora tivera. Um tal dever forçava-o evidentemente a manter-se informado dos altos feitos do antepassado epónimo, a preservar atentamente a sua imagem na memória. [...] Ora o renome dos antepassados fazia a força da linhagem num tempo em que a qualidade de uma casa, o lugar que lhe cabia, a sua competência, em suma, a sua nobreza assentavam na recordação das glórias ancestrais. O que era pois a *nobilitas* senão a capacidade de reivindicar ascendentes longínquos e valorosos?” (1996^b:14-15).

Algumas páginas à frente, o historiador francês chega ao ponto de estabelecer uma relação proporcionalmente directa, que hoje resulta estranha, entre a conservação dessa memória e os bens adquiridos por herança:

“[...] a lembrança dos mortos é tanto mais firme quanto mais eles legaram” (1996^b:17).

MATTOSO (1983:75-77 e 1987²:37 e 90-98) confirma a importância dessa tradição na cultura nobre medieval portuguesa, a propósito das narrativas mais ou menos curtas inseridas nos livros de linhagens, que podem ser encaradas como antecedentes da biografia, conforme pretendi demonstrar (v. pp. 30 sg.).

Assim sendo, aceita-se que este e outros episódios, como o do misterioso desaparecimento do irmão mais velho de Nuno Álvares, tivessem sido recolhidos (ou fossem conhecidos) no meio familiar do protagonista. Estaria aqui mais um motivo para relacionar a redacção da *CC* com a Casa de Bragança, fiel depositária privilegiada dessa suposta tradição, porque também o foi do monumental património herdado.

Outras situações podem ter feito parte dessa tradição oral:

- a primeira expedição militar de Nuno Álvares e a surpreendente resposta que deu aos monarcas (cap. 2);
- a reacção de Nuno Álvares à proposta de casamento e as referências ao seu gosto pelas aventuras de Galaaz (cap. 4);
- a peripécia da fuga de Nuno Álvares, para ir ter com o rei D. Fernando a Elvas (cap. 13);
- a atitude do jovem cavaleiro durante o banquete oferecido em honra do rei castelhano (cap. 14);
- a história do envio do porco selvagem a Pero Sarmiento (cap. 35);
- as circunstâncias da morte de Fernão Pereira, e a interpretação que Nuno Álvares lhe deu (cap. 38);

- o auxílio prestado por Nuno Álvares a um cego (cap. 41);
- o episódio da morte da mula, à saída de Leça, associado a uma intervenção do Diabo (cap. 43).

Ayala

No cap. 53 (batalha de Valverde), inusitadamente, como notou AMADO (1991^a:139), o autor anónimo oferece, em alternativa, duas quantificações dos exércitos de Nuno Álvares:

“huns dizem que levava *oytoçentas lanças e seis mil homens de pee*, outros dizem que, por todos, nom eram mais que *tres mil e quinhentos*” (p. 124).

A primeira é a de Ayala:

“Después que el maestre Davis llegó a Santarén e cobró las fortalezas que estaban en aquella comarca, e sopo cómo la flota de Castilla que estaba sobre Lisboa era partida, ordenó que Nuño Álvarez Percyra, su condestable, e el prior del hospital de Portugal, que decían don Álvaro González Camelo, e otros caballeros e escuderos, que podían ser fasta *ochocientos omes de armas. e seis mil peones*, entrasen por Castilla” (*Crónica de Don Juan*: Año Sexto, cap. 18, p. 605).

Apesar de, como tudo indica, a hesitação da CC demonstrar uma eventual utilização da crónica de Ayala, o relato da batalha de Valverde e dos seus antecedentes não se inspirou nessa fonte: os textos só coincidem no nome dos intervenientes e no local do combate. Talvez o autor da CC tivesse igualmente tido acesso a fontes castelhanas diversas da obra de Ayala: a transcrição, resumida em discurso narrativizado (cf. GENETTE 1972:191-192), duma conversa entre Pero Sarmiento e o rei castelhano ou foi inventada ou corresponde a isso mesmo (cap. 34, p. 87).

O cronista castelhano refere-se pela primeira vez a Nuno Álvares a propósito da batalha de Atoleiros, designando-o como

“un escudero que decían Nuño Álvarez Percyra, fijo del prior que fuera del hospital de Portugal, e hermano de don Per Álvarez que era estonce prior del hospital” (Año Sexto: cap. 4, p. 563).

Apresenta os portugueses como agressores, ao contrário do que se lê na versão portuguesa (*CC*: cap. 28), e omite totalmente o relato da batalha, tentando apenas explicar a derrota do exército castelhano em função da sua “mala ordenanza”. Ambas as crónicas assinalam a morte do mestre de Alcântara, mas Ayala acrescenta, paradoxalmente, que a batalha teria terminado porque os portugueses “non [...] osaron más acometer”, enquanto a *CC* relata uma perseguição infrutífera aos exércitos castelhanos em fuga.

É no relato da batalha de Aljubarrota e dos seus antecedentes imediatos que encontramos mais semelhanças entre a *CC* e a crónica castelhana. Ayala transcreve duas cartas trocadas entre Nuno Álvares e o rei D. Juan (Año Séptimo: cap. 12, pp. 594-595). A *CC* também dá conta destas missivas, mas o registo por que opta (discurso indirecto resumido) levaria a supor que se tratara de mensagens orais (cap. 51). O primeiro resumo concilia-se bem com a versão de Ayala, notando-se inclusivamente algumas coincidências textuais (em itálico):

1ª cartaVersão da *CC*

“que fosse dizer a elrey de Castella que elle lhe mandava dizer e requerer, *da parte de Deos e do marter Sam Jorge*, que elle se fosse em bo'ora e desocupase a terra del'rey seu senhor e, nom no querendo fazer, que o *desafiava pera batalha*” (p. 114)

Versão de Ayala

“Diredes al rey de Castilla, que mi señor el rey de Portugal e todos los suyos naturales de su regno de Portugal, que están con él, le dicen *de parte de Dios e de Sant Jorge*, que él non quiera estroir la su tierra de Portugal, e que por servicio de Dios, seyendo guardada la honra de mi señor el rey de Portugal, e fincando el rey mi señor rey de Portugal, que él fará con el rey de Castilla buena avenencia, aquella que fuere razonable. E non queriendo el rey de Castilla dexar nin desembargar e partirse del dicho regno de Portugal libremente, mi senõr el rey de Portugal lo pone en la mano de Dios, e *lo quiere librar por batalla*, e quiere sobre esto atender el juicio de Dios.” (pp. 594-595)

É possível que o biógrafo se tivesse inspirado na versão de Ayala, mas transferindo a iniciativa da carta e do desafio para Nuno Álvares, enquanto que o cronista castelhano a apresenta como dependente do serviço ao rei D. João I. Aliás, neste ponto, Fernão Lopes prefere a versão de Ayala e transcreve, traduzindo, a carta que aí se encontra (*CDJII*: cap. 32, pp. 66-67). Esta escolha mostra bem como a diferença entre a *CC* e as crónicas régias pode espelhar-se nas semelhanças entre estas últimas: na primeira, aproveitam-se todas as oportunidades para colocar em relevo um senhor; nas segundas, a narrativa articula o protagonismo senhorial com o serviço à figura mais importante do reino. É isto mesmo que AMADO observa, a propósito das opções discursivas do cronista português, noutra passagem sobre a batalha de Aljubarrota:

“[...] Fernão Lopes usa depois um artifício inesperado, que corresponde, creio, à preocupação evidenciada nesta fase da *Crónica* de não atribuir ao rei uma actuação menos efectiva que a do condestável” (1991^a:131).

Na resposta do rei castelhano a Nuno Álvares, o biógrafo não aproveitou o texto de Ayala, mas só uma das ideias nele presente:

2ª carta

Versão da CC

“ao qual respondeo el'rey de Castella que o nom cõhecia por conde estabre e a seu senhor menos por rey, e que lhe nom respondia mays” (p. 114).

Versão de Ayala

“Decid vos a Nuño Álvarez Pereyra que él sabe bien cómo yo casé con la reyna doña Beatriz, mi mujer, hija del rey don Ferrando de Portugal, e fice bodas con ella en la mi cibdad de Badajoz, e el maestre Davis, que se llama rey, e todos los otros grandes del regno de Portugal vinieron y, e le besaron la mano por su reyna e señora del dicho regno de Portugal, e a mí así como su marido después de los días del rey don Ferrando, e de esto ficieron sus ciertos tratos, e lo juraron sobre el Cuerpo de Dios. E que yo he derecho a este regno de Portugal por la dicha doña Beatriz, mi mujer; e si el dicho maestre Davis e los que con él son, quieren venir a la mi merced non catando el mucho deservicio que me han fecho e facen, yo partiré con ellos este regno, así en tierras, como en oficios grandes e honradas mercedes, en guisa que ellos sean pagados. E si esto non quisieren, salvo perserverar en su rebeldía e desobediencia, e lo quieren librar por batalla, yo tengo que Dios me ayudará con el buen derecho que yo he; e que yo los iré buscar” (p. 595).

A brevidade do texto do biógrafo não surpreende, se recordarmos duas características do seu discurso: o desinteresse da contextualização pormenorizada dos acontecimentos e a sua preferência pela acção. Ora, ambas as cartas ocorrem num momento crucial da narrativa, em que Nuno Álvares prepara a batalha que se adivinha; por isso, o discurso imita a pressa do protagonista, não se alongando em registos que, por definição, dilatam o

tempo narrativo. Pelo contrário, os cronistas régios (Ayala e Lopes, já que este último, mais uma vez, traduz aquele) consideram este tipo de mensagens demasiado importantes para serem ignoradas ou relegadas para segundo plano, porque enformam uma dimensão importante da guerra: a sua justificação jurídica e política.⁵⁵

Do confronto acima efectuado, ressalta que a ideia do não reconhecimento de D. João como rei, sublinhada pela versão portuguesa, pode ter sido induzida pelo biógrafo a partir da expressão pela qual o monarca português é designado no texto de Ayala: “el maestre Davis, *que se llama rey*”. Baseando-se nela, terá o autor anónimo extrapolado uma outra: a de que o rei castelhano também não reconhece a Nuno Álvares o direito de usar o título de condestável. À primeira vista, poderia parecer que esta transformação do texto de Ayala produziria um efeito negativo na representação do herói, mas, na realidade, o cronista anónimo terá operado de modo a devolver a Nuno Álvares o estatuto que a carta do rei castelhano não lhe reconhecia, estabelecendo, em simultâneo, um elo inquebrável entre D. João I e o seu braço direito. O resultado enobrece a personagem, enraizando-se num sistema ideológico criador de nexos, subliminarmente sugeridos, entre a dinastia fundada por D. João e a Casa fundada pelo seu mais fiel servidor.

Seguidamente, a *CC* assinala, sumariamente, uma troca de missivas de desafio entre os reis português e castelhano (que não consta da crónica de Ayala), mas que Fernão Lopes confirma, transcrevendo (a partir de que

fonte?) tanto a carta de D. João como a conversa do escudeiro Gonçalves Eanes Peixoto com D. Juan e a resposta deste (*CC*: cap. 52, p. 116; *CDJII*: cap. 33, pp. 68-69).

Tanto a *CC* como Ayala referem o encontro entre cavaleiros castelhanos e Nuno Álvares antes da batalha de Aljubarrota, mas em termos dissemelhantes. Ayala a iniciativa do encontro ao condestável português (p. 596), enquanto a *CC* afirma o contrário (p. 117). A *CC* menciona o nome dos cavaleiros (Pero Lopes de Ayala, Diogo Álvares e Diego Fernandez), não constantes do texto castelhano. O teor da conversa também é diferente: na crónica de Ayala, os cavaleiros insistem nos argumentos da carta de D. Juan a Nuno Álvares e a conversa desenvolve-se em torno da questão do direito à coroa, concluindo-se com um convite ao Condestável para se juntar às forças castelhanas; na *CC*, os emissários só tentam convencer Nuno Álvares a juntar-se ao seu partido. O texto de Fernão Lopes (cap. 34), em que, talentosamente, este entrelaça as duas versões, pode dilucidar a questão.

É natural que o biógrafo tivesse elidido a parte politicamente importante da conversa, mas que não só nada acrescentava ao protagonismo de Nuno Álvares, como, pelo contrário, centrava o problema num conflito entre os dois reis. É igualmente credível que o autor da *CC* tenha atribuído a Pedro Álvares a ideia do convite feito ao seu irmão, com o propósito de, num momento em que os dois monarcas têm tanta importância, recentrar a narrativa no conflito familiar, assunto que, seguramente, interessava sobremaneira a um biógrafo, mas não a um cronista régio castelhano. Quero com isto dizer que as

dissidências entre os dois textos, em presença da versão compósita de Fernão Lopes, apontam para a possibilidade de uma leitura selectiva do texto de Ayala por parte do biógrafo anónimo, acrescida do eventual recurso a outra fonte (quem sabe se originada no próprio Nuno Álvares). Os termos em que, contra o que lhe é habitual, a *CC* situa temporalmente a batalha podem igualmente ter sido inspirados no rigor de Ayala:

<p>“a segunda feyra seguinte, que era vespora de Sancta Maria de Agosto” (<i>CC</i>:116);</p>	<p>“e esto era vispera de Sancta María de Agosto, lunces catorce días del dicho mes deste año” (<i>Ayala</i>:596).</p>
---	--

A ser assim, aqui teríamos um indício de como a ausência de datas precisas na *CC* resulta de uma escolha do seu autor.

Em conclusão, creio ser de admitir que o biógrafo do Condestável conheceu e utilizou a crónica de Ayala, mas que também pode ter tido acesso a uma fonte castelhana diferente, dada a informação constante do cap. 34.

A Crónica de Martim Afonso de Melo

Em torno do nome Martim Afonso de Melo existe uma confusão para cujo esclarecimento creio poder contribuir. RUSSELL indica como fonte da *CDF*, com base em informação do próprio Fernão Lopes (cap. 47), uma crónica daquele reinado composta por esse rico-homem (1941:27) e, a partir do que Zurara afirma na *CTC* (cap. 100), supõe que este mesmo cavaleiro teria escrito uma espécie de tratado militar com o título *Da Guerra* (1941:27). AMADO considera

“sumamente provável a existência duma crónica de Martim Afonso de Melo, a julgar pelas numerosas e detalhadas informações que sobre ele espalha Fernão Lopes nas crónicas de D. Fernando e de D. João I” (1991^a:48).⁵⁶

Existiram, contudo, três Martins Afonso de Melo, activos em épocas diferentes, como se depreende de FERRO (1983) e PINA (1993): o 5º senhor de Melo, personagem influente da corte fernandina, que desertou para Castela no início da crise de 1383-85 —Martim Afonso de Melo I; o seu sobrinho, companheiro de Nuno Álvares —Martim Afonso de Melo II⁵⁷; e o filho deste último —Martim Afonso de Melo III.⁵⁸

É muito provável que aquele a quem Fernão Lopes atribui uma crónica sobre acontecimentos do reinado de D. Fernando seja Martim Afonso de Melo I. Por sua vez, SOUSA transcreve um longo texto, *Regimento da guerra, que fez Martim Affonso de Mello, Guarda môr da Pessoa d’ElRey D. João o I*, que diz ter copiado de uma versão “muy antiga”. Numa “Avertencia ao Leitor”, acrescenta:

“No principio se diz ser o Author deste Regimento Martim Affonso de Mello [II], Guarda môr delRey D. João o I. o que parece não pôde ser senão seu filho do mesmo nome [III], a quem chamaraõ o *Moço*, em differença de seu pay, o qual foi Guarda môr dos Reys D. Duarte, e D. Affonso V. em cujo tempo se começaraõ a reglar as Milicias, e havia as Armas, que no Regimento se trata, e no tempo de seu avô não as usaraõ os Soldados, como se vê na Historia daquelle tempo, pelo que entendemos, que quem lhe poz o nome de Martim Affonso de Mello, o *Velho*, se enganou, tal vez pelo affirmar assim D. Antonio de Lima, no seu Nobiliario, o que se convence com neste Regimento fazer no Cap. XXII. mençaõ de Gonçalo Fernandes de Cordova, a que chamara o Graõ Capitaõ, que concorreo naquelle tempo, e no Cap. XXXIX. e XLVIII. fallar na guerra da India, que foy no delRey D. Manoel” (*Provas*: III, Parte I, pp. 381-382).

Este livro —literariamente pouco interessante, mas eventualmente importante para a história da guerra no fim da Idade Média— foi, portanto,

escrito por Martim Afonso de Melo III, já na segunda metade do século XV, segundo se depreende do reparo de SOUSA. Não há dúvida, contudo, que Zurara atribui a Martim Afonso de Melo II uma obra de características parecidas com esta:

“E aalem de seu grande esforço e ardideza, compos huũ liuro per seu emgenho e saber, que sse chama da guerra, no quall sse comtem mujtas e boas emsinanças e auisamentos pera todos aquelles que teuerem fortelleza, ou alguũ lugar çercado em frontaria de jmmigos” (*CTC*: cap. 100, pp. 262-263).

Se a referida crónica de Zurara foi concluída em 1449 (cf. GOMES 1993:687), o texto por ele identificado e o texto publicado por SOUSA não podem ser o mesmo, pelo que se mantém em aberto a probabilidade de se vir a descobrir um dia a obra *Da Guerra*, de Martim Afonso de Melo II. É aceitável, todavia, supor-se que o texto de seu filho é uma refundição do seu.

Acresce a hipótese posta por AMADO de o autor da *CC* ter conhecido a crónica, utilizada por Fernão Lopes, “de que era herói Martim Afonso de Melo” (1991^a:156). Neste caso, tratar-se-ia de uma biografia sobre Martim Afonso de Melo II, cuja existência se depreende do protagonismo deste cavaleiro, sobretudo nos caps. 155 a 158 da *CDJII*.

Recapitulemos:

— Martim Afonso de Melo I compôs, segundo Fernão Lopes, um texto sobre o reinado de D. Fernando, que o cronista utilizou (e criticou) na crónica daquele rei;

— alguém escreveu uma história da vida cavaleiresca de Martim Afonso de Melo II (a que aqui chamo *Crónica de Martim Afonso de Melo*), cujo enxerto na *CDJ* é muito provável;

— Martim Afonso de Melo II terá redigido uma obra (que se perdeu) sobre teoria e prática militares, a que Zurara chama *Da Guerra*;

— Martim Afonso de Melo III foi autor de um *Regimento de Guerra*, talvez aproveitando e amplificando a suposta obra de seu pai.

Clarificada esta questão complexa, relembro a hipótese de AMADO sobre a utilização, por parte do cronista do Condestável, da biografia de Martim Afonso de Melo [II], a propósito de “dez linhas extremamente elípticas” do cap. 64 (1991^a:156).

Outros momentos da *CC* parecem confirmar esta impressão. No cap. 48, a biografia narra uma escaramuça entre portugueses e castelhanos, destacando a bravura de Vasco Martins de Melo, o Moço, em termos surpreendentemente elogiosos:

“E das cousas notavees que se na escaramuça fizeram asy foy que Vaasco Martinz de Mello, o moço, foy dos primeyros que da vanguarda passaram augua allem e, como homem de gram coração, a cavallo como hya, se lançou antre os castellãos que hy andavam em guarda, que eram muytos, fazendo tanto per sy soo, *que o melhor homem do mundo o nom podia melhor fazer*” (pp. 108-109).

A consecutiva em itálico introduz um tipo de expressão muito frequente na *Demanda*⁵⁹:

“Boorz [...] bem conheceu que aquele [Galaaz] era o melhor cavalcero do mundo” (cap. 93, p. 80);

“[...] este [Gaeriet] é o melhor cavalcero do meu linhagem” (cap. 152, p. 119);

“[...] queredes matar vosso irmão [Boorz], o melhor cavaleiro e o melhor homem que eu sei?” (cap. 178, p. 142);

“Lançalot é o melhor cavaleiro de espada que nunca vi” (cap. 223, p. 179).

Este curto episódio da *CC*, aliás, está construído como se pretendesse imitar uma aventura romanesca, exemplificativa da solidariedade entre pares: imediatamente a seguir, intervém Martim Afonso de Melo em defesa do irmão e Nuno Álvares em socorro dos dois, por estes se encontrarem em perigo. É relativamente fácil apontar, na *Demanda*, ciclos formados por capítulos cujo eixo temático é precisamente esse (cf., por exemplo, caps. 87-90, 141-144, 163-165, 336-351, 558-561).

A fórmula que introduz a passagem em análise (“E das cousas notavees que se na escaramuça fizeram asy foy que...”) é igual à que o biógrafo utiliza para destacar a acção de Nuno Álvares de um conjunto de acontecimentos mais vasto (cf. cap. 12, p. 26, e cap. 57, p. 141). No entanto, neste caso particular, ela não só serve para seleccionar a acção duma personagem secundária, como a narrativa a caracteriza por palavras que, na *CC*, esperaríamos ver aplicadas ao Condestável —o que nunca acontece. Por isso o excerto a que me refiro me parece anómalo. Contudo, se pensarmos que se trata de uma secção textual copiada da *Crónica de Martim Afonso de Melo*, grande parte da estranheza desaparece: a relação desse texto com a família dos Melos justificaria o destaque do episódio em que um seu irmão se evidenciou, assim como o epíteto hiperbólico com que se caracterizam as suas qualidades cavaleirescas. Reverberações da utilização dessa outra crónica

biográfica perdida podem sentir-se nos caps. 49, 64, 68, 69, 70 e 74. No cap. 68, o registo adoptado para retratar o comportamento cavaleiresco de Martim Afonso de Melo aproxima-se bastante do que encontrámos no cap. 48:

“E esse dia forom feitas boas escaramuças antre os da oste e os castellaãos que deçiam a fundo do alto honde estavam, em as quaes Martim Afonso de Mello *aquelle dia andou muy bõo cavalleiro*, de guisa que os castellaãos eram tam sintidos delle que o nom ousavam d'atender e fugiam'lhe de bõa vontade” (p. 172).

No cap. 69, numa fala reproduzida em discurso directo, Martim demonstra a sua lealdade ao Condestável, aproveitando o narrador para assinalar a gratidão afectuosa deste e as repercussões dessa intervenção nos outros cavaleiros:

“«Senhor, vós soes anojado do que aquellos cavalleiros disseram em vosso conselho por torvar vossa yda, e por merçee nom o sejaes, mais levade vosso preposito em diante. e Deos, que vos sempre bem encaminhou, vos encaminhará agora, ainda que elles nom queiram. E de mym vos digo que vos seguirey com bõa vontade com todollos meus, e, posto que eu nom aja soldo, eu o darey aos meus da minha casa». Desto foy o condestabre muy ledo, aguardecendo o conde a Martym Afonso muyto, e abraçando'o muy cordialmente. E esto que Martim Afonso disse logo foy sabudo e muytos se rependerom do que no conselho disseram porque viam bem que, por o caminho que Martym Afonso abira, a obra nom podia ser torvada” (p. 177).

É dos poucos momentos em que o autor abandona uma representação de Nuno Álvares baseada na sua solidão para, pelo contrário, sublinhar a solidariedade incondicional e decisiva de um seu companheiro e o afecto existente entre ambos (repare-se na etimologia do advérbio “cordialmente”).

O pequeno, mas importante, conjunto de segmentos narrativos analisados, em que Martim Afonso de Melo e/ou seu irmão adquirem tanto relevo, introduz na *CC* uma dimensão romanesca não só no tipo de

comportamentos descritos, como também nos processos de caracterização das personagens Martim e Vasco. Creio ser possível considerar que esses trechos se inspiraram na *Crónica de Martim Afonso de Melo* e que o registo discursivo desta talvez se aproximasse ainda mais do modelo constituído pela *Demanda*, do que a *CC*. É igualmente credível entrever nas homenagens que a *CC* presta a Martim Afonso possíveis elos de solidariedade entre a sua família e a de Nuno Álvares ainda existentes na década de trinta do século XV.

A Bíblia

O cap. 28 organiza-se em torno da realização da batalha de Atoleiros. Os homens de Nuno Álvares exprimem o medo de enfrentar o exército castelhano, entre outros motivos por se encontrarem em grande desvantagem numérica:

“Nun’Alvrez, senhor, nós entendemos o que per vós oontem foy dito e achamos que he cousa muy duvidosa hyrmos comvosco pellejar, com aquellas gentes, por certas razões: a primeira, polla gente seer muyta, e grandes senhores” (p. 62).

No discurso com que lhes responde, Nuno Álvares rebate este argumento do seguinte modo:

“E quanto na parte de nós sermos poucos e elles muytos, nem por esto deviades dovidar seerdes em tam boa obra, que ja muytas vezes acontecco os poucos vencerem os muytos, porque o vencimento em Deos he e nom nos homens” (p. 63).

Existe uma passagem do *Livro dos Macabeus*, em que a situação e a resposta do chefe são muito semelhantes:

“Ao verem aquele exército que marchava contra eles, disseram a Judas os seus homens: ‘Como poderemos nós, tão poucos, enfrentar multidão tão grande e poderosa? [...]’ Mas Judas respondeu: ‘É bem mais fácil que muitos venham a cair nas mãos de poucos. Pois não há diferença, para o Céu, em salvar com muitos ou com poucos. *A vitória na guerra não depende da numerosidade do exército: é do Céu que vem a força*” (1 Macabeus 3, 17-19, itálico meu).

O facto de a educação de Nuno Álvares ter sido orientada pelo prior do Hospital leva a crer que a sua formação religiosa tivesse sido particularmente cuidada e que lhe tivesse sido proporcionado o conhecimento dos textos sagrados, espelhando-se ambas as circunstâncias na devoção da personagem. É, por isso, possível que a coincidência entre a resposta de Nuno Álvares e a de Judas Macabeu não resulte senão do conhecimento que o jovem cavaleiro teria desse episódio bíblico. Estaríamos, assim, perante um exemplo de como os mitos servem de modelo ao comportamento dos homens, despertando nestes o desejo de imitação, criador de uma interligação complexa entre as histórias e a vida. DUBY já chamou a atenção para a relação complexa que existiria entre a ficção e a vida dos jovens cavaleiros (1988^b:139-142 e 1990:74-82 e 88-94), intersecção que MATTOSO também reconhece na realidade portuguesa (1987²:357).

É mais provável, todavia, considerar que a semelhança entre as respostas de Nuno Álvares e Judas Macabeu resultou de uma citação parafrástica do *Antigo Testamento* pelo seu biógrafo, prática corrente na prosa medieval, conforme observa MARTINS:

“São as obras profanas e escritas por leigos que melhor nos revelam a intensidade presencial da Bíblia no mundo não clerical, sobretudo em frases a que chamaremos *secundárias*, embora não intrusas. Nascem impelidas, muitas vezes, pelo inconsciente religioso e pelas reminiscências que nele se acumularam” (1979:75).

Numa outra secção do mesmo estudo, MARTINS cita, a partir de Fernão Lopes, a mesma resposta de Nuno Álvares, apresentando-a como “um elemento básico da mundividência medieval” (1979:78) e sem anotar a flagrante semelhança acima mencionada. No entanto, a propósito do discurso de D. João I antes da batalha de Aljubarrota, não só assinala coincidências entre as palavras do rei e as da personagem bíblica em causa, como considera

“que se trata dum discurso mais ou menos forjado, à base do *Livro dos Macabeus*” (1979:79).

Ora, no prólogo das crónicas de Ayala pode ler-se a seguinte referência aos Macabeus:

“E por ende, quando los macabeos ficieron sus amistades e confederaciones con los romanos, todas las composiciones e avenencias que entre ellos pasaron ordenaron que fuesen escriptas con letras caudinales en tablas de cobre, porque para siempre fincase la memoria dellos: e así fue fecho” (p. 3).

Se, como defendi, o autor da *CC* conhecia as crónicas de Ayala, talvez a menção do herói bíblico encontrada no seu “proemio” tenha estimulado a (re)leitura do *Livro dos Macabeus* e sugerido o aproveitamento de um dos seus episódios.

Outras passagens da *CC* podem ter-se inspirado na *Bíblia*. MARTINS (1979:76) identifica uma máxima proferida por Nuno Álvares —ainda a partir de Fernão Lopes, embora este tenha copiado a frase da *CC*—com um saber bíblico cuja circulação se teria tornado comum:

“[...] ja per vezes ouvy dizer a alguns entendidos que melhor cousa he obedecer que sacrificio [...]” (*CC*: cap.13, p. 34); “a obediência é melhor do que o sacrificio” (1 Samuel, 15, 22).⁶⁰

Como o próprio MARTINS reconhece para a generalidade da prosa medieval, muitas outras passagens da *CC* podem ter tido a mesma origem, consciente ou inconsciente, difícil de detectar por quem não tenha convivido profundamente com o extenso texto sagrado:

“[...] as mais das vezes, temos flores anónimas, tão esparsas e sem apresentação que só um clérigo poderá detectá-las, umas vezes isoladas, noutros casos em modesto ramalhete” (1979:77).

O propósito edificante da *CC*, assim como o fervor religioso do seu protagonista, suscitaram, com certeza, ao biógrafo inúmeras possibilidades (difíceis de determinar) de citação da *Bíblia*.

A Demanda do Santo Graal

Não creio que a *Demanda* possa ser considerada fonte da *CC*, no sentido em que geralmente utilizamos este termo na análise filológica dos textos medievais: isto é, nada indica que o biógrafo tenha enxertado trechos desse romance de cavalaria no relato da vida de Nuno Álvares.

Ficaram, não obstante, disseminados por este estudo indícios de uma possível influência literária que aproveitou para relembrar: o narrador soluciona o problema da narração de acções simultâneas em espaços distintos à maneira da *Demanda* (v. *supra* p. 66), e a designação da narrativa como “conto” também parece ter tido a mesma fonte de inspiração (v. p. 119). Para além destes vestígios, a referência explícita à “estória de Gallaaz” (cap. 4, p. 8), em cujo modelo o jovem Nuno Álvares pretendia alicerçar o seu comportamento, marca irreversivelmente a representação do herói, ligando-o

ao universo cavaleiresco criado pela matéria da Bretanha. Nessa passagem, aliás, o narrador utiliza o verbo “acabar” com o sentido de “realizar, cumprir”, próprio da *Demanda*:

“Galaaz *acabara* muytos e notavecs feytos” (*CC*: cap.4, p. 8).

“Gallaz, ora vejo eu bem que tu *acabarás* as aventuras do Regno de Logres” (*Demanda*: cap. 45, p. 50).

É natural que o autor da biografia tenha aproveitado motivos dessa obra para envolver alguma da matéria histórica do seu texto, como se pode ver na expressão “o campo e honra ficou por Nun’Alvrez” (cap. 24, p. 53) ou no pedido de socorro feito por uma donzela ao Condestável (cap. 43, p. 103), entre outras passagens da *CC*. A análise da representação do herói proporcionará mais associações entre os dois textos.

O desconhecimento da identidade do autor da *CC*, assim como do contexto preciso em que escrevia —e aqui incluo não só o local onde trabalhou, como o tempo que dedicou a essa actividade, as fontes a que teve acesso, a sua formação cultural e muitos outros factores que sabemos influenciarem a escrita— confere a qualquer hipótese interpretativa de fenómenos observáveis no texto um carácter especulativo, patente nas inúmeras dúvidas que fui exprimindo. Por estas e outras razões do mesmo tipo, aconselha ZUMTHOR uma contenção hermenêutica no que diz respeito à leitura da poesia medieval (1972:10-11 e 19), prolongável à da prosa historiográfica. A constatação de quase nada sermos capazes de asserir sobre

narrativas como esta, para além de as descrevermos, gera, no entanto, uma espécie de bloqueio epistemológico, paralisador de toda e qualquer actividade interpretativa essencial à prossecução de um projecto como este, em que se pretende acrescentar ideias às já existentes, de modo a contribuir para o conhecimento das mesmas. Tudo o que ficou dito deve, por isso, ser lido num espaço delimitado pelas fronteiras da tentação de emudecer, fruto da admissão de uma distância intransponível, e da vontade de tudo perceber — coordenadas orientadoras da perplexidade com que vamos interrogando os textos medievais.

Estamos já cientes de que a noção de autoria, na Idade Média, está intimamente ligada à de tradição e a uma pluralidade de vozes muitas vezes indiscerníveis (cf. ZUMTHOR 1972:64-82 e FINAZZI-AGRÒ 1993^a e 1993^b). Não obstante, identifiquei a presença de uma marca estilística forte a partir da qual considere pouco provável a possibilidade de múltipla autoria da *CC*: efectivamente, a distribuição da fórmula detectada é demasiado ampla para poder ser atribuível a uma fonte determinada (v. Quadro nº3, p. 116). O mesmo raciocínio pode ser feito a partir da recorrência das palavras “estória” e “conto” nas epígrafes (v. Quadro nº4, p. 118). O que, por enquanto, não conseguimos esclarecer é o que na *CC* advém de opções de escrita pessoais do autor e o que resulta da influência das fontes por ele manuseadas (relembro que procurei identificar mais nitidamente dois desses textos: o que esteve na origem do cap. 12 e a *Crónica de Martim Afonso de Melo*). O facto de não termos acesso a esses testemunhos complica o estudo da crónica: ao invés,

repare-se como o texto da *CC* proporcionou um conhecimento aprofundado da *praxis* historiográfica e literária de Fernão Lopes, patente no estudo de AMADO (1991^a) que tenho vindo a citar. Seja como for, poder-se-á sintetizar o projecto de escrita deste escritor anónimo, recuperando algumas das ideias deixadas para trás.

Organizou eficazmente a obra, tendo em conta não só a sua especificidade taxinómica, mas também a sua integração num género discursivo mais abrangente —a crónica. Para tal, escreveu um prólogo, um capítulo genealógico, um epílogo e ordenou cronologicamente os acontecimentos, ainda que sem deixar no texto marcas da sua vinculação a um tempo historicamente preciso (esse papel é cumprido pela toponímia e pela onomástica).

Operou selecções, por vezes indicadoras de um patrocínio da redacção, e subordinadas à finalidade de representação de um herói em acção militar concreta, pouco dado às actividades de lazer —simultaneamente, foi agregando a esse guerreiro os sinais de uma religiosidade excepcional, que o cap. 80 recupera em jeito de celebração *post mortem*, coincidente com o *post scriptum*, mas não se deixando dominar inteiramente pelo propósito da hagiografia. Concedeu à vida privada do herói a atenção necessária ao seu enquadramento num ambiente familiar —e não mais do que isso. A genealogia é, nesse contexto, essencial à inscrição do protagonista numa memória prestigiante, sem, no entanto, ser bloqueadora de uma ideia de “inauguração de espécie” que a biografia também soleniza.

Não se eximiu a interpretar comportamentos de personagens, sempre que estas se opõem ao herói ou sempre que os actos não falam por si, por vezes discreta, outras interventiva e ousadamente (não distingo, aqui, as digressões eventualmente provenientes de fontes, já que o seu aproveitamento significa, pelo menos, concordância com o seu teor). Ao mesmo tempo, escondeu-se atrás de expressões impessoais, num anonimato que subalterniza o sujeito de enunciação à própria enunciação e ao enunciado. Esta atitude é comum a muitos biógrafos medievais, conforme explica GAUCHER:

"[...] les biographes ne se nomment pas volontiers et parlent rarement en son nom. S' agit-il d'une discrétion voulue, d'un retrait par rapport à la figure du personnage central, sur qui l'éclairage est focalisée?" (1994:230).

Relativamente à *CC*, talvez se possa apresentar essa característica como um argumento a acrescentar aos que defendem a relação do texto com um patrocínio muito poderoso e a permitir identificar o autor com um servidor da Casa de Bragança. Poder-se-ia, nesse caso, estender a subalternização do narrador ao seu estatuto social e à sua dependência de outros: se ele fosse, como até aqui se supôs, um homem desobrigado que, por iniciativa pessoal, tivesse decidido escrever a história da vida do Condestável, seria mais natural que essa liberdade se tivesse expressado numa primeira pessoa do singular.

Manuseou (sem deixar no texto marcas nítidas disso ou da sua leitura crítica) fontes de natureza e extensão muito diversas: cartas, documentos notariais, narrativas orais e escritas (romanescas, bíblicas, lendárias, genealógicas e históricas). Não as hierarquizou nem as distinguiu, integrando-as num só plano de significação, pelo que, mesmo involuntariamente,

dificultou a tarefa de quem pretenda distinguir facto e invenção no produto final. Não recorreu nunca, como se verifica noutras biografias da mesma época (*Chin, Bouciquaut, Trazignies, Lalain, Victorial*), a registos ou elementos simbólicos explícitos inspirados na ficção cavaleiresca: o exemplo mais notório desta característica da *CC* é o facto de não mais ter aproveitado o motivo de Galaaz, depois de sumariamente o ter enunciado no cap. 4, a par com o de não ter nunca caído na tentação de comparar Nuno Álvares com outros heróis.

Em suma, trata-se de uma personalidade forte, mas discreta, capaz de dar corpo à árdua tarefa de contar/escrever a história de uma vida, difundir uma *biografia*, objecto textual que, segundo as sagazes palavras de MADELÉNAT, torna real essa mesma vida:

"L'opposition entre sens propre (récit d'une vie) et métonymique (événements d'une vie) rappelle la dualité sémantique d'*histoire* (narration, et ensemble des faits qui se produisent dans le temps); indifférenciation sans doute significative: une vie n'acquiert sa véritable et définitive «réalité» que dans l'explicitation de l'écrit" (1984:17).

Não tendo encontrado elementos novos que permitam dilucidar o problema da sua identidade, proponho-me, contudo, completar o retrato dessa personagem anónima aqui ensaiado.

Trabalhando ao serviço da Casa de Bragança parece ter sido um homem informado, sem ser erudito: todos os trechos da sua obra passíveis de serem lidos numa perspectiva intertextual não fogem do universo de textos comumente conhecidos no início do século XV. A sua escrita, redundante mas eficaz, perde (hoje) na comparação com a de Fernão Lopes ou com a do

anónimo autor da narrativa da batalha do Salado, mas é tão eficaz como a da *CGE*, da *CI419* e de muitas narrativas genealógicas. A propriedade do vocabulário militar, ideológico ou religioso não indica obrigatoriamente um cavaleiro ou um clérigo, respectivamente, já que, não só parte desse léxico poderia estar nas fontes, como também era bastante recorrente na prosa medieval portuguesa da época. De todas as possibilidades de identificação até agora sugeridas, a mais próxima deste retrato é a de Gil Airas, mas como os dados biográficos conhecidos sobre o escrivão da puridade de Nuno Álvares não se coadunam com essa suposição (cf. ENTWISTLE 1968, FARIA 1972, CALADO 1991), o nome não preenche todos os requisitos necessários. Terá, portanto, que se procurar uma figura do mesmo tipo (escrivão da puridade, arquivista ou função afim), ligada, na década de trinta do século XV, aos descendentes de Nuno Álvares, e em idade de poder cumprir um projecto desta envergadura.

Notas do capítulo

- ¹ O problema encontra-se recenseado em FARIA (1972) e, sobretudo, em CALADO (1991:LXXXIX-C). Consulte-se, igualmente, AMADO (1991^a:49-50 e 1993).
- ² Confronte-se as duas citações com a seguinte passagem da CC: “[...] quando elle chegou ao mosteiro de Sancta Maria do Carmo, honde fez sua fim, elle outra cousa nom avia senom huia çamarra de pano de Gallez, o qual pano elle sempre vistio ataa que a Deos prouve de o levar” (cap. 80, p. 202). Repare-se que nenhum dos autores carmelitas identifica o autor da CC e que ambos lhe apontam o erro na designação do hábito de Nun'Álvares (não era uma “çamarra” e o pano não era de “Calez/Gales”).
- ³ AMADO (1991^a:49): “É fácil imaginar que as suas características pessoais [de Nun'Álvares] ligadas à sua carreira político-militar justificassem um tal acto originado nesse meio [Ordem do Hospital, ordens militares]”.
- ⁴ Veja-se como o autor da CCA omite completamente a acção da Ordem de Avis na conquista do Algarve (cf. BRANCO 1997^a).
- ⁵ Um maior desenvolvimento deste assunto encontra-se em GAUCHER (1994:243-251).
- ⁶ Esta lista não pretende ser exaustiva, mas apenas atestar a existência da prática, muito difundida, da encomenda interessada de biografias.
- ⁷ Segundo MATTOSO (1980^a:14), resumindo MATTOSO (1977).
- ⁸ MATTOSO aventa a hipótese de se tratar de um texto encomendado por D. Pedro, como preparação ao seu próprio nobiliário (1980^a:17-18).
- ⁹ Também conhecida pelo título de *Crónica dos Vicentes*. Para a recolha de informação sobre esta crónica, aconselho a consulta de MENDES (1991 e 1993).
- ¹⁰ A comparação do *Indiculum* com a *CMSI* foi concludentemente empreendida por DIAS (1997). Nesse artigo, a autora demonstra que as transformações operadas pelo tradutor alteraram substancialmente o significado do relato.
- ¹¹ Na “Introdução” da sua recente edição, CALADO mantém a reserva aconselhada pela precariedade dos dados existentes sobre este assunto (1998:XXXIX-XLII).
- ¹² Terno criado por REBELO (1983) e adoptado por MONTEIRO (1988), que com ele designam o conjunto formado pelas *CDP*, *CDF* e *CDJ*.
- ¹³ Tal não é de admirar, porque constatámos que a historiografia medieval portuguesa não utiliza este *topos*, à excepção do prólogo do *LL* (cujo autor, aliás, não aplicou o mesmo princípio na *CGE*), pelo que Fernão Lopes mais não terá feito do que inserir-se numa tradição portuguesa de anonimato do autor. Note-se que o cronista de D. João I teve ao seu dispor as crónicas de Ayala, em que se verifica o contrário (cf. Ayala, *Crónicas*: p. 4), se tivesse querido romper com a tradição portuguesa mencionada.
- ¹⁴ Cf. os prólogos de *Guillaume, Lalaïn, Victorial* ou, mais próximos da nossa realidade, o cap. 3 da *CTC*, de Zurara (integrado num conjunto de três capítulos em forma de “prólogo”), o “prólogo” da *CDM*, do mesmo autor, e a “Introdução” da *CISanto*, de Frei João Álvares.
- ¹⁵ *Apud* MONTEIRO (1988:114-115): “[o cronista medieval] não podia [...] sustentar-se de um público que lhe lesse e comprasse os exemplares multiplicados das obras; nem era possível tirá-los, nem, por outro lado, podia existir tal público numa sociedade em que a cultura, mesmo a que hoje consideramos elementar, era privilégio de raríssimos”.
- ¹⁶ Depois dessa baliza, encontramos os exemplos contrários, já referidos, de Zurara e de Frei João Álvares.
- ¹⁷ Talvez este assunto mereça um estudo mais atento, por parecer tratar-se de uma especificidade da nossa historiografia deste período.
- ¹⁸ Menciono apenas estes autores, por terem sido aqueles que mais conclusivamente dedicaram a sua investigação à obra de que me ocupo.
- ¹⁹ Esta designação peca sempre por falta de rigor, quando aplicada a períodos anteriores à década de 1440, altura em que o Infante Regente, D. Pedro, conferiu o título de duque de Bragança a seu meio-irmão, D. Afonso, conde de Barcelos (filho ilegítimo de D. João I, de relação anterior ao seu casamento com D. Filipa). No

entanto, continua a ser a mais prática para falar desta família (cf. CUNHA 1990:9 —o título da obra, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, acaba por fazer a mesma opção).

- ²⁰ Pode ler-se esta passagem numa reprodução fotográfica dessa página incluída em CALADO (1991:VIII). A identificação desse duque como D. Jaime leva CALADO a reconhecer, cautelosamente, que talvez Germão Galharde tenha editado por iniciativa desse descendente de Nun'Álvares, com base num manuscrito cedido pelo mesmo e, até, com a sua ajuda financeira (1991:XXVI-XXVII). Veja-se, também, AMADO (1993:186-187).
- ²¹ Para conhecimento do alcance textual destas intervenções, consulte-se CALADO (1991:LXIV-LXV).
- ²² SARAIVA intuiu essa relação: "Possivelmente relaciona-se com a Casa de Bragança, que entronca no casamento entre a filha de Nuno Álvares Pereira e o bastardo de D. João I, D. Afonso, a redacção da *Crónica do Condestabre de Portugal* [...]" (SARAIVA e LOPES 1987¹⁴:144-145).
- ²³ Consulte-se a biografia de Álvaro Gonçalves Pereira em KRUS (1986^a), assim como a de seu pai, Gonçalo Gonçalves Pereira, em KRUS (1986^b).
- ²⁴ Por exemplo, diz que Nun'Álvares foi nomeado fronteiro do Alentejo por D. Fernando, confundindo-o com seu irmão Pedro Álvares (p. 55).
- ²⁵ Veja-se o que diz CUNHA (1994:31, nota 28).
- ²⁶ Os argumentos avançados por MACHADO a favor desta tese são particularmente interessantes (1964:69-74).
- ²⁷ É essa circunstância que, a pedido de Nun'Álvares, leva D. João a legitimá-lo, em carta transcrita por SOUSA (*HG*: V, p. 6).
- ²⁸ Em torno desta matéria, detecta-se um problema de interpretação dos factos e documentos conhecidos. Segundo SOUSA, existe um documento, anterior a 1401, em que D. João trata o filho como "conde D. Afonso" (*HG*: V, p. 6). O autor explica que esse título seria honorífico, já que não corresponderia a nenhum condado. Um outro documento de 1391, transcrito por FREIRE (1973:III, 247 sgg.), regista a doação a D. Afonso das terras pertencentes ao condado de Neiva, subtraído por D. João ao conde D. Gonçalo (saliente-se que a doação não se refere ao título, mas às terras). Num terceiro documento, de 1446, o mesmo Afonso intitula-se "conde de Barcelos e de Neiva" (FREIRE 1973:III, 249 sg.). O problema é, pois, sabermos se D. Afonso já seria conde de Neiva antes do matrimónio. Partindo destes elementos, e em concordância com FREIRE, MACHADO defende que à data do casamento já D. Afonso era titular desse condado, visto que, automaticamente, com as terras viria o título (MACHADO 1964:105). Ora, por um lado, a seguinte passagem da *CC* contraria nitidamente esta tese, por nela se considerar o condado e o título como realidades autónomas: "E [Nun'Álvares] pediu a el-rey por mercee que, pois lhe dava o condado de Barçellos a seu filho, que o fizesse conde, e a el-rey prouve dello e feze'o conde" (cap. 76, p. 192). Por outro lado, Fernão Lopes fornece duas informações que não corroboram as interpretações de FREIRE e MACHADO: a de que Nun'Álvares teria pedido ao rei, em 1385, que não fizesse nenhum conde enquanto ele fosse vivo (*CDJII*: cap. 52 e cap. 174); e a de que o condestável desobrigou o rei dessa promessa quando desejou transmitir o título e o condado de Barcelos a seu genro (*CDJII*: cap. 174). Se D. João I fez semelhante promessa ao seu chefe militar, será credível aceitar que a não cumpriu integralmente? Se o monarca desrespeitou esse compromisso e nomeou o seu filho bastardo conde de Neiva em 1391, como pretendem FREIRE e MACHADO, por que motivo, em 1401, se sentiu Nun'Álvares impelido a desobrigar o rei do contrato verbalmente estabelecido, conforme afirma Fernão Lopes? Confiando nas fontes narrativas medievais, sou levado a preferir a interpretação de SOUSA, acima indicada, isto é, a de que D. Afonso teria recebido o condado de Neiva, mas não o título, pelo que foi por iniciativa do sogro que ascendeu à categoria de conde.
- ²⁹ MACHADO (1964:132-133) apresenta como prova desta viagem alvarás concedidos pelo Papa e por monarcas europeus, publicados por SOUSA, e a transcrição do epitáfio no túmulo de Diogo Pereira, onde se lê que este cavaleiro o acompanhou à Turquia e a Jerusalém. Zurara também se refere a essa viagem, na *CTC* (cap. 7).
- ³⁰ MACHADO transcreve da *Historia de la Real Casa de Bragança*, ms. da Casa do Cadaval que não pude consultar. Uma série de acidentes e, pelo menos, quatro incêndios, acabaram por delapidar irreversivelmente o património referido, de que pouco resta (cf. CUNHA 1994:14, nota 8).
- ³¹ Cf., ainda, a seguinte passagem do mesmo texto, com que concordo, que interpreta o afastamento de D. Afonso do centro vital: "[...] a sua condição de bastardo, colocava o duque numa situação de inferioridade em relação aos irmãos mais novos que era tanto mais incómoda quanto a diferença de idades e a extensão dos seus bens lhe haviam granjeado já hábitos de grande senhor territorial entre todos os terratenentes da região [Entre-Douro-e-Minho]" (1994:141).

- ³² Cf. o que ficou dito sobre *Guillaume, Lalaïn, Gavre e Gaston IV*, p. 41. GAUCHER explica que “la *praxis* du biographe ne diffère guère de celle de l'historien. Elle est, elle aussi, liée au patronage, sans lequel, au XIV^e et XV^e siècles, ne peut s'effectuer la production historiographique” (1994:91).
- ³³ Entenda-se “hegemonia cultural”.
- ³⁴ A expressão em itálico corresponde à única afirmação do género nesse estudo.
- ³⁵ GENETTE defende que, no discurso a que chama “factuel” (em que devemos incluir a CC), “autor” e “narrador” se equivalem (1991:83). Por esse motivo, designarei indiscriminadamente essa entidade por “autor”, “narrador” ou outros termos (“biógrafo”, “escritor”, “cronista”, etc.), que, embora não representem rigorosamente a mesma realidade, empregarei no mesmo sentido.
- ³⁶ Adaptei o termo “paratexto” proposto e definido por GENETTE (1982:10).
- ³⁷ Relembre-se o que, sobre as biografias clássicas, diz SÁNCHEZ MARÍN: “Los experimentos de los socráticos en el ámbito de la biografía iban encaminados a captar la potencialidad más que la realidad de las vidas individuales; tanto biografías como autobiografías pudieron tomar, en esta época, la forma de un discurso imaginario, frecuentemente apologético, donde la realidad y la ficción no pretendían deslindarse. [...] [L]a línea de separación entre imaginación y realidad es más débil en la biografía que en la historia, ya que el público de la biografía busca menos hechos documentales y más invención.” (1991:19).
- ³⁸ CALADO também assinalou esta diferença: “A verdade é que o texto da *Éstoria* nos parece demasiado distante do *Livro das Linhagens* para que consideremos este como fonte daquela” (1991:“Aditamentos e correções”, 256).
- ³⁹ AMADO já tinha proposto essa interpretação: “a omissão do posto de conselheiro ocupado por D. Álvaro junto de D. Pedro de Castela [...] denuncia uma intenção divergente da visão peninsular que os refundidores da obra do conde D. Pedro ainda prosseguiram” (1991^a:47).
- ⁴⁰ Veja-se o que, sobre a generosidade (“graadeza”), afirma DUBY (1984:108).
- ⁴¹ MIRANDA defende que Galaaz apareceu no ciclo arturiano para aperfeiçoar a ideia da cavalaria e o percurso (entendido na perspectiva da intertextualidade própria deste ciclo) dos seus antepassados (1993:313-315). Essa interpretação, aproxima as duas personagens.
- ⁴² Os outros sete capítulos podem ser contabilizados em qualquer dos itens (8,9%): as percentagens indicadas têm apenas em conta a exclusividade do assunto nos textos.
- ⁴³ CALADO aponta como excepção apenas os caps. 7 e 45 (1991:CXVII).
- ⁴⁴ A aplicação do conceito de “hiperbiografia” por GAUCHER ultrapassa o âmbito definido por MADELÉNAT, já que, para este, o modelo se cinge exclusivamente à vida particular do protagonista, enquanto que a primeira admite que uma biografia histórica que, como no caso da CC, aborde a vida pública de uma personalidade sem, contudo, definir bem o contexto (por exemplo, não interrompendo a narrativa para enquadrar a acção num plano mais vasto), seja apelidada de hiperbiográfica (1994:202).
- ⁴⁵ Cf., por exemplo, CALADO (1991:CXXVI-CXXVII) e AMADO (1991^a:110).
- ⁴⁶ Traduzo estes conceitos de GENETTE (1972:139-141 e 130-133).
- ⁴⁷ Tomei como base de trabalho as indicações cronológicas fornecidas por CALADO na margem do texto da sua edição. Fiz sobressair, em itálico negrito, os períodos ignorados pelo narrador.
- ⁴⁸ Cf. ARIÈS (1973, sobretudo o Prefácio:5-27), SUBRENAT (1978) e PAYEN (1980) — artigo incluído num número da revista *Sénéfiance* dedicado ao estudo da infância na Idade Média.
- ⁴⁹ O primeiro número indica o capítulo e o seguinte, a página.
- ⁵⁰ Existe apenas uma excepção a essa regra, no cap. 53, a que me referirei a propósito de Ayala.
- ⁵¹ A *Crónica del Rey D. Juan*, de Ayala, inclui o nome de Pedro Álvares na lista de senhores mortos durante a batalha, sem mencionar qualquer facto estranho, como o desaparecimento do corpo (Año Séptimo: cap. 15, p. 603).
- ⁵² Baseio-me na identificação de propriedades das lendas proposta por RÖHRICH (1991:sobretudo 9-56).

-
- ⁵³ Em momento mais oportuno, desenvolverei a análise deste conto, a propósito da representação do herói (v. pp. 227 sgg.).
- ⁵⁴ A este propósito observa BAÑOS VALLEJO: “se habla de leyenda quando las apreciaciones de un individuo o de un pueblo modifican la historia creando una realidad distinta” (1989:186).
- ⁵⁵ A consulta do estudo de OREJUDO (1993) permite constatar a grande importância deste género discursivo na actividade militar da Idade Média.
- ⁵⁶ Em nota da mesma página, a autora resume as teses de Russell.
- ⁵⁷ Este Martim Afonso e seu irmão Vasco Martins, o Moço, são filhos de Vasco Martins de Melo, irmão de Martim Afonso I (cf. FERRO 1983 e PINA 1993). É, portanto, um ramo secundário de uma família cujo comportamento durante a crise correspondeu à descrição geral efectuada por MATTOSO (1985^a) e por RILEY (1985).
- ⁵⁸ A numeração romana é minha e tem por objectivo clarificar o que se segue.
- ⁵⁹ AMADO já tinha chamado a atenção para este aspecto (1991^a:126).
- ⁶⁰ MARTINS localiza erroneamente a frase bíblica no *Livro do Eclesiastes* (1979:76).

CAPÍTULO 2: RECEPÇÃO POR FERNÃO LOPES

A Crónica do Condestável e as crónicas de D. Fernando e de D.

João I: desígnios distintos

Depois do estudo exaustivo de AMADO (1991^a) sobre as “práticas intertextuais” decorrentes do aproveitamento que Fernão Lopes fez da *CC* na *CDJ*¹, só se justifica retomar a questão sob outro ponto de vista: esta autora partiu da crónica de Fernão Lopes para a *CC*, porque lhe interessava, fundamentalmente, compreender como escrevia o cronista régio; a minha abordagem far-se-á no sentido contrário, com o intuito de determinar as dissemelhanças que, eventualmente, decorram da diversidade dos géneros (biografia/crónica régia), de desiguais visões da História desse período e de diferentes finalidades da representação de Nuno Álvares. Interessar-me-ão, de igual modo, os silêncios da *CC* no plano da História de Portugal que possam ser atestadas pelos textos de Fernão Lopes. Algumas das minhas observações pretenderão objectivar e alicerçar mais solidamente a tese que aqui defendo, segundo a qual a *CC* teria sido encomendada pelos descendentes do Condestável.

Questões de estrutura

A primeira diferença notória relaciona-se com a percepção da biografia de Nuno Álvares Pereira proporcionada aos leitores pelos dois autores. Na *CC*, a matéria organiza-se linearmente em oitenta capítulos de extensão desigual, permitindo facilmente uma visão completa da vida do protagonista². Fernão Lopes distribuiu o assunto por duas crónicas, e nem sequer o fez de modo completamente cronológico. Na *CDJ*, conta apenas parte dos factos em que o herói participou durante esse reinado, como se vê pelo seguinte quadro³:

Quadro nº5

Caps. da <i>CC</i>	Caps. da <i>CDJ</i>
8	120
9	120
10	121
11	122, 123
12	137, 138
13	151
14	166

Verifica-se que, nesta crónica, Fernão Lopes omitiu acontecimentos relatados nos caps. 1 a 7 da *CC*. Por esse motivo, no cap. 120, ao mencionar pela primeira vez o nome de Nuno Álvares, o cronista remete o leitor para a *CDJ*:

“Este Nuno Alvarez era filho do prior dom Alvaro Gonçallvez Pereira, de cuja geeraçom e obras mais adiante entendemos trautar, quando nos conveher escrever os grandes e altos feitos do meestre d’Avis, que depois foi rrei de Portugall, em que lhe este Nuno Alvarez foi mui notavell e maravilhoso companheiro” (p. 429).

Esta opção obrigá-lo-á, depois do cap. 31 da *CDJI* (“per modo de prologo”), a retomar em analepse a porção da vida do herói explicitamente preterida na passagem citada, apesar de já ter falado de Nuno Álvares nessa mesma crónica, no cap. 4 (parcialmente correspondente ao 15 da *CC*):

Quadro nº6

Caps. da <i>CC</i>	Caps. da <i>CDJI</i>
1	32
2	33
3	34
4	34
5	34, 35
6	35
7	35
15	4

O quadro seguinte recupera a informação fornecida pelos anteriores, para clarificar a diferença na disposição sequencial da matéria biográfica:

Quadro nº7

Caps. da <i>CC</i>	Caps. das crónicas de Fernão Lopes
1	<i>CDJI</i> : 32
2	<i>CDJI</i> : 33
3	<i>CDJI</i> : 34
4	<i>CDJI</i> : 34
5	<i>CDJI</i> : 34, 35
6	<i>CDJI</i> : 35
7	<i>CDJI</i> : 35
8	<i>CDF</i> : 120
9	<i>CDF</i> : 120
10	<i>CDF</i> : 121
11	<i>CDF</i> : 122, 123
12	<i>CDF</i> : 137, 138
13	<i>CDF</i> : 151
14	<i>CDF</i> : 166
15	<i>CDJI</i> : 4

A lógica da inserção de elementos referentes a Nuno Álvares, nas crónicas de Fernão Lopes, é portanto de natureza diversa da verificável na

CC⁴. Nas crónicas régias, a vida de Nuno Álvares inscreve-se, claro, na História Geral do reino, pelo que, além de a sua narração ser iniciada *in medias res*, amiúde tem de ser interrompida, para que o narrador conte factos em que aquele não participou. Muitos exemplos desta diferença poderiam ser apontados, mas veja-se um, bem ilustrativo: depois de ter seguido a acção do jovem cavaleiro (e a sua biografia) entre os caps. 32 e 41 da *CDJI*, Fernão Lopes só volta a falar dele, de passagem, no cap. 51, para de novo o abandonar e a ele regressar no cap. 63 (utilizando uma fonte diversa da *CC*). De tudo isto resulta, nas crónicas régias, uma dispersão natural da matéria biográfica, que contrasta, à partida, com a finalidade prioritária da crónica anónima.

Este desigual tratamento da biografia de Nuno Álvares ressalta, outrossim, de não se encontrar nas crónicas de Fernão Lopes o paralelo das duas epígrafes organizadoras da *CC*⁵:

“Ataa’qui se fallou das cousas que fez Nun’Alvrez em sua moçidade e na vida del’rey dom Fernando, e daqui em diante se fallará das que fez depouys da morte del’rey dom Fernando” (*CC*: cap. 15, p. 38).

“Como o Comde Joham Fernamdez ouvera de seer morto, e per aazo se desviou sua morte” (*CDJI*: cap. 4, p. 8).

“Mas leixa o conto de fallar das cousas que se fezerom emquanto el’rey foy meestre e o conde estabre Nun’Alvrez e, daqui em diante, se fallará das cousas que se seguiram depouys que o mestre foy rey e Nun’Alvrez conde estabre” (*CC*: cap. 42, p. 100).

“Como NunAllvvarez foy feito comdestabre; e dalguñs modos de seu viver” (*CDJI*: cap. 193, p. 373)⁶.

Os dois títulos citados da *CC*, o prólogo e a epígrafe do cap. 80 são, como vimos (v. p. 62), paratextos que, só por si, estruturam a crónica, delimitando blocos narrativos, auxiliam a leitura, enfim, conferem coesão.

Relacionam-se, por conseguinte, com a unidade da biografia. Esse resultado é quase impossível de obter através das crónicas de Fernão Lopes, a não ser que se procedesse a uma operação artificial de extracção dos segmentos narrativos sobre Nuno Álvares, método impraticável no acto de leitura⁷.

Em conclusão, e como se esperaria, pode dizer-se que quem pretenda apenas conhecer a vida de Nuno Álvares consegue-o lendo a *CC*; quem queira dilatar (e corrigir) essa visão com uma outra que insira a memória individual na História Geral do reino, ou seja, quem deseje conhecer Nuno Álvares em relação com a sua época, não pode ignorar Fernão Lopes. Esta relação de complementaridade e diferença confirma o tratamento teórico que dei ao problema, na "Introdução" deste estudo (v. pp. 18 sgg.).

O prólogo da *Crónica do Condestável* e o cap. 31 da *Crónica de D. João I (Primeira Parte)*

AMADO já analisou o cap. 31 que, interrompendo a narrativa, introduz a personagem de Nuno Álvares na *CDJI*, e indica-o como um dos capítulos de Fernão Lopes textualmente independente da *CC* (1991^a:69-74). Creio haver razões para comparar esse "prólogo" com o da biografia, em função de aspectos que o trabalho referido não contempla.

Na *CC*, o curto texto respeita, como se viu, os cânones do género historiográfico, antecedendo a longa narrativa para cuja leitura convida sumariamente. Encontramos paratextos desse tipo noutras crónicas portuguesas e estrangeiras da mesma época, com funções similares. O cap. 31

da *CDJI* não pode ser descrito de maneira equivalente: é um objecto estranho, atípico, que não introduz realmente a personagem (mencionada num capítulo anterior da mesma obra e na *CDF*, como já ficou dito). Uma das suas passagens revela, na minha opinião, um dos propósitos que moveu o cronista a redigi-lo. Nela se faz referência, sem os identificar, aos detractores do Condestável, prevendo-se a sua antipatia pelo relato encomiástico dos seus feitos:

“Assi que amte despenderiamos longo tempo em leer e ouvir suas proveitosas obras, que breve espaço scermos ocupado em nas rrecomtar e poer em hordenamça; moormente pois fugir nom podemos aos que em rreprehender tomam deleitação, cujo costume, apropiamdo sua rreprecssom, a todo o proposito e parte que querem, nos cousa algũa dizer nom podemos, que elles nom julguem por rrepremedeira. Por que alguũs sem limpo desejo, podem dizer, que nos ho louvamos mais do que seus feitos mereçem, mostramdo aimda, segumdo dissemos, que este segre nom pode aver tall, que de mingua alguãa possa careçer, agravamdo em ell alguũas leves cousas, com grande emcarrego de rreprecssom” (p. 56).

O cronista antecipa-se às críticas, procurando, através desse acto preventivo, dirimi-las. AMADO caracteriza os leitores do cronista régio do seguinte modo:

“Fernão Lopes contava com um público excepcionalmente difícil, que tenderia a estremar-se em adeptos incondicionais do Condestável e da sua fama, e detractores certamente movidos por inveja do prestígio e da descendência [e dos bens patrimoniais conseguidos, acrescento eu]” (1991^a:74).

Se de facto a *CDJI* estava a ser redigida nos primeiros anos da década de quarenta, é evidente que, aproximadamente dez anos após a morte de Nuno Álvares e apesar do início do processo de canonização⁸, ainda havia nobres que reagiam mal à sua memória. Esta constatação reforça a necessidade que a Casa de Bragança teria de apresentar uma biografia que propusesse uma

representação admirável do fundador da família e que, entre outras finalidades importantes para a família, fosse resposta aos seus mais acirrados opositores. Ao invocá-los no “prólogo” citado, Fernão Lopes admite esse espaço de malquerença. As energias que tal verbalização pressupõe e enuncia estão totalmente ausentes do prólogo da *CC* (ainda que, como se verá, esta venha a referir-se, frequentemente, à existência de adversários —a que chamo “internos”— de Nuno Álvares). Ou seja, enquanto Fernão Lopes decidiu lidar frontalmente com esse espaço de contestação, o prólogo da *CC* ignorou-o cabalmente, preferindo transpor a zona de conflito para o tempo da vida do herói —e, conseqüentemente, para o corpo da narrativa—, onde a acção do protagonista por si só aniquila qualquer tentativa de o diminuir moralmente. É neste contexto que, do meu ponto de vista, se tornam significativas as coincidências textuais, não consideradas até este momento, entre o prólogo da crónica anónima e o cap. 31 da *CDJI*. Leiam-se as duas passagens transcritas em paralelo:

“Antigamente foy custume fazerem memoria das cousas que se faziam, assy erradas como dos valentes e nobres feitos: dos erros por que se delles soubessem guardar, e dos vallentes e nobres feytos por que aos bõos fezessem cobiça aver pera as semelhantes cousas fazerem” (*CC*: p. 1)

[...] nos sob huã brevidade de curto estillo, emtemdemos de seguir *seus exçelentes autos*. Os quaaes, ainda que a alguõs nom prazam, outros com aguilhões de proveitosa emveja podem espertar a fazer semelhantes” (*CDJI*: p. 56).

As expressões em itálico veiculam ideias convergentes. E, ainda que em ambos os casos se trate de um *topos* dos prólogos de crónicas, a equivalência semântica entre “vallentes e nobres feytos” e “exçelentes autos”, e entre “cobiça” e “emveja”, assim como uma idêntica estrutura sintáctica (“fazer

semelhantes [cousas]”) sugere que talvez Fernão Lopes se tenha inspirado directamente no prólogo da *CC*. Há, não obstante, uma diferença essencial. Na *CC*, o texto citado decorre da própria definição do papel da História, muito conhecida e difundida nos textos medievais, devedores da teorização clássica, conceptual e relativamente neutra, sobre o assunto, nomeadamente a partir de Tito Lívio. Fernão Lopes personaliza (tomando Nuno Álvares como exemplo) e dramatiza a ideia (talvez, até, ironize um pouco), ao transformar a emulação subentendida pela palavra “cobiça” na poderosa metáfora sensorial dos “aguilhões de proveitosa emveja”.

Talvez provenha da mesma necessidade de impor um modelo de comportamento indiscutível a analogia proposta por Fernão Lopes entre a introdução da biografia de Nuno Álvares na *CDJ* e o *exemplum* enxertado num sermão:

“[...] emtemdemos teer nos feitos deste homem, o modo que tem alguñs preegadores, que demtro no sermom emxertam a vida daquell de que preegam, e na fim delle concludem seu tema” (p. 55).

Como observa AMADO, este recurso acaba por sugerir a santidade do Condestável, já que as biografias inseridas nos sermões medievais eram hagiográficas (1991^a:70). Talvez seja esta uma das razões pelas quais há quem se refira à *CC* como tal (cf. MONTEIRO 1988:87 e 1989:48-50). Na realidade, creio, como AMADO (1991^a:227-228), que a *CC* deve mais aos romances de cavalaria do que à hagiografia e, conseqüentemente, a representação de Nuno Álvares aí architectada dependerá mais do modelo cavaleiresco do que

propriamente do hagiográfico. Diga-se de passagem que esta é uma das diferenças entre a *CC* e a *CDJ*: Fernão Lopes acentuou o fervor religioso de Nuno Álvares, visível no texto anónimo, a tal ponto que permitiu que ele seja encarado como cavaleiro-santo⁹. Esse processo inicia-se, precisamente, neste cap. 31. Aliás, esta desigualdade de tratamento da personagem é conforme com relação entre o processo de canonização e o poder régio, por um lado, e a Casa de Bragança, por outro —a aceitar-se o raciocínio por mim proposto anteriormente (v. pp. 74 sgg.).

Omissões e versões diferentes da História

Ficou já dito que o cronista anónimo se interessa muito pouco pela História Geral, tornando-a, sistematicamente, subsidiária da história da vida de Nuno Álvares. Tive oportunidade de descrever o critério que presidiu à selecção dos acontecimentos históricos (v. p. 91). Em Fernão Lopes é notória a premissa oposta: Nuno Álvares foi um grande herói porque participou de forma exemplar em episódios relevantes da História do reino. Como vimos, constituem-se como sintoma principal daquela opção da *CC* os inúmeros exemplos da ausência de explicações para os conflitos bélicos que envolvem os reinos de Portugal e Castela. Não merece sequer o esforço recolher exemplos contrários das crónicas de Fernão Lopes, historiador tão preocupado com a contextualização minuciosa dos acontecimentos narrados.

Mas se o biógrafo não foi um leitor inocente da vida de Nuno Álvares nem do modo como ela se inscreveu na História, Fernão Lopes também não o

foi relativamente à *CC*. Vejamos, mais de perto, como se concretizam essas respectivas interpretações críticas.

A Crónica do Condestável e a Crónica de D. Fernando

Na *CDF*, Fernão Lopes aproveita apenas sete capítulos da *CC*, como se viu (v. Quadro nº5), respeitando, *grosso modo*, o texto da fonte. As alterações estilísticas por ele efectuadas vão no sentido da procura de economia, elegância e precisão. Existem, contudo, desvios que parecem obedecer a orientação diversa.

O cap. 8 da *CC* é, como vimos, o primeiro que Fernão Lopes utiliza, para redigir o cap. 120, e, embora respeite a letra da fonte, introduz algumas alterações subtis que, creio, espelham uma estratégia clara. Comparemos os textos em duas passagens:

CC

“Nuno Alvrez, tanto que vio o rrecado del-rey, *prouve’lhe dello* e logo sem outra tardança se guisou do que lhe compria”.

“E seu irmão o rezebeo muy bem, e esso mesmo a *todolos bõos da terra prouue muyto com sua viinda porque o haviam por boom e aviam delle grande conhecimento*” (p.15).

CDF

“Nuno Alvrez, tanto que vio o rrecado d’el-rrei, sem outra tardança se guisou d’o que lhe compria”;

“[...] foi bem rrecebido *dos irmãos e doutros a que prougue com sua viinda*” (p. 429).

No primeiro segmento, Lopes eliminou um verbo que na *CC* contribui para representar o prazer proporcionado pela guerra, motivo reiterado ao longo do texto. No segundo, reduziu o encómio a uma simples manifestação de afecto. Na *CC*, este capítulo é o primeiro em que o jovem protagonista, já

casado e senhor de um razoável património, é chamado pelo rei, num acto que confere ao herói o importante estatuto de vassalo (directo) de D. Fernando. Efectivamente, a indicação precisa (aceite por Lopes) do número de homens de armas que acompanham Nuno Álvares advém da necessidade de explicitar o cumprimento de uma obrigação que enobrece a personagem. Mas, para além disto, o biógrafo parece ter querido registar também o reconhecimento dos outros vassalos do monarca que já se encontravam em Portalegre, através do discurso hiperbólico final que eleva Nuno Álvares ao estatuto de par dos restantes senhores. Fernão Lopes sabe que essa qualificação, no primeiro capítulo em que menciona Nuno Álvares, não seria verosímil, já que, na realidade, o jovem não fora nunca protagonista de qualquer acção historicamente relevante que lhe conferisse esse prestígio junto de cavaleiros experimentados. Escolhe, por isso, a contenção (voltarei a este assunto, no âmbito da análise da representação do protagonista da *CC* —v. p. 250).

O cap. 10 da *CC* conta como o jovem Nuno Álvares decide compensar a frustração causada pela não realização de uma batalha contra D. Fernando de Ozores com uma proposta de combate cavaleiresco (em que os adversários “se matam dez por dez”) contra o filho daquele, D. Juan. Para esse efeito, o protagonista escolhe nove companheiros. No cap. 121, Fernão Lopes conta o mesmo episódio, mas elimina a consideração da *CC* segundo a qual

“todos [os companheiros escolhidos] eram ledos de morrer e viver com elle” (p. 20).

Ao fazê-lo, anula um excesso óbvio da biografia, que, não obstante, configurava bem o espírito arturiano do episódio. Não se creia, contudo, que Fernão Lopes evitou sistematicamente esse registo, nas referências ao Condestável. Na *CDJI*, porá, por exemplo, na boca de Nuno Álvares uma longa fala que, ausente da *CC*, parece inspirar-se no imaginário da *Demanda* (cf. RILEY 1985:297)¹⁰:

“Amigos, eu vos quero contar huũ segredo e gramde feito que trago cuidado em meu coração, o quall he este: Assi he que eu vejo no meu entendimento huũ poço mui alto e mui profumdo cheo de gramde escridoõe; [...] Amigos, ho poço mui alto e escuro que vejo ante meus olhos, he a gramde demanda que o Meestre dizem que quer começar por deffemssom destes rregnos, contra elRei de Castella [...]” (cap. 37, pp. 64-65).

Se na passagem acima Fernão Lopes suprimiu a expressão citada foi, muito provavelmente, por ter julgado que, mais uma vez, ela desenhava uma grandiosidade prematura do herói —e, conseqüentemente, pouco credível, porque Nuno Álvares ainda não tinha realizado nada que justificasse uma admiração tão incondicional dos seus pares.

No cap. 11 da *CC*, o protagonista ouve da boca do próprio rei a proibição do duelo com D. Juan de Ozores e é com esse acontecimento que Fernão Lopes decide concluir o episódio, no cap. 123. Mais uma vez procede a uma omissão, já que a biografia acrescentava uma tentativa de Nuno Álvares para que poderosos senhores ingleses presentes na corte (o Conde de Cambridge e o condestável) intercedessem a seu favor junto de D. Fernando. A recepção dos ingleses a Nuno Álvares é, na *CC*, descrita do seguinte modo:

“E os capitães ingreſes, quando virom o que lhes Nun’Alvrez dizia, e, porque ja delle aviam enformaçom e da obra que avia começada, receberam’no muy bem e lhe derom de sy grande logar e honrra, louvando do que avia começado, e disserom que lhes prazia muyto de fallarem sobre ello a el’rey” (pp. 24-25).

Fernão Lopes deve ter querido evitar a inverosimilhança das circunstâncias que rodearam o incidente e, com isso, a desconfiança do leitor relativamente à seriedade do discurso sobre uma personagem para quem reservaria, na *CDJ*, um protagonismo, esse sim, de historicidade e importância desejavelmente indiscutíveis. Não arriscou, portanto, o investimento encomiástico da *CC*.

É neste contexto que o modo como um dos capítulos mais importantes da *CC* é enxertado na *CDF* se torna particularmente significativo: trata-se do recontro de Nuno Álvares com duzentos e cinquenta castelhanos, em Lisboa (cap. 12 da *CC*; caps. 137-138 da *CDF*). Antes de dar início à narração do combate propriamente dito (em que, sozinho, o jovem cavaleiro enfrenta os duzentos e cinquenta inimigos), Fernão Lopes acrescenta ao texto da fonte um longo excurso:

“Hora aqui he de saber que posto que os alheos louvores sejam ouvidos com iguaacs orelhas, muito he grave consentir o que impossivel parece de scer; e porque o seguinte rrazoado mais parece millagre que naturall aquecimento, dizemos primeiro, rrespondendo a taacs, que ssem duvida verdade screvemos, mas que o poderoso Deus, que soo aaquella hora o quis livrar d’antre tantos contrairos, teendo-o guardado pera mayores cousas, nom outorgou n’aquella pelleja que seus emmiigos lhe podessem dar morte” (cap. 138, p. 382).

Depois, onde a *CC* diz que Nuno Álvares se lançou contra eles

“com muy gram coração de bem fazer” (p. 29),

Fernão Lopes prefere dizer

“com gram virtude cavalleirosa, a alguuns impossivel de creer” (p. 382).

As palavras denunciam o seu autor: o próprio Fernão Lopes acha difícil acreditar-se em tal feito e, por isso, prevê a incredulidade dos seus leitores mais críticos. Há, aliás, semelhanças entre a motivação desta digressão e uma das intenções do cap. 31 da *CDJI*: em ambos os casos o cronista se antecipa à possibilidade de detracção da personagem. Com efeito, os contornos da batalha apresentam-se, na *CC*, como bastante inverosímeis e a mesma só é interpretável no plano quase alegórico de uma espécie de ritual de iniciação do guerreiro. Então, por que motivo Fernão Lopes não omitiu o seu relato ou, não querendo recorrer a medida tão drástica, por que não o reescreveu, tornando-o mais conforme ao senso comum?

Em primeiro lugar, porque deve ter percebido a importância do seu significado simbólico e o seu poder na caracterização da personagem. Em segundo lugar, porque, como ele mesmo reconhece, o episódio só pode ser um sinal da protecção que Deus ofereceu ao herói —e o modo como Deus decide expressar as suas escolhas escapa à limitada lógica humana. Na essência, esta matéria é qualitativamente diferente das que Fernão Lopes anteriormente ignorara: as outras duas hiperbolizavam a inserção da personagem na vida social; esta confere-lhe uma dimensão sobre-humana. O silenciamento das primeiras terá tido por objectivo adequar a personagem à sua historicidade. A omissão da última amputá-la-ia.

Esta acção de coragem de Nuno Álvares, extremamente edificante, marca irreversivelmente a sua imagem, pelo que a aceitação do episódio se torna decisiva. Ora, na sua origem está o autor da *CC* e, se existia conflito entre o que se queria contar e as regras da verosimilhança, quem venceu essa batalha foi o biógrafo, por ter *conseguido convencer* Fernão Lopes a incluí-lo na sua crónica.

No mesmo capítulo, o cronista régio elimina três passagens constantes da fonte:

— no discurso de Nuno Álvares a seus homens, não transcreve a frase final (“e asi nos ajudaremos delles *e percalçaredes gram fama e muita honrra que vos por sempre durará*” —p. 28);

— no meio do relato da batalha solitária, o narrador da *CC* imprime um movimento focalizador à narrativa (ignorado por Fernão Lopes), fazendo-a recuar até ao ponto de vista dos companheiros de Nuno Álvares (“E bem era conhecida sua morte per aquelles seus parceiros que o de longe viam”, p. 30);

— como vimos já, o autor da *CC*, ao contrário do cronista régio, fornece o nome do primeiro homem que reage ao espectáculo da anunciada morte do herói (“E o primeyro que a elle chegou foy huñ clerigo de Lixboõa em cuja pousada Nun’Alvrez pousava,[...] o qual clerigo avia nome Vasqu’Eanes do Coto, o quall trazia hũa besta e era homem bem avisado”).

No primeiro caso, Fernão Lopes deve ter querido, mais uma vez, atenuar um exagero da *CC* e, sobretudo, criar condições para que as grandes batalhas decisivas chefiadas por Nuno Álvares (Atoleiros, Aljubarrota e Valverde) não aparecessem no mesmo nível de importância desta escaramuça. No segundo caso, conseguiu concentrar a atenção do leitor na acção do herói, mas perdeu, sem dúvida, a beleza de uma dinâmica alicerçada nos sucessivos olhares a partir dos quais o narrador da *CC* apresenta Nuno Álvares no centro do mundo¹¹. No terceiro caso, ou não teve possibilidade de confirmar a informação ou considerou a personagem pouco relevante histórica e socialmente. Se aceitarmos as considerações acima tecidas a respeito do significado das informações sobre Vasco Eanes do Couto na *CC* (v. p. 129), percebemos a omissão de Fernão Lopes, que não teria razões para prestar aquele tipo de homenagem, justificada por razões de natureza particular.

Seguidamente, o cronista régio resume a refrega entre os homens de Nuno Álvares e os castelhanos, eliminando uma peripécia da *CC* em torno do auxílio prestado pelo herói a seu cunhado Pedro Afonso, para rapidamente concluir com a recepção calorosa da cidade. Do ponto de vista de Fernão Lopes, percebe-se a pressa de encerrar o episódio: o mais importante já foi contado (o combate solitário do jovem cavaleiro). Para além do mais, se foi o peso simbólico do acontecimento que atraiu o cronista, então o que se lhe seguiu não interessava tanto, já que resultaria numa perda da dimensão transcendente do herói. De facto, o fim do capítulo da *CC* reconduz a

personagem de Nuno Álvares à sua condição humana, através do *topos* do reconhecimento social da sua bravura.

O cap. 13 da *CC* é aproveitado por Fernão Lopes no cap. 151: Nuno Álvares consegue escapar à vigilância do irmão e fugir de Lisboa, para ir ao encontro do rei, que, em Elvas, se prepara para uma grande batalha contra os exércitos de D. João de Castela. Uma frase da *CC* (“[Nuno Álvares] nom via a ora em que lhe [a Pedro Álvares] avia de pedir licença pera se hyr pera elrey aa batalha” —p. 33), através da qual o biógrafo exprimia a impaciência do jovem cavaleiro, não é, contudo, reproduzida por Fernão Lopes. A atenuação desta característica psicológica da personagem é, aliás, marca do trabalho de Fernão Lopes sobre a fonte (no fundo, também explica a omissão do cap. 123, já analisada —v. p. 172—, dado que o pedido de ajuda do jovem cavaleiro aos ingleses pode ser entendido como um acto precipitado). Depois, pelas razões anteriormente aduzidas, a matéria relativa ao fim do cap. 13 da *CC* prolonga-se pelos caps. 152 a 160 da *CDF*.

Na narração do banquete de casamento de D. Beatriz com o rei de Castela, onde o cap. 14 da *CC* explicava que, ofendido por não lhe terem deixado um lugar livre adequado ao seu estatuto, Nuno Álvares

“chegou’sc logo aa mesa, a hũu cabo della, e, em presença del’rey e de sua vista, alçou a mesa e, com a perna, tirou o pee da mesa e cayo a mesa em chaão” (p. 37),

Fernão Lopes escreveu

“Estonce, passeando mui mansso, chegou-sse ao cabo da mesa, veendo-o el-rrei d'hu siia ascentado, e com *os geolhos* derribou o pee da mesa e deu com ella em terra” (cap. 166, pp. 571-572, *itálico meu*).

Se o plural “os geolhos” não se deve a erro dos manuscritos, a alteração provocada por Fernão Lopes tornou a cena menos precisa (como poderia ter Nuno Álvares derrubado a mesa com os dois joelhos?¹²).

A partir deste momento, a *CDF* abandona a personagem de Nuno Álvares, que só reencontraremos na *CDJ*.

Em resumo, o tratamento dado à fonte (e, conseqüentemente, ao retrato de Nuno Álvares) na *CDF* foi no sentido da contracção e da contenção. Esta escolha do cronista régio prende-se com o facto de não querer explorar prematuramente as potencialidades da personagem, que a *CDJ* lhe permitirá desenvolver com maior eficácia (e verosimilhança). A análise proposta por este trabalho tentará demonstrar como uma das diferenças essenciais entre os dois Nuno Álvares é, precisamente, a de o retrato da *CC* ser mais estático do que o de Fernão Lopes, dado que o cronista régio vai architectando a representação da personagem num sistema de progressão. Na escrita do biógrafo, são os outros que aprendem a reconhecer em Nuno Álvares as qualidades que ele já possuiria desde o princípio. Na escrita de Fernão Lopes, a personagem cresce, como homem e chefe.

Mas, a par da preocupação de Fernão Lopes relacionável com a economia da narrativa da vida de Nuno Álvares, entrevejo uma outra razão para a sua relativa parcimónia. Na *CC*, o retrato de Nuno Álvares é

completamente independente da figura dos reis: aí, eles funcionam apenas como referência quase abstracta, necessária à confirmação da lealdade do herói à coroa (e não aos homens que em si actualizam o poder). Por essa razão, não notamos diferenças essenciais na representação das relações de Nuno Álvares com D. Fernando e D. João —a segunda só se torna mais importante na biografia, porque a maior parte da vida do Condestável aconteceu durante essa regência e esse reinado, pelo que houve mais tempo histórico (e, conseqüentemente, discursivo) para a solidificação da mesma. Evidentemente que esta circunstância da vida do herói será aproveitada pelo biógrafo, por exemplo quando o arnés de D. João passa para Nuno Álvares — gesto de conotações simbólicas evidentes—, no cap. 2, em que, como se verá, o herói é apresentado pela primeira vez e se alude à sua investidura na cavalaria (v. pp. 227 sgg.). Na *CDF*, Nuno Álvares é personagem secundaríssima (porque também o foi historicamente) ao serviço de um rei cujo retrato o cronista régio não favorece. Ora, criar uma imagem excessivamente heróica deste vassalo induziria o estabelecimento de nexos entre Nuno Álvares e D. Fernando que a Fernão Lopes não interessam, porque preferiria que a personagem do Condestável se construísse, essencialmente, em articulação com a de D. João —daí poder considerar-se que, na crónica deste último, eles partilham entre si o protagonismo¹³.

A Crónica do Condestável e a Crónica de D. João I

Sendo a *CDJ*, porventura, a mais completa (e complexa) das crónicas de Fernão Lopes, foi também aquela em que o escritor mais aproveitou a *CC*. Interessa, desde já, recordar as conclusões a que AMADO chegou, depois de ter procedido ao confronto minucioso dos dois textos:

“1 — Ainda que sejam numerosos os excertos transcritos com fidelidade, são vários os processos pelos quais a transcrição é interrompida: pequenos enunciados complementares com informações pontuais ou clarificações do raciocínio; omissões; prolongamento dentro do mesmo assunto através da articulação com outra fonte narrativa; inflexão do discurso narrativo num sentido diferente, por vezes oposto, dentro do mesmo episódio, com intervenção original do narrador; mudança de assunto, com recurso a outra fonte narrativa; passagem a uma forma abreviada de aproveitamento do texto; comentários do autor.

2 — Sendo poucas as discordâncias expressas, proporcionalmente à extensão de texto utilizado, são muitas as divergências, concretizadas através de omissão ou de alteração dum simples dado, de parte ou (mais raramente) da totalidade de um episódio.

3 — Em muitos casos o sentido não é modificado mas a ordem da narrativa é melhorada (no sentido da correcção cronológica ou lógica, e da clareza), o episódio é dramatizado (pormenorização, transição para o discurso directo), e a linguagem é aperfeiçoada (sintaxe mais correcta, vocabulário mais variado e adequado) [...]” (1991^a:227).

Algumas divergências entre as duas crónicas são muito significativas, sobretudo quando decorrem de diferentes representações de Nuno Álvares, das suas relações com as restantes personagens, da sua inserção no período histórico conturbado em que decorreu a maior parte da sua vida. Neste âmbito, a autora sintetizou com precisão a diferença essencial entre as duas crónicas: na *CC*, o biógrafo pretendeu fixar “o prestígio pessoal do grande capitão ou do valoroso combatente”, enquanto, para Fernão Lopes, os actos

do Condestável se integram numa visão da guerra “como acção de dimensão colectiva e nacional” (1991^a:89).

Podemos considerar a existência de dois tipos de diferenças entre as duas crónicas:

- silêncios e divergências da *CC*, quando a sua informação é confrontada com a que Fernão Lopes fornece;
- reformulações e omissões de Fernão Lopes, na utilização desta fonte principal.

No segundo caso, só podemos estar perante opções do autor, já que, conhecendo a sua fonte, temos a certeza de que as discrepâncias são voluntárias. No primeiro, o problema é mais complicado. Começarei por tratar este.

SILÊNCIOS E FORMULAÇÕES PRÓPRIAS NA *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL*

O biógrafo não nos proporciona informações importantes que encontramos no texto de Fernão Lopes, todas referentes à dimensão institucional do protagonista. O cronista régio:

- descreve a bandeira de Nuno Álvares com algum pormenor (*CDJI*, cap. 88);
- dá conta da formação do conselho inicial de Nuno Álvares, depois de este ter sido nomeado fronteiro de Entre-Tejo-e-Guadiana, mencionando o nome dos principais cavaleiros que o compunham (*CDJI*, cap. 91);

- conta que, depois da sua eleição, D. João I encarregou Nuno Álvares de preparar a festa em que se celebraria o acontecimento (*CDJI*, cap. 192);
- menciona a doação de Guimarães ao Condestável (*CDJII*, cap. 13);
- diz-nos que Nuno Álvares foi “mestresalla” da boda de D. João I e D. Filipa (*CDJII*, cap. 96).

Em nenhum dos casos é crível que o biógrafo tivesse querido silenciar ou achado dispensáveis aqueles assuntos, já que todos eles dignificam o Condestável. A omissão deste conjunto de dados, dificilmente explicável, pode apontar para fontes deficientes/incompletas ou distração no manuseamento das mesmas, mas também pode levar à hipótese de que o redactor da *CC* não fosse íntimo de Nuno Álvares: possivelmente, terá sido alguém que, ainda que tendo-o conhecido, nunca teria privado com ele de tão perto que lhe permitisse controlar a incompletude das fontes utilizadas. Um criado dos Braganças, suficientemente impressionado pela memória de Nuno Álvares (quem não o estaria na primeira metade do século XV?), mas não escolhido entre os homens que serviram o Condestável proximamente, talvez não desse conta destes lapsos, cuja existência, *grosso modo*, em nada altera a imagem prestigiante do protagonista da *CC*.

Já outras discordâncias das duas crónicas devem ser interpretadas diversamente. Vejam-se alguns exemplos que se prestam a analisar as diferenças entre os dois textos.

No cap. 24, a *CC* conta que Nuno Álvares parte com um pequeno exército na direcção dos Olivais, para dar batalha a Pero Sarmiento —que acaba por escusar o confronto:

“E assy negarom os castellaãos a batalha e nom quiseram viir a ella, e o campo e a honrra ficou por Nun'Alvrez” (p. 53).

Só depois se diz que o Mestre saiu de Lisboa, para ordenar a Nuno Álvares que se recolhesse à cidade.

No cap. 74 da *CDJI*, Fernão Lopes opta por uma versão diferente, ao relatar que Nuno Álvares e o mestre de Avis esperam juntos, às portas de Lisboa, o inimigo castelhano, para com ele se confrontarem.

A divergência muito nítida das duas versões quase consubstancia episódios diferentes e dificilmente se poderá saber qual delas correspondeu à facticidade histórica. Seja como for, é claro que o biógrafo quis sublinhar a coragem do jovem cavaleiro, protagonista absoluto de um incidente em que D. João é personagem secundária. Pelo contrário, Fernão Lopes atira o Mestre para o centro da acção militar, fazendo-o partilhar o protagonismo com Nuno Álvares. Ora, um período tão conturbado como aquele deve ter dado origem a muitas fontes com versões diferentes do mesmo acontecimento. Não seria, por isso, difícil ao cronista régio escolher uma versão que beneficiasse a imagem do Mestre sem prejudicar a de Nuno Álvares, preocupação que, com certeza, não orientava o trabalho do biógrafo. Repare-se na diferença entre dois outros capítulos das duas crónicas.

No cap. 40, a *CC* relata a libertação de Álvaro Coitado, atribuindo inteiramente os louros dessa acção afortunada a uma ordem de Nuno Álvares e omitindo o nome do executor (“çerta gente”, “os portugueses” —p. 96). No discurso de Fernão Lopes, a iniciativa desse acto pertence a Pero Rodrigues, comandando dezasseis homens de Nuno Álvares, mais quinze seus e cinquenta de pé. Ambos os textos concordam na não intervenção directa de Nuno Álvares no evento. O cronista régio optou, neste caso, por uma fonte diferente da *CC* para contar o acontecido sem negar nem comentar a versão da biografia do Condestável. Um exemplo do que atrás afirmei sobre a co-existência de diferentes versões do mesmo episódio contemporâneas entre si pode ser confirmado no relato de Fernão Lopes, que conclui:

“[...] Alvaro Gomçallvez se espedio de Pero Rodriguez; e de quanto lhe davom nom quis mais levar que oito cavallos; e foromsse com ell pera Estremoz os dez e seis escudeiros *que Nuno Alvarez mandara e mais alguũs homẽes de pee*” (p. 175).

No cap. 100 ficámos a saber que Nuno Álvares mandara esses escudeiros a Pero Rodrigues, alcaide do Alandroal, exactamente para o ajudar na tarefa de libertar Álvaro Coitado. Daí que, se a iniciativa da emboscada pertenceu a Nuno Álvares (facto sobrevalorizado pela *CC* e não desmentido pela *CDJ*, considerando a citação acima), o sucesso da sua execução deveu-se a Pero Rodrigues (circunstância valorizada por Fernão Lopes e não referida pela biografia). De qualquer modo, ou a fonte utilizada pelo biógrafo não era precisa, mas dizia o suficiente para que o acontecimento contribuísse para uma determinada representação do herói, ou o redactor anónimo a abreviou,

de modo a destacar, num episódio secundário, a capacidade de liderança do Condestável. Qualquer das hipóteses deu como resultado duas versões distintas e diferentes concepções da História: a *CC* destaca, sempre que pode, a acção de Nuno Álvares; a *CDJ*, sem deixar de prestar homenagem ao Condestável, prefere encará-lo como peça fundamental de um tabuleiro em que outras personagens também se moviam. Na *CDJ*, o heroísmo de Nuno Álvares resulta, por isso, não só das suas qualidades inerentes como também de uma espécie de sistema de vasos comunicantes de que todos saem enobrecidos. Cria-se, por este meio, uma rede “energética” que, comandada pelo rei e pelo Condestável, toca todos os que estiveram com eles, saindo os dois protagonistas reforçados dessa integração, na medida em que, sendo chefes, beneficiam da figuração positiva dos que estão sob o seu comando. Na *CC*, o isolamento do protagonista não só não permite essa articulação como produz exactamente o efeito oposto: todos aqueles que agem sob as ordens de Nuno Álvares devem o seu sucesso à energia que dele emana.

No cap. 48, correspondente ao 23 da *CDJII*, a *CC* não conta uma escaramuça entre os homens de Nuno Álvares e os castelhanos, em Santarém, perto das vinhas, antes da chegada deste. A elipse da biografia, supondo que o seu redactor teve acesso à mesma fonte, harmoniza-se perfeitamente com o que ficou dito: enquanto Fernão Lopes não deixa de sublinhar a valentia de todos, ainda que diferenciando gradativamente os elogios, a *CC* prefere concentrar na figura de Nuno Álvares os sucessos militares.

Repare-se como, apesar de muito provavelmente ter usado a *Crónica de Martim Afonso de Melo*, não explicita, no cap. 74, as circunstâncias em que esse cavaleiro conseguiu o “mui grande roubo” aí mencionado (p. 189), a saber, num combate vitorioso contra o comendador-mor de Leão, como explica Fernão Lopes (*CDJII*: cap. 184). É também este o sentido da diferença entre os dois relatos das cortes de Coimbra (caps. 42 da *CC* e 182 a 192 da *CDJI*).

Os silêncios mais evidentes da biografia não podem ter resultado apenas da natureza das fontes utilizadas: pelo contrário, por mais completas que elas fossem, creio que o biógrafo teria sempre procedido a um resumo do mesmo tipo, já que o seu propósito não era o de fazer História, mas o de celebrar a vida de um homem que participou activa e decisivamente em acontecimentos importantes. Será esse igualmente o motivo pelo qual elidiu o relato e a simples menção da batalha de Trancoso, em que Nuno Álvares não participou, mas cuja importância histórica foi fixada por Fernão Lopes (*CDJII*: cap. 20).

As relações entre D. João I e o duque de Lencastre, assim como a expedição militar liderada pelos dois, foi assunto que o biógrafo resumiu drasticamente em poucas frases no cap. 57, numa atitude contrária da de Fernão Lopes, que o desenvolve ao longo de quarenta e oito capítulos (*CDJII*: caps. 79 a 126). Desta vez, os motivos desse esforço de síntese e consequentes omissões são explicitados pelo biógrafo. Ora, a expressão que justifica esses

motivos é precisamente uma das que considereí paradigmáticas do trabalho deste cronista anónimo:

“Elrey tomou çertos lugares e fez outros grandes feytos *de que aqui nom faz meiçom, senom de çertas escaramuças* que o conde estabre, yndo aas forragecs sem elrey, per sy soo fez” (p. 141).

Nesta passagem, não só se clarifica um parâmetro de selecção dos factos dignos de serem registados na *CC*, como o resultado da sua aplicação é o de se preferir o relato da conquista de lugares pelo rei, explicitamente abarcável pelo conceito histórico de “grandes feytos”, para se narrar “çertas escaramuças” conduzidas pelo Condestável, apesar de este substantivo ter como referente acções militares secundárias. Se no plano puramente historiográfico a escolha deste cronista deixa muito a desejar, por, voluntariamente, conceder mais atenção ao acessório, no plano da procura do significado de uma determinada vida faz todo o sentido a operação efectuada sobre o real. E neste particular aspecto da sua escrita, o biógrafo anónimo foi coerente. Veja-se o que observou AMADO, a propósito de outro confronto textual que produz um significado semelhante:

“Os caps. 137 e 138 da *CDJ* [II] englobam o curto cap. 60 da *CC* mas entrecortam-no de numerosos factos e peripécias com outras fontes. O título do capítulo da *CC* originou o do cap. 137, que lhe adoptou a proposição inicial: “*Como elrey foy cercar Cãpo Mayor* que estaua contra elle: e o tomou”. Não precisou do resto porque, estando na *CDJ* o assunto desdobrado por dois capítulos, o título do capítulo seguinte é “Como el-Rey cobrou o lugar por preytesia”. O biógrafo do Condestável relata a tomada da vila e do castelo por ele e pelo rei, *em circunstâncias que em nada são desmentidas pelas que descreve o cronista régio mas que destacam a intervenção do herói num episódio em que a CDJ mal chega a mencioná-lo, e em que, de facto, quer numa quer noutra versão desempenha só o papel de negociador da rendição do alcaide*” (1991^a:150, *italico meu*).

Desta vez, não se tratou de omitir, mas de expandir o discurso até ao limite do verosímil, produzindo um efeito bem conhecido na tradição retórica.

No cap. 123 da *CDJI*, conta-se como o conde D. Gonçalo (irmão de D. Leonor Teles) exigiu ao mestre de Avis, em troca da condução da frota que atacaria a castelhana sitiada na foz do Tejo, todas as terras que pertenceram àquela e que Nuno Álvares, a quem o Mestre as prometera, aceitara tal condição. Se o biógrafo teve conhecimento deste facto, decidiu não o incluir na biografia, porque mais do que figurar a fidelidade incondicional de um senhor ao seu rei, era necessário assegurar que em nenhum momento o fundador da Casa terá abdicado de direitos patrimoniais essenciais. Esta lacuna também é coerente com a maneira como o biógrafo relatará os conflitos entre Nuno Álvares e D. João, que comentarei adiante.

No capítulo sobre o cerco de Coira (cap. 56), o texto da *CC* não mostra um Nuno Álvares inactivo por não concordar com essa operação militar, ao contrário da *CDJII* (cap. 76). Cuidadoso como sempre na gestão discursiva dos diferendos entre o rei e Nuno Álvares, Fernão Lopes transcreve, no capítulo seguinte, uma conversa entre as duas personagens em que o Condestável acaba por explicar as suas preferências na arte da guerra. O insucesso da iniciativa parece, por isso, dar razão ao chefe militar de D. João. A ausência, na *CC*, deste pequeno conflito, provavelmente intencional (a não ser, mais uma vez, que a fonte utilizada fosse incompleta), não só é coerente com a representação de Nuno Álvares na biografia, como, de algum modo, tipifica a sua relação com o rei. A intenção é clara: não deixar no texto

vestígios de qualquer comportamento reprovável do herói no que diz respeito a um dos valores mais reiterados pelo texto —a absoluta fidelidade vassálica de Nuno Álvares ao monarca. Percebe-se essa necessidade: numa crónica que assenta a sua imagética nos símbolos e valores cavaleirescos, essa qualidade do protagonista é a que mais consistentemente legitimará o seu heroísmo irrefutável.

Existe um outro caso semelhante de dissenção entre as duas crónicas, a propósito de uma notícia de ataque castelhano à Beira. Confronte-se os textos:

CC: cap. 65

Estando asy el'rey em Santarem com grande despeyto porque a gente que mandara chamar nom viinham e, estando o conde estabre em Evora, teêdo ja consiigo juntas mill e duzentas lanças, se partio d'Evora aforrado, leixando toda a jeente, com xx de mullas e se foy a Santarem veer el'rey como estava e lhe pedir licença pera hir aa jeête que andava na Beira. E, chegando ao porto do Tejo per onde passam pera Santarem [...], el'rey o veeo receber e quando o el'rey abraçou, porque o achou armado de cota e de braçaaes, ouve'o em sabor e disse: "Ora posso eu dizer que este he o primeiro homem d'armas que eu em esta terra vy".

CDJII: cap. 160

E el-Rey [...] mandou chamar suas gentes pera hir a elles: antre os quaces mandou chamar o Comdestabre. E nenhum daquelles a que el-Rey escreuço se vynha pera elle, posto que lhe muytos recados mandasse. E o Comde çintemente, segumdo alguus escreuem, respondeo a quem lhe leuou tal recado que el-Rey nam se devya muyto anojár da entrada daquellas companhas, pois em suas terras havia senhores e fidalgos a que encomendar podia que fossem a ellas, posto que elle alla nam fosse.. e outras taees rezoões descussa, de que a el-Rey muyto desprouue, quando as ouuyo. [...] E estando el-Rey com este nojo, e temdo ja o Comde (junctas) myl e duzentas lanças, encamynhou por hir ver el-Rey, nam leuando consigo mais que vinte mullas, ficando todollos outros em Euora. E quamdo chegou a Santarem, porque vinha de sospeita, soube-o el-Rey tarde; a que muyto prouue da sua vimda. [...] [E] quamdo (o) el-Rey abraçou, porque o achou armado de cota e braçaces, disse alto em sabor, que ouuyrão muytos: "Quanto agora poso eu dizer que este he o primeiro homem d'armas que eu em esta terra vy!"

É altamente improvável que Fernão Lopes, admirador confesso de Nuno Álvares, tivesse forjado a descrição do comportamento deste no episódio. Pelo contrário, vemo-lo citar uma fonte (diferente da *CC*) e praticar uma historiografia consonante com o programa apresentado no prólogo: ser imparcial, procurar a verdade. Mais plausível é que, coerente com o que tinha feito no capítulo anteriormente analisado, o biógrafo tivesse optado por uma versão em que não existisse qualquer sinal de deslealdade de Nuno Álvares. Consequentemente, se na *CDJII*, como notou AMADO, o gracejo de D. João (“disse alto *em sabor*”) distende o ambiente (1991^a:158), na *CC* essa mesma frase não tem qualquer conotação humorística (a chegada de Nuno Álvares é que provoca o prazer —“sabor”— do monarca) e funciona como libelo contra todos aqueles que, ao contrário do Condestável, não responderam ao apelo do rei.

Finalmente, depois de contar a difícil batalha de Valverde (cap. 54), a *CC* não alude, ao contrário da *CDJII* (cap. 63), a um pedido de perdão de Nuno Álvares ao rei, por ter invadido Castela sem a sua autorização. Fernão Lopes articula esse pedido com a dádiva do título e direitos do condado de Barcelos ao Condestável, por um monarca visivelmente agradado com o sucesso dessa iniciativa militar. Assim sendo, o cronista régio acaba por integrar uma acção autónoma no espírito do esforço colectivo presidido por D. João I. Ora, ao não fazer qualquer referência a um pedido de perdão, a *CC* acentua a autonomia do chefe militar e faz de Valverde o sinal mais eficaz dessa grandeza solitária. Podemos mesmo dizer que o episódio em causa

fortalece, na biografia, uma representação de Nuno Álvares como verdadeiro senhor feudal na vertente militar, a que se associará a vertente patrimonial no cap. 61, quando se relatará a distribuição de terras pelos seus servidores mais fieis.

Passemos, de seguida, às omissões e reformulações de Fernão Lopes que se me afiguraram mais importantes.

OMISSÕES E REFORMULAÇÕES NA *CRÓNICA DE D. JOÃO I*

Num ou noutro caso (raros), os factos relatados pela *CC* parecem ter sido considerados por Fernão Lopes insignificantes do ponto de vista histórico, razão pela qual os não reportou na sua crónica. São disso exemplo uma tentativa (fracassada) de Nuno Álvares de resolver diplomaticamente a tomada de Braga (final do cap. 46); a notícia da desistência de uma invasão da Beira por D. Martim Eanes de Barbudo, quando este fica a saber que Nuno Álvares se dirige ao seu encontro (cap. 62); a reacção do Condestável à morte do infante primogénito, D. Afonso (cap. 75).

No primeiro caso, a tentativa referida pela *CC* integra um conjunto de acções que têm por finalidade conferir dinamismo à personagem, mas a improcedência da iniciativa de Nuno Álvares foi habilmente evitada pelo cronista régio.

No segundo caso, o episódio serve para confirmar um *topos* da *CC*, sobre que me deterei adiante: a partir de certa altura, a fama de Nuno Álvares precede-o e assusta os opositores (v. *infra* pp. 351 sgg.).

No terceiro caso, a diferença é notória: enquanto que, para Fernão Lopes, mais importante do que a morte de D. Afonso é a sucessão de D. Duarte (assinalada nos cap. 148 e 149 da *CDJII*), a *CC* aproveita o acontecimento para reiterar valores senhoriais muito evidentes —e, por esse motivo, regista o luto oficial instaurado por Nuno Álvares na sua casa e descreve sumariamente a cerimónia vassálica de reconhecimento dos direitos ao trono de D. Duarte. Não podemos deixar de recordar celebração semelhante relatada na "Crónica de D. Afonso Henriques", nas suas versões mais antigas (*ACB* e *CGE*), embora em circunstâncias distintas, já que é o Conde D. Henrique quem, antes de morrer, exige aos senhores que prestem vassalagem a seu filho e herdeiro, Afonso Henriques. Seja como for, o espírito parece ser o mesmo: integrar os textos num quadro fortemente motivado por valores senhoriais muito arreigados na nobreza que nele se revê (o prólogo do *LL* é paradigma discursivo dessa mundividência). A *CC* sublinha frequentemente a sua inspiração nesses valores, transferindo para o herói o conjunto de qualidades por eles potenciadas. Dessa característica poderá resultar a sensação de arcaísmo da biografia de Nuno Álvares, se calhar já experimentada também por Fernão Lopes: a cerimónia a que aludi e que o cronista régio omite mostra uma nobreza que se legitima na formalidade, em rituais configuradores de elos vassálicos, para, depois, em alturas de conflito, exigir do rei o cumprimento de deveres decorrentes da sua condição de senhor.

Outras omissões de Fernão Lopes resguardam a imagem de Nuno Álvares.

No cap. 2 da *CC*, Nuno Álvares faz um breve relatório duma expedição em que foi integrado, em termos que podem sugerir que o jovem mentiu. No cap. 33 da *CDJI*, não se lê a resposta de Nuno Álvares aos monarcas, porque, ao cronista régio, aquele acto não deve ter parecido condigno de uma figura heróica, mesmo se praticado numa idade que lhe confere alguma inimputabilidade (treze anos). Mais adiante referirei a importância deste episódio na biografia, por se tratar do primeiro em que o protagonista aparece.

No mesmo sentido se pode ler a diferença entre um dos mais importantes capítulos da *CC* (cap. 67) e o início do cap. 163 da *CDJII*: em ambos se alude à doença de Nuno Álvares, mas Fernão Lopes silencia completamente a descrição de sintomas e a peripécia de Alfarrara (quinta perto de Palmela em que o Condestável se recolhe), transformando o relevo que o acontecimento assume na biografia em simples referência marginal. No seu comentário a esta dissemelhança, AMADO exprime o desconforto crítico de quem se habituou a ver em Fernão Lopes um mestre do aproveitamento das fontes:

"Não deixa de causar alguma perplexidade (e frustração) a perda de uma tal oportunidade de abordar um assunto de cujas virtualidades literárias para um exercício de realismo psicológico a *CC* dá uma amostra sedutora" (1991^a:160).

Apresenta, todavia, três hipóteses de explicação para o facto (1991^a:10):

1. o episódio teria sido acrescentado ao cap. 67 da *CC*, depois de redigida a *CDJ*;
2. a doença do foro psicológico, sem causa aparente, denegriria a imagem de Nuno Álvares;

3. o desinteresse de Fernão Lopes harmonizar-se-ia com o demonstrado por outros aspectos da vida particular do Condestável.

A primeira hipótese é, no próprio discurso da autora, precautória e plenamente justificada por pouco se saber sobre a origem do texto, assim como sobre a história dos testemunhos que antecederam a sua primeira edição conhecida (impressa em 1526, recordo). Seja como for, aduzo alguns argumentos que, de certa forma, pretendem evitar que se dê crédito excessivo a esta possibilidade.

Em parte, Fernão Lopes aproveitou a redacção da *CC* (numerarei as lacunas detectáveis para clarificar as posteriores referências):

CC

"Depoys desto a poucos dias, estando o condestabre em Evora, prouue a Deos d'adoeçer de hũa door que lhe durou tres meses, teendo ja postas suas frontarias per toda a terra [...1]. E, seendo o conde estabre asy doçnte e sua door cada dya crecendo, per conselho de fisicos se foy d'Evora a Lixbõa, honde esteve muytos dias sem melhorar nenhũa cousa. [...2] De Lixboa se partio o conde estabre, asy maltratado e enfermo, e se foy Antre Tejo e Udiana em andas, e chegou a Palmela [...3]. [...4] [...5] começou de melhorar. [...6] E entrou em sua barca e foy'se a Alçaçer e de hy a Evora" (pp. 161-167).

CDJH

"Depois desto veo-sse o Comdestabre a Euora; e prouue a Deus dadoeçer de huudor que lhe durou bem tres menses, seendo ja postas suas frontaryas per homde conpria; e per consselho dos fysjcos se foy a Lixboa. E estando per espaço de dias, e nam melhorando nenhuma coussa, diserão que se tornasse a Euora. E chegou ate Palmella em andas; e ally começou-se dachar e sentyr mylhor. E foy-sse a Setuuel, e desy (a) y Alçaçare; e desy partio pera Euora" (p. 342).

A primeira passagem suprimida por Fernão Lopes fazia, na *CC*, referência a uma carta do Condestável ao rei, em que lhe pedia que o desobrigasse dos seus deveres, e à resposta anuente e afectuosa de D. João. A segunda contém a descrição dos sintomas mais visíveis (a instabilidade

emocional, a falta de apetite, etc.). A terceira consiste numa explicação para a paragem em Palmela ("e hy foy fora tanto de seu poder que nom pôde hir mais por diante"). A quarta corresponde ao longo e vívido incidente de Alfarrara. A quinta refere os físicos que D. João enviou a Palmela, um dos quais o curou. A sexta menciona uma tormenta na viagem para Alcácer que obrigou Nuno Álvares a ir a terra, aproveitando para se exercitar.

No caso de o texto original da *CC* corresponder, *grosso modo*, ao de Fernão Lopes, seríamos obrigados a considerar que um hipotético refundidor teria efectuado uma muito complexa *amplificatio*, articulando a sua suposta fonte com diferentes segmentos discursivos do arquétipo. A inusitada coerência estilística do texto da *CC* não indicia este tipo de operação. Pelo contrário, aconselha a entender o cap. 67 como um texto uno: note-se a semelhança de escrita da descrição dos sintomas de Nuno Álvares, que inclui a referência quase realista à sua aversão por mensageiros, com a descrição do que se passou em Alfarrara; e a repetição da expressão "prouve a Deos" no princípio e no fim do relato, marcando o início e o fim da doença. Fernão Lopes copia-a para o *incipit* do seu texto, mas elimina-a do fim, agindo em obediência a um dos seus critérios de escrita —evitar repetições (cf. AMADO 1991^a:227, ponto 3).

Percebe-se, ainda, que Fernão Lopes respeitou a estrutura espaciotemporal do texto da *CC*. Assim sendo, é mais aconselhável crer que, mantendo o esqueleto, preteriu a pormenorização, do que imaginar que a versão original da biografia era tão sintética quanto a de Fernão Lopes e, mais

tarde, alguém a amplificou: o período em que os dois escritores se entregaram às suas tarefas foi, possivelmente, aquele em que tiveram ao seu dispor as fontes mais completas sobre a vida de Nuno Álvares —o próprio texto de Fernão Lopes, em que tão frequentemente ele enriquece a informação da *CC* recorrendo a outras fontes, é indício disso.

Se pusermos, pois, de parte a primeira hipótese de AMADO, resta averiguar qual das outras duas explicará melhor a dissidência entre as crónicas. Muito provavelmente, a resposta encontra-se na confluência de ambas. Por um lado, não restam dúvidas de que o núcleo do episódio, localizado em Alfarrara, ocorre no quadro muito nítido da vida particular do Condestável, proporcionando o co-protagonismo de uma personagem até aí ausente do texto (Gil Airas) e a participação, discreta mas muito significativa, da mãe e da filha de Nuno Álvares. Por outro lado, a doença do herói revela-se no seu clímax numa peripécia que desorganiza a relação entre o senhor e os seus servidores. Este factor terá impressionado o cronista régio ao ponto de o fazer preterir as potencialidades literárias e, mais importantes ainda, simbólicas do episódio. Ou seja, Fernão Lopes deve ter pressentido que os factos narrados pela *CC* poderiam ser interpretados contra Nuno Álvares e, por isso, eliminou todas as indicações de que se tratava de uma doença mental. Quem sabe, até, se o cronista não teria presentes os textos de D. Duarte sobre o assunto, que o seguinte trecho ilustra:

"Aalem das manciras da tristeza em cyma scriptas, he hũa muyto mais forte, que tira o dormir e gram parte do comer. E traz door ao coração com grandes tremores e agastamentos. E aquesto se faz por alguũ mui spicial

fundamento de grandes desaventuras, males, e perdas, e outras por arrebatamento dalgũas desconcertadas fantesias veem a este meesmo sentymento, o qual he tam periigoso, que muytos per este aazo veherom a sse matarem per ssey, ou naturalmente morrerem per myngua de comer e dormir, e doores que per este aazo lhe recrecerom " (*LC*, cap. 22, pp. 81-82).

Noutro passo da sua obra, D. Duarte identifica o "pecado de tristeza" ou "humor menencorico" com "tentaçom do inmiigo" (cap. 19, p. 71). Aliás, o pensamento do rei, explicitamente influenciado pelo de João Cassiano (cf. cap. 18), encara os processos depressivos como pecados, cujo grau de gravidade é determinado pela causa. Mesmo assim, não só reconhece ter sido atingido por esse mal, como revela ser conhecedor do padecimento equivalente de Nuno Álvares:

"E aquel santo Condestabre per semelhante ouve aquesto sentimento, por sobejamente se dar aos cuydados e desembargos, em tanto que por semelhante se querer forçar pera ouvir algũa pessoa de stado, lhe viinha tal gastamento, que el confessou que ja por ello estivera em ponto de cayr em terra" (cap. 20, p. 75).

No cap. 31 da *CDJI*, fica claro que, no que diz respeito à matéria respeitante ao Condestável, Fernão Lopes escreve com cuidado, por saber existirem ainda, no seu tempo, detractores da sua fama. Nada mais natural, portanto, do que, embora perdendo a possibilidade de aproveitar "as virtualidades literárias" do cap. 67 da *CC*, evitar um assunto cujos contornos pouco nítidos poderiam ser utilizados para manchar a memória do condestável de D. João I. Acrescente-se que, se parte da legitimidade do rei assenta, precisamente, na acção de Nuno Álvares, qualquer factor de perturbação da imagem deste poderia, eventualmente, projectar-se negativamente na daquele.

A assunção do episódio em toda a sua extensão pela *CC* deixa perceber que, ou o biógrafo não se apercebeu dos inconvenientes do relato, ou viu nele sentidos que, pelo contrário, reforçariam a imagem que pretendia dar do herói.

Embora o pensamento de D. Duarte, como vimos, seja explicitamente influenciado pelo de S. João Cassiano, pode ser integrado no quadro teológico medieval sobre a matéria.

Alguns autores medievais deixaram-se seduzir pela apologia aristotélica da melancolia como sinal da genialidade, fazendo-a renascer depois de um longo período em que parece ter sido ignorada e transportando-a do campo da fundamentação científica para o da filosofia moral cristã (KLIBANSKY *ET ALII* 1989: 123-133). Guilherme de Auvergne, um desses autores, estabelece uma relação directa entre a compleição depressiva e a santidade¹⁴, reconhecendo, contudo, que, quando o temperamento melancólico se torna patológico, ficam, através desse excesso, abertas as portas ao domínio das forças diabólicas sobre a alma. Ainda assim, observa que, no discurso dos sujeitos atingidos pela doença, existem pontualmente sinais de uma inspiração divina:

"Scire tamen debes, quia huiusmodi homines, videlicet morbo melancholico laborantes, irradiationes recipiunt, verum particulatas et detruncatas. Quapropter ad instar prophetarum de rebus divinalibus naturaliter loqui incipiunt. — Tu dois savoir cependant que cette sorte d'hommes, j'entends ceux qui souffrent de la maladie mélancolique, reçoivent des rayons de lumière, à vrai dire morcelés et mutilés. C'est pourquoi, à l'instar des prophètes, ils se mettent à parler naturellement des choses divines" (Guilherme de Auvergne, *De Universo*, II, *apud* KLIBANSKY *ET ALII* 1989:132, nota 18).

Numa paráfrase dum texto de S. João Crisóstomo, feita pelos autores que tenho vindo a citar, relaciona-se essa "melancolia monástica" (por ser mal de

que muitos monges seriam atacados e que ficou conhecido, na Idade Média, por *acedia*) com a luta, arbitrada por Deus, entre o Homem e o Diabo:

"Dieu permettait au diable de poursuivre son œuvre pour le bien seul de l'humanité, car c'est en donnant au diable le pouvoir de tenter et à l'homme de résister qu'il guidait l'âme, à travers la nécessité de se défendre, jusqu'à la vertu; et de même que Dieu, tel un arbitre dans l'arène, imposait à l'homme fort des tâches plus héroïques qu'à l'homme faible, afin de le récompenser plus libéralement au jour du Jugement dernier, ainsi il avait envoyé ces tentations à Stagirus (qui, en optant pour la vie religieuse, était sorti du public et descendu dans l'arène) à un moment où il le savait assez fort pour les surmonter. Les tourments de Stagirus [terríveis pesadelos, perturbações da fala, convulsões, desmaios, abatimento] étaient en fait un bienfait, et le diable, que la sainteté incitait toujours à livrer bataille, ne pouvait obtenir de pouvoir réel sur un ascète qu'à partir du moment où celui-ci cédait à la tentation. La «tristesse mélancolique» rendait, il est vrai, la victoire du diable plus facile; en fait, on pouvait dire que le diable triomphait des hommes par le truchement de leur propre découragement [...]. Il était cependant possible de triompher de cet abatement si l'on considérait, non pas sa propre culpabilité, mais la divine providence" (KLIBANSKY *ET ALII* 1989:136-137).

Esta concepção da profunda tristeza, que pode conduzir à loucura¹⁵, enquanto sinal de uma dimensão sobrenatural foi muito difundida durante a Idade Média:

"Comme dans toutes les sociétés où l'on a le sentiment profond que le monde visible et le monde invisible ne font qu'un et que tout phénomène étrange représente une intervention divine ou diabolique, les hommes des temps féodaux attribuent souvent à la folie une dimension surnaturelle" (LAHARIE 1991:23).

Contudo, segundo S. Tomás de Aquino, se a tristeza moderada contribui para o equilíbrio da alma, a melancolia excessiva é uma doença perigosa, porque perder a razão é esquecer o sentido de Deus. Por este motivo, para este padre da Igreja a loucura está indissociavelmente ligada ao pecado (*apud* LAHARIE 1991:72). Vejamos que sinais permitem diagnosticar esse mal nos homens por ele atingidos.

A melancolia, desde a Antiguidade remota associada a Saturno (KLIBANSKY *ET ALII* 1989:242-243), é a designação genérica de um conjunto de desregramentos psico-biológicos que a nosografia medieval distinguia em função do tipo de sintomas apresentados pelo paciente. O quadro que a seguir apresento pretende sistematizar a informação que recolhi a esse respeito¹⁶:

Quadro nº8

	Excitação	Abatimento	Febre
<i>frenesi</i>	+	-	+
<i>letargia</i>	-	+	+
<i>mania</i>	+	-	-
<i>melancolia</i>	-	+	-

Ao doente com o mal designado pelo par *frenesi-letargia*, chamavam os físicos *alienato cum febribus*; ao outro, *alienato sine febribus*.

Para além destas características gerais, a nosografia medieval distinguia, igualmente, essas enfermidades em função de outros sintomas¹⁷. Ao *frenesi* associava a febre constante, alteração da pulsação, sede intensa, insónias, uma profunda angústia, oscilação entre riso e choro, agressividade. A *mania* distingue-se do *frenesi* pela ausência de febre e pelo carácter cíclico, podendo observar-se os seguintes sintomas:

"des rixes enflammées et des cris, de l'agitation, des mouvements impétueux à la manière des renards, la férocité du lion et l'agilité du corps" (Arnaud de Villeneuve, *De parte operativa*, apud LAHARIE 1991:128).

A *letargia* apresenta febre contínua, sonolência, imobilidade, confusões constantes, amnésias. Das quatro é considerada a mais grave, porque, não raras vezes, é mortal.

Finalmente, a *melancolia*, que segundo os médicos medievais seria a que reflecte mais dolorosamente o mal-estar da alma e do corpo, é uma doença crónica, em que simultaneamente ocorrem perturbações orgânicas e psíquicas. Os sintomas mais evidentes são o medo e a tristeza obsessivos, para os quais as pessoas mais próximas do doente não encontram explicação, oscilação entre o riso e o choro, uma angústia intensa, desconfiança, insónias, cefaleias e enxaqueca oftálmica, vontade de isolamento, ódio aos amigos e familiares, tendências suicidas (D. Duarte acrescenta falta de apetite). Segundo LAHARIE é o termo medieval que melhor designa os estados depressivos (1991:134).

A descrição dos comportamentos de Nuno Álvares parece apontar para sintomas próximos dos da melancolia, se ignorarmos a referência à "quentura" (p. 163 e p. 166). O glossário elaborado por CALADO atribui a este termo o significado de "febre". Contudo, podemos considerar que a palavra poderá significar, isso sim, perturbação delirante, exteriormente idêntica à causada pela hipertermia. Ora, como vimos, a melancolia-depressão é, durante a Idade Média, tratada no quadro geral das doenças mentais, ou seja, da loucura (cf. FRITZ 1992:1-12).

Se o *topos* romanesco da loucura do cavaleiro era sumamente conhecido, também se sabia que ele se integrava no quadro do amor cortês, de que reconhecemos reflexos na poética galego-portuguesa. Efectivamente, o cavaleiro dos romances enlouquecia por amor:

"Et si [...] la classe chevaleresque apparaît dans les romans comme la cible privilégiée de la folie, cette situation n'est en aucun cas liée à un abus de la seule fonction guerrière, la deuxième fonction indo-européenne, mais à un

rapport privilégié avec la femme. Folie par amour et non folie dans la bataille, nous voilà amenés à la troisième fonction: celle de la fécondité, de la production et de la reproduction" (FRITZ 1992:80).

Para além do tratamento poético dado a este motivo nas cantigas de amor, conhece-se, pelo menos, o caso de um trovador português celebrizado, primeiro pelo *LD* e, depois, pelo *LL*, porque "morreo de amor" (*LD* 7G4; *LL* 37E4)¹⁸.

Ora, está afastada qualquer hipótese de o biógrafo ter visto no episódio do enlouquecimento pontual¹⁹ de Nuno Álvares qualquer relação com o código cavaleiresco e tão-pouco o deve ter relacionado com o fenómeno da fúria guerreira das epopeias (cf. FRITZ 1992:74-80). Também não é crível que o tivesse aproveitado para sugerir alguma forma da *acedia* própria dos santos, porque, segundo penso ter demonstrado, a *CC* não tem uma intenção hagiográfica específica (v. pp. 75 sgg.). Assim sendo, resta a ideia do sofrimento infligido por Deus ao herói, na linha, atrás referida, do pensamento teológico sobre o assunto. Ora, se Fernão Lopes, pela omissão, evitou as conotações ideologicamente mais perniciosas, o biógrafo anónimo terá considerado que o facto de Nuno Álvares se ter curado seria essencial para o seu retrato, na medida em que o herói terá suplantado, nessa ocasião, uma das mais difíceis provas da sua vida. Não será, portanto, por acaso que o episódio se inicia e se conclui com referências directas à vontade de Deus:

"[...] estando o condestabre em Evora, *prouve a Deos* d'adoecer de hũa door que lhe durou tres meses [...]. Elrey lhe mandou os seus fisicos e hum delles *prouve a Deos* de lhe conhecer a door e o curou della em tal guisa que, *com a ajuda de Deos*, começou de melhorar" (p. 161 e p. 167).

Esta diferença entre as crónicas intensifica a ideia de que, de facto, não se devem confundir os dois projectos de escrita, que só à superfície poderão ser encarados como semelhantes.

Analisada a que podemos considerar como uma das mais importantes diferenças entre as duas crónicas, observemos, agora, outras omissões e reformulações de Fernão Lopes que servem para defender a imagem de cavaleiros próximos de Nuno Álvares.

No cap. 55, a *CC* critica um comportamento de Antão Vasques:

"E, seendo ja o conde estabre e sua gente no Porto, lhe foy denunciado dalguũs capitaães de sua companhia que apos elle foram, de muytos males e dapnos que fezerom polla terra per honde foram, antre os quacs era huũ cavalleiro que elle muyto amava, que se queixou delle huũ homem bõo, que lhe depenara a barva e lhe tomara vïho de hũa sua adegua sem lhe pagando delle nenhuũa cousa, do que ao conde estabre muyto desprouve, pollo bem que a Antam Vaasquez queria" (p. 134).

Nuno Álvares obrigou Antão Vasques a indemnizar o queixoso, sentença que causou a revolta do acusado. Quando aquele chegou ao acampamento do rei, D. João comunicou-lhe o seu descontentamento por ter sido informado de que o Condestável

"roubara a terra viindo per o caminho" (p. 135).

Nuno Álvares, percebendo

"que esto lhe nacia d'Amtaam Vaasquez e dos outros a que elle estranhara o mal que faziam" (p. 135),

repôs a verdade, conseguindo recuperar a confiança do monarca. O comportamento de Antão Vasques é reprovável não só pelo roubo como pela

falsa denúncia ao rei. Na *CDJII*, Fernão Lopes omite totalmente o incidente, nos capítulos correspondentes (70 e 71). Antão Vasques é o cavaleiro que tinha merecido um rasgado elogio do cronista, nos caps. 59 e 60 (redigidos a partir de uma fonte de tipo biográfico?), a propósito de uma incursão vitoriosa em Castela que ele comandou imediatamente antes de Valverde e no seguimento do apelo de Nuno Álvares, acusando "alguuns autores", numa crítica que creio ser dirigida ao biógrafo anónimo, de terem ignorado o evento.

Neste caso, o esforço de Fernão Lopes foi, nitidamente, no sentido de resguardar a imagem de Antão Vasques, mesmo se à custa do silenciamento de uma verdade histórica: o relato da *CC* descreve uma situação que se deve ter repetido amiúde durante a crise de 1383-85. Não é difícil acreditar que, naquele período, cavaleiros valorosos tenham cometido excessos como o referido. A ausência de contemporização da biografia com o comportamento reprovável de um cavaleiro que Nuno Álvares "muyto amava" permite realçar a imparcialidade implacável do herói na administração da justiça, qualidade que outros trechos confirmarão. E, mais uma vez, os dois projectos se distinguem, já que Fernão Lopes deseja engrandecer e preservar a memória de outras personagens, para além de Nuno Álvares, finalidade que não ocorre sequer ao autor da *CC*. Não se creia, porém, que o biógrafo não foi capaz de distribuir elogios a personagens secundárias. No cap. 49, quando narra uma deserção em massa dos homens do Condestável, que em breve analisarei, destaca a fidelidade do mesmo Antão Vasques censurado no cap. 55:

"antre os quacs que com elle ficarom foy hũu Antom Vaasquez, o qual aquella noyte nunca dormio, guardando a ponte de Muja e dizendo que todollos castellaãos de Santarem per hy viessem, que elle defenderia aquella ponte, ca elle era homem de solta palavra e porem assaz vallente que, posto que o bem disesse, tambem o fazia" (p. 110).

Esta caracterização psicológica da personagem é, diga-se de passagem, confirmada pela descrição do seu comportamento durante o alardo de Vilariça, contado por Fernão Lopes (*CDJII*: cap. 71, pp. 168-169).

Ainda no cap. 55, a *CC* dá conta de um acidente, definido através de uma palavra usada para identificar os milagres ("maravilha"), ocorrido durante o mesmo alardo: alguns cavaleiros que se opõem a Nuno Álvares proferem "alguãas pallavras" de inveja. Imediatamente a seguir,

"cayo hũa grande rribança com elles, de guisa que se ouveram de perder na augua se lhe Deos e a gente nom acorrerom" (p. 136).

O cronista régio elide totalmente o incidente, perdendo-se, por isso, no seu texto, a ideia de que Deus protege o herói, castigando aqueles que agem contra ele. Fernão Lopes parece pretender, sempre que pode, dirimir os diferendos entre o Condestável e os seus opositores, de modo a atenuar a conflituosidade que a sua personalidade foi provocando. Contudo, fê-lo apenas em circunstâncias historicamente irrelevantes, como a mencionada. Operou exactamente da mesma forma noutro trecho. No cap. 74 da *CDJII*, depois de referir uma tentativa frustrada dos mesmo cavaleiros (a que se associou o mestre de Cristo) de tomarem duas vilas "por levarem a onrra ante que o conde estabre chegasse", versão concordante com a da *CC* (cap. 56), silencia explicitamente a prossecução desse conflito interno:

"Hora nom fazendo sermom dalgumas razões que outros sepreuem que estes fidalgos com o Comde ouueram, em que nom ouuc nenhum aroydo" (p. 172).

A biografia refere-se a uma ceia-cilada oferecida por esses senhores ao Condestável, que, previamente avisado, não só dispõe os seus homens em torno da tenda com o objectivo de o protegerem como, durante a conversa, vai habilmente respondendo às acusações que lhe são feitas de modo a evitar o agravamento da situação.

Em ambos os contextos, a transparência da *CC*, rejeitando a oportunidade de apresentar o protagonista revestido de uma consensualidade que Fernão Lopes quer defender, acentua a solidão da personagem. Ou seja, na *CC*, a controvérsia despoletada pelo herói, que tem sempre a razão do seu lado, favorece a sua representação, na medida em que se articula com o propósito de denunciar as imperfeições dos (outros) homens. Neste particular aspecto da sua escrita, cumpre-se um dos propósitos do prólogo da *CC*: contar os comportamentos reprováveis "por que se delles soubessem guardar" (p. 1).

Quando pretende proteger a imagem de Nuno Álvares ou a de qualquer personagem a ele associada, Fernão Lopes também opta por reformular a versão da *CC*. Seleccionei dois exemplos dessa diferença.

No cap. 34, a *CC* conta que, durante uma expedição militar, os homens de Nuno Álvares, vencidos pelo cansaço, "ficarom dormiindo per as vinhas" sem qualquer tipo de sentinela, razão pela qual muitos deles foram presos ou mortos pelos castelhanos, além de que sugere uma deserção em massa. Fernão Lopes elimina completamente esta última e ao quadro acima descrito

acrescenta factores meteorológicos muito desfavoráveis: uma noite de grandes chuvadas e nevoeiro em que, por perderem o sentido da orientação, os peões foram ter ao acampamento castelhano (*CDJI*, cap. 146).

No cap. 49, lemos na *CC* que, no cumprimento da ordem enviada pelo rei, Nuno Álvares junta os seus homens para ir combater o rei de Castela, mas que, perto de Santarém, com medo dos castelhanos, a maior parte deles desertou. Fernão Lopes insurge-se violentamente contra esta versão dos acontecimentos:

"E quem tal cousa pos em scripto, mal proueo a certydom deste feyto: ca o Conde nom tragya tays gentes que o sem por que o leyxassem, nem per que passasse tam vergonhossa myngua: ante eram tam leaaes e tam fiecis e prouados por boons e ardidos homeens darmas, que ja ajnda que vehera todo o poderjo de Castella, ante sse leixarom todos morrer ante seu senhor que o desemparar per nenhuma guysa. E se dyzem que o deyxarom, pois contassem pera hu se foram e que se fez delles, ou se tornarom pera el-Rey que os reccebera muy bem por tal cousa! Porem tam maa e tam errada opinyom, defamador de sseus bons e leaaes vasallos, com os geolhos em terra peça perdom aa verdade, a qual se passou desta maneyra" (*CDJII*, cap. 24). [Segue-se um relato muito diferente que anula totalmente a hipótese de deserção].

O mesmo Fernão Lopes que, neste trecho, recusa, indignado, a hipótese de os homens de Nuno Álvares o abandonarem por medo dos castelhanos, conta, mais adiante, que, antes da batalha de Aljubarrota, trinta portugueses fugiram da hoste e foram mortos pelos castelhanos atentos (*CDJII*, cap. 42, p. 96). Compreenda-se: tanto num caso como no outro, o que perturba Fernão Lopes não é a deserção, mas que os homens de Nuno Álvares o tenham abandonado. O cronista sentiu, com certeza, que essas fugas podiam criar uma imagem ineficaz do Condestável: da leitura de Vegécio, tratadista muito conhecido durante toda a Idade Média, resulta a ideia de que a cobardia dos

soldados deve ser imputada a um mau treino e à falta de confiança no seu chefe (cf. *Institutorum*: pp.15-46 e DIAS 1994:77). Se Fernão Lopes sentiu a perniciosidade de tais relatos, por que razão não encontramos o mesmo tipo de sensibilidade no biógrafo anónimo? Porque, mais uma vez, creio estarmos perante dois projectos e duas estratégias figurativas bem diferentes.

A Fernão Lopes interessa o condestável do reino, braço direito de D. João I. Assim sendo, a capacidade militar desse herói também se espelha na confiança dos seus subordinados. Ao biógrafo interessa o chefe, também, mas, mais do que esse estatuto demasiado prisioneiro de relações com outras personagens, o líder solitário que, apesar da cobardia do material humano que tem à sua disposição, consegue vencer, sem vacilar, todo o tipo de obstáculos.

Uma outra pequeníssima omissão de Fernão Lopes também me parece merecedora de algum comentário. Nos cap. 58 e 131, a *CC* e a *CDJII*, respectivamente, referem-se ao desejo que o rei e a rainha tinham de que Nuno Álvares, recém-viúvo, casasse com D. Beatriz de Castro. Ambas sublinham que o Condestável se escusou, mas Fernão Lopes não aproveitou um trecho da biografia:

"espediu-se del'rey e per sua licença se partio, dizendo aos que com elle hyam per o caminho que, emquanto estivera em Bragaa, que sempre ençima delle andara hũa nuvem negra e que, depois que de hy partyra, lhe parecia que aquella nuvem negra ficara sobre Bragaa e que elle vinha ja desabafado sem ella" (p. 143).

A "nuvem negra" é, evidentemente, uma metáfora do efeito que a ideia de casar segunda vez provocou no herói. Vindo-se a saber pelo cap. 80 da *CC* que Nuno Álvares e sua mulher evitaram as relações sexuais desde 1383 e

ligando essa informação com a relutância do protagonista em casar revelada no cap. 3, percebe-se que a biografia tenha consubstanciado o desejo de castidade do herói nessa fala. Fernão Lopes terá considerado a afirmação excessiva (aliás, também não confirma o longo período de castidade do casal, preferindo declarar a abstinência do Condestável a partir da morte da mulher). Este *topos* da biografia inscreve-se no quadro mais vasto dos valores de uma cavalaria espiritual, de que Galaaz, modelo explícito de Nuno Álvares, foi, no âmbito da tradição romanesca, o mais perfeito representante. A *CC* enraíza o seu protagonista nesse conjunto de propriedades. Creio, no entanto, ser possível relacionar essa estratégia com a origem do texto. Senão, vejamos.

A maior parte da vida de Nuno Álvares coincidiu com a situação histórica que o obrigou a uma enorme errância e a manter-se afastado da mulher. Ora, é sabido como esse contexto propiciava as relações adúlteras e, conseqüentemente, o nascimento de filhos bastardos. Se, como defendo, o autor da *CC* estava ao serviço da Casa de Bragança e, nesse âmbito, tinha por tarefa fixar a memória daquele a quem esse grupo senhorial decidiu atribuir o estatuto de fundador mítico, era natural que se desejasse, simultaneamente, que o texto garantisse que esse mesmo fundador nunca teria dado origem a ramos marginais. Para esse efeito, nada melhor do que fazê-lo depender de valores tão disciplinadores como os atrás descritos. Não quero com isto sugerir que a castidade de Nuno Álvares é resultado de uma construção: a menção que dele faz D. Duarte no *LConselhos* ([cap. 61], p. 228), se independente da representação materializada pela biografia, confirma a sua

vocação para a castidade. Mas é legítimo supor que esse traço marcado da personalidade histórica do Condestável tivesse sido hiperbolizado pelo texto mais dependente dos seus descendentes legítimos. No caso particular em análise, a forma discursiva usada para encenar a recusa do segundo casamento pode ser lida em função da mesma estratégia.

Não estando Fernão Lopes dependente do mesmo tipo de laços, não precisava de recorrer a este género de artifícios e podia, como fez, quando os julgava excessivos, eliminá-los, sem por isso desrespeitar a factualidade histórica. Simultaneamente, na sua perspectiva, essa fala de Nuno Álvares poderia, de alguma forma, ser interpretada como decorrente de uma certa falta de respeito pela vontade dos monarcas. Aquela proposta de casamento de D. João I pode ser lida em duas vertentes: em primeiro lugar, através dele pretendia alicerçar uma aliança entre Nuno Álvares e uma antiga e importante família da nobreza fernandina —cuja adesão à nova causa foi, como observou R. GOMES, "ambígua" (1995:76), dados os fortes laços de parentesco com os filhos de Inês de Castro (Álvaro Peres de Castro, pai de D. Beatriz, era irmão da infeliz consorte de D. Pedro)—, circunstância que promoveria a harmonia entre personagens importantes da corte; em segundo lugar, visaria controlar a índole sensual de uma mulher muito formosa, cujo comportamento é descrito como provocando frequentes incómodos. Efectivamente, esta figura feminina aparece, no cap. 79 da *CDJI*, ainda no séquito de D. Leonor Teles, envolvida num caso amoroso com Afonso Henriques, primo do rei de Castela. Seguidamente, durante o cerco de Lisboa,

casa com o conde de Maiorca (*CDJI*, cap. 141), enviuvando pouco depois. Finalmente, já depois da recusa de Nuno Álvares, mantém uma relação ilícita com um camareiro de D. João I, na sequência da qual o rei o manda matar pelo fogo e a envia para Castela (*CDJII*, cap. 139). Quem sabe, aliás, se em complemento dos motivos atrás aduzidos, a rejeição de Nuno Álvares não se encontrava também motivada pela própria Beatriz de Castro, mulher que, pelo que Fernão Lopes nos conta, não garantiria o comportamento irrepreensível que se esperava de uma esposa?

Para além das já mencionadas, podem-se ainda considerar omissões de Fernão Lopes orientadas pela sua falta de interesse pela família de Nuno Álvares, ao contrário do biógrafo. Para esse efeito, recolhi três casos, que passo a analisar.

Os caps. 3 a 6 da *CC* não só são aglutinados por Fernão Lopes nos caps. 34 e 35 da *CDJI*, como na menção do nascimento de D. Beatriz (p. 61) o cronista régio não aproveita a segunda parte da informação proléptica da biografia (em itálico na citação):

"dona Beatriz, que depois foy condessa *de Barçellos e casada com o ho filho del rey dom Joham, bastardo, e foy muy noble senhora*" (cap. 5, p. 12).

Esta opção de Fernão Lopes está com certeza relacionada com estratégias da economia da sua narrativa, já que no cap. 203 da *CDJII* mencionará o acontecimento em termos muito semelhantes ao da *CC*. Na biografia, aquela informação cumpre uma função importante, pois a ligação imediata da filha à

família real antecipa a relevância social que o protagonista, efectivamente, ainda não possui.

No cap. 43 da *CC*, lê-se que, depois de tomar Neiva, Nuno Álvares deixou o castelo à guarda de "Pedr'Afonso do Casal, *seu cunhado*" (p. 103). No texto de Fernão Lopes é omitida aquela relação de parentesco (*CDJII*: cap. 6).

A versão do cap. 45 da *CC* segundo a qual, durante o encontro do rei com D. Leonor de Alvim, o monarca teria doado muitas terras ao casal é negada por Fernão Lopes no trecho final do cap. 9 da *CDJII*. Ao corrigir, não retoma a expressão "lhe fez el'rey mercee, *pera ella e pera o conde estabre*" (p. 105), mas prefere "estas terras e outras foram dadas ao Comdestabre" (p. 19). A variante da *CC* promove uma imagem harmónica do casal Nuno/Leonor, tomando-os como unidade fundadora, e também o reconhecimento, pelo rei, da unidade económica/conjugal por eles formada. Fernão Lopes ignora essa realidade simbólica.

Finalmente, e antes de passar a outra vertente do confronto, referirei uma diferença entre as duas crónicas que também me pareceu relevante.

No cap. 15, a *CC* dá conta de uma tentativa de desalojamento dos escudeiros de Nuno Álvares ordenada por D. Leonor Teles, durante o luto pela morte de D. Fernando. Fernão Lopes exclui esse incidente da sua narrativa (cap. 4 da *CDJI*), julgo que por uma preocupação de verosimilhança histórica. Com efeito, nada nos antecedentes do cap. 15 da biografia prepara o leitor para uma atitude tão hostil da rainha para com o jovem cavaleiro: antes

pelo contrário, no cap. 2, no seguimento da primeira aparição de Nuno Álvares na corte, D. Leonor simpatizou com ele e fez questão de o tomar como seu escudeiro. Como notou AMADO, depois de Nuno Álvares ter aderido à causa do mestre de Avis, Fernão Lopes transcreve uma informação da *CC* segundo a qual a rainha teria mandado armar uma cilada a Nuno Álvares à sua passagem por Alverca, mas nessa altura já o cavaleiro se declarara inimigo da regente.

Não é plausível que o biógrafo não se tenha apercebido da inverosimilhança da sua narrativa, quanto mais não seja pela proximidade discursiva dos capítulos que a provocam. Creio que o fez por procurar outro tipo de coesão interna, diferente da que Fernão Lopes perseguia. Se a participação de Leonor Teles na *CC* tinha ocorrido num episódio inaugural que imediatamente promoveu o adolescente de treze anos ao estatuto simbolicamente muito importante, sobretudo na perspectiva do imaginário cavaleiresco, de escudeiro da rainha, como justificar a adesão de Nuno Álvares ao partido do Mestre sem provocar a desconfiança dos leitores? A hostilidade gratuita, ainda que historicamente inverosímil, da rainha no cap. 15 descompromete Nuno Álvares dos laços que simbolicamente os uniam. Deste modo se prepara o caminho para que a opção política do protagonista seja aceite. Talvez estejamos perante um caso nítido de construção de uma "verdade simbólica", por ser mais poderosa do que a "verdade factual", processo que detectei num trecho da *Crónica da Conquista do Algarve* (cf. BRANCO 1997^b:112 e 116): assim sendo, algumas considerações que teço

nesse trabalho poderão aplicar-se a este capítulo da biografia do Condestável.²⁰

GESTÃO DOS CONFLITOS ENTRE NUNO ÁLVARES E D. JOÃO I

Os dois episódios que agora destaco são aqueles em que mais nitidamente se dilucida a diferença entre os dois projectos de escrita em confronto. Nas duas situações, vemos Nuno Álvares em conflito com o rei, muito depois das grandes batalhas decisivas.

No primeiro (que já comentei brevemente, noutra contexto —v. p. 98), vemos Nuno Álvares reagir muito energicamente à decisão régia de retomar

"certas terras e rendas aos que as delle tinham, convem a saber, as que delle tinham prestemo e parte das outras que tinham de jurherdade per compra, sendo o conde estabre o principal, porque elle tiinha as mays terras" (CC, cap. 63, p. 151).

Falhando na sua tentativa de convencer o rei a desistir do seu propósito, Nuno Álvares regressa a Estremoz onde comunica aos seus que, em consequência da exigência régia, decidiu abandonar o reino, e todos se comprometem a acompanhá-lo. Informado do que se passava, o rei envia três emissários (Rui Lourenço, deão de Coimbra, o mestre de Avis e o Bispo de Évora), para o demover dessa iniciativa drástica. Depois de algumas conversações, o conflito resolve-se, deixando o rei ao Condestável as terras de juro e herdade e tomando-lhe apenas as de préstimo. A crónica acrescenta que os vassallos de Nuno Álvares, a quem este distribuía algum desse património (cap. 61), foram todos assumidos pelo rei.

A voz do narrador, seca e contundente, não procura sequer evitar o registo próprio do relato de um conflito cuja gravidade foi evidente. E avalia a solução de uma maneira transparente:

"o que elle [Nuno Álvares] fez muyto contra sua vontade, mais nom pôde hy al fazer" (p. 153).

Nesta proposição fica bem marcada a obediência de Nuno Álvares, mas também a sua dignidade: ou seja, ainda que cedendo parcialmente, o facto de o ter feito contrariado mostra que o protagonista não se deixou convencer pelos argumentos régios e, portanto, conservou intacta a razão que o levou a afrontar D. João I. Não temos dúvidas de que o autor da *CC* está do lado do Condestável.

Fernão Lopes também conta o sucedido, mas de uma maneira diferente: em primeiro lugar, inclui boatos sobre a inveja que o património de Nuno Álvares causava na corte e a notícia de presumíveis promessas do rei que, afinal, se revelaram ser intenções sem nenhum peso jurídico; em segundo lugar, sublinha a influência dos invejosos sobre o rei, antes de este convocar Nuno Álvares, nomeando o Prior (do Hospital) e João das Regras; em terceiro lugar, contrariamente ao que é habitual, conforme notou AMADO, embora o cronista tivesse usado fontes complementares da *CC*, acabou por ser menos claro do que esta. Acrescenta a autora:

"O discurso [de Fernão Lopes] deixa transparecer um certo mal-estar que parece derivar tanto do desagrado de ter que testemunhar o desentendimento entre os dois senhores como da dificuldade de lançar uma luz clara sobre os meandros dos factos e motivos" (1991^a:155).

Ora, vejo na antítese mal-estar de Fernão Lopes/ausência de mal-estar do biógrafo um dos argumentos de defesa da minha tese sobre a origem da crónica.

No cap. 61 da *CC* (transcrito por Fernão Lopes no cap. 153 da *CDJII*), ficámos a saber que Nuno Álvares decidiu distribuir terras por aqueles que o acompanharam durante o longo conflito militar, num gesto cuja "gradeza" se vincula directamente aos valores senhoriais, servindo o texto para confirmar o estatuto de senhor feudal que a *CC* foi construindo. A intervenção do rei destabiliza essa imagem, não só por lhe confiscar parte do impressionante património como por lhe retirar os vassallos, signos em que a feudalidade assenta: é um claro acto de afirmação e centralização do poder.

Recordemos a conclusão a que chegou CUNHA sobre o património dos Braganças no século XV:

"Dado curioso e significativo da importância que a memória do Condestável detinha para a linhagem é o facto da maioria dos novos senhorios adquiridos ao longo das [primeiras] três gerações da Casa, não entrando evidentemente em linha de conta com os que foram obtidos pelas sucessivas alianças patrimoniais nem com os comprados, recuperarem áreas que estiveram na posse do Condestável. Senhorios que lhe haviam sido concedidos «em préstimo» e que a coroa recuperara, ou que o rei havia reivindicado através de escambo" (1990:104).²¹

A serem correctas estas alegações, é provável que, desde muito cedo, D. Afonso e D. Fernando (netos de Nuno Álvares) tivessem iniciado essa tentativa de recuperação. Assim sendo, talvez o cap. 63, sem matizes ou sinais de verdadeiro apaziguamento do protagonista no que diz respeito a este conflito, deva ser lido em estreita relação com os interesses desses

descendentes —e daí decorrerão outras diferenças entre o relato da biografia e o relato de Fernão Lopes. Efectivamente, ao não aludir à influência dos invejosos, apenas referindo um (Álvaro Camelo) depois de o rei ter convocado Nuno Álvares, a *CC* atribui ao monarca e apenas a ele a responsabilidade do conflito desencadeado. Por outro lado, omite todos os argumentos de D. João, apresentando, pelo contrário, os do Condestável.

O esforço, incómodo, de Fernão Lopes foi, portanto, o de mostrar a razão do rei, apoiada em conselheiros e argumentos, sem com isso desequilibrar a imagem de Nuno Álvares. O intento da biografia foi deixar claro que, se Nuno Álvares perdeu parte do seu património, isso se deveu a uma decisão insensata, injusta e incompreensível do seu senhor. Os dois textos representam com eficácia as causas conflituosas que, pelo mesmo motivo, têm que defender: relembro que Fernão Lopes está ao serviço da corte de Avis e que, segundo defendo, o biógrafo está ao serviço da Casa de Bragança. Quando os respectivos patrocinadores se confrontam, separam-se as águas e tornam-se transparentes os desígnios. As epígrafes são o mais sintético sintoma disso mesmo: onde a biografia dizia "tirar as terras", Fernão Lopes atenuou para "comprar as terras":

CC

Como elrey ouve conselho, na Serra, de tirar as terras aos que as delle tiinham e da maneyra que sobrello teve (p. 151)

CDJII

Como El-Rey hordenou de comprar as terras aos fydalgos e foram chamados pera ello (p. 320)

O cap. 73 da *CC* dá-nos a conhecer uma outra pequena, mas importante, dissensão entre Nuno Álvares e o rei, a propósito da nomeação do novo Prior

da Ordem do Hospital, que Fernão Lopes também relata no cap. 183 da *CDJII*. AMADO (1991^a:164) fez o levantamento das diferenças mais significativas entre os dois textos, resultantes, contrariamente ao que é habitual, apenas de supressões efectuadas pelo cronista régio, fazendo desaparecer da sua versão:

— a referência à circunstância exacta em que o rei prometera ao Condestável aquele cargo para um seu protegido, Lourenço Esteves de Góis, ou seja, aquando da prisão de Álvaro Camelo em Évora;

— a parte final da resposta do rei, em que este admite que talvez Nuno Álvares conheça melhor Lourenço Esteves (aliás, Lopes tinha já omitido, em coerência com esta supressão, uma parte da primeira intervenção de Gil Airas, em que este sugeria que o incumprimento da promessa se deveria ao facto de o rei não conhecer bem o candidato);

— a última intervenção de Gil Airas, em que este volta a apresentar os mesmos argumentos, mas a que acrescenta um muito forte ("que o condestabre nom seja agravado, poys o de vós nunca foy").

As explicações de AMADO para estas diferenças, do ponto de vista de Fernão Lopes, são muito convincentes (1991^a:164): em síntese, a primeira apaga a memória de uma intervenção de Nuno Álvares junto do rei a favor de Álvaro Camelo, senhor que acabou por se juntar às hostes do rei castelhano; a segunda confere à resposta do rei (e ao discurso do escrivão da puridade) um carácter mais pacífico; e a terceira evita o argumento assinalado, que, na sua força absoluta, comprometeria o rei com o Condestável.

Quanto à primeira dissemelhança e ao modo estranho como a *CC* distribui as referências àquela personagem, aventei já uma hipótese anteriormente (v. p. 97). Na perspectiva em que me coloco, a segunda e a terceira são mais interessantes.

O benefício da dúvida dado ao rei pela parte do discurso de Gil Airas que Fernão Lopes silenciou torna claro que a atitude do Condestável não era hostil, mas que se devia apenas ao desejo de cumprimento de uma promessa. Em consequência, a resposta do rei, em que este assimila a ideia aí contida, mostra que reconhece razão ao propósito de Nuno Álvares e, portanto, torna menos compreensível a insistência na recusa, que a *CC* (e Fernão Lopes) atribui a uma causa menor:

"Todo este razoado era por Lourenço Estevez ser muy pequeno de corpo"
(p. 186).

Creio, aliás, que, ao transcrever esta frase, Fernão Lopes não se apercebeu de que ela enfraquecia a opinião régia.

O segundo discurso é, na *CC*, um elemento de ligação essencial entre a primeira troca de mensagens e a decisão do rei a favor do Condestável. Com efeito, na *CDJII*, não se chega a perceber muito bem por que razão o rei mudou de opinião ("Sobre esto pasaram tantas rezoões que el-Rey consentio mandar suas cartas...", p. 395). Na biografia, sugere-se que o poder de persuasão de Gil Airas foi decisivo, já que ao discurso se acrescenta:

"Elrey logo respondeo que, poys o condestabre assy queria, que lhe prazia" (p. 187).

Deste quadro resulta a vitória política de Nuno Álvares, graças à intervenção eficaz do seu escrivão da puridade. Daí que seja de considerar como muito plausível a hipótese de CALADO segundo a qual este capítulo da CC terá tido como fonte o próprio Gil Airas (1991:XCIII-XCIV).

Voltemos agora à frase que terá provocado a omissão de Fernão Lopes:

"E porem, senhor, seja vossa merçee de olhardes por este feito e o dterminardes de guisa que o condestabre nom seja agravado, *poys o de vós nunca foy*" (p. 186).

Poucos capítulos antes, tinha sido descrita a grave divergência a propósito da confiscação de terras, em que a CC deixava claro que a atitude do rei fora muito mal recebida por Nuno Álvares. Ora, a frase acima, pelo contrário, parece apagar da memória de leitura esse episódio: não poderá aquela negação ser suficientemente ambígua para provocar alguma perturbação no rei, tal como ainda hoje é habitual nas situações diplomaticamente delicadas? Passo a explicar.

Em primeiro lugar, pode ser considerada uma antífrase. Assim sendo, serviria para recordar ao rei o conflito anterior. Mas a forma escolhida (a negação) também pode sugerir que o Condestável já esqueceu o episódio em que se sentiu prejudicado ou que estará disposto a esquecer se o rei ceder à sua vontade. E talvez Fernão Lopes tenha sentido estes matizes, quanto mais não seja pelo mal-estar com que lidou com a referida desavença. O único argumento que aduzo a favor desta leitura tem origem na minha convicção de que dificilmente, perante uma situação em que, novamente, o rei se prepara para, do ponto de vista do protagonista, quebrar uma promessa feita, Nuno

Álvares não se tenha lembrado do primeiro incumprimento e não tenha instruído o seu procurador no sentido de, ainda que subliminarmente, reavivar a memória do monarca. O recuo pronto do rei depois da intervenção em análise também contribui para solidificar esta impressão. E creio que, se, apesar de tudo, a *CC* opta por um registo menos dramático do que o usado no cap. 63, essa opção deve ter sido ditada pela circunstância de a solução do conflito ter favorecido o herói.

A *CC* é, conforme afirmei na introdução deste trabalho, a primeira crónica biográfica senhorial escrita em português que se conhece e, a confirmarem-se os dados a que já aludi, também a primeira do género na Península Ibérica (v. p. 27). Este facto, por si só, torna-a interessante objecto de estudo.

Mas, para além desse interesse genérico, a comparação efectuada a partir de um conjunto de episódios —que não exclui outras possibilidades de selecção— permitiu verificar que a *CC* merece ser considerada na sua especificidade, ainda que, aos olhos de um leitor actual, a sua escrita seja menos atraente do que a de Fernão Lopes, que contou aproximadamente a mesma história. Não só obedece a um plano nítido na sua intenção, como a recepção crítica do cronista régio avivou ainda mais a necessidade de a entender na sua identidade própria: se é verdade que, ao concordar com o biógrafo nos traços gerais que caracterizam Nuno Álvares, Fernão Lopes

conferiu à *CC* uma certa *auctoritas* —entendida na perspectiva em que GUENÉE a define para as crônicas medievais (1980:137)—, as diferenças entre as duas representações são demasiado significativas para poderem ser ignoradas e convidam a uma análise atenta da biografia do Condestável.

Não há dúvida de que Fernão Lopes se impôs como historiador e como escritor e autor. A consciência que revela dessas funções impressiona. O biógrafo de Nuno Álvares é mais arcaico, no sentido em que, não só não produziu qualquer tipo de reflexão prenunciadora das grandes questões que envolverão a prática historiográfica vindoura, como, por não explicar o que está a fazer, parece indiciar alguma falta de consciência dos processos figurativos utilizados. Ora, não nos deixemos iludir: nenhum historiógrafo português anterior a Fernão Lopes revelou essa lúcida auto-reflexividade, mas nem por isso deixamos de descortinar nos seus textos cumplicidades com contextos que, ainda que não os conheçamos integralmente, marcam a representação do passado. As narrativas dos livros de linhagens são o paradigma mais notório do que acabei de afirmar e, se dúvidas houvesse sobre a complexidade da informação veiculada pela sua prosa chã, o trabalho de KRUS (1994) desfê-las completamente.

Dedicar-me-ei, seguidamente, à análise da representação de Nuno Álvares na *CC*, tendo como ponto de partida a ideia de que, sendo ela redigida sob a orientação e com o patrocínio dos seus descendentes mais próximos (D. Afonso e D. Fernando), talvez co-adjuvados por seu genro, D. Afonso²², teria por finalidade fixar uma imagem edificante do Condestável, propondo não só

um modelo de comportamento, mas, também, uma memória que prestigiasse a própria Casa de Bragança, para quem este antecessor se constituiu como referência e instrumento de influência política e social. O que quer dizer que, sem esgotar todas as possibilidades de leitura, afastarei a improvável e romântica hipótese de esta crónica ter nascido, somente, da pena de um admirador confesso de Nuno Álvares, atraído pela luminosidade que dele se desprenderia, e sem qualquer vínculo a interesses particulares concretos. Evidentemente que, no trajecto que me proponho percorrer, não me cingirei a esta ideia condutora da análise, pois qualquer texto, por mais condicionado que esteja pelas circunstâncias em que foi escrito, cria zonas que transcendem essa sua prisão histórica.

Notas do capítulo

- ¹ Aproveito para indicar outros dois estudos, menos abrangentes, sobre o mesmo assunto: FARIA (1972), que apresenta uma lista de correspondências entre os capítulos da *CC* e os das crónicas de Fernão Lopes; e MONTEIRO (1989:53-61), que também elabora quadros comparativos muito úteis, em anexo a uma análise sumária das semelhanças e diferenças entre essas obras.
- ² Veja-se o comentário muito atento de CALADO ao plano interno da crónica (1991:CVII-CVXI) e *supra* pp. 62 sgg.
- ³ Tanto este como os quadros seguintes se inspiram no Quadro nº1 de MONTEIRO (1989:53), mas não considereí correspondência de assuntos que não revelem ter Fernão Lopes aproveitado o texto da *CC*.
- ⁴ A consulta do trabalho de AMADO (1991^a:sobretudo 83-175) permite observar outro tipo de dissonâncias na disposição da matéria diegética, embora correspondam, na maior parte dos casos, a correções introduzidas por Fernão Lopes à cronologia da *CC*.
- ⁵ Raramente Fernão Lopes aproveita o texto das epígrafes da *CC*. Se aponto estes dois casos, é porque estão directamente relacionados com o problema de planificação interna que estou a analisar.
- ⁶ Este é um dos textos da *CDJ* independentes da *CC*.
- ⁷ Houve quem aventasse a hipótese (insustentável) de que a *CC* teria resultado exactamente de uma operação desse género (PEREIRA 1915^a:387).
- ⁸ Esclareça-se este assunto nos artigos de MAURÍCIO (1928) e TAROUÇA (1949) já mencionados: conforme ficou dito, em 1437 já esse processo se iniciara.
- ⁹ Cf., por exemplo, o comentário de AMADO (1991^a:141) ao tratamento dado por Fernão Lopes ao episódio da oração de Nun'Álvares durante a batalha de Valverde, que pode ser lido nos caps. 54 da *CC* e 56 da *CDJ*.
- ¹⁰ AMADO confirma este gosto de Fernão Lopes, em termos mais abrangentes (1991^a:103-104).
- ¹¹ Cf. o meu comentário, mais adiante (pp. 257 sgg.), e BRANCO (1994^b:432).
- ¹² CALADO foi quem primeiro realçou esta particularidade do texto do cronista régio (1991:CLXXIII).
- ¹³ Relembro a existência do elucidativo capítulo da obra de AMADO, sintomaticamente intitulado "Os dois heróis" (1991^a:59-66).
- ¹⁴ Este assunto é desenvolvido em LAHARIE 1991:87-113, na perspectiva de uma tradição cristã iniciada com a Carta de S. Paulo aos Coríntios, onde se louva a "loucura da misericórdia divina", mais tarde retomada por alguns padres da Igreja, nomeadamente, Santo Agostinho.
- ¹⁵ "E muytos cañe em sandice" (*LC*, cap. 22, p. 82).
- ¹⁶ Baseei-me em LAHARIE (1991:127-138) e F'RTIZ (1992:133-135).
- ¹⁷ A descrição que se segue teve como fonte LAHARIE (1991:127-135).
- ¹⁸ Indo ao encontro de um breve comentário de LAPA (1981¹⁰:156), FERREIRA defendeu bem esta leitura literal dos textos linhagísticos (1995:132-141, sobretudo 141).
- ¹⁹ Chamo a atenção para o facto de, no cap. 75, o autor informar que, quando da morte do infante primogénito D. Afonso, Nuno Álvares estava doente. Contudo, não acrescenta nada que nos permita afirmar que se trataria do mesmo tipo de padecimento.
- ²⁰ "A operação consistiu em tornar aparente e distante a verdade *factual* [...] e cristalizar em verdade irrevogável a sua representação *construída* (e, portanto, de novo e de outro modo, aparente). Quando a realidade não ajuda, a sua reinterpretação [...] pode torná-la interessante e merecedora de ser registada." (BRANCO 1997^b:115)
- ²¹ Consulte-se, igualmente, o quadro da página seguinte.
- ²² Parece-me que o genro de Nun'Álvares talvez não se tivesse comprometido tão entusiasticamente neste projecto, por ser, simultaneamente, filho de D. João I, laço que o obrigaria, eventualmente, a manter alguma equidistância relativamente aos dois protagonistas da crise de 1383-1385. Contudo, o casamento com a filha do condestável, que o terá levado a adoptar o timbre dos Pereiras (cf. *HG*: V, 50), promoveu-o na escala social, ao ponto de ter recebido, na década de 40, o título de Duque de Bragança. Segundo COUTINHO

(1971:26), o original quatrocentista do retrato de Nun'Álvares, de que foi feita a cópia quinheentista pertencente à "Casa «Oeiras-Pombal-Santiago»", terá sido encomendado pelo filho bastardo de D. João I e por este oferecido a seu sobrinho D. Frei João Manuel, filho ilegítimo de D. Duarte, bispo de Ceuta e da Guarda e Prior do Mosteiro do Carmo.

II. REPRESENTAÇÃO DO HERÓI

*Contra ti se ergueu a prudência dos inteligentes e o arrojo dos patetas
A indecisão dos complicados e o primarismo
Daqueles que confundem revolução com desforra*

*De poster em poster a tua imagem paira na sociedade de consumo
Como o Cristo em sangue paira no alheamento ordenado das igrejas*

*Porém
Em frente do teu rosto
Medita o adolescente à noite no seu quarto
Quando procura emergir de um mundo que apodrece*

Sophia de Mello Breyner Andresen, *O Nome das Coisas*

CAPÍTULO 1: PERCURSO INICIAL

A epígrafe do cap. 15 da *CC* anuncia a morte de D. Fernando, fazendo-a coincidir com um marco fundamental no percurso de Nuno Álvares, e serve, como vimos, para delimitar a primeira parte da crónica: nos caps. 2 a 14, conta-se a vida activa do herói antes da adesão à causa de D. João. Do ponto de vista histórico, esse trajecto inicial não é muito relevante, mas é-o do ponto de vista biográfico. Nele se concentram assuntos que nos dão a conhecer as características psicológicas e morais do protagonista, assim como as suas qualidades de guerreiro: a primeira aparição pública e a recepção das primeiras armas (cap. 2), o casamento (caps. 3 a 5), a morte do pai e a reorganização da família (caps. 6 e 7), as primeiras participações em actividades militares (caps. 8 a 11), a primeira vitória (cap. 12), a primeira atitude de recusa da autoridade do irmão mais velho (cap. 13) e o primeiro acto de afirmação social (cap. 14). Nos quatro capítulos seguintes, o narrador prepara cuidadosamente a adesão de Nuno Álvares à causa de D. João: o herói defende-se da hostilidade da rainha (cap. 15), inspira uma conspiração contra o conde Andeiro (cap. 16), recebe das mãos do alfageme de Santarém uma espada (cap. 17) e, finalmente, separa-se dos irmãos mais velhos para ir ter com o Mestre de Avis a Lisboa (cap. 18). Embora o autor tenha implicitamente colocado estes textos no princípio da segunda parte, podem ser incluídos no "percurso inicial", pelas razões que apresentarei.

Esta secção da vida de Nuno Álvares foi, com certeza, aquela para a qual terá sido mais difícil encontrar fontes contemporâneas fidedignas: se, a partir da adesão à causa do Mestre, a sua acção militar começou provavelmente a inscrever-se com alguma nitidez na memória dos que o acompanharam, antes disso nada faria prever que a sua acção viesse a ter a importância histórica que acabou por atingir, razão pela qual, inclusivamente, sequências importantes dessa vida inicial terão sido esquecidas. Para além disso, antes daquela opção política a personagem mais importante da família (morto o pai) era, indubitavelmente, Pedro Álvares. Por estes motivos, não é plausível que, na década de trinta do século XV, existissem boas fontes sobre esse período da vida de Nuno Álvares, enquanto que o contrário é admissível para o segundo e terceiro períodos da mesma. Ora, a biografia do Condestável não estaria completa sem esses acontecimentos iniciais: um herói não pode surgir do nada.

Não havendo fontes contemporâneas ou próximas no tempo, teria que se confiar na memória, com certeza muito inexacta, dos que o conheceram ou em fontes compostas, na melhor das hipóteses, ainda na década de 90 do século XIV (depois do ciclo mais conturbado da crise dinástica), que deveriam estar já contaminadas pela acção de Nuno Álvares enquanto chefe militar, ou seja, que deveriam ter retroprojectado na primeira parte da sua vida as características mais importantes de um presente muito impressionante, transferindo para a narrativa biográfica uma entelequia aristotélica, segundo a qual a personalidade do herói adulto está prefigurada na sua infância (cf.

GAUCHER 1994:65). O mais natural, por conseguinte, é que essas fontes tivessem uma natureza menos histórica do que lendária.¹

Ora, a limpidez quase "fotográfica" da narrativa relativamente à personagem e aos seus actos na secção da *CC* de que me ocupo parece contrariar uma certa falta de nitidez que a utilização de fontes lendárias faria pressupor. Essa contradição pode ser explicada por um poder inventivo de quem as incorporou na biografia, imprimindo-lhes um registo próximo do veiculado pelas fontes históricas, de modo a harmonizá-las com elas. Ainda assim, ficaram no texto indícios dessa operação de manipulação da memória, um dos quais, e talvez o mais importante, se evidencia na extraordinária coerência da personagem.

Da infância ao casamento

Depois de nos ter sido apresentada a linhagem do herói nos termos anteriormente descritos (v. pp. 81 sgg.), Nuno Álvares aparece pela primeira vez já com treze anos de idade, em consequência de grande condensação narrativa do tempo da infância numa frase que apenas o caracteriza muito genericamente:

"Seendo Nun'Alvrez criado a gram viço em casa de seu padre, e chegando à hydade de treze annos..." (cap. 2, p. 3).

Algumas biografias de heróis concedem aos primeiros anos de vida e à educação do protagonista alguns capítulos (por exemplo, *Bouciquaut* e

Victorial), com o objectivo expresso de apresentar a criança-prodígio, motivo que, segundo GAUCHER, se inspira em modelos épicos (1994:327). Outras desenham uma criança rebelde, o anti-herói que se transforma no oposto por um processo de aprendizagem das regras cavaleirescas (cf. *Du Guesclin*, caps. 4-14). Outras, ainda, apresentam-no pela primeira vez na pujança da adolescência, participando numa batalha inaugural (cf. *Prince Noir*: vv. 145-180). Seja como for, nenhuma delas recua para além dos seis/sete anos, ou seja, à fase da vida em que a criança ainda está dependente do mundo das mulheres.

O texto em observação desenvolve o motivo da precocidade do herói (discursivamente apoiada na menção repetida da sua tenra idade —seis ocorrências), depois de, como vimos, ter caracterizado positivamente a sua educação, que se pressupõe militar, religiosa —e proporcionadora do contacto com livros de géneros diversos, a crer no estudo de DELGADO (1990). Por esse motivo, podemos considerá-la dentro do primeiro grupo referido, não obstante a sua opção de resolver num só capítulo o assunto que outras distribuem por vários.

Começo por chamar a atenção para uma característica do discurso totalmente coerente com este propósito: apesar de muito novo e, portanto, socialmente dependente das figuras tutelares (o pai, o irmão Diogo, a rainha, o rei), Nuno Álvares aparece imediatamente com o estatuto clássico de protagonista: as restantes personagens agem porque ele existe (o pai prepara a expedição militar "por ensayar dom Nun'Alvrez") ou reagem à sua presença

(os reis mandam-nos chamar porque "souberom como dom Nun'Alvrez e Dieg'Alvrez [...] asy vinham de fora") e à sua participação na história (a rainha lembra-se de o tomar como escudeiro por reacção à resposta do moço, pede ao Mestre de Avis o seu amês, porque quer cumprir a promessa que lhe tinha feito).

Esta posição central da personagem prepara-nos para o episódio mais importante do capítulo, exactamente aquele que Fernão Lopes omitiu (*CDJI*, cap. 33): quando interpelado pelos reis, no regresso da excursão militar em que fora integrado, Nuno Álvares responde

"que [o exército castelhano] lhe parecia muyta gente mal acaudellada, e que pouca gente com bõ capitam, bem acaudellada, os poderia desbaratar" (p. 4).

Não só toma a iniciativa de, sendo o mais jovem do grupo, se responsabilizar pelo relatório da missão, como, aparentemente, afirma uma realidade oposta aos resultados da operação ("nom acharom nem poderam veer nenhũa cousa" —p. 4). Contrariamente à interpretação que poderá ter levado Fernão Lopes a omitir este trecho, não creio que o biógrafo tenha querido mostrar Nuno Álvares a mentir aos reis por ambição ou vontade irreprimível de se destacar. Esse motivo não é consonante com o retrato da personagem nem sequer se articularia bem com a ideia da excepcional prematuridade do herói. Trata-se, isso sim, de descrever uma situação em que a ousadia do jovem é justificada por uma anormal capacidade de sobrepor o olhar visionário à própria realidade² (aliás, a frase denunciadora atrás citada

opta por um sujeito plural suficientemente vago para permitir a exclusão do protagonista).

Nuno Álvares não se limita a fazer um relato desconforme da missão: acrescenta-lhe uma análise reveladora de uma surpreendente sabedoria da arte de combater. Efectivamente, a ideia de que, na guerra, a superioridade numérica é vencível por meio de uma boa estratégia e, conseqüentemente, da capacidade de organização do chefe é muito desenvolvida pelos tratados militares mais divulgados durante a Idade Média, nomeadamente, o de Vegécio (cf. *Institutorum*, sobretudo Livros I e III). A própria *CC*, contudo, referirá situações de combate em que cavaleiros adultos e experimentados ignoram esse instrumento de supremacia (cf. o receio manifestado pelos seus companheiros antes da batalha de Atoleiros —cap. 28), que Nuno Álvares revela conhecer bem e em que já acredita convictamente aos treze anos. CURTIUS chamou a atenção para a conjugação da coragem e força físicas e da sabedoria nos heróis épicos mais paradigmáticos, tomando como exemplos antitéticos Aquiles e Ulisses (1956:282-284). Em última análise, a precoce resposta do protagonista configura, de forma muito sintética, a realidade de todas as batalhas por ele lideradas (recontro de Lisboa —cap. 12; Atoleiros —cap. 28; Aljubarrota —cap. 51; Valverde —caps. 53-54), em que se consubstanciarão tanto a coragem física como a sabedoria. Não posso deixar de ver aí um processo de contaminação retroprojectiva.

No seguimento da cena analisada, a rainha exprime a intenção de tomar Nuno Álvares como seu escudeiro: a honra não podia ser maior, dadas as

fortíssimas conotações cavaleirescas dessa ligação. O trecho seguinte continua a desenvolver a ideia da precocidade.

Tanto o biógrafo anónimo como Fernão Lopes (*CC*, cap. 51, p. 117; *CDJII*, cap. 39, p.89) mencionam claramente uma importante cerimónia em que D. João armou cavaleiros imediatamente antes da batalha de Aljubarrota. Dada a importância histórica do Condestável, seria de esperar que ambas as crónicas (e sobretudo a sua biografia) referissem a investidura cavaleiresca de Nuno Álvares, o que, aparentemente, nunca acontece (aliás, circunstância semelhante ocorre na biografia de Guillaume le Maréchal, o que provocou a estranheza de DUBY 1984:86, e na de *Gavre*, omissão considerada normal por GAUCHER 1994:350). O cap. 2 da *CC*, que Fernão Lopes transcreve quase *ipsis verbis*, é o único que alude a um acontecimento do mesmo tipo, em termos que, hoje em dia, parecem insuficientes: na realidade, o que aí se afirma é que Nuno Álvares foi armado "escudeiro". Creio, todavia, haver razões para crer que a cerimónia sugerida pretende significar o ritual de iniciação na cavalaria.

No início do capítulo, o biógrafo afirmara que Nuno Álvares "aynda nunca tomara armas" (p. 4), mas, depois de aquele ter recebido o arnés do Mestre de Avis, conclui:

"E assy tomou dom Nun' Alvrez as primeyras armas" (p. 5).

A posse de armas está normalmente associada ao estatuto de cavaleiro, conforme se depreende do que Lancelote diz a seu filho, antes de o armar:

"Deus [...] te dará e força e bondade de armas e de ardimento sobre todos os cavaleiros que nunca *trouixerom armas* no regno de Logres" (*Demanda*, cap. 5, p. 6).

É essa a interpretação expressa por um moderno historiador da cavalaria:

"la simple frase «les dio armas» es, a menudo, en textos más antiguos, una manera de designar la concesión de la caballería" (KEEN 1986:94).³

Também ARAGÓN FERNÁNDEZ identifica o verbo "armar-se" e seus equivalentes com a cerimónia de investidura (1988:488). Por sua vez, GAUTIER explica que, nos primórdios da cavalaria, os escudeiros não podiam usar armas (1895:198), reconhecendo, concomitantemente, a existência de fontes que atestam a passagem imediata de escudeiros a cavaleiros, sem qualquer tipo de cerimónia (1895:204, nota 6). Dito de outro modo, nesta perspectiva ser escudeiro corresponderia a um estatuto transitório que se resolvia naturalmente com a idade.

No *Libro de la orden de caballería*, de Ramon Llul, encontramos os dois trechos que se seguem:

"Edad conveniente le es necesaria al nuevo caballero, pues si el escudero que quiere hacerse caballero es demasiado joven, no puede haber aprendido las costumbres que son propias del escudero antes de convertirse en caballero; y no podrá tampoco recordar lo que promete al honor de la caballería, si es armado nuevo caballero en la infancia" (p. 57).

"La caballería no puede ser mantenida sin el arnés que es propio del caballero y sin las honradas acciones y grandes gastos que convienen al oficio de caballería" (p.61).

Alguns signos utilizados pela CC são muito nítidos: para que a promessa da rainha se concretizasse, teve que ser encontrado um arnés (cuja origem, repito, serve para marcar simbolicamente uma relação); encontrado o arnés,

Nuno Álvares recebe as suas primeiras armas. Só dois elementos perturbam este quadro: é uma mulher que lhe confere as armas e a personagem é designada pela palavra "escudeiro".

Quanto ao primeiro, deve ser entendido no âmbito da relação simbólica que promove o protagonista a protegido da rainha (ainda que, por razões que se prendem com a natureza da *CC*, completamente despida de conotações eróticas⁴). A prova mais evidente desta intenção é a imprecisão histórica — reproduzida por Fernão Lopes (*CDJI*, cap. 33, p. 59)— através da qual a biografia cristaliza essa imagem, certamente atribuindo a "sempre" o sentido de "todo o tempo em que ele teve idade para ser apenas escudeiro":

"e de hy em diante a rraynha o ouve sempre por seu escudeyro" (p. 5).

No que diz respeito ao segundo, talvez o autor tivesse presente uma recomendação do tipo da que exprime Llul e, por isso, tivesse preferido conciliar os motivos da cerimónia com o estatuto transitório. Assim sendo, o resultado devia ser claro para os leitores contemporâneos: em consequência da cerimónia aludida, Nuno Álvares integrou precocemente a cavalaria (a maioridade era, segundo tratados de cavalaria e tratados jurídicos, atingida aos catorze anos— cf. MARTÍNEZ RUIZ 1944:214), ainda que a idade e a falta de experiência aconselhasse a inclui-lo no grupo de escudeiros (que, nesta perspectiva, seria um sub-grupo da cavalaria). Mais à frente, a biografia dirá de um tal Diogo Lopes:

"E Nun'Alvrez mandou com elles [Garcia Fernandes e Fernão Gonçalves de Sousa] pera os poer em salvo em Castella, com çerta gente, Diego Lopez,

que por entom era hum bom e nobre escudeyro e de poys foy nobre cavalleyro"
(cap. 37, pp. 91-92).

Este trecho aponta, elípticamente, no sentido que atribuo à cerimónia a que alude o acontecimento que Nuno Álvares protagoniza, no cap. 2.

Seja como for, também este episódio contribui para o desenho da criança-prodígio e quem sabe se, por detrás das pequenas incongruências assinaladas, não estará a dificuldade de harmonização da verdade simbólica com a verdade factual (v. *supra* p. 213).

Ao trabalhar a fonte no sentido de alterar a ordem dos acontecimentos e de omitir a tão notória "mentira" do protagonista, acrescentando a narração de uma previsão astrológica, Fernão Lopes preteriu o motivo da criança-prodígio, preferindo o da criança predestinada. A tradição também é cavaleiresca (CACHO BLECUA 1979:57-74), mas a estratégia, muito diferente, concilia a representação simbólica de Nuno Álvares com a de D. João, na medida em que Lopes conjuga, no mesmo capítulo, o elo criado pelo arnês e uma ideia que estava presente num sonho de D. Pedro, revelado durante o discurso de investidura do Mestre de Avis na cavalaria: através dessa premonição onírica, o rei teria sido avisado do valor do filho até aí ignoto (CDP, cap. 43).

Um outro traço, a humildade, próprio das crianças-prodígio segundo GAUCHER (1994:329), é também conhecido do biógrafo. A resposta de Nuno Álvares à rainha releva desse motivo, que a CC retomará nos capítulos seguintes:

"E dom Nuno Alvrez, assy como era moço, era muy vergonhoso e misurado, e, quando ouvio o que a raynha dezia, respondeo que lho tinha em grande merçee e que prazeria a Deos que ainda lho serviria, e beijou'lhe por ello a mão" (p. 5).

Convenhamos: ou o biógrafo se distraiu momentaneamente ou um moço assim descrito nunca poderia ter mentido senão por uma razão transcendente como a que foi indicada.

Os três capítulos seguintes ocupar-se-ão do casamento de Nuno Álvares, depois de uma elipse que abrange cerca de três anos da vida do protagonista. O acontecimento é muito importante: com efeito, a crer nas observações de DUBY (1988^b:136-138) e de MATTOSO (1987²:356-357), através dele um jovem cavaleiro, filho segundogénito, não só atingia o estatuto de adulto como se tornava senhor de um património que, de outro modo, não conseguiria possuir. Por isso tantos jovens dessa categoria sonhavam com um casamento acima do seu escalão social. A condição de segundogénito de Nuno Álvares explicaria, segundo MATTOSO (1985^a) e RILEY (1985), a sua adesão arriscada e pronta à causa do Mestre de Avis.

Sendo um entre muitos filhos (a *CC* indica trinta e dois filhos e filhas, sem especificar o número exacto dos primeiros), o seu futuro não pareceria muito promissor: segundo BOONE, na alta aristocracia portuguesa dos séculos XV e XVI, enquanto os filhos primogénitos casavam cedo, os segundogénitos e bastardos ou não tinham possibilidade de contrair matrimónio ou faziam-no tardiamente (1986:863-867). Daí a relevância do cap. 3: num registo adequadamente convencional, dá conta da iniciativa do Prior Álvaro Gonçalves no sentido de encontrar uma mulher digna deste seu filho. A

atenção especial do pai a Nuno Álvares é, no contexto descrito e por si só, sinal da excepcionalidade do herói, reforçada por dois outros factores: a extrema juventude desse filho (dezasseis anos e meio) no momento em que o pai concebe o seu plano (não teria Álvaro Gonçalves Pereira filhos mais velhos à espera de arranjam um bom casamento?)⁵ e a qualidade da noiva encontrada, descrita em termos muito positivos, através da conjugação da condição social, da riqueza e das virtudes morais/psicológicas:

"esta dona era muy filha dalgo e de gram guisa e ainda comprida de grande bondade e de boas rendas e cabedal!" (p. 6).

A embaixada enviada a D. Leonor de Alvim para lhe propor directamente o casamento também lhe confere um estatuto excepcional.

Vejam-se as observações de FERREIRA:

"[...] se o estado de viuvez era, pelo menos teoricamente, aquele que concedia maior liberdade à mulher, na prática as coisas não eram tão simples. Em primeiro lugar impunha-se à viúva um período de luto (um ano) que ela tinha de observar sob pena de, se não o cumprisse, ficar sujeita a arcar com consequências como recriminações e maledicência. Em segundo lugar, as mulheres que enviuvavam muito jovens (na aristocracia era frequente que a diferença de idades entre marido e mulher fosse superior a vinte anos, sendo o marido habitualmente o mais velho) continuavam frequentemente a sofrer pressões no sentido de permanecerem viúvas ou, se se casassem outra vez, de o fazerem com um candidato que merecesse a aprovação da família, a qual pretendia assim salvaguardar os seus interesses, podendo vir a beneficiar com as alianças que se viessem a estabelecer com a família do noivo" (1995:27).

A resposta da pretendente revela uma grande inteligência, já que, ao exigir o envolvimento do rei no processo, D. Leonor não só garante o reconhecimento social, ao mais alto nível, do seu desconhecido e pouco importante noivo como promove, por essa via, a própria ligação matrimonial. Embora em termos diferentes dos descritos por DUBY, a sua atitude está

conforme com o costume segundo o qual o rei tomava a seu cargo as viúvas e as órfãs e as casava com os cavaleiros que pretendia recompensar (1984:147).

Depois de acordado o matrimónio, Álvaro Gonçalves Pereira informa o filho da sua intenção (cap. 4). A reacção de Nuno Álvares desenvolve-se em várias fases, passando por diferentes modelos de herói que procuram conjugar-se num só. Em primeiro lugar, o narrador retoma o motivo da humildade, associando-o ao do respeito pelo progenitor, que, como vimos, decorre ainda do modelo da criança-prodígio:

"Dom Nuno Alvrez, aalem de seer a todos muy misurado de sua natureza, era'o muyto mays a seu padre, ca ho amava mais que a nenhũu de seus irmãos e era'he muyto melhor mandado e mais obidiente" (p. 8).

Segue-se um longo trecho que, num primeiro momento, nos apresenta um cavaleiro muito jovem que pensa mais em divertir-se com os seus companheiros do que no amor e, num segundo, explicita Galaaz como modelo ideal do protagonista. Num terceiro momento, Nuno Álvares pede tempo a seu pai para pensar. Finalmente, acrescenta-se uma iniciativa frustrada de sua mãe e, depois de muita insistência de dois parentes próximos, a anuência do jovem aos planos matrimoniais de seu pai.

Vale a pena transcrever uma passagem relativa a esse processo, apesar de ser uma das mais citadas da *CC*:

"E com esto avia gram sabor e usava muyto de ouvir e leer livros d'estorias, especialmente usava mais leer a estoria de Gallaaz, em que se continha a soma da Tavolla Redonda. E, porque em ella achava que, per virtude de virgindade que em elle ouve e em que perseverou, Galaaz acabara muytos grandes e notavees feytos que outros nom poderom acabar, elle desejava muyto de o parecer em algũa guisa e muytas vezes em sy cuidava de seer virgem se a

Deos prouvesse, e por esto elle era muy afastado do que lhe seu padre fallara em feyto de casamento" (p. 8).

Se é plausível o que acima afirmei sobre a natureza e qualidade das fontes deste período da vida de Nuno Álvares, este trecho também deve ter sofrido uma contaminação retroprojectiva. O mais interessante, contudo, é o facto de a identificação total entre Nuno Álvares e Galaaz não vir a ser confirmada pela biografia, na medida em que o protagonista casará e engendrará três filhos na sua mulher. Por essa razão, à primeira vista, a sequência transcrita é contraproducente, na medida em que nos recorda a existência de um herói mais perseverante do que Nuno Álvares no seu caminho para uma certa forma de perfeição cristã. Contudo, se lermos esta passagem em articulação com a que a seguir reproduzo, chegamos a outra conclusão:

"O condestabre foy muy casto de vontade e ainda de feito, porque elle com outra molher nunca dormio senom com a sua, pero casasse muito manço e sua molher bem manceba e asaz de bem pareçente molher. E ainda com sua molher, depois que elle veço ao triintairo del'rey dom Fernando, que ficou com el'rey seendo entom mestre, nunca depois com ella dormio, como quer que por vezes foy honde ella estava, e esto com grande pena por ser homem novo, mais todo avia por bem e grande prazer por servir a Deos" (cap. 80, p. 198).

A cremos no que aí fica dito, Nuno Álvares manteve-se casto durante quarenta e nove anos (de 1383 a 1431), seis dos quais em vida da mulher (se esta faleceu em 1388⁶) e o trecho não deixa de referir que se tratou de uma opção sacrificial ("e esto com grande pena por ser homem novo"). Ou seja, acaba por sugerir-se que Nuno Álvares foi mais longe do que Galaaz, na medida em que, depois de ter conhecido o prazer do amor, explicitado pela

sua biografia no capítulo 5 ("despendya seu tempo em tomar honestamente prazer com sua molher"), conseguiu renunciar a ele, apesar da beleza da mulher e da sua juventude. Assim sendo, o *simile* com o herói arturiano não sugere identificação, mas equivalência ou semelhança (aliás, o verbo "parecer" é nele utilizado), procurando, tão-somente, definir um ideal cavaleiresco que as vicissitudes da vida nem sempre permitiriam atingir integralmente. Neste contexto, a resistência do herói ao casamento até aos limites socialmente aceitáveis acaba por ser mais importante do que tudo o resto: fica claro, no cap. 4, que Nuno Álvares só não cumpriu o projecto de Galaaz porque a obediência a seu pai e aos interesses da família (factores externos à sua pessoa) foram mais fortes. Santo Agostinho trata admiravelmente este problema, numa perspectiva que me parece subjacente à da CC:

"C'est la chasteté du célibat qui est meilleure que la chasteté nuptiale. Abraham n'a pratiqué, en fait, que la seconde; mais, à l'état d'habitude, il les avait toutes deux. Il fut chaste comme époux, mais il aurait pu l'être sans épouse; seulement *les circonstances ne le lui ont pas permis*" (*Le bien du mariage*: p. 66, itálico meu).

Creio, por isso, que, quando o narrador se refere às consequências da virgindade de Galaaz ("Galaaz acabara muytos grandes e notavees feytos que outros nom poderom acabar"), está a sugerir uma matriz de aperfeiçoamento cavaleiresco-militar —e não apenas a ascese cristã (a Graça do Santo Graal). Ora, depois de concluída a leitura da CC, apercebemo-nos de que, efectivamente, Nuno Álvares foi capaz de "acabar" todos os grandes feitos em que se envolveu, apesar da breve experiência amorosa. Assim sendo, a CC

conseguiu conciliar vários modelos em Nuno Álvares: o do ideal da virgindade (que por ser ideal de um jovem se torna motivo de admiração, consolidando a sua excepcionalidade), o do filho obediente, o do fundador de família e o do cavaleiro casto.

Seja como for, o *simile* provocou a aproximação semântica entre as duas personagens e não é por acaso que, não correspondendo a uma verdade histórica absoluta, a imagem de Nuno Álvares ficou para sempre associada à desse mito da cavalaria cristã e que a passagem citada se celebrizou tanto⁷. Esta vontade de imitação das personagens da Távola Redonda ou dos heróis gregos e romanos parece ter feito parte dos ideais da cavalaria no fim da Idade Média (o herói de *Lalain* toma-se por Lancelote e Palamedes, atitude recorrente nos cavaleiros da Borgonha do século XV —cf. GAUCHER 1994:140), se tivermos em conta o que nos diz HUIZINGA sobre Carlos, o Temerário:

"A vida de um cavaleiro é uma imitação [...]. Ninguém foi tão conscientemente inspirado nos modelos do passado como Carlos, o Temerário. Na sua mocidade, ele pedia aos seus servidores que lhe lessem as aventuras de Gawain e de Lancelot. Mais tarde preferiu os antigos. Antes de se recolher para dormir ouve durante uma ou duas horas «as sublimes histórias de Roma». Admira especialmente César, Anibal e Alexandre, «que ele desejava seguir e imitar». Todos os seus contemporâneos atribuem bastante importância a este ardor de imitar os heróis da Antiguidade e são unânimes em considerá-lo o impulso inspirador da sua conduta" (1985:73).

Antes, portanto, de ter sido um *topos* da biografia ou da historiografia, terá sido um *topos* da vida. Seja como for, ao longo do texto, o autor da *CC* nunca mais verbalizará essa ligação, talvez porque repeti-la seria retirar-lhe a

força ideológica (que, assim, permanece intacta) e evidenciar as diferenças entre as duas figuras.

No seu estudo, MIRANDA (1993) propõe uma interpretação de Galaaz à luz de alguns traços muito nítidos, de que seleccionei os mais relevantes para esta análise, apresentando-os de forma sintética.⁸

O primeiro deles consiste no facto de ser pouco falador, preferindo agir (1993:281). O segundo tem a ver com propriedades "exorcísticas e taumatúrgicas" do seu corpo (1993:287). O terceiro diz respeito à defesa intransigente da vida, com algumas consequências nítidas:

- escusar-se a combater sempre que o contexto lho permite (1993:282);
- não infligir danos mortais aos adversários (1993:284);
- não perseguir os inimigos derrotados em duelo (1993:301);
- nunca aparecer como "voluntário justiceiro" (1993:285).

O último relaciona-se com a circunstância de não ter procurado ou recebido benefícios da sua heroicidade (1993:288).

A análise de MIRANDA leva-o a concluir que Galaaz aparece no ciclo arturiano para aprofundar e corrigir a ideologia cavaleiresca anterior, denunciando, por contraste, o orgulho, a luxúria e o homicídio presente na prática dos restantes cavaleiros (1993:301). Se este herói é paradigma da nova ordem desejada e seu pai o é da cavalaria mais antiga, então, na lúcida interpretação do mesmo autor,

⁸"Lancelote representará o Antigo Testamento da cavalaria e Galaaz o Novo Testamento que o vem redimir das suas mazelas e dos seus vícios" (MIRANDA 1993:325).

Em simultâneo, apesar de surgir no centro de muitas aventuras contadas pela *Demanda* e ser objecto da admiração (e desejo de imitação) dos seus pares, Galaaz deve ser encarado na

"dimensão do cavaleiro não como actor isolado no palco da aventura, mas sim como parte de uma vasta «ordem» da qual ele deve ser membro solidário" (1993:301).

Ora, recordo que o Nuno Álvares de Fernão Lopes corresponde mais esse ponto de vista do que o da *CC*, texto em que aparece, como o cavaleiro romanesco, denunciando erros por contraste, mas solitário.

Se aceitarmos, com MIRANDA, que a virgindade de Galaaz não faz apelo a uma "virtude monástica", mas serve para marcar a independência da acção da cavalaria relativamente às mulheres (1993:477-478), então a voluntária e sacrificial castidade do Condestável pode ser lida ao mesmo nível: ao noticiar a longa abstinência do casal, a *CC* está a dar corpo a essa autonomia do mundo masculino, mas fá-lo também quando informa que Nuno Álvares mandou expulsar do acampamento todas as mulheres que acompanhavam a hoste, no cap. 134, ou no episódio em que ele recusou casar-se com D. Beatriz de Castro, no cap. 58, ou, ainda, através da concessão de um espaço muito reduzido às personagens femininas. Daqui resulta, portanto, parecença entre os dois cavaleiros.

O protagonista da *CC* também se assemelha ao ficcionado pelo facto de gostar mais de agir do que de falar. É igualmente verdade que não o vemos em atitudes de vingança homicida ou de imposição de uma justiça cruel e gratuita. No entanto, a aproximação termina aí.

Ao contrário de Galaaz (e, provavelmente, em função de modelos diferentes, tendo por base outros cavaleiros romanescos ou mesmo épicos), Nuno Álvares procura os combates e, com eles, a honra e a fama (assunto a que regressarei, mais pormenorizadamente, adiante —v. pp. 349 sgg.). Nesses momentos, o narrador não faz nenhum esforço para disfarçar o prazer que o biografado retira da actividade guerreira. Respeitando convenções e necessidades próprias da actividade militar de cariz político, os exércitos por ele comandados perseguem, sempre que podem, os derrotados. Finalmente, o Condestável beneficiou muito dos seus sucessos bélicos, conforme a *CC* evidencia reiteradamente.

Por isto pus a hipótese de uma consciência da diferença efectiva entre as duas personagens (intransponível, no nível referencial) poder estar na base do não aproveitamento do *simile* ao longo da obra. De facto, se exceptuarmos o que concerne à relação com a sexualidade, Nuno Álvares é mais parecido com os cavaleiros antigos do ciclo arturiano do que com aquele para que a sua biografia remete.

Esta constatação reforça, creio, a minha impressão de que a referência intertextual funciona essencialmente como instrumento retórico (com o que isso implica de investimento simbólico e ideológico). Parece pretender-se, para além dos aspectos já indicados, forçar a aproximação entre as duas realidades, como se, através desse acto de escrita, se conseguisse anular a distância. A referência aos milagres ocorridos na sua campa poderão, neste

contexto, ser entendidos como exercício de recuperação, num corpo morto, das capacidades demiúrgicas que o do seu émulo imaginário possuía em vida.

Todas estas circunstâncias colocavam à biografia o problema de evitar que D. Leonor de Alvim surgisse como o principal obstáculo ao projecto de vida do seu jovem marido, assimilando, conseqüentemente, traços negativos que, nalguns textos medievais, se encontram associados às figuras femininas.⁹ O assentimento de Nuno Álvares resolve uma parte do conflito. Os termos em que a personagem feminina é caracterizada, também. A cumplicidade sugerida de D. Leonor com a opção de castidade de Nuno Álvares (v. *supra* a citação do cap. 80, p. 240) acaba por resolver inteiramente a situação: o par assim formado corresponde inteiramente ao modelo católico do casal ideal, "aquele que, por decisão comum, se constringe à castidade total" (DUBY 1988^a:25).

No cap. 5, completa-se o processo de aprovação da noiva-viúva, através de uma passagem discursivamente atípica pela necessidade de confirmação da verdade do narrado:

"E, como quer que muyto tempo avia que a ella chamavam dona, com verdade se poderia que des aquelle dia que a Nun'Alvrez, seu marido, assy conhecco se podia aasy directamente chamar porque, posto que a d'antes assy chamassem, ella era donzella, e esto em seo verdadeyro nome, porque Vasco Gonçalves Baroso, com que ella primeyro foy casada, nunca della ouve tal conhecimento, e esta foy a verdade, aynda que o ella sempre encobrisse com sua grande bondade, do que cobrou gram fama de boom nome" (p. 11).

Repare-se que, se a bondade da personagem decorre da manutenção do segredo, dificilmente se compreende que essa circunstância pudesse ser divulgada numa crónica sem que tal se tivesse devido a uma quebra do

silêncio (pelo menos, por parte do segundo marido). Esta notícia (que tudo indica ser lendária) sublima a imagem da mulher de Nuno Álvares que, assim, se transforma na mulher verdadeiramente ideal: é uma dona-donzela. O primeiro estado sublinha a excelência do seu estatuto social e económico, inscrevendo-a no plano das mulheres que, ainda no século XIV, eram dignas de receber as atenções dos trovadores; o segundo acrescenta, paradoxalmente, a virgindade, oferecendo a possibilidade de o seu segundo esposo ser, simultaneamente, o seu primeiro parceiro sexual e, com ela, fundador de uma linhagem sem ramos marginais.¹⁰ Como lembra CUNHA, a reputação da mulher projectava-se em toda a linhagem, pelo que importaria resguardar a sua imagem (1990:29, nota 19).

Depois de efectuado o casamento na presença dos reis, conforme tinha sido combinado, no final do cap. 5 veremos Nuno Álvares vestir a pele de senhor *inter pares*, aprender a administrar o seu património com a mulher, despende o tempo na caça. É o único trecho da *CC* que se ocupa da vida do herói em tempo de paz, esboçando muito positivamente o início da sua vida adulta. A única nota discordante, relativa a uma informação ambígua sobre comportamentos menos exemplares do protagonista, a que já me referi ("aas vezes fazia na terra das suas"), é enquadrada por um cuidadoso registo justificativo, não chega a denunciar claramente as situações condenáveis e talvez deva ser entendida no âmbito da vocação bélica de Nuno Álvares. Efectivamente, tratando-se da única passagem da biografia que alude muito vagamente a um certo grau de imperfeição do protagonista, coincide, como já

foi dito, com o único período da sua juventude em que ele não esteve envolvido em actividades militares: não se estará a querer insinuar que os erros cometidos se terão devido exactamente à impaciência de pôr ao serviço do rei(no) a sua impetuosidade de guerreiro?

Este conjunto de capítulos (caps. 3, 4 e 5) fecha com a notícia do nascimento e morte de dois filhos-varões¹¹ e o nascimento da filha D. Beatriz. A *CC* antecipa imediatamente o casamento desta com o filho bastardo de D. João I. Esta informação alerta, num momento-chave do texto (o início da vida adulta do herói), para a futura ligação, com a casa real, da família por ele fundada.¹²

Em síntese, posso afirmar que à criança-prodígio do cap. 2 se segue a imagem do jovem que pretende permanecer fiel aos princípios configuradores do mais importante cavaleiro dos romances de cavalaria —o que só não consegue por razões de ordem social e familiar— e, finalmente, a do fundador de linhagem. Está, agora, em condições de se estrear na guerra.

Primeiros passos militares

O cap. 6, cujo *incipit* exprime o desinteresse que a vida de casado de Nuno Álvares suscita no narrador ("Depoys que Nun'Alvrez casou, a dous ou tres annos —p. 13), serve para, num registo convencional, assinalar a morte de D. Álvaro Gonçalves Pereira. O biógrafo aproveita para referir a grande quantidade de filhos e outros senhores presentes nas cerimónias fúnebres, a

inumação do corpo na Flor da Rosa e uma notícia de milagres ocorridos nesse local, informação que, como vimos, se repetirá a propósito de Nuno Álvares, no *excipit* da obra. A importância dada ao acontecimento, espelhada na opção de, em torno dele, constituir um capítulo autónomo, compreende-se: falecendo o Prior do Hospital, desaparece da vida do protagonista o homem que o protegera (criara-o, levava-o para a corte de D. Fernando, arranjava-lhe um bom casamento), a figura que, explicitamente, Nuno Álvares mais respeitara. A orfandade daí resultante deve ser lida em dois sentidos: por um lado, isola afectivamente o herói no universo masculino e, por outro, quebra o mais forte laço de obediência a que a personagem voluntariamente se sujeitara. Acima do Prior só permanece(m), e num outro plano, o(s) rei(s), por razões que se prendem com o próprio código cavaleiresco. Por isso, o panegírico do cap. 6 celebra a morte e, de alguma forma, também um nascimento —o do protagonista autónomo, independente dessa relação que, ainda que o protegesse, também o condicionava: o cap. 5, já comentado, é paradigma disso.

O cap. 8, em que se dá conta de uma carta enviada pelo rei a Nuno Álvares, solicitando-lhe que se junte a seu irmão mais velho (que sucedera a seu pai na Ordem do Hospital, conforme trata de explicar o cap. 7), estabelece a ligação entre a inactividade e a acção militar. Concomitantemente, permite que o protagonista cumpra o seu dever de vassalo do rei, já que segue para Portalegre acompanhado de um pequeno, mas eficaz ("todos bõos homens e pera feyto" —p.15), contingente de homens armados: a explicitação da

quantidade, como ficou dito anteriormente, materializa aquela honrosa condição ("levou consigo xxv homens d'armas e trinta homens de pee escudados" —p. 15). O *explicit* deste capítulo hiperboliza a recepção a Nuno Álvares:

"E seu irmão o recebeo muy bem, e esso mesmo todolos bõos da terra prouve muyto com sua viinda porque ho aviam por boom e aviam delle grande conhecimento" (p. 15).

É talvez um dos casos mais paradigmáticos do processo a que chamei "contaminação retroprojectiva": se, nos capítulos seguintes, se vai reiterar a vontade do herói de conquistar honra e fama, compreende-se mal o que aqui se afirma. A recepção calorosa e os termos excessivos em que é descrita antecipam uma celebridade que, de facto, só se confirmará muito mais tarde. Ao fazê-lo, como que se afirma que a *persona* heróica, tal como será reconhecida no fim da obra, já está constituída. O problema é que o jovem cavaleiro ainda não teve oportunidade de a exprimir no concreto. Por essa razão, a narrativa apresenta, a seguir, uma construção em gradação ascendente, que passarei a analisar.

As características psicológicas mais sublinhadas são a impetuosidade e a impaciência de Nuno Álvares, como se depreende do seguinte elenco de citações:

"e por o bõ desejo que levava na batalha e avia gram vontade de ganhar nome e honrra" (cap. 9, p. 17);

"do qual conselho [evitar o combate com o Mestre de Santiago de Castela] Nun'Alvarez foy muy anojado" (cap. 9, p. 19);

"E logo, sem mais trespasso, pos em obra a seu pensar [enviar um desafio ao filho do Mestre de Santiago]" (cap. 10, p. 20);

"E Nun'Alvrez, tanto que os assy teve prestes, desejando que a obra nom fosse perlongada [o duelo]" (cap. 10, p. 20);

"E quando Nun'Alvrez viio a teçom e mandado del'rey [proibição do duelo combinado], desprouve'lhe e ficou muyto quebrantado" (cap. 11, p. 24);

"pensou em seu coração de se hiir a miçe Rreymon, conde de Cambriis, e ao conde estabre, que vinham por capitaães dos ingleses, a lhes pidir que pidissem por merçee a el'rey que lhe desse lugar pera acabar sua obra que tinha começada" [ainda o duelo] (cap. 11, pp. 24-25);

"E quando Nun'Alvrez viio que assy delles fugiam e os outros que nom queriam tornar por dizer que lhes dissesse [os seus companheiros], e que os [250] castellaãos chegavom honde elle estava, adereçou seu cavallo e, com muy gram coração de bem fazer, o ferio rriigamente das esporas e lançou'se antre elles na maior espessura" (cap. 12, p. 29);

"Tanto que Nun'Alvrez ouve tal resposta de seu irmãoo [proibindo-o de se juntar a D. Fernando para a prevista batalha de Badajoz], logo se partio nom muy ledo e se foy pera sua pousada e, o mais em segredo que pôde, começou de conçertar sua hyda" (cap. 13, p. 35).

Não se trata de impetuosidade e impaciência gratuitas, mas, sim, motivadas pelo desejo de experimentar o prazer do combate, traço que, segundo COMBARIEU, é comum a heróis das epopeias clássicas e medievais (1976:51-53). Tais características acompanham uma apresentação gradual do herói, resultante precisamente do seu intenso desejo de provar a coragem e a mestria:

1. Nuno Álvares integra um exército que parte ao encontro do Mestre de Santiago. Por se encontrar distraído e impaciente, o jovem confunde a "carriagem" com as forças inimigas. O combate não chega a realizar-se, acabando por ser evitado pelos portugueses quando são informados da superioridade numérica dos adversários. A primeira possibilidade de combater foi frustrada. (cap. 9)

2. Nuno Álvares desafia o filho do Mestre de Santiago para um duelo de dez contra dez. Estão reunidas condições muito prestigiantes para a estreia militar do herói, mas primeiro o irmão mais velho, em nome do rei, e depois o próprio rei proíbem esse duelo. A frustração do herói cresce. (cap. 10 e 11)

3. Nuno Álvares lidera uma pequena emboscada contra os castelhanos que sitiavam Lisboa, conseguindo, em primeiro lugar, rechaçá-los e, logo a seguir, num dos mais entusiasmantes trechos da *CC*, combater numa luta individual contra os duzentos e cinquenta que reagem à primeira investida. É a primeira vitória militar do herói (aclamado na cidade), coincidente com um pico de intensidade do processo retórico em análise. (cap. 12)

4. O jovem cavaleiro procura avidamente estar presente numa grande batalha combinada entre D. Fernando e D. Juan de Castela, ainda que à custa da desobediência ao irmão. Trata-se, no progresso gradativo, de uma tentativa de alargar, histórica e socialmente, o reconhecimento das qualidades evidenciadas no capítulo anterior. A frustração por a batalha desejada não se ter realizado é habilmente compensada pelo elogio do rei ao comportamento de Nuno Álvares quando se escapou de Lisboa à revelia de seu irmão. (cap. 13)

Pode ser acrescentado a esta lista o curto e curioso episódio do cap. 14, simbolicamente muito significativo por exprimir a vontade de reconhecimento social do herói: em consequência de se ter sentido ofendido por aqueles que,

durante um importante banquete, não lhe deixaram um lugar na mesa principal, Nuno Álvares derruba-a e abandona a sala. A sua atitude é caucionada pelo rei castelhano.

A conclusão deste processo gradativo só acontecerá no cap. 18, quando Nuno Álvares é recebido pelo Mestre de Avis em Lisboa. A sua função no ciclo que aqui analiso é a de consolidar um dos eixos semânticos mais importantes da *CC*: o herói, para o ser, precisa de condições para se exprimir como tal e, sobretudo, de ser pelos outros reconhecido como tal, também. Retomemos o texto capítulo a capítulo, para nele buscarmos outros significados que, paralelamente, acompanham a arquitectura progressiva apontada.

No cap. 9 destaco um conjunto de motivos que me parecem interessantes, por permitirem associações remotas com os romances de cavalaria. A caminho de Badajoz, onde se encontrava o exército castelhano, Nuno Álvares distrai-se e desvia-se da estrada:

"E hindo assi per o caminho e chegando a hũu soverall que ha antre Villa Viçosa e Elvas, aaquem do campo honde jaz Villa Voym, Nun'Alvrez se sayo do caminho per o soverall a cuydar no que lhe prazia. E, hiindo assy cuydando, olhou per diante do caminho contra hũas ladeyras altas que som açerca de Villa Voym e vyo nas ladeyras a carriagem e homẽes de pee, de guisa que as lanças rehuziam que pareciam homẽes d'armas e a carriagem demonstrava que era muyta gente posta em batalha. E Nun'Alvrez, como esto vio, leixou seu cuydar em que hya e, nom se lembrando da cariagem que hya diante, e por o bõ desejo que levava na batalha e avia gram vontade de ganhar nome e honrra, outorgou'se'lhe o coraçom que era o mestre de Santiago de Castella que ja vinha em sua batalha prestes" (p. 17).

Ainda que inicialmente integrado num colectivo, o narrador isola o protagonista. Na *Demanda*, muitas são as situações em que cavaleiros que

viajam conjuntamente se separam, para poderem "acabar grandes feitos". A solidão torna-se, assim, condição essencial à prossecução de uma aventura dignificante (o motivo abunda no texto). O espaço em que Nuno Álvares penetra, ainda que geográfica e historicamente identificado, apresenta muitas semelhanças com a floresta em que as mais extraordinárias dessas aventuras se realizam. Ora, é precisamente nesse espaço, por um lado "realista" e por outro "simbólico", que, utilizando uma técnica subsidiária da ficção (a focalização interna), o narrador nos dá acesso à visão transfigurada do protagonista. O engano, justificado em termos humanamente lógicos, acaba por copiar, a um determinado nível, a percepção de Nuno Álvares no cap. 2: também aí ele "via" um grande exército onde, aparentemente, ele não existia. O segmento destacado na citação é, por isso, o mais importante: não se trata, como noutras biografias, de um engano criador de um espaço parodístico ou cómico, com a dupla finalidade de provocar a distensão e apresentar o herói em situação de aprendizagem (cf. GAUCHER 1994:179-182), mas de uma ilusão decorrente da vocação guerreira. Efectivamente, o erro de Nuno Álvares serve para pôr à prova os seus companheiros. Quando, depois de detectado o equívoco, o narrador nos confessa que

"acharam que nom era nada do que Nun'Alvrez dissera, da qual cousa a muytos prouve" (p. 18),

estabelece nitidamente o contraste entre o comportamento do jovem cavaleiro e o dos restantes.

Este capítulo acaba por mostrar a frustração do jovem herói, criando nele uma tensão que se prolongará até ao cap. 12.

O *incipit* do cap. 10 repete a informação com que terminava o anterior:

"Quando Nun'Alvrez vio que a batalha era desfeita, e que todollos senhores e gentes de Portugal se tornavam a suas frontarias, foy muyto anojado" (p. 19).

Trata-se de um processo de encadeamento cuja intenção parece evidente: a reiteração relembra o desapontamento de Nuno Álvares, por oposição à satisfação dos "senhores e gentes de Portugal". Pela primeira vez, Nuno Álvares assume plenamente o estatuto de protagonista, já que toma uma iniciativa totalmente autónoma das restantes personagens: decide desafiar o filho do Mestre de Santiago para um duelo colectivo.¹³

Esta secção da *CC* é também a primeira em que outros senhores se apressam a corresponder a um convite de Nuno Álvares, aceitando a sua liderança militar, atitude veiculada através de uma frase cujas conotações cavaleirescas são evidentes:

"E com estes elle partyo grandemente do que avia, de guisa que elles todos foram contentes, e muyto mays o eram pollo grande amor que lhe aviam, de guisa que todos eram ledos de morrer e viver com elle" (p. 20).

Interroguemo-nos: como sabem aqueles senhores (a maior parte dos quais estão identificados) que Nuno Álvares merece a sua confiança neste ousado projecto? O que terá Nuno Álvares feito anteriormente para provocar neles o extremo "amor" que a biografia perpetuou? Até ao momento, a *CC* não tinha contado nada que fizesse prever tão disponível dedicação ao jovem

que nem sequer participou ainda na sua primeira batalha. Ter-se-á Nuno Álvares destacado durante a aprendizagem da arte da cavalaria, no período em que foi morador da casa de D. Fernando? Se sim, por que não se refere nunca a CC a esse período? Creio que o objectivo da biografia é, de facto, apresentar um herói que nada precisou de aprender, porque as suas qualidades guerreiras eram inatas e, em determinadas circunstâncias, imediatamente reconhecíveis pelos seus pares.

A intervenção do rei, no cap. 11, primeiro através de Pedro Álvares Pereira e, depois, pessoalmente, ainda que no sentido de proibir o duelo, fornece a possibilidade de nos apercebermos da perseverança do herói, que não cede facilmente à interdição, sendo esta característica articulada com o único valor que o pode fazer desistir dos seus propósitos: a obediência. Mais uma vez, o texto não só assinala a frustração de Nuno Álvares, como mantém viva a tensão iniciada no cap. 9:

"E assy ouve a cousa fim muyto contra vontade de Nun'Alvrez" (p. 25).

A primeira acção militar do herói é sempre momento excepcional de uma biografia cavaleiresca: nela, o protagonista revela-se ao mundo. Muitas vezes, antes ou depois de ela acontecer, o jovem é armado cavaleiro. Em todas elas o guerreiro sai vencedor do confronto, provando, através da vitória difícil, ser merecedor da admiração dos seus iguais (cf. *Guillaume*: vv.737-814, *Prince Noir*: vv. 145-180, *Du Guesclin*: caps. 28-29, *Bouciquaut*: I-caps. 9-10, *Victorial*: cap. 22).

Resolvendo, em parte, a tensão gradativa que temos vindo a acompanhar, a biografia do Condestável apresenta essa batalha inaugural como uma iniciativa autónoma de Nuno Álvares no contexto do cerco a que já me referi, procedendo, para esse efeito, a uma selecção:

"E, antre os feitos e escaramuças que hy forom feitas mais notavees e priigosas, asy foy hũa que Nun'Alvrez per sy, com os seus, fez, nom seendo hy o prioll scu irmão" (cap. 12, p. 26).

Os adjectivos preparam o leitor para o relato de um acontecimento excepcional. A última parte da citação explicita a independência do herói e, simultaneamente, a sua emancipação.

No seguimento de uma emboscada bem sucedida aos castelhanos que "vinham aas vinhas por uvas" (p. 27), estes decidem retaliar. O texto menciona o seu número (duzentos e cinquenta), depois de já nos ter informado de que com Nuno Álvares estavam apenas cinquenta e quatro homens ("xxiiii de cavallo de bõos homens seus chegados e de sua criaçom e ataa xxx beesteiros e homões de pee" —p. 26). O primeiro recontro desbaratara o inimigo, mas não só não tinha sido uma verdadeira peleja como, inusitadamente, o pequeno exército de Nuno Álvares estava em vantagem numérica (os primeiros castelhanos eram apenas vinte). Os duzentos e cinquenta castelhanos apresentam-se "todos muy desejosos de combater" (p. 28), impetuosidade a que a *CC* faz corresponder, num paralelismo evidente, a vontade de lutar do herói:

"E Nun'Alvrez, como os assy vyo sayr, nom lhe desprouve dello nenhũa cousa, ante lhe prouve e foy muy ledo porque pera tall jogo nom avia elle menos vontade" (p. 28).

A partir daqui, assistiremos à tentativa perseverante do chefe, de convencer os seus homens a avançarem contra os adversários. A *CC* aproveita para registar o primeiro discurso exortativo de Nuno Álvares, construído com base nos motivos aconselhados pelos tratados militares mais conhecidos na Idade Média: a alegria de pelejar, o apelo à coragem, a busca de fama e honra. Vejam-se as indicações de Vegécio aos *duci*, para os ajudar a combater o medo dos soldados:

"Vous pouvez [...] rassurer ceux-ci et relever leur courage, en leur prouvant, par le détail des mesures que vous avez prises, que tout leur promet une victoire facile" (*Institutorum*, III, cap. 12);

"La crainte et les châtiments corrigent les soldats dans leurs quartiers. En campagne, l'espérance et les récompenses les rendent meilleurs" (III, cap. 16).

Não é a primeira vez que o herói toma a palavra, mas nas anteriores ocorrências tinha-o feito no contexto de conversas mais ou menos particulares (com o pai, com o irmão, com o rei, com a mãe). Assim sendo, este discurso corresponde a uma outra estreia: a da palavra da guerra, aquela que, pronunciada, convoca as energias necessárias à consecução da vitória.

Mas a visão dos castelhanos assusta os companheiros de Nuno Álvares:

"e nêhum o nom queria ouvir, ante mostravam que o nom conheciam nem entendiam, arredando'se quanto mais podiam, e delles fugiam logo de todo, que nom poderam soffrer a vista de muyta gente" (p. 29).

Pode parecer que a *CC* afirma a impotência do chefe militar e, portanto, a sua incompetência. Compreenda-se, contudo, que aquela reacção é

necessária para que o protagonista apareça isolado, diferente, luminoso na resposta ao medo:

"E quando Nun'Alvrez viio que assy delles fugiam e os outros que nom queriam tornar por dizer que lhes dissesse, e que os castellaãos chegavom honde ele estava, adereçou seu cavallo e, com muy gram coração de bem fazer, o ferio rriigamente das esporas e lançou'se antre elles na mayor espessura, honde estariam juntos ataa duzentos e çinquenta homens d'armas, nom o seguindo nẽhũu dos seus" (p. 29).

Ao longo das vinte e três linhas seguintes, o narrador descreve, desusadamente com muitos pormenores, o combate que opõe Nuno Álvares e os duzentos e cinquenta castelhanos, prolongando, num dos trechos mais belos da *CC*, o tempo do discurso muito para além do que a verosimilhança aconselhava.

Nesse recontro, o herói ocupa o centro do mundo: para ele convergem os olhares dos inimigos que o ferem, dos companheiros que assistem, de Deus (implícito na expressão "por asy prazer a Deos" —p. 30), do narrador e do leitor. O ponto de vista varia, em função dessa multiplicidade de olhares. Pouco antes de o herói cair, o narrador efectua uma focalização interna, forçando-nos a identificar-nos com o campo de consciência do protagonista e, por isso, a com ele sentirmos os golpes e a aproximação da morte:

"E elle porem cuydava que era chegado à morte pollos muytos golpes que en'sy sintia" (p. 30).

O inimigo, em vez de ser considerado na sua pluralidade diversificada, é tomado como unidade colectiva, pelo que nunca nenhum dos homens que a compõem se individualiza, ao contrário do que acontecerá nos posteriores

relatos de batalhas, em que se mencionará sempre os cavaleiros que lideram as hostes adversárias. A imagem final, antes da reacção dos companheiros, lembra a do corpo compósito figurado no centauro, quando nos descreve a queda do herói em consequência da do cavalo, e o braço que, por baixo da montada, empunha ainda a espada, parece um prolongamento humano desta.

Não conheço nenhuma descrição de batalha inaugural parecida com esta. Existe, no *Victorial*, um episódio envolvendo o jovem Juan Niño, pai de Pero Niño, curiosamente integrado nas forças sitiadas da cidade de Lisboa durante as guerras fernandinas, em que se sugere que ele enfrentou, momentaneamente sozinho, duzentos portugueses (cap. 18, pp. 256-257). As semelhanças acabam aí: não só a cena é resumida em pouco mais de três linhas de texto, como não utiliza nenhum dos motivos presentes na *CC*.

Um dos mais importantes, a meu ver, encontra-se nos duzentos e cinquenta castelhanos, número supostamente exacto que veicula, sobretudo, a ideia da superioridade do inimigo. Ora, na mitologia ocidental, encontramos situações com as quais podemos estabelecer alguns paralelos.

No *Amadis*, o protagonista enfrenta, em determinado momento do seu percurso, uma besta sobrenatural, detalhadamente descrita por palavras que não deixam dúvidas quanto à sua força sobre-humana e à sua origem diabólica (II, cap. 78, pp.1132-1133). Também nesse caso, ainda que o significado da cena se enraíze, segundo CACHO BLECUA (1979:280-286), no código do amor cortês, o cavaleiro combate sozinho a besta, sem mostrar qualquer medo da morte pressentida:

"El Cavallero de la Verde Spada tomó su lança y cubrióse de su escudo. Como hombre que ya la muerte tenía tragada, perdió todo su pavor, y lo más que pudo se fue contra el Endriago, assí pic domo estava" (II, cap. 78, pp. 1142-1143).

Na longa descrição do combate, igualmente se assiste a uma queda do herói e este acaba por matar o monstro, depois de uma luta muito desigual.

Na *Demanda*, vários são os cavaleiros que sentem a necessidade irresistível de perseguir a Besta Ladrador —monstro de origem misteriosa cuja descrição muito vaga permite apenas que dele se forme uma imagem de extraordinária força e velocidade de reacção (caps. 82-83, 122, 587-589, entre muitas outras possibilidades de selecção)—, acabando esta por ser morta por Palamedes (cap. 589), num combate indiciador de grande coragem, imediatamente antes da sua integração no grupo especial dos doze cavaleiros que recebem a graça do Santo Graal (caps.591-599).

Na tradição hagiográfica, conhece-se o conto de São Jorge que salva a princesa das garras do dragão, matando-o com a sua lança (na versão de *La Légende Dorée*: I, pp. 296-301). É muito provável que a sua lenda fosse conhecida em Portugal, na época de que me ocupo, quanto mais não seja pela invocação que dele faziam os portugueses antes das grandes batalhas (*CDJII*: cap. 43, p. 99).

Recuando às narrativas bíblicas, encontramos o exemplo de David, oitavo filho de Jessé, ungido por Saul em nome de Deus, que, contra todas as expectativas, aniquila o gigante Golias (1 Sm 17), acto que não só lhe granjeará uma enorme popularidade como herói militar, como provocará a inveja do rei a quem acabou por suceder no trono de Israel.

Em duas das biografias estudadas por GAUCHER, são relatados combates que celebram a vitória do herói sobre as forças do Mal. Em *Avesnes*, o protagonista encontra e mata uma serpente e, em *Chin*, o herói vence, sucessivamente, um leão, um gigante e um bando de ladrões. No primeiro caso, o narrador alude a S. Jorge e a David (1994:140-142).

Vale a pena também lembrar as considerações de CAMPBELL sobre a força semântica e ideológica desses combates mitológicos que opõem o herói ao monstro, seja qual for a forma por este assumida nos contos:

"[...] o herói mitológico não é patrono das coisas que se tornaram, mas das coisas em processo de tornar-se; o dragão a ser morto por ele é precisamente o monstro da situação [...].

O período em que o herói, numa forma *humana*, habita o mundo só se inicia depois que as vilas e cidades se expandem pela terra. Muitos monstros, remanescentes das épocas primevas, ainda habitam essas regiões que estão além e, por meio da malícia ou do desespero, lançam-se contra a comunidade humana. Cumpram tirá-los do caminho. Ademais, os tiranos da espécie humana, que usurpam para si mesmos os bens dos seus vizinhos, começam a surgir, provocando a miséria disseminada. É preciso suprimi-los. As façanhas elementares do herói consistem em limpar o terreno" (1997:324-325).

O autor trata o motivo na perspectiva estruturalista do reconhecimento de um arquétipo que, supostamente, atravessa todas as narrativas independentemente da sua individualidade genológica e discursiva. Apesar das evidentes reduções a que tal atitude teórica obriga, não há dúvida de que se torna útil em casos como o que aqui analiso. Efectivamente, extraio das arrebatadas palavras com que o autor-narrador nos dá a conhecer a primeira batalha de Nuno Álvares¹⁴ a finalidade de, discretamente e sem nunca se desviar do registo próprio da biografia histórica, inscrever o episódio numa tradição subjacente e antiga, reconhecível por meio do *simile* que é possível

implicitamente estabelecer entre o inimigo colectivo e os monstros a que alude CAMPBELL. Por isso, o medo dos seus companheiros auxilia o herói, dado que lhe permite experimentar-se em toda a sua pujança, isto é, vencer uma etapa iniciática. Ora, também nos romances de cavalaria são criadas condições especiais que põem à prova o cavaleiro, de modo a que ele se possa cumprir na qualidade de herói:

"Le monde de l'épreuve chevaleresque est un monde de l'aventure; il ne comporte pas seulement une suite presque ininterrompue d'aventures [...]; c'est un monde spécialement créé et agencé pour la mise à l'épreuve du chevalier" (AUERBACH 1977:146).

O anonimato do inimigo, que a lógica narrativa faz decorrer da irrelevância social e histórica do mesmo, também serve essa finalidade, na medida em que a ausência de nome permite a universalização do signo. Nessa medida, os castelhanos desta batalha representam não só todos os castelhanos da *CC* como todos os obstáculos que se depararão ao protagonista e que, à medida que ele se impõe, irão tomando formas nomeáveis e individualizáveis no *continuum* histórico e no espaço social em que a vida de Nuno Álvares se desenrola. Para além do mais, reencontramos neles o sema descrito por GAUCHER a propósito dos monstros dos romances de cavalaria, que algumas biografias aproveitaram para representar a coragem do herói:

"Animal sauvage ou dragon, géant ou brigand, l'adversaire a toujours une force extraordinaire et la victoire que remporte sur lui le novice démontre, chez celui-ci, une valeur innée au maniement des armes" (1994:140).¹⁵

Nessa medida também, esta primeira vitória prefigura, numa dimensão simultaneamente simbólica e histórica (esta última em consequência das

constricções geográficas e onomásticas que envolvem o episódio), todas as subsequentes vitórias de Nuno Álvares.

O *explicit* do capítulo confirma a importância simbólica da acção do protagonista. Aqui se dá entrada ao motivo da fama do herói, através do qual a notícia dos seus actos se antecipa à sua presença física, provocando a admiração do mundo:

"E foy'se com todollos seus, com muyta honrra, pera a çidade, honde foy recebido com muy grande prazer, assy do prioll, seu irmão, como de todollos da çidade" (p. 33).

A notoriedade da batalha vitoriosa é circunscrita ao espaço de onde o herói saiu para esta sua primeira aventura e nunca ultrapassará essas fronteiras: completou-se um ciclo —o herói afastou-se, excedeu-se, revelando a sua natureza diferente, e regressou à cidade para recolher os frutos da sua experiência. A perífrase verbal restringe a celebração ao herói ("foy recebido") —como se o discurso tivesse perdido a memória da bravura que os seus companheiros acabaram por demonstrar—, depois de bem desenhada a sua iniciação modelarmente endógena.

Nesse mesmo espaço em que, pela primeira vez, pôde demonstrar a sua veia heróica, e na posse de uma notícia que dava como certa uma batalha entre os exércitos dos reis de Portugal e Castela, Nuno Álvares não se conforma com a ordem de D. Fernando, transmitida por D. Pedro Álvares, segundo a qual este deveria permanecer em Lisboa "com todollos que com elle estavam" (cap. 13, p. 33). A impaciência do protagonista, característica pessoal que o acompanhará ao longo de toda a vida sempre que algum

obstáculo o tenta afastar de uma batalha, exprime-se, em primeiro lugar, numa conversa com o irmão e, imediatamente a seguir, na decisão de contrariar as ordens recebidas para se juntar às hostes do rei. O acto é de desobediência directa a Pedro Álvares e indirecta ao rei, característica que poderia desvincular o protagonista dos modelos em que a sua representação se tem baseado até este momento. Só que o rei não só legitima a rebeldia de Nuno Álvares, como a elogia. Nessa medida, a primeira ordem, explicitamente generalizada a todos os que estavam sob o comando do Prior do Hospital, aparece, no que diz respeito a Nuno Álvares, como provocação à sua temeridade e espírito de iniciativa. O louvor do monarca, grave do ponto de vista de Pedro Álvares, na medida em que põe em causa a sua dupla autoridade (de chefe militar e de irmão mais velho), reconhece a autonomia de Nuno Álvares e elimina, da cadeia hierárquica em que este ainda se inscreve, um dos elos mais importantes.

O anúncio da substituição da batalha por um tratado de paz não é, pela primeira e única vez, acompanhado do registo da desilusão de Nuno Álvares. A omissão de um dos *topoi* mais importantes da *CC*, num dos mais relevantes contextos do vigor guerreiro do protagonista, confirma a ideia segundo a qual o objectivo da guerra é a consecução de uma paz politicamente sólida que resolva todos os conflitos que a originaram, ou seja, a ideia de que a vocação guerreira, por mais excessiva que seja na sua expressão individual, não é gratuita nem se esgota em si mesma, porque está ao serviço de uma causa (cf. CONTAMINE 1992³: 452-468), conforme recorda AFONSO X:

"Guerra es cosa que ha en sí dos naturas, la una de mal, la otra de bien [...]; et pues que el mal que ha en ella aduce bien, et por aquella sospecha se mueven los homes á facerla, debem siempre los que la quieren comenzar seer mucho anvisos ante que la comiencen" (*Partidas*, introdução do título 23).

Júlio, personagem do *Libro de los Estados*, de D. Juan Manuel, chama a atenção para os males que advêm da guerra, aconselhando que se faça tudo para a evitar:

"Sennor infante, segund dizen los sabios todos, y es verdat, en la guerra ay tantos males, que non sola mente el fecho, mas avn el dicho es muy espantoso, et por palabra non se puede dezir quanto mal della nasce et por ella viene. [...] Et por ende, deue omne escusar quanto pudiere de aver guerra" (cap. 70).

Estas ideias já se encontravam nos escritos de Santo Agostinho, abundantemente citado, por exemplo, por Álvaro Pais (cf. *Speculum*, Livro II).

Por essa razão, quando a causa deixa de existir, não há lugar para qualquer tipo de desilusão. Note-se, contudo, que a *CC* também não regista o agrado do herói por ter sido encontrada uma solução política para o diferendo: ainda que a conciliação não provoque desprazer, só a guerra é capaz de proporcionar prazer.

No quadro de euforia harmónica criado no fim do cap. 13 e consubstanciado pela boda sumariamente referida no cap. 14, o protagonista aparece numa situação disfórica: quando todos se sentaram à mesa, em que estariam hierarquicamente dispostos, sem respeitar os lugares destinados a Nuno Álvares e seu irmão Fernando, o protagonista derruba-a intempestivamente antes de abandonarem a sala. Aparentemente, trata-se de

um episódio marginal na biografia, mas o seu significado imediato compreende-se: o lugar numa das mesas principais é prerrogativa dos grandes cavaleiros e fidalgos. A ofensa feita a Nuno Álvares foi, por isso, socialmente relevante, quanto mais não seja porque, segundo a *CC*, foi intencional:

"e delles nom fizeram conta, pero fossem bem conhecidos e estevessem bem guarnidos" (p. 37).

No entanto, o episódio aponta, simbolicamente, para outros sentidos. Em primeiro lugar, configura na reacção do protagonista à ofensa contra ele perpetrada uma ideia importante: o herói-cavaleiro tem direito a um lugar na mesa, espaço de convívio de cavaleiros seus iguais no mundo pacificado¹⁶. Em segundo lugar, a sua resposta recupera para a cena energias físicas que nela estavam ausentes (a reacção exprime-se corporalmente). O anonimato de quem ofendeu, tal como no episódio da batalha de Lisboa, permite, outrossim, a universalização do signo.

A reacção do rei ao que ocorrera é, também, muito significativa, porque cauciona a atitude de Nuno Álvares e produz uma afirmação (transcrita em discurso indirecto livre) premonitória dos acontecimentos vindouros:

"el'rey respondeo que elles [Nuno Álvares e o irmão] o fizeram bem, e que quem ally tall cousa cometia em tal lugar, sentiindo a deshonna que lhe era feyta, que pera mays seria seu coração" (p. 37).

Afinal, através da sua actuação, Nuno Álvares fez valer o seu nome, destacando-se, mais uma vez, do colectivo em que, circunstancialmente, se encontrava integrado.

Recapitulemos. O conjunto de capítulos analisado dá a conhecer a personagem cuja acção será decisiva no grande conflito que se avizinha e, precocemente, apresenta-o com todas as características essenciais que farão dele um grande herói:

- é um sábio da arte de combater (cap. 2), capaz de concretizar na prática os ensinamentos supostamente colhidos na teoria (cap. 12);
- procura atingir ideais decorrentes da cavalaria cristã, de modo a conseguir ser melhor cavaleiro (cap. 4);
- respeita humildemente as hierarquias, desde que elas não impeçam a possibilidade de se exprimir como cavaleiro (caps. 4, 9 e 11);
- é impaciente, sempre que o mundo o tenta impedir de participar numa batalha (caps. 10 e 13);
- é um bom líder (caps. 10, 12 e 13);
- é corajoso e firme a combater (cap. 12);
- é clemente com os inimigos (cap. 12);
- persegue a fama e a honra, ao serviço militar do rei(no) (caps. 9, 10, 12 e 13);
- sempre que é objecto de uma ofensa grave, reage em consonância (cap. 14).

Por este processo, o autor-narrador arreda qualquer possibilidade de a personalidade de Nuno Álvares nos vir a surpreender. No fundo, a longa narrativa que se segue tem por objectivo, sobretudo, ir confirmando aquilo que já sabemos e isso, por si só, é muitas vezes motivo de surpresa. De facto,

a extrema coerência do herói, ainda que anuladora do efeito de *suspense*, já que elimina da representação o *topos* da aprendizagem, vai buscar a sua força à tensão permanente que se cria entre uma personagem assim constituída e o mundo, caótico e incoerente (humano?), em que esta se move.

Adesão à causa do Mestre

Incluí neste "percurso inicial" os caps. 15, 16, 17 e 18, contrariando, de certa maneira, a intenção estruturadora do autor¹⁷, porque fazem parte do ciclo preparatório aqui delineado: depois de anunciada a morte de D. Fernando, architecta-se a adesão de Nuno Álvares à causa orientadora da maior parte da sua vida activa.

O cap. 15 associa imediatamente o luto por D. Fernando a uma iniciativa hostil de D. Leonor, absolutamente inverosímil dado o contexto em que acontece:

"E assy [Nuno Álvares] chegou aa çidade de Lixbõa, onde se o triintayro avia de fazer e, como aa çidade chegou, foy falar aa reynha e ella o mandou logo apousentar. E, estando apousentado em bairro, Gill Eannes, corregedor, e o apousentador moor, vierom ao seu bairro per mandado da raynha pera desapousentar çertos escudeiros de Nun'Alvrez" (p. 38). [Anteriormente, o narrador informara-nos de que Nuno Álvares foi o único senhor que se apresentou em Lisboa "com gentes d'armas".]

Não se compreende por que motivo Nuno Álvares decidiu vir armado para as cerimónias, não se compreende o que motivou as ordens da rainha, já que o cronista, habitualmente parco a fornecer explicações, neste caso excede-se na contenção: faltam segmentos discursivos que criem nexos lógicos entre

as acções relatadas. Reafirmo a absoluta necessidade que o biógrafo tem de, neste momento da crónica, desvincular Nuno Álvares dos laços vassálicos que, desde o episódio do cap. 2, o uniam explicitamente a D. Leonor (v. *supra* p. 212). A inverosimilhança da atitude da rainha advém, como vimos, da ausência de explicações para o seu comportamento hostil. Ora, essa circunstância sugere irracionalidade (o que é racional é explicável). Até que ponto podemos ver neste incidente um reflexo da visão que o universo masculino da nobreza medieval tinha das mulheres que, como D. Leonor, exerciam o poder político com indubitável prazer?¹⁸

O narrador insiste nesse comportamento obscuro da rainha¹⁹, que acaba por ser moderado por sensatos conselheiros anónimos:

"E desto foy a rainha assaz anojada, e bem tornara a ello, se nom que lhe disseram que nom era em tempo de escandalizar nenhuns fidalgos nem outras gentes, ca hy lhe ficaria depois tempo" (p. 39).

A alusão à irracionalidade e, conseqüentemente, à ilegitimidade dessa atitude é explicitada no desfecho do capítulo:

"Desto pesou pouco a Nun'Alvrez, ainda que lhe mostrasse o contrayro, porque era bem çerto que lho faziam pollo desonrrar e *nom por outra cousa razoada*" (p. 39).

Ficam, portanto, desde já criadas as condições para que o herói se sinta livre para fazer escolhas em total liberdade. A primeira é descrita no capítulo contíguo, no contexto de uma reunião em casa de Pedro Álvares:

"E, depòys que [Nuno Álvares] lhe fallou e espaçou hũu pouco com os outros cavalleyros que hy estavam, apartou-se soo pollo paaço a cuydar que avia de seer do regno de Portugal, que assy ficava deserto, e quem o defenderia" (cap. 16, p. 39).

Reencontramos dois motivos intimamente associados entre si: o do afastamento e o da solidão (compare-se com o trecho já analisado do cap. 9). A imagem do "regno deserto" ignora o testamento político de D. Fernando e a regência de D. Leonor, e os pensamentos de Nuno Álvares revelam uma consciência excepcional do caos em que a morte do suserano poderia mergulhar o reino: repare-se que, supostamente, enquanto Nuno Álvares se preocupa com o futuro de Portugal, os restantes cavaleiros se distraem na companhia uns dos outros, sem se aperceberem da grave situação política. A focalização interna, técnica parcimoniosa mas eficazmente utilizada pelo narrador sempre que pretende a identificação do leitor com o protagonista, despoletada por uma omnisciência surpreendente e significativa, prepara a ideia mais importante deste capítulo:

"E per spiritu de Deos lhe veeo ao pensamento que nom pertecia a outrem nem o devia nem podia fazer senom o mestre d'Avyz, que era filho del'rey dom Pedro, e que elle conhecia por muy nobre cavalleyro, do quall tempo avia que elle avia grande conhecimento. E logo lhe veeo ao pensar que o começo de tal obra avia de seer o conde Joham Fernandez Andeiro seer morto, porque a rraynha tinha em elle grande esperança" (p. 39).

É a única passagem da *CC* em que se torna manifesta a inspiração divina dos actos ou pensamentos do herói. Note-se, igualmente, que a menção de D. João não suscita uma referência intratextual ao cap. 2, onde se contara a oferta do arnês para a cerimónia de investidura de Nuno Álvares, indício de uma despreocupada harmonização de fontes de proveniência diversa. Finalmente, observe-se que a relação entre Nuno Álvares e o Mestre de Avis nos é apresentada como existindo há muito, apesar de revelada só neste momento.

Ficam sem resposta as seguintes perguntas: como sabia Nuno Álvares que D. João era um "muy noble cavalleiro"? Em que circunstâncias se conheceram e se desenvolveu o respeito expresso nesta passagem?²⁰

A frase relativa ao conde Andeiro inscreve-se na mesma vontade de contar sem contextualizar, como se os factos exteriores à personagem principal não precisassem de ser entendidos fora do panorama em que interferem com a sua vontade ou o seu comportamento.

Se o "spiritu de Deos" que anima Nuno Álvares, por si só, faz dele pessoa excepcional, igualmente se sugere que o protagonismo de D. João (e, portanto, a sua conseqüente realeza) depende da inspiração do seu mais fiel servidor, ao contrário do enquadramento que a *CDJ* dá ao problema. Embora, neste mesmo capítulo, se conte que o Mestre não realizou imediatamente o plano de Nuno Álvares, quando ele se concretiza e o conde Andeiro é assassinado (notícia do cap. 17), não podemos deixar de o relacionar com esta passagem. Assim sendo, ficaríamos com a falsa convicção de que a ascensão do Mestre de Avis ao cargo mais elevado do reino se teria devido à iniciativa do Condestável, se, por hipótese, nunca tivesse sido escrita a *CDJ*. A inverdade histórica daí decorrente deve, por isso, estar ao serviço de inominados interesses de quem patrocinou esta biografia, sobretudo se a confrontarmos com os capítulos, já analisados, em que se descreve os conflitos ocorridos muito posteriormente entre o Condestável e o rei. Reservarei para outra secção as considerações sobre a especificidade da relação entre Nuno Álvares e D. João que esta passagem começa a configurar.

Também neste capítulo se inicia a separação da família: no seguimento de uma mensagem enviada por D. Leonor ao Prior do Hospital, Nuno Álvares defende, junto deste, o partido do Mestre (abruptamente, também, já há "partidos"), sem, contudo, dele receber qualquer resposta. A escolha pronta de Nuno Álvares contrasta com o silêncio prudente do irmão mais velho.

O cap. 17, a que me referi quando aludi às fontes desta crónica (v. pp. 131 sgg.), conta a primeira parte da história do alfageme de Santarém. Dos episódios associados a Nuno Álvares, foi o que mais se celebrizou, tendo-se inclusivamente autonomizado e amplificado, como é sabido, num texto de teatro de Almeida Garrett (*O Alfageme de Santarém*, de 1841). Nele se conta que um armeiro fabricou uma espada para Nuno Álvares e que, quando o cavaleiro lha quis pagar, emitiu uma profecia:

"Senhor, eu por agora nom quero de vós nenhũa pagua, mas hyreces muyto em bo'ora e tomarees aqui conde d'Ourem, e entom me pagarees" (p. 42).

São muito nítidos os motivos-chave desta cena: o ferreiro, a espada e a profecia. O primeiro associa-se ao sobrenatural cosmogónico, figura dominadora e manipuladora do fogo (ELIADE 1982:80 e CHEVALIER e GHEERBRANT 1982:456-457), daí retirando as suas capacidades proféticas, e é um dos mais antigos arquétipos do imaginário alquímico. Na mitologia grega, por exemplo, encontramos-lo configurado em Hefesto, deus do fogo e dos metais, que fabricou as armas de Aquiles, a pedido de Tétis (*Iliada*: XVIII, 465-615). A espada, símbolo do "estado militar" e da luminosidade, da coragem e da força do guerreiro (CHEVALIER e GHEERBRANT 1982:407-409),

atravessa quase todas as narrativas de grandes heróis. Frequentemente, possui um nome que a individualiza, motivo muito recorrente nas canções de gesta. Na "matéria da Bretanha" a mais conhecida é, sem dúvida, Excalibur, espada de Artur forjada na ilha de Avalon (cf. a resenha de ALVAR 1991:151-153), mencionada na *Demanda* (cap. 683, pp. 491-492), e também ela associada a uma profecia. No estudo de NUNES fica bem patente a importância deste símbolo, interligado com o do ferreiro, nesse mesmo ciclo de narrativas (1997:II, 331-332).

Se a lenda do alfageme de Santarém se constituiu da forma que propus, é natural que o compilador das fontes da *CC*, que tenho designado como autor-narrador, se tenha apercebido das suas potencialidades semânticas e ideológicas. No entanto, tratou-a sobriamente, evitando o recurso a qualquer elemento textual que pudesse desviar o conto do registo histórico em que pretendia inscrever a obra. Um escritor como Díez de Games, autor do *Victorial*, aproveita para enriquecer a narrativa com referências intertextuais a propósito de outros motivos: veja-se, por exemplo, o cap. 89, sobre a existência, na Grã-Bretanha de uma "selva marina", parecida com o "Endriago" do *Amadis*.

Apesar de, como vimos, a cena potenciar profundas e importantes ressonâncias simbólicas, nunca mais o motivo da espada será retomado na *CC*, mesmo nos momentos em que uma simples referência intratextual seria suficiente para aproveitar a sua força emblemática (estou a pensar nos relatos de batalhas, sobretudo o de Valverde). Se, de facto, ela estivesse na crónica

apenas para celebrar a predestinação heróica do protagonista, fá-lo-ia melhor imediatamente antes da batalha inaugural de Lisboa (em que, aí sim, se chama a atenção do leitor para a espada empunhada por Nuno Álvares). Ora, no capítulo em que a lenda figura, propaga-se a notícia da morte do conde Andeiro que, como se sabe, despoletou o conflito que opôs D. João ao rei castelhano. A reacção imediata de Nuno Álvares a essa informação é a de tentar, mais uma vez, convencer o irmão mais velho a servir a causa do Mestre de Avis:

"E, tanto que Nun'Alvrez estas novas ouvyo, foy'sse logo ao priol seu irmão a lhas contar, e dizer que esto era obra de Deos, que se queria lembrar desta terra, que nom fosse subjeyta a Castella e que, pois tal começo era feyto, que lhe pedia por mercee que todavia se tomasse a serviço do meestre, como ja outras vczes lhe dissera" (p. 42).

Perante a resposta negativa de Pedro Álvares, Nuno Álvares persuade outro irmão seu a partirem para Lisboa. Como articular estes dois segmentos narrativos, aparentemente relacionados apenas pelo facto de terem acontecido no mesmo espaço geográfico (Santarém)? O narrador não cria nexos entre eles, mas a profecia do alfageme fá-lo de modo indirecto: nela, prometia-se a Nuno Álvares um título —o de conde de Ourém. Se, como observou MATTOSO, quase todos os nobres segundogénitos se juntaram ao Mestre de Avis por verem nesse partido a possibilidade de singrarem rapidamente na hierarquia social (1985^a:396), então a profecia do alfageme é, no contexto em que aparece, historicamente muito mais importante do que os motivos tradicionais que com ela se articulam. Efectivamente, ao confirmar imediatamente a concretização do presságio do ferreiro, numa prolepse que

remete o leitor para o cap. 52, o narrador está, igualmente, a antecipar a revelação da lucidez das opções políticas de Nuno Álvares: a escolha de um lado de um conflito em função das benesses que dele se quer receber, no período em que o Condestável viveu só poderia enobrecê-lo, sobretudo no ponto de vista de uma família que, por o seu fundador ter optado acertadamente, acabou por usufruir de um património e um poder consideráveis. Concomitantemente, uma profecia cujo conteúdo é aceite pelo herói (através do silêncio), pode por este ser entendida como uma mensagem de Deus, mesmo se o texto não explicita essa qualidade e a figura do alfageme referencia uma tradição pagã. Há, com efeito, na crónica, suficientes sinais de que Deus quer que Nuno Álvares se junte ao Mestre de Avis: na passagem do cap. 16 já citada e no discurso de Nuno Álvares a seu irmão, no capítulo que estou a analisar.

No término do percurso a que chamei "inicial" (cap. 18), consuma-se a separação irremediável da família (Pedro e Diogo Álvares não seguem Nuno Álvares). O protagonista parte para Lisboa, ao encontro do Mestre de Avis:

"E em outro dia chegou Nun'Alvrez a Lixboa e foy logo falar ao mcestre, que ho muyto bem reccebo, e dizendo'lhe que de sua viinda lhe prazya muyto e que dias avya que o muyto desejava. E esse meesmo foy bem reccebido de todollos da cidade, que com sua viinda folgaram muito e foram muyto ledos" (p. 44).

O texto volta a utilizar o registo laudatório que tínhamos encontrado no cap. 8 e que, convencionalmente, marca a alegria que a presença de Nuno Álvares provoca nos outros (v. p. 250).

No entanto, quem o recebe, agora, é uma figura em que já se projecta a realeza e as suas palavras exprimem o desejo da presença do herói, como se tivesse sido anunciada, motivo recorrente na escrita deste biógrafo. Não posso deixar de recordar a primeira recepção a Galaaz, em Camelote:

"— Rei Artur, eu te trago o cavaleiro desejado, aquel que vem do alto linhagem del-rei David e de Josep Baramatia, per que as maravilhas desta terra e das outras haverám cima.

E desto que o homem bõ disse foi el-rei muito ledó. E disse:

— Se esto é verdade, vós sejades bem viindo. E bem seja veúdo o cavaleiro, ca este é o que há-de dar cima aas aventuras do Santo Graal. Nunca foi feito em esta casa tanta honra, como lhe nós faremos. E quem quer que ele seja, eu querria que lhe fosse muito bem pois de tam alto linhagem vem como vós dizedes.

— Senhor, cedo o veredes em bõ começo.

Entam lhe fez vestir os panos que trazia e foi-o assentar na sedda perigosa. E disse:

— Filho, ora vejo o que muito desejei quando vejo a sedda perigosa comprida.

E quando virom Galaaz na sedda, logo todos os cavaleiros houverom poder de falar, e bradarom todos a ãa voz:

— Dom Galaaz, vós sejades o bem veúdo —ca eles já seu nome sabiam, ca o irmitam o nomcara já i." (*Demanda*, cap. 16, p. 30).

Atingimos, desta forma, o ponto mais intenso da gradação que me permitiu destacar os capítulos 2 a 18 e que conduz o protagonista para as circunstâncias históricas em que terá condições de provar ser "o melhor cavaleiro do mundo", epíteto que, talvez por estar decisivamente ligado à figura imaginária de Galaaz, o narrador evitará, mas sugere claramente por meio de caracterização indirecta.

Seria interessante, através do confronto com fontes, determinar o que neste primeiro ciclo da *CC* foi construído e acrescentado a partir de núcleos

diegéticos históricos. Conforme demonstrei, pelo facto de os ter aproveitado sem neles introduzir grandes alterações, Fernão Lopes não facilitou a tarefa de quem procura compreender como foi escrita a biografia do Condestável. Ainda assim, é legítimo supor que, efectivamente, este período da vida de Nuno Álvares terá sido sujeito, mais do que os subsequentes, a um grande esforço de preenchimento de lacunas da História, produzidas pelos factores enunciados no princípio deste capítulo. Por essa razão me referi a "fontes lendárias" para caracterizar a origem desta porção da crónica. Não se creia, contudo, que através dessa designação pretendi inscrever a crónica no âmbito da ficção ou da invenção imaginativa para que aquele termo aponte. O problema é mais complexo. Se não restam dúvidas de que os cronistas eram frequentemente levados a (re)criarem o passado distante ou porque os relatos existentes não se coadunavam com os propósitos do seu projecto ou porque esses mesmos relatos não existiam ou porque estavam muito incompletos, também é verdade que esse esforço de imaginação era condicionado pela existência de uma fronteira, ainda que ténue, entre História e Ficção. A relação entre os dois registos discursivos seria muito imbricada, originando hibridismos por vezes desejados por servirem objectivos de significação, mas, provavelmente, ao mesmo tempo, resultantes de uma consciência da fusão de duas opções discursivas diferentes (cf. AMADO 1997:18-20). Ora, no grupo de capítulos que acabei de analisar, detectam-se elementos narrativos nitidamente configuradores desse espaço da História legível em função do índice *verdade*: Nuno Álvares foi morador na casa de D. Fernando, casou com

D. Leonor de Alvim (jovem viúva de Vasco Gonçalves Barroso), seu irmão sucedeu a seu pai na Ordem do Hospital, etc. Terá sido, fundamentalmente, no revestimento, enquadramento e encadeamento desses *facta* que o autor terá incluído motivos que lhes são estranhos, mas que o retrato emergente da personagem torna reconhecíveis: estou a pensar na narração do recontro de Lisboa, que provavelmente se transformou em combate solitário com características ritualizantes a partir de uma ousada, mas brevíssima, investida solitária do chefe com a finalidade de servir de exemplo aos homens que o acompanhavam e na provável transformação de uma opção de castidade numa vocação para a virgindade imitadora de Galaaz.²¹ Seja como for, mantenho a opinião de que a extrema coerência da personagem, visível nesta parte da *CC* e que se prolonga nos restantes capítulos, só pode ser sintoma de uma leitura da vida *a posteriori*, factor que, só por si, obriga quem lê a interrogar-se sobre a historicidade e o significado do narrado. A atitude de leitura, na perspectiva da investigação, só pode, por isso, identificar-se com a de DUBY, no tratamento que este dá à memória da batalha de Bouvines:

"[ces traces] font voir comment la perception du fait vécu se propage en ondes successives qui, peu à peu, dans le déploiement de l'espace et du temps, perdent de leur amplitude et se déforment. Je me risquerai donc aussi à observer —mais alors il ne saurait s'agir de ma part que d'une esquisse, et plutôt d'une proposition de recherche— l'action que l'imaginaire et l'oubli exercent sur une information, l'insidieuse pénétration du merveilleux, du légendaire et, tout au long d'une suite de commémorations, le destin d'un souvenir au sein d'un ensemble mouvant de représentations mentales" (1985:21-22).

Este método *antropológico* não se divorcia inteiramente dos cuidados para os quais o Positivismo nos alertou, mas parece ser o único que, não

existindo matéria suficiente para tratar os textos na segunda perspectiva, desbloqueia possibilidades interpretativas.

Notas do capítulo

¹ Muito recentemente, num artigo sobre o cardeal D. António Ribeiro, publicado pouco depois da sua morte na *Revista/Expresso* de 4 de Abril de 1998 (pp. 50-57), Ricardo Jorge Pinto dá conta de um fenómeno muito semelhante (contaminação retroprojectiva), observado durante as conversas que manteve com amigos de infância do falecido:

"[...] D. António Ribeiro sabia os sacrifícios que ela [sua mãe] tinha de fazer para o pôr a estudar e tomou isso como mais um incentivo para se aplicar nos livros.

Arminda Ribeiro, uma colega de catequese do cardeal, na igreja de S. Clemente, também se recorda dessa faceta exemplar do «menino António», que sabia mais do que os outros: «Quando o senhor abade fazia perguntas, ele era sempre o mais rápido a responder. Decorava os livros de catequese e tinha todas as rezas na ponta da língua.»

Arminda Ribeiro admite, contudo, que estas lembranças podem já estar condicionadas pela imagem que D. António criou de si próprio ao longo do tempo. O «menino António» deu lugar ao «senhor bispo» e, depois, ao cardeal D. António Ribeiro e na aldeia de Pereira todas as memórias se ajustaram aos novos perfis do rapaz que se tornou um homem célebre.

«Provavelmente, ele era tão traquina como qualquer um de nós, só que hoje já ninguém o consegue imaginar como uma criança rebelde e brincalhona», conclui um amigo de infância." (pp. 51-52)

Este exemplo contemporâneo alerta para o facto de alguns processos de (re)conto do passado que detectamos na historiografia medieval não poderem ser encarados como traços distintivos da época, mas, pelo contrário, como comuns ao Homem e, conseqüentemente, passíveis de acontecerem noutras épocas e noutros espaços (mais remotos ou mais próximos).

² MONTEIRO apresenta, muito resumidamente, a mesma conclusão: "O condestável, que vê coisas que mais ninguém vê [...]" (1989:50).

³ Sobre a cavalaria e a sua história, pode consultar-se igualmente GAUTIER 1895 e BLOCH 1994 (sobretudo pp. 435-460).

⁴ Sobre este assunto, veja-se o que diz MIRANDA (1997:91).

⁵ A circunstância de se ter praticado, em Portugal, uma política "malthusiana" de casamento, que "consiste essencialmente em evitar ou retardar o mais possível o casamento dos jovens, sobretudo daqueles que não herdarão o solar que dá o nome à família" (MATTOSO 1987²:363) ainda torna mais excepcional a atenção dedicada por Álvaro Gonçalves Pereira a este seu filho segundogénito e a anuência imediata e entusiástica de D. Fernando.

⁶ Nas informações cronológicas que fornece na margem do texto da crónica, CALADO indica o ano de 1388 para este acontecimento (cap. 58, p. 143). CUNHA refere o de 1387 (1990:30).

⁷ SARAIVA, por exemplo, diz: "O primeiro herói desta nova Távola Redonda, o que nela quis ocupar o lugar de Galaaz, é Nun'Álvares Pereira" e "O jovem Nun'Álvares, bastardo, filho de bastardo, como Galaaz, deixou-se enlevar por este herói de romance" (1988:205 e 206). AMADO observa: "[...] Fernão Lopes [...] não desdenha das histórias de cavaleiros (contos seriam) que fascinavam Nuno Álvares, especialmente a «estória de Gallaz que falla da Tavolla Redonda» (CDJ, I, p. 60), que teve, além do mais, o mérito de ter feito nascer no herói português o desejo de se manter virgem como o herói arturiano" (1997:19).

⁸ A análise da personagem é muito desenvolvida pelo autor (1993:278-360), abrangendo assuntos que aqui não refiro. Independentemente dessas coordenadas, irei indicando as páginas onde recolhi a informação por mim retomada.

⁹ DUBY realinha esse lugar-comum: "A natureza feminina —é o que se repete por todo o lado— é perversa" (1992:235).

¹⁰ Para uma análise mais atenta da representação de D. Leonor de Alvim na CC, consulte-se BRANCO (1995:403-406).

¹¹ Se é verdade que os textos de teor linhagístico não costumam assinalar o nascimento de crianças precocemente falecidas, neste caso a informação é importante porque, independentemente de não terem sobrevivido, essas duas crianças provam a capacidade de Nun'Álvares engendrar filhos-varões, muito valorizados pela cultura aristocrática medieval por razões óbvias.

¹² Refiro-me ao significado desta informação proleptica na representação de D. Beatriz no artigo citado *supra*, na nota 10.

-
- ¹³ Note-se o impressionante paralelismo construído pela biografia neste capítulo: reconhecidamente impedido de atingir o agressor de D. Fernando, Nuno Álvares escolhe o filho daquele como objecto de vingança. E se D. Juan de Ozores, ao aceitar o repto, se assume como representante do pai, então Nuno Álvares aparece, simbolicamente, como representante do rei no conflito.
- ¹⁴ Relembro que formulei anteriormente uma hipótese explicativa da origem da fonte em que se terá baseado este capítulo (v. pp. 129 sgg.).
- ¹⁵ Um estudo mais aprofundado da figura do monstro na Idade Média pode ser encontrado em KAPPLER 1980.
- ¹⁶ O significado da mesa do banquete pode, nesta medida, relacionar-se com o da Távola Redonda, dado que também representa, de algum modo, a completude do mundo cavaleiresco (cf. LARANJINHA 1997:85-86).
- ¹⁷ Conforme vimos, a epígrafe do cap. 15 diz: "Ataa'qui se fallou das cousas que fez Nun'Alvrez em sua moçydade e na vida del'rey dom Fernando, e daqui em diante se fallará das que fez depoy's da morte del'rey dom Fernando" (p. 38).
- ¹⁸ E até que ponto a sua representação na História, sobretudo a partir dos fascinantes trechos que Fernão Lopes lhe dedicou, não dependerá da estranheza que a sua vocação de poder terá provocado no mundo masculino que a circundava (e sobre o qual esse mesmo poder pretendia ser exercido)? Valerá a pena, no contexto de um trabalho sobre as mulheres da nobreza medieval, explorar esta possibilidade nas crónicas de Fernão Lopes: veja-se que tudo o que sobre esta intrigante mulher tem sido afirmado se baseou quase exclusivamente na imagem que dela criou este cronista e, até agora, pouco se tem dito sobre a manipulação dessa representação por um autor tão hábil na recriação dos factos. A propósito de outra mulher, Leonor de Aquitânia, e num contexto que não se confunde com aquele em que viveu a rainha portuguesa, DUBY demonstra que a imagem muito negativa que a História legou dela também resultou do facto de ela "se imiscuir na grande política" (1996:28).
- ¹⁹ A propósito da representação de D. Leonor Teles na CC, ver BRANCO 1995:409-410.
- ²⁰ Fernão Lopes também não nos descreve os primórdios dessa relação, pelo que se infere que, de facto, as fontes sobre Nuno Álvares relativas ao período anterior à morte de D. Fernando seriam muito incompletas e/ou lacónicas.
- ²¹ Não podendo ter a certeza se foi este o processo de constituição desse episódio, tomem-se as minhas palavras como conjectura sobre uma manipulação do real com o sentido que aqui lhe dou.

CAPÍTULO 2: OS OUTROS

Quando, no prólogo, o narrador se propõe contar tanto os "valentes e nobres feytos" como os "erros", para que os primeiros possam ser imitados e os segundos evitados, poderia supor-se que a narrativa que se segue iria buscar ao protagonista exemplos dos dois tipos de comportamento —o que não acontece. Os poucos insucessos de Nuno Álvares (militares e, sobretudo, políticos) que a *CC* conta são moldados pelo autor-narrador de modo a impedir que se tornem paradigmas de actos reprováveis: já vimos que ele desvaloriza os comportamentos censuráveis de Nuno Álvares a seguir ao casamento (cap. 5), mas que também o faz noutras alturas, a propósito de cercos falhados ou do mau resultado da sua intervenção como porta-voz dos nobres num conselho convocado por D. João (cap. 58), ou, ainda, do fracasso da sua experiência como administrador da justiça (cap. 74).

Para além de se tratar de um motivo tópico tradicional da historiografia, que dela faz um instrumento pedagógico, pretende-se criar dois tipos de relação de leitura: a de atracção e a de rejeição. Este estudo deixará ainda mais claro que a primeira se estabelece com o herói e com todos aqueles que, cruzando-se com ele, o admiram e ajudam no seu percurso; a segunda terá sempre outros como paradigma. Ora, nenhuma dessas figuras possui, na *CC*, um relevo comparável ao do protagonista. Frequentemente, até, parecem funcionar como personagens-tipo (é o caso dos seus opositores políticos), tal a linearidade do seu comportamento. Ao contrário da composição de Fernão

Lopes, mais mimética porque mais complexa, a do biógrafo é sustentada por esquemas ideológicos maniqueístas: vemos o Bem opor-se ao Mal, o Justo ao Injusto, o Corajoso ao Cobarde, a Virtude ao Pecado, situando-se Nuno Álvares sempre no pólo positivo e as restantes personagens ora num ora noutro (os reis, os irmãos, os companheiros), ora apenas no negativo (os traidores, os invejosos) —o pai é a única excepção a esta regra.

Esta forma de representação, esquematizada e dicotómica, não sendo, seguramente, fiel ao real a que se refere, só pode ter uma função argumentativa, constituindo-se, por isso, em ferramenta essencial do projecto retórico que a *CC* também é: trata-se de persuadir o leitor da excepcionalidade de um biografado que, supostamente, atravessou o tempo e o espaço incólume física e moralmente, porque escolheu sempre a melhor forma de agir, ao contrário dos outros.

Depois de fazer umas considerações gerais sobre alguns conjuntos de personagens muito secundárias que percorrem a narrativa, escolhi observar mais de perto quatro grupos —os parentes masculinos do herói, os reis, os adversários políticos e os inimigos de guerra—, por nos seus retratos se concentrarem as ideias fundamentais que marcam a relação de Nuno Álvares com o mundo e por representarem suficientemente os eixos em que a sua vida se desenvolveu: a família, o serviço vassálico irrepreensível, a actividade militar e política. Como Rui Pereira pode ser considerado, simultaneamente, na perspectiva das relações familiares e na da incompatibilidade política movida pela cobiça, e para não repetir argumentos, acabei por dar ao terceiro

conjunto identificado um tratamento mais sintético, opção que me levou a não destacar essa análise com subtítulo próprio.

Muitas outras personagens a que é dado um estatuto francamente secundário se relacionam com o protagonista. Um grupo de contornos nítidos é o dos senhores que, no início da crise de 1383-1385, tinham a responsabilidade da guarda de castelos e que, ora os cedem, por via da diplomacia ou do cerco, a Nuno Álvares, ora se juntam voluntariamente às forças do mestre de Avis, ora fogem para Castela. A relação com o protagonista é, em qualquer dos casos, de respeito por um protocolo cavaleiresco que subjaz à forma como as personagens se comportam, e que pode ser ilustrado pelo episódio mencionado a propósito de Fernão Álvares Pereira, em que Fernão Gonçalves de Sousa combina a entrega do castelo de Portel a Nuno Álvares, sem saque (cap. 37), ou pelos cercos a Viana do Castelo (cap. 43) e Braga (cap. 46), um após outro na posse de Vasco Lourenço, a quem Nuno Álvares poupa a vida nas duas vezes em que com ele se confronta.

Aqueles que, habitualmente, acompanham o herói na sua aventura, cavaleiros, escudeiros, criados, formam um grupo cuja composição é irregularmente conhecida, principalmente porque o autor-narrador começa por não nos fornecer os nomes dos que compõem o seu conselho (como verificámos *supra*, p. 181), lista fornecida na *CDJI* (cap. 91, p. 151). Observe-se que um deles (Lobo Rodrigues Façanha) nem sequer é personagem da *CC* e que as referências aos restantes são escassíssimas.

Ao cap. 61 podemos ir buscar outros nomes, os daqueles a quem Nuno Álvares distribuiu benesses. O longo rol em que o biógrafo regista esse gesto faz supor que muitos deles acompanharam Nuno Álvares nas suas campanhas, de forma constante. Contudo, alguns deles só são mencionados neste capítulo, outros são referidos esporadicamente a propósito de episódios pouco significativos. Para além das personagens por que me interessei nas secções anteriores deste trabalho, o cavaleiro que mais se destaca é Martim Afonso de Melo, entre os caps. 48 e 74, o que reforça a tese sobre a relação entre a *CC* e a sua biografia (v. *supra* pp. 141 sgg.).

Normalmente, a menção destas personagens secundaríssimas é justificada por actos de palavra ou de guerra em relação directa com o herói, mas em momentos de acção decisivos (quando o exército de Nuno Álvares avança ao encontro do inimigo, quando é executado um cerco, em situação de batalha), o grupo mantém-se colectivo e anónimo, optando o autor-narrador, preferencialmente, pela narração na terceira pessoa do singular. Daí advém, seguramente, a impressão, causada por esta narrativa, de que a vida do Condestável foi profundamente solitária — impressão cuja inverosimilhança é denunciada pela própria conjuntura histórica da guerra.

Parentes masculinos

A consulta das informações e das árvores genealógicas dos Pereiras fornecidas por GOMES (1995:76-81) permite-nos atestar que o conjunto de

parentes masculinos de Nuno Álvares a que a *CC* se refere é muito mais pequeno do que o grupo historicamente identificável. Dos trinta e um irmãos e irmãs que a própria biografia menciona (cap. 1, p. 3), apenas três têm o estatuto de personagem: Pedro, Diogo e Fernão —não sendo os dois primeiros filhos de Iria Gonçalves do Carvalho, mãe do protagonista. Para além deles, participam na acção Álvaro Gonçalves Pereira, Rui Pereira e Álvaro Pereira¹. São ainda personagens Martim Gonçalves do Carvalho, tio materno de Nuno Álvares, Álvaro Gil de Carvalho e Pedro Afonso do Casal, seus cunhados, e Gonçalo Pires Coelho, parente de Leonor de Alvim.

Em coerência com a estratégia que consiste em concentrar a atenção do leitor no herói, o biógrafo não acompanha essas personagens e sobre elas diz-nos apenas o suficiente para compreendermos como, em determinados momentos, interagiram com o protagonista de uma forma considerada suficientemente importante para merecerem menção na memória da sua vida. Desse conjunto, destaca-se nitidamente o pai de Nuno Álvares, cuja representação, já analisada (v. pp. 81 sgg. e pp. 227 sgg.), é muito positiva. Com efeito, na curta participação que tem na história, Álvaro Gonçalves Pereira é a única personagem da *CC*, para além do próprio protagonista, a quem não se pode apontar nenhum comportamento censurável e a quem Nuno Álvares obedece incondicionalmente, mesmo quando as suas vontades colidem.

Todos os outros parentes importantes (Pedro, Diogo, Fernão e Rui) projectam de si mesmos uma imagem pouco exemplar: os dois primeiros

escolhem servir o rei de Castela; o terceiro acompanha Nuno Álvares até ser castigado com a morte por não cumprir uma ordem sua; o último integra um grupo de opositores internos do protagonista, sendo mencionado pela última vez na situação de o trair.

A *CC* regista a morte de Pedro Álvares em circunstâncias estranhas presenciadas apenas pelo herói e ocorridas durante a batalha de Aljubarrota, tal como já foi referido (v. pp. 127 sgg.). Sabemos que Diogo também morreu nessa batalha (*Crónica del Rey D. Juan*, Año Séptimo: cap. 12, p. 595 e *CDJII*: cap. 45, p. 109) e que Rui Pereira soçobrou durante o ataque da frota portuguesa proveniente do Porto à frota castelhana que sitiava Lisboa (*CDJI*: cap. 133), mas não encontramos essas informações na *CC*, porque, provavelmente, não estariam no centro das preocupações do seu autor-narrador. Com efeito, a estratégia seguida parece ter sido a de integrar na *CC* apenas os factos da vida dessas personagens que, de uma forma ou de outra, fizessem sobressair a razão e a excepcionalidade do herói. Observemos, mais de perto, o tratamento dado a duas delas: Pedro Álvares e Rui Pereira.

O filho primogénito de Álvaro Gonçalves é mencionado pela primeira vez no fim do cap. 1:

"E este priol dom Alvaro Gonçalvez Pereira viveo longamente e ouve trinta e dous filhos, antre filhos e filhas, de que por agora este livro nom faz mençom senom de dous, convem a saber, de dom Pedr'Alvrez Percira, que depouys de seu padre foy prioll do Espritall, que era filho de hũa madre, e de dom Nuno Alvrez Pereyra, do qual he a estoria, filho de outra madre, a quall chamaram Eyrea Gonçalves do Carvalhal" (p. 3).

A apresentação sumária da personagem, a par do protagonista, reconhece explicitamente a sua importância em termos familiares: estatutariamente, ele foi o sucessor natural de Álvaro Gonçalves Pereira. Só que a CC procurará demonstrar que Pedro Álvares não fez por merecer esse estatuto, por não ter prolongado em si a fidelidade do seu pai aos reis portugueses.² A explicitação, no trecho linhagístico que acabei de citar, de que Pedro e Nuno nasceram de mães diferentes talvez seja, já, um indício premonitório da separação irreversível que acontecerá em 1383.

A partir do momento em que substitui o pai no topo da hierarquia familiar e da Ordem do Hospital (cap. 7) e até à sua recusa definitiva de adesão à causa do Mestre de Avis (cap. 17), Pedro Álvares constitui, essencialmente, um obstáculo à realização plena do herói, razão pela qual nunca aparece como figura verdadeiramente tutelar, ao contrário de Álvaro Gonçalves Pereira: no cap. 11, o irmão mais velho informa Nuno Álvares de que D. Fernando não deseja a realização do duelo com D. Juan de Ozores; no cap. 13, também em nome do rei, proíbe Nuno Álvares de se juntar às hostes portuguesas, que, em Badajoz, preparam uma batalha contra as hostes castelhanas. Na primeira situação, Nuno Álvares duvida da palavra do irmão:

"Nun'Alvrez, quando esto ouvio, pesou'lhe dello muyto, e bem deu a entender ao prioll, seu irmão, que nom crya que lhe efrey tal recado mandasse, senom que elle o dezia de seu. E o prioll, pollo çertificar, lhe mostrou a carta del'rey que lhe sobre ello mandava" (cap. 11, p. 22).

O problema acaba por se resolver contra a vontade de Nuno Álvares, numa conversa entre este e o rei, em que o irmão mais velho nunca intervém,

apesar de presente. Esse silêncio pode ser interpretado à luz da dupla qualidade da personagem: é, simultaneamente, vassalo do monarca e irmão de um jovem impaciente. O facto de preterir esta última a favor da primeira, demonstrando obediência a D. Fernando, não explica, cabalmente, a omissão, tanto mais que nem sequer exprime, como o rei, o receio de que Nuno Álvares venha a sofrer consequências graves (a morte) no projectado combate. Ou seja, ao respeitar o desejo do monarca, Pedro não presta o menor auxílio ao protagonista na sua tentativa de alterar a proibição. Nessa medida, e porque a iniciativa cavaleiresca era prestigiante, inibe-se de contribuir para a afirmação do potencial heróico do seu irmão mais novo.

No cap. 13, os índices de rebeldia de Nuno Álvares relativamente ao primogénito da família, detectados no episódio que acabei de comentar, são levados às últimas consequências: não só não cumpre a ordem (que primeiro fora do rei) de permanecer em Lisboa, como, depois de uma belicosa peripécia às portas da cidade (p. 35), chegado a Badajoz, D. Fernando elogia o seu comportamento. A autoridade de Pedro Álvares é, assim, negada pelo herói, apoiado na legitimidade que as palavras régias conferem ao seu acto de transgressão. Ora, uma transgressão elogiada pelo monarca deixa de o ser.

Estes dois episódios demonstram que Pedro Álvares não foi um bom intérprete da vocação guerreira de seu irmão mais novo, da mesma forma que, traindo a causa portuguesa, acabou por não ser intérprete da lição de vida de seu pai —e preparam-nos para aceitarmos Nuno Álvares como continuador de Álvaro Gonçalves Pereira na história da família. Aliás, como acabámos de

ver, Pedro Álvares reage, em momentos-chave, contra a vontade de combater do protagonista, apesar de, no cap. 12, ter podido constatar a sua perícia militar quando, sem margem de dúvida, o recebeu calorosamente depois da vitória no recontro de Lisboa.

Após a morte de D. Fernando, é Nuno Álvares quem se preocupa com o futuro do reino, e não o ainda chefe da família dos Pereiras (cap. 16), e, de mais a mais, nesse momento de profunda inquietação, não é ao irmão mais velho que ele se confessa, mas, sim, a Rui Pereira. No mesmo capítulo, a rainha envia uma mensagem a Pedro Álvares a pedir-lhe o seu apoio em troca de mercês. Nuno Álvares não só lidera uma imediata reacção colectiva de repúdio a esse convite, como, indo ter com o Prior do Hospital, o aconselha insistentemente a ignorar o mensageiro da rainha, aproveitando a oportunidade para novamente o instigar a acompanhá-lo para junto do Mestre. O irmão mais velho opta por um silêncio que parece comprometê-lo com D. Leonor, mas que é interpretável como índice de dúvida. No entanto, no capítulo seguinte confirmar-se-á a cisão familiar. Assim que chega a notícia da morte do conde Andeiro, Nuno Álvares volta a tentar convencer Pedro Álvares a servir D. João. Desta vez, o irmão mais velho responde:

"E o prioll nom curou de quanto sobre esto lhe dizia, dizendo'lhe que nom tinha siso o que tal cousa cuydava que avia de hiir adiante como elle dizia" (cap. 17, p. 42).

Não tendo havido, entre um e outro momento, qualquer acontecimento que justificasse esta tomada de posição explícita, o silêncio da primeira

conversa não era, afinal, senão cuidado de quem espera a melhor altura para agir segundo um plano existente.

Efectivamente, voltamos a reencontrá-lo no cap. 28, já integrando as hostes castelhanas que o protagonista derrota em Atoleiros; no cap. 34, preparando-se, com Pero Sarmiento, para o atacar; e no cap. 51, quando do relato da batalha de Aljubarrota. Das três vezes, Pedro Álvares envia mensageiros ao seu irmão com a finalidade, sempre frustrada, de o tentar recrutar para a causa castelhana. Esse conjunto de recados, por um lado, servem para confirmar o valor do herói, mas, por outro, tornam visível que o irmão mais velho não só fez uma escolha errada, ao contrário do que seria a sua obrigação na qualidade de sucessor de seu pai, como insistentemente pretendeu induzir o protagonista a desviar-se da sua escolha acertada e a cometer o mesmo erro de traição ao reino.

Se tomarmos Pedro Álvares como representante do ramo traidor dos Pereiras, então o desaparecimento do seu corpo na batalha de Aljubarrota significa, simbolicamente também, a extinção desse mesmo ramo. Ora, a única testemunha desse misterioso acontecimento foi, segundo o narrador, o próprio herói, fundador mítico de uma nova linhagem assumidamente herdeira da poderosa família trecentista que a originou. Não sabemos se Pedro Álvares teve filhos e se, depois de resolvido o conflito de 1383-1385, eles teriam regressado a Portugal. Mas o que a *CC* faz é eliminar, através da ablação do cadáver, o testemunho físico de uma existência, a memória de um homem que poderia rivalizar, no imaginário genealógico dos Pereiras, com a

de Nuno Álvares, opção que poderá servir os interesses dos descendentes do herói.

Na secção deste trabalho sobre as fontes da *CC*, alertei para a semelhança entre o relato da morte de Pedro Álvares e dois outros: a breve referência ao desaparecimento do corpo de um infante castelhano durante uma batalha (*LL*: 21A1) e a narrativa da morte do rei D. Rodrigo (*CGE*: cap. 202, p. 332) —v. p. 128.

A primeira dessas menções, por ser tão breve, praticamente nada permite que se diga, a não ser que, se não corresponde a uma situação histórica, ilustra um motivo tópico.

A segunda, contudo, oferece outras possibilidades interpretativas. Rodrigo é, na *CGE*, o último rei godo, antes de um longo domínio árabe sobre a Espanha. A narrativa do seu reinado é, nessa medida, mítica, já que procura explicar uma circunstância histórica e colectiva extremamente disfórica através do comportamento reprovável de um (anti)-herói. Para tal, o cronista entrecruza três graves transgressões do monarca que, interligadas, o transformam (e ao reino) numa personagem condenada (reconhecendo-se, inclusivamente, no conto, traços próprios da tragédia): depois de ser eleito regente e contrariamente ao seu juramento, em vez de proteger os legítimos herdeiros da coroa (filhos do rei Costa), mata-os e concentra todos os poderes na sua pessoa; viola Alataba, filha do conde Ilham, que a tinha confiado à sua guarda; quebra a tradição, cumprida por todos os seus predecessores, de colocar um cadeado na casa construída por Hércules, derrubando as

sucessivas portas e expondo, por isso, o reino à terrível profecia do herói grego (as duas últimas transgressões são, na realidade, representações diferentes de uma mesma ideia).³

Ora, ainda que a *CC* o não diga explicitamente, Pedro Álvares é um transgressor, sobretudo depois do momento em que, contrariando a tradição da sua família, se coloca ao serviço de um rei castelhano e contra os interesses portugueses (do ponto de vista do biógrafo). Por essa razão, transforma-se em inimigo do ramo dos Pereiras fiéis à causa portuguesa, representado pelo seu irmão Nuno Álvares. Nesta perspectiva, também Pedro Álvares é uma personagem condenada, a partir do cap. 17. Julgo, por isso, que o episódio da morte de rei Rodrigo pode, eventualmente, ter inspirado a maneira como a *CC* conta a morte do irmão mais velho do protagonista.

Vejamos, agora, como a biografia retrata a personagem de Rui Pereira.

A primeira menção é muito positiva. É ele, como vimos, o escolhido por Nuno Álvares para debater o futuro do reino, por razões que o texto evidencia:

"e viio Ruy Pereyra, seu tiio, que hy estava, o quall elle *muyto amava*, e sabya que era elle muy chegado ao meestre e bem seu servidor" (cap. 16, p. 40).

O verbo "amar" tinha já sido utilizado pelo biógrafo para exprimir o sentimento que unia Nuno Álvares ao pai:

"Dom Nuno Alvez, aalem de ser a todos muy misurado de sua natureza, era'o muyto mays a seu padre, ca ho *amava* mais que a nenhũu de seus irmaãos e era'lhe muyto melhor mandado e mais obidiente" (cap. 4, p. 8).

A repetição do verbo no trecho sobre o tio enforma, por isso, uma relação de confiança e respeito, semanticamente equivalente à que existia entre Nuno Álvares e o pai. Contudo, o comportamento de Rui Pereira não permitirá a consolidação dessa imagem. Muito pelo contrário, se excluirmos uma notícia segundo a qual o Mestre de Avis o terá enviado em auxílio de Nuno Álvares (cap. 24), todas as outras o mostram afrontando o sobrinho, integrado no grupo que, internamente, a ele se opôs por várias vezes. Imediatamente após a referência do cap. 16, é de uma verdadeira conspiração que se trata:

"E por prazer a Deos e por se o mestre achar bem conselhado de Nun'Alvrez, prasia'lhe de seu conselho e fallava com elle muytas cousas em especial, e amiude seguia em ellas seu conselho. E desto pesava muyto aos outros, convem a saber, a Ruy Pereyra e Alvaro Vaasquez Gooes e ao doutor Joham das Regras e ao doutor Martym Afonso e Alvaro Paacz, e aviam grande despeyto de Nun'Alvrez e com grande enveja falavam todos em segredo e juraram que sempre fossem contra os conselhos que Nun'Alvrez desse, e que nunca se a elles tevessem, por razoados que fossem, e de feito assi o faziam" (cap. 20, p. 48).

O comportamento deste conjunto de homens é claramente censurável, não só por se afirmar contra o herói, mas, também e sobretudo, porque essa antipatia é irracional, na medida em que, sendo inspirada pela inveja, faz com que percam o discernimento e se oponham aos bons conselhos do protagonista ao Mestre. O primeiro nome desta lista é o do tio de Nuno Álvares, aquele a quem o herói "amava" (a vontade de destacar os nomes é semelhante à de Fernão Lopes, quando identifica aqueles que, aderindo ao partido castelhano, traíram a causa portuguesa chefiada por D. João —cf. *CDJII*: cap. 160, pp. 302-303). A reacção benevolente do visado (riu-se

quando eles puseram em prática o seu plano) deixa em aberto a possibilidade de recuperação da relação com Rui Pereira, que não se concretiza.

Finalmente, no cap. 30 é relatada uma das maiores traições sofridas por Nuno Álvares. Tendo sabido que se preparava a vinda de uma frota do Porto para socorrer a cidade de Lisboa, cercada pela frota e pelo exército castelhanos, e porque lhe disseram que essa mesma frota não levava gente em número suficiente, parte de Évora com o objectivo de se juntar a ela:

"E logo escreveo ao conde dom Gonçallo e a Rruy Pereyra e aos outros que na frota aviam de yr que lhes prouvesse de o esperar, ca queria scer seu companheiro e, prazendo a Deos, cedo seria com elles. E o conde e Rruy Pereyra e os outros a que Nun'Alvrez escreveo sobre esto, tanto que viiram seu recado, com corrupta tecnçam se partiram logo com a frota e nom o quisrom atender" (cap. 30, p. 71).

Faz mais uma tentativa infrutífera de se reunir à frota, até que acabará por desistir e regressar ao ponto de partida. Rui Pereira volta a ser cúmplice dos que, por inveja, desconsideram o protagonista (em vez de corresponder ao amor que o jovem cavaleiro por ele sentia e de, em nome de laços familiares, o apoiar, do ponto de vista não-dito do biógrafo?). Note-se o contraste entre Álvaro Gonçalves e Rui Pereira: ambos pertencem à geração mais velha dos Pereiras, ambos são amados por Nuno Álvares, mas retribuem esse amor de forma antitética —o primeiro, contribuindo para a progressão do herói; o segundo, procurando a sua diminuição.

O comportamento de Rui Pereira é, efectivamente, enigmático, mas não nos esqueçamos de que o estamos a observar da perspectiva de um autor-narrador parcial. O olhar de Fernão Lopes sobre a personagem é mais

complexo: por um lado, confirma os seus dois actos de traição a Nuno Álvares, transcrevendo a *CC*. Mas, por outro, não só elimina, do cap. 4 da *CDJI* (correspondente ao cap. 16 da biografia), a referência ao amor que Nuno Álvares lhe dedicava, seguramente com a finalidade de atenuar a gravidade das traições posteriores; como destaca a sua participação decisiva no assassinio do conde Andeiro (é ele quem dá a estocada final —cf. *CDJI*, cap. 9), facto que a *CC* não menciona no cap. 17, em que dá conta desse evento. Além disso, depois de assinalar a sua morte, tece-lhe um desmesurado elogio, cujo expoente máximo se traduz numa exclamação ao mesmo nível das que o biógrafo utiliza para celebrar a grandiosidade de Nuno Álvares:

*"Oo nobre e vallemte barom e verdadeiro Portugues! de quantos entom fuste prasmado, dizemdo que per tua samdia ardideza podemdo bem escusar a pelleja e te hir em salvo como as outras naaos, te offereçiste a tam mortall perigoo! Porem nom foi assi, mas como fallava o comuõ poboo, dizemdo que assi como Jhesu Christo morrera por salvar ho mundo todo, assi morrera Rui Pereira por aazar salvaçom dos outros; de cuja morte o Meestre e todollos da çidade teveram grande sentido" (*CDJI*, cap. 133, p. 231).*

É provável que a densidade psicológica deste retrato de Rui Pereira, configurada pela sua capacidade de traição ao sobrinho, pela lealdade inquestionável ao Mestre de Avis e pelo seu extremo heroísmo, resulte da perspectiva subjacente à forma como o cronista régio capta outras personagens na sua imperfeição humana. Ou seja, Fernão Lopes pode ter tido a oportunidade de confirmar, junto de testemunhas fidedignas, a duplicidade de comportamentos dessa figura histórica, razão pela qual teria aceite o que sobre ela a *CC* conta, complementando essa imagem através do recurso a outras fontes. O que não se pode saber é se se terá apercebido de que, ao

transcrever a *CC*, estava a contribuir para uma memória desprestigiante desse ramo dos Pereiras.

Questiono-me a este respeito, porque a observação do retrato dos restantes Pereiras na *CC* indica que o tratamento dado aos parentes masculinos do protagonista parece obedecer a um programa ideologicamente nítido. Diogo Álvares acompanha Nuno Álvares na sua primeira expedição militar (cap. 2), combate a seu lado (e sob as suas ordens) durante o recontro de Lisboa (cap. 12), mas, depois de alguma hesitação, acompanha Pedro na sua deserção para o lado castelhano. Fernão também participa na batalha inaugural do herói, está presente no banquete em que o protagonista se sente injuriado pelos restantes convivas (cap. 14), é enviado por Iria Gonçalves a Nuno Álvares, depois de este a convencer de que o partido do Mestre de Avis é o mais justo (cap. 19), mas só volta a falar-se dele no cap. 37, para denunciar um seu comportamento censurável. Quando da tomada de Portel, não cumpre a ordem do irmão, decorrente do contrato estabelecido com Fernão Gonçalves de Sousa, e rouba a cota e a espada de um dos senhores do castelo. No capítulo seguinte, Nuno Álvares apercebe-se da falta por ele perpetrada e à repreensão acrescenta um pressentimento, que haveria de se confirmar:

"E, hindo asy per o caminho, Nun'Alvrez vio a seu irmão Fernam Pereyra levar vestida a cota e cingida a espada que fora de dom Garçia Fernandez, que elle escondera em Portell ao tempo que dom Garçia Fernandez de hy partyo. E, como lhe vyo a cota e a espada, foy dello mui anojado e disse logo a Fernam Pereyra, seu irmão, que fizera muy grande mall passar per elle tall cousa e demais hiir contra seu juramento, que, ao virtuoso e bõo, tanto he

guardar a verdade ao ymiigo como ao amigo, reccando muito viir'he por ello algũu mao aquaccimento" (p. 93).

Pouco depois, Fernão Pereira morre durante o ataque a Vila Viçosa. No fim do capítulo, o narrador acrescenta:

"E Nun'Alvrez o foy enterrar ao moesteyro de Sam Francisco d'Estremoz, muy magoado de sua morte e espicialmente porque sua teçom era, e asy lhe durou sempre, que nunca lhe atal aquecimento e atam maaõ vcco senom polla cota e espada, que escondo, de dom Garcia Fernandez em Portel, contra seu juramento" (p. 95).

Não há dúvida: Fernão Pereira morreu, porque, quebrando uma jura do herói, desonrou o nome da família.

O quadro é impressionante: os Pereiras presentes na *CC* foram todos, em circunstâncias e graus de intensidade diferentes (e à exceção de Álvaro Gonçalves), hostis ao herói e/ou indignos da memória do patriarca da família. Além disso, a crónica relata a morte em combate, mas em circunstâncias pouco dignificantes, do irmão mais velho e do irmão mais novo. Outros dois, Diogo e Rui, foram abandonados pelo discurso, sem que a sua morte chegue a ser mencionada, quando a de um, pelo menos (Rui, de acordo com Fernão Lopes), seria de molde a valer-lhe uma memória de herói. Este tratamento confirma uma ideia que expus atrás, quando analisei o capítulo genealógico da biografia (v. pp. 81 sgg.), de que Nuno Álvares é o fiel depositário e único continuador das qualidades dos seus ascendentes.

Para além desta intenção, tal conjunto de retratos isola ainda mais o herói, ao sugerir que ele se afirma também contra a família, que o poderia ter apoiado no seu percurso ascensional. Ora, não nos esqueçamos de que a

família de Nuno Álvares foi muito maior do que a imagem que dela dá a *CC*, mas nada nos é revelado sobre o comportamento dos outros irmãos, tios e primos.⁴ Que o protagonista foi apoiado por alguns familiares, dá conta a própria biografia: Martim Gonçalves do Carvalhal, irmão da sua mãe e aio responsável pela sua educação cavaleiresca (cap. 2), Álvaro Pereira (que o convenceu a casar-se com D. Leonor) e Pedro Afonso do Casal, seu cunhado (que participa no combate de Lisboa, depois de o jovem cavaleiro com ele ter combinado o ataque surpresa aos castelhanos, e a quem o condestável confia a guarda do recém conquistado castelo de Neiva), aparecem na lista de homens recompensados pelo protagonista no fim da guerra (cap. 61). Outro cunhado, Álvaro Gil de Carvalho só é referido quando, com Álvaro Pereira, insiste junto de Nuno Álvares para que contraia o matrimónio desejado pelo pai. Gonçalo Pires Coelho, apesar de estar ao serviço do rei castelhano, por quem tinha a guarda do castelo de Guimarães, retira D. Leonor de Alvim (de quem era parente) e sua filha da zona de conflito, trazendo-as para o Porto "furtivamente" (p. 100).

É de admitir que outros parentes tivessem acompanhado Nuno Álvares ou que com ele se tivessem cruzado nas últimas décadas do século XIV, assim como, muito provavelmente, muitos terão sido aqueles que seguiram para Castela, ao lado de Pedro Álvares. No entanto, a *CC* procedeu a uma selecção restrita, para, por um lado, sugerir a extinção de vários ramos da família e, por outro, destacar ainda mais Nuno Álvares.

Essa operação acaba por ligar a memória dos Pereiras à dos Braganças, na medida em que, sendo o protagonista simultaneamente fundador dessa família nova e único herdeiro digno da anterior, se transfere, através dele, o património mítico de uma para a outra. A habilidade do biógrafo parece, por isso, consistir em assegurar a naturalidade dessa apropriação bragantina de uma memória muito prestigiosa e antiga.

D. Fernando e D. João

Em resultado da opção narrativa que consiste em acompanhar muito de perto o protagonista, preterindo os acontecimentos em que este não participou, a *CC* acaba por também não conceder grande atenção às figuras de D. Fernando e D. João. Pelo mesmo motivo, por oposição à nitidez da imagem do herói, não se vislumbra um retrato dos reis que nos permita compreendê-los na sua especificidade individual. O leitor contemporâneo que conheça bem as crónicas de Fernão Lopes dificilmente se apercebe desta particularidade da biografia, já que o cronista régio construiu nelas imagens muito completas dessas duas personagens: é por isso natural que, sem querer, esse mesmo leitor projecte no que a *CC* diz sobre os reis a informação recolhida nos textos de Fernão Lopes, preenchendo automaticamente, por esse processo, as lacunas da biografia relativas a D. Fernando e D. João. Porém, se quisermos fazer uma análise da *CC* que não obedeça a esse modo de leitura, concluiremos que, efectivamente, os reis não chegam a ter um relevo

psicológico e accional que nos permita, por um lado, distingui-los nitidamente como indivíduos, e, por outro, diferenciar o tipo de relação que tiveram com o protagonista. Pelo contrário, há dois episódios da biografia cuja função parece ser esbater essa diferença, tal o paralelismo conceptual neles detectáveis: no primeiro (cap. 10), Nuno Álvares desafia o filho do mestre de Santiago de Castela, em nome da ofensa que este terá praticado contra D. Fernando; no segundo (cap. 22), lança o mesmo tipo de repto ao conde de Maiorca, já no âmbito do conflito liderado pelo mestre de Avis.

Estrategicamente situados no início de dois ciclos importantes —da acção de Nuno Álvares ao serviço de D. Fernando e de D. João, respectivamente—, os dois desafios transferem o conflito generalizado para a esfera dos rituais cavaleirescos particulares. No primeiro, trata-se de um duelo de "dez por dez"; no segundo, de "trinta por trinta". No primeiro, o adversário é o filho de um dos principais senhores da hierarquia castelhana; no segundo, é um conde. Repete-se a estrutura e a intenção, mas também se regista o crescimento de poder e importância social do herói. Em ambos os casos, a vontade do protagonista acaba por ser contrariada.

Ora, não se tendo efectuado nenhuma das peijas propostas por Nuno Álvares, a referência ao propósito de as realizar só se justifica pelo significado simbólico e ideológico que se lhes atribui: o herói põe à disposição dos seus senhores a sua perícia militar, o seu corpo, a sua vida.

Esta última ideia atravessa toda a crónica, independentemente das individualidades de D. Fernando e de D. João, não se notando na relação com

o segundo um empenho maior do que já se verificara no serviço ao primeiro.⁵ Aliás, no discurso através do qual D. Fernando impede a consecução do duelo mencionado, são postos na sua boca vaticínios que, na realidade, virão a ser cumpridos no tempo de D. João, como se este não fosse mais do que um prolongamento natural daquele:

"[...] vós e os tacs como vós tempo e lugar avercees, prazendo a Deos, pera ante mym, em hũa batalha ou outros muy grandes feytos, provardes vossa bondade, em que eu sey que vós nom faleçerces, com ajuda de Deos. E quando esto for eu terrey mays razom e aazo de vos fazer mercees e vos acrescentar, como he meu desejo" (p. 24).

Paralelamente, no discurso com que Nuno Álvares tenta convencer D. Fernando a autorizar a iniciativa cavaleiresca assinalada, já se reconhecem os argumentos em que se baseará a vassalagem prestada a D. João na primeira vez em que o encontra a seguir à morte do Andeiro, como se se pretendesse deixar claro que servir um senhor obedece a critérios universais, autónomos da pessoa desse senhor:

cap. 10
"E esto [o desafio] por duas cousas: a primeira porque, se a Deos prouvesse de eu delle levar a melhor, por fazer nojo e grande desprazer a seu padre e emmenda do nojo que vos elle em vossa terra fez, poys que por agora a mays nom posso abranjer; e a segunda porque, posto que eu hy falecesse, seria com minha honrra, e entendo que falleceria bem, poys he por vosso serviço" (p. 23).

cap. 19
"Senhor, grandes dias ha que muyto desejey e desejo de vos servir, e nom foy minha ventura de o ataa ora poder fazer. E porque ora vós sooes em tal ponto que entendo que poderey cobrar o que desejey em vos servir, me offereço a vosso serviço com boa vontade e vos peço de merçee que daqui adiante me ajaaes por todo vosso, e serviindo'se vossa mercece de mym em todallas cousas como de hũu homem que pera ello serey muyto prestes" (pp. 44-45).

Por isso, retomo agora a ideia já brevemente enunciada de que, na *CC*, D. Fernando e D. João são quase abstracções, na medida em que, mais do que

representarem pessoas historicamente delineáveis, figuram a ideia de realza, necessária ao retrato deste herói.

Não podemos, contudo, deixar de reparar que a relação de Nuno Álvares com D. João tem matizes mais ricos, decorrentes, essencialmente, da circunstância de a maior parte da sua vida se ter desenrolado ao seu serviço. Observemos, por isso, mais de perto a imagem que o narrador dá dessa relação, sem esquecer a arquitectura geral que acabei de esboçar.

Em primeiro lugar, note-se que, em resultado da grande opção de escrita já recordada no início desta secção, ficamos com a ideia de que, por oposição à hiperactividade do protagonista, D. João é uma personagem relativamente inactiva: vemo-lo, aqui e ali, decidir, conciliar conselheiros, enviar mensagens, dar ordens de ataque ou de defesa, mas não contribuir militarmente para a vitória dos portugueses. Ora, se essa representação não colide com a do bom rei, o que é facto é que ninguém pode ser rei sem reino e, antes de mais, a "demanda" do Mestre (para retomar uma feliz metáfora arturiana de Fernão Lopes) começou por ser a conquista do território. Nesse âmbito, a biografia acaba por dizer —e, portanto, registar na memória dos homens— que D. João foi rei porque o seu braço direito, Nuno Álvares Pereira, lhe conquistou um reino. A supressão de outros protagonismos da crise de 1383-1395, que Fernão Lopes não esqueceu, acentua ainda mais essa noção. Para ela contribuem decisivamente não só a grande quantidade de descrições das batalhas, contendas menores ou cercos liderados por Nuno Álvares, mas também a vinculação do começo desse período da História de

Portugal à inspiração divina do herói, num dos capítulos iniciais da *CC*, já citado (cap. 16, p. 39: "E per spiritu de Deos..." —v. p. 271). E se a *CDJ* demonstra que estes dois homens se escolheram mutuamente e que D. João foi rei devido ao concurso de variadíssimas circunstâncias e à vontade conjunta de muitos homens, a *CC*, por omissão da complexidade histórica e social do contexto em que esse percurso se desenvolveu, para o qual olha a partir de um ponto de vista individualizado, concentra em Nuno Álvares a ideia, os meios e a concretização do projecto. Nesse âmbito, resulta exemplar a forma como o biógrafo relata a passagem do castelo de Lisboa para as mãos do mestre de Avis, apresentando uma versão em que, *grosso modo*, é Nuno Álvares quem oferece a cidade ao seu senhor (cap. 20, pp. 47-48).

A par de uma certa inactividade de D. João, também se sugere alguma ineficácia da sua parca acção militar. Num dos poucos momentos em que o encontramos no centro de um episódio desse tipo, vemos-lo recuar, por ter sido descoberta a sua tática:

"E, continuando o mestre seu cerco [a Torres Vedras] e fazendo'se grandes escaramuças antre os do cerco e os cercados, hũa cava que o mestre mandava fazer pera filhar o castelo foy descuberta e atalhada per os castellãos que dentro estavam, polla qual razom o mestre acordou de se levantar do cerco e se hiir a Coimbra" (cap. 41, p. 97).

Também Nuno Álvares teve que desistir de cercos, mas, nesse caso, as explicações do narrador modalizam a situação de modo a aproveitá-la para enobrecer o protagonista, como acontece no caso do cerco falhado de Vila Viçosa:

"porque as gentes eram muytas na villa e esso meesimo os mantimentos eram muytos dentro, e o lugar forte, e *porque outras cousas se recreciam polla comarca, a que compria de NuiAlvarez acudir por serviço do meestre,* levantou-se do cerco e tornou-se a Estremoz" (pp. 95-96).

Noutro caso, porque o rei não aceita o conselho de Nuno Álvares, no sentido de se preparar para a guerra, depois de conquistada a vila de Badajoz ao rei castelhano, os inimigos atacam e destroem Viseu (cap. 64, pp. 154-155).

Há mesmo uma situação em que a crónica oferece dificuldades de leitura, apenas porque omite o sucesso de uma iniciativa militar liderada por D. João: trata-se da tomada de Guimarães. No fim do cap. 46, diz-se que, depois de ter cercado a vila, o rei pediu o auxílio do Condestável, já que o castelo estaria na posse de um parente da sua mulher. Não tendo conseguido convencer Gonçalo Pires Coelho a render-se, Nuno Álvares volta para Braga. No início do cap. 47, o rei parte à conquista de Ponte de Lima, acompanhado por Nuno Álvares. Seríamos levados a supor que o rei desistira de Guimarães. Todavia, a leitura dos caps. 21 a 23 da *CDJII* permite dilucidar o problema: de facto, a hoste chefiada pelo rei conseguiu conquistar a vila.

Concomitantemente, a *CC* constrói a imagem de um cavaleiro cuja lealdade ao rei é inquestionável. Por um lado, até ao cap. 42 (cortes de Coimbra), sucede-se um impressionante conjunto de acções militares e diplomáticas de Nuno Álvares com o objectivo único de conseguir que as vilas se entreguem ao mestre de Avis, nunca se esquecendo o narrador de as enquadrar no plano do serviço dedicado:

— cap. 26: Nuno Álvares apodera-se de Almada;

— cap. 28: convence os de Montemor-o-Novo a passarem-se para o partido do Mestre;

— cap. 29: obtém Arronches e Alegrete;

— cap. 30: insiste junto de Gonçalves Vasques de Azevedo para que entregue Torres Novas a D. João, embora sem sucesso imediato;

— cap. 32: conquista Monsaraz;

— cap. 37: apodera-se de Portel.

Entre as cortes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota, acrescentam-se a esta relação Ponte de Neiva, Viana de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Braga.

Por outro lado, vemo-lo, continuamente,

— desistir de projectos e iniciativas importantes, por obediência à vontade do seu senhor, como acontece no caso dos duelos acima referidos (caps. 10 e 22) ou quando pretende perseguir a hoste do rei castelhano, depois de este ter abandonado o cerco de Lisboa (cap. 36);

— defender intransigentemente a causa de D. João, perante os seus mais difíceis opositores, como durante a discussão que mantém com Álvaro Pires de Castro (cap. 25) ou contra o grupo dos Cunhas, nas cortes de Coimbra (cap. 42);

— correr para junto do rei quando lhe chegam notícias da sua doença e só o abandonar depois de garantido o restabelecimento (final do cap. 57);

— preocupar-se com a segurança de D. João, como no fim da batalha de Aljubarrota, em que só descansa depois de ter tratado de proteger o rei

(cap. 51), ou quando o fogo ateadado no arraial do rei de Castela, para o purificar dos efeitos da peste, o deixa "mui cuidadoso e muy anojado, cuydando que era feyto algũu engano ou treyçam ao mestre" (cap. 36);

— sujeitar-se a todos os perigos, em nome das suas obrigações de vassalo (qualquer das batalhas em que se envolveu é exemplo disso).

A única vez em que um acto do Condestável seria interpretável como uma quebra de lealdade para com o seu rei (e de que o protagonista acaba por arrepender-se, por não ter sido apoiado pelos nobres que insistiram com ele para que fosse seu porta-voz), o cronista não se esqueceu de o integrar no contexto do cumprimento de uma promessa:

"E elle, tanto que seu mandado vyo [cortes em Braga], logo se foy a Bragaa e os fidalgos do reyno ho fizeram seu procurador que se refertasse por elles a el'rey cousas que lhe compriam. *E elle se escusou dello quanto pôde. pero ho tanto aficarom que ouve d'acceptar sua procuraçom*, e presente elles disse a el'rey o que por bem delles entendya, e de esto nom prouve a el'rey, segundo pallavras que ao conde respondeo. *E. como quer que todollos fidalgos hy estavam, nenhũu nom fallou a el'rey em ajuda do conde soo hũa cousa, por a qual razam o conde estabre. por entom nem depoyz. nunca jamays tal procuraçom quis acceptar. nem falar em seus feytos quanto asy em geeral. querendo se teer ao exempro antiigo que diz que quem serve comũu nom serve nenhũu*" (cap. 58, pp. 142-143).

A expressão encontrada pelo biógrafo para explicar a circunstância em que Nuno Álvares decide abandonar a vida mundana para ingressar no Mosteiro do Carmo dá bem conta desta intenção de mostrar que o herói fez depender a sua vida da vida do rei —e, por extensão, do reino:

"Scendo o condestabre em hydade de lxii anos e sentiindo ja que a fraqueza se ascnhorava delle e em como, a Deos graças, el'rey tiinha a sua terra em bõ asessego e que seus filhos eram em taes hydades pera todo bem fazer e reger por serviço de Deos e de seu padre, apartou-se a servir a Deos em

estado de pobre em Sancta Maria do Carmo da cidade de Lixboa, que elle mandara fazer" (cap. 79, pp. 196-197).

Entre o já citado trecho do cap. 16 (em que Nuno Álvares, por inspiração divina, decidia apoiar o mestre de Avis) e este último, fica uma longa existência inteiramente consagrada ao rei e ao reino —já tentei demonstrar que a biografia dedica muito pouco espaço à vida particular do herói (v. Quadro nº1, p. 87), o que consolida ainda mais aquela ideia.

A *CC* não se esquece de ir sublinhando o prazer que a presença de Nuno Álvares provoca em D. João (caps. 18, 41, 50, 55 e 70) e de assinalar a atribuição de cargos, títulos e bens ao protagonista (caps. 27 e 42: Nuno Álvares é nomeado fronteiro e condestável, respectivamente; 45: a mulher do Condestável recebe uma lista de terras, em nome do marido; 51: Nuno Álvares recebe o condado de Ourém). A gratidão da coroa para com este fidelíssimo súbdito consubstancia-se na frase que anuncia o seu funeral, sintetizadora do reconhecimento pelos inigualáveis serviços prestados:

"El rey e o iffante lhe mandarom fazer suas exequias muy honrradamente, como em Espanha se nom fez a homem de seu estado, ao qual comprimento, per mandado del'rey e do iffante, vierom muyta gente e crerezia" (cap. 79, p. 197).

Neste panorama referencial que configura a relação de Nuno Álvares com a coroa, como vimos extremamente positivo, ganham um significado inelutável os episódios em que se acusa o rei de falta de reciprocidade, razão pela qual os separei do conflito das cortes de Braga, atrás aludido. São eles os que relatam dois conflitos importantes (a propósito do confisco de terras, no cap. 63, e da sucessão na Ordem do Hospital, no cap. 73), já analisados no

contexto da comparação que efectuei entre a biografia e a *CDJ* (v. pp. 214 sgg.).

Se, no primeiro, a vontade de D. João acabou por se impor, na medida em que conseguiu recuperar para a coroa as terras que tinha entregado "de prestimo" e decidiu que "outrem nom tevesse vassallos senom elle" (p. 153), no segundo, a hábil argumentação do procurador de Nuno Álvares (Gil Airas) convenceu o rei a ceder, em parte, ao desejo do Condestável. No entanto, a frase utilizada pela biografia para denunciar, na atitude do monarca, a falta de cumprimento de uma promessa é demasiado contundente para ser ignorada, apesar do sucesso de Gil Airas, e deixa no ar a impressão de que, embora tenha recuado no seu projecto, o rei teria cometido uma segunda injustiça (a primeira fora a confiscação de património), se Nuno Álvares não tivesse reclamado:

"E a elrey foy dito como o priol se fora pera Castella e, como esto soube, logo pos em vontade dar o priorado a Fernand'Alvrez, que cra hũu bõo cavalleiro e tiinha carrego de seus filhos, *nom embargando que o ja tevesse outorgado ao condestabre pera Lourençe Estevez de Goyos*" (p. 184).

O ponto de vista destes dois capítulos é semelhante ao de quem, no *LL*, não se coibiu de defender o nobre a quem o rei fundador ofendeu de forma considerada imperdoável. As palavras de KRUS a propósito do diferendo que opôs Gonçalo de Sousa a Afonso Henriques poderiam, com a devida adaptação a circunstâncias historicamente distintas, aplicar-se aos caps. 63 e 73 da *CC*:

"Ao desafiar a ira de Afonso Henriques, Gonçalo de Sousa evidenciava como a sua linhagem tinha poder e prestígio suficientes para exigir à realeza o respeito devido para com os magnates que *ganharom o reino de Portugal*. Ao fim e ao cabo, apresentara-se perante o rei fundador de igual para igual. Grande parte da legitimidade dessa atitude advinha-lhe dos feitos e passado da sua estirpe [...]. Atendendo a tudo isto, os descendentes dos Sousas faziam desta *estoria* um precedente e um aviso de como qualquer arrogância demonstrada à família pelos reis de Duzentos e Trezentos seria respondida com a mesma tenacidade e firmeza com que o seu antepassado o fizera em relação a Afonso Henriques" (1994:302).

A ameaça do Condestável de abandonar o reino (cap. 63), assim como um dos argumentos utilizados pelo porta-voz de Nuno Álvares no cap. 73, chamam a atenção do leitor para a necessidade de os nobres reagirem expressivamente sempre que a acção do rei ultrapassa determinados limites deontológicos. Recordemos as palavras de Gil Airas:

"E porem, senhor, seja vossa merçee de olhardes por este feito e o determinardes *de guisa que o condestabre nom seja agravado, poyz o de vós nunca foy*⁶, e podê'llo'ces bem fazer com serviço de Deos e vosso" (p. 186).

A parcialidade assumida da *CC* é, nestes dois casos, evidente: pretende-se mostrar que a lealdade incondicional do Condestável ao rei não terá sido sempre recíproca. Daí que me pareça muito relevante o último episódio de cariz militar contado pela *CC*, praticamente no fim da narrativa. Deixo o texto falar:

"E chegou el'rey a Çepta com sua frota e ancorou em hum porto muy maaõ e muy priigoso de contra Feez, e hy se rrecreceo hũa tam forte tormenta que todallas naaos caçavam e as amaras e caabres se cortavam das pedras, de guisa que a frota foy em muy gram priigoo porque o mar e tormenta era tam forte que toda a frota queria destroyr, e da parte da terra dos mouros era tanta gcente que, se a terra fossem, eram perdidos. E, veendo el'rey tam gram tormenta, ouve conselho de se partir de hy com todos seus filhos pera a angra de Gybaltar, e o conde ficou ally naquella tormenta e priigo com toda a frota. E o dia que el'rey dally partyo era depoyz de comer, e a tormenta durou esse dia e noyte e o dia seguinte, que era grande espanto. E outro dia seguinte, durando a grande tormenta, todollos capitães da frota vierom ao condestabre a lhe dizer que, poyz se el'rey asy partyra com seus filhos e os asy leixara em tal priigo,

que lhe pediam por merçee: ou elle saysse e tomasse a terra, e elles o seguiriam ataa morte, ou se partisse de hy e a frota que com elle se podesse hiir, que fosse, e a outra ficasse. E o conde lhe respondeo com muy brandas e muy doçes pallavras que, de elle, em sua companhia, tomar terra, que o faria de bõa vontade aa ventura que lhe Deos desse, mais que nom sabia se anojaria el'rey, e que porem nom no faria, e que de se dally partir que o nom faria em nenhũa guisa, que, por salvar sua vida, dally se nom partiria por hy ficar a mays pequena barca que na frota estava. Todollos capitaães forom desto espantados e se maravilhavam muyto, e foron'se pera seus navios. E o conde soffreo aquella fortuna com a frota duas noytes e hũu dia. E entom o mandou el'rey chamar, que se fosse com a frota à angra de Gibraltar, honde elle jazia, e entom se foy o conde la com a frota" (cap. 78, pp. 193-194).

Na *CTC*, Zurara confirma a existência da tormenta (cap. 59), mas omite totalmente o episódio aqui relatado, ou porque não conhecia o texto da *CC*, hipótese a admitir tendo em conta que não o menciona quando poderia tê-lo feito⁷, ou porque teria entendido que a ambígua representação do rei aí construída não se coadunaria com o panegírico cristalino da sua obra. Efectivamente, a versão da biografia não favorece a imagem de D. João e, inversamente, faz aumentar ainda mais a admiração do leitor pelo Condestável. Se as palavras deste último evitam a crítica à atitude do rei e reafirmam a sua lealdade incondicional, o mesmo não se pode dizer do discurso dos capitães. Na realidade, estes aparecem como observadores privilegiados de uma relação, denunciando a despreocupação incompreensível de um monarca que, segundo a própria biografia se encarregou de demonstrar, devia o seu estatuto à acção de Nuno Álvares. Se a *CC* pretendesse legar-nos o quadro de uma relação complexa, mas orientada pelo princípio de uma reciprocidade equilibrada, projecto de escrita que foi o de Fernão Lopes, não teria escolhido este episódio para marcar o culminar de um longo processo histórico ou, pelo menos, teria procurado atenuar todas as características da

situação que fazem transparecer uma desatenção do rei. Aliás, em profundo contraste com a situação atrás narrada, veremos Nuno Álvares, já em Ceuta, mais uma vez arriscar-se para socorrer o rei e o infante D. Pedro:

"E el'rey e o iffante sayrom fora da çidade por recolherem aa çidade a muyta gente que fora andava, que se nom queriam recolher. E, estando o conde em sua pousada, soube parte que el'rey e o iffante andavam fora, do que elle parte nom sabia, e logo recolheo asy toda sua gente e mandou dar às trompetas e foy'se com sua bandeyra aaquella porta de Fecz e hy leixou a gente na villa, de dentro aa porta, e elle, com xx, antre cavalleiros e escudeiros, sayo fora da villa e achou el'rey e o iffante em gram trabalho por recolher a gente que fora andava e disse a el'rey e ao iffante que, se sua merçee fora, que aquelle carrego nom era seu, que a outrem o deveram de mandar fazer, e que lhes pedia por merçee que se fossem em bo'ora pera a cidade, que em hũu ponto elle faria recolher toda a gente. E foy'se a elles e em breve espaço foram recolhidos, seendo a geñte, asy beesteiros como pyoões, tam ledos como ouviram que lhes nom mandava fazer cousa que o elles melhor nom fizessem do que elle mandava" (cap. 78, p. 195).

A todos os elementos aqui recolhidos e analisados subjaz uma argumentação bastante nítida, que pode ser resumida nos seguintes aspectos:

1. a vida do herói da *CC* foi inteiramente dedicada ao serviço ao rei, independentemente de se tratar de D. Fernando ou de D. João;
2. Deus escolheu Nuno Álvares para veicular a Sua vontade de que D. João sucedesse a D. Fernando;
3. a coragem, a acção incansável e a eficácia militar do protagonista foram decisivas para a conquista do reino de que D. João necessitava para ser rei;
4. se, por um lado, o rei reconheceu a importância de Nuno Álvares, atribuindo-lhe títulos e terras consonantes com o seu papel histórico, depois de praticamente resolvido o grave conflito de sucessão retirou-lhe

alguns dos benefícios que lhe tinha concedido e tentou desrespeitar uma promessa que lhe tinha feito;

5. contrastando com a lealdade absoluta de quem nunca hesitou em arriscar a sua vida pelo rei, o monarca não evitou ao seu condestável uma situação de perigo inútil (a tormenta ao largo de Gibraltar).

Fica-nos uma imagem de um rei que poderia ter feito mais e melhor, em contraste com a de um senhor cujo comportamento terá sido irrepreensível. É mais um incentivo para ver neste quadro a influência de um patrocínio da escrita oriundo dos descendentes de Nuno Álvares Pereira, que, ainda que à custa da quebra da ideia de relação vassálica harmoniosa, aproveita a voz de uma biografia para acautelar a razão de um grupo social face ao perigo do poder excessivo ou mal exercido da monarquia.

Os inimigos

Consideremos, em primeiro lugar, a natureza diversa dos inimigos de Nuno Álvares: por um lado, identificamos os castelhanos e os portugueses vassalos do rei D. Juan de Castela, que se confrontam com o protagonista no campo militar; por outro, os portugueses do seu próprio partido que, movidos pela inveja, a ele se opõem internamente, através da intriga política.

A acção deste último grupo, de que faz parte um núcleo forte de conselheiros de D. João (Álvaro de Góis, João das Regras, Martim Afonso e Álvaro Pais) a que se vão agregando, ocasionalmente, outras personagens

(Álvaro e Pedro Pires de Castro, Antão Vasques, João Fernandes Pacheco, Martim Vasques da Cunha, por exemplo), faz-se sentir ao longo da *CC*, dentro de determinadas coordenadas comportamentais: através da intriga, da mentira ou da teimosia injustificada, tentam criar dificuldades ao protagonista ou perturbar a sua relação com D. João.

Vale a pena voltar a assinalar duas dessas situações em que Rui Pereira também participou: são elas a oposição irracional à sensata opinião de Nuno Álvares num dos primeiros conselhos em que participa (cap. 20) e a traição covarde relacionada com a viagem da frota do Porto (cap. 30).

Mas recordemos igualmente os dois confrontos com os Castros, primeiro em Almada, quando Álvaro, no momento em que D. João mais precisava de estímulos confiantes, exprime cruamente a dúvida relativamente à viabilidade do seu difícil projecto e se envolve numa discussão acesa com o protagonista (cap. 25); e depois em Lisboa, quando D. Pedro de Castro mesquinamente disputa com um escudeiro de Nuno Álvares a prioridade na recepção de dinheiros. O narrador não se esquece de deixar claro que, enquanto esses montantes eram, no caso do herói, necessários à guerra, no outro não exigiam qualquer urgência. No desfecho da altercação, como noutras situações em que toma partido, o cronista não se priva de exprimir um ponto de vista acusatório em prosa contundente:

"E Nun'Alvrez, veendo que esto era sobrançaria e que lho fazia por vontade, e entendendo que todo esto era pollas palavras que já ouveram em Al madãa no conselho, nom pôde aver tanta paciencia que se logo nom deçeeo da besta e fez pagar o seu escudeyro daquello que avia d'aver de seu soldo" (cap. 27, pp. 56-57).

Relembremos, ainda, a falsa denúncia de Antão Vasques ao rei, em Chaves, para se vingar do castigo (merecido, segundo o biógrafo) que Nuno Álvares lhe impusera (cap. 55); a conspiração liderada pelo mestre de Cristo, habilmente evitada pelo herói (cap. 56); a reacção de alguns conselheiros que, por o Condestável ter abandonado a hesitante reunião de Abrantes, antes de Aljubarrota, tentam provocar a indignação de D. João, classificando aquele comportamento como de desobediência desrespeitadora (cap. 51).

Estes e outros eventos análogos põem em evidência a hostilidade dessas personagens. Do ponto de vista histórico, representam eficazmente uma reacção violenta à ascensão fulgurante de um muito jovem cavaleiro na hierarquia social e militar (recordo que ele tinha vinte e cinco anos a 14 de Agosto de 1385), assim como ao rápido e consequente ganho de um património considerável. Alguns desses conflitos de interesses prolongaram-se, com certeza, pelas primeiras décadas do século XV, e estariam latentes nas cortes de D. João e de D. Duarte, razão suficiente para os patrocinadores da redacção da crónica os pretenderem ver aí (re)tratados do ponto de vista da razão do biografado. Assim se compreende que uma notícia de vitória sobre os castelhanos, recebida com grande alegria pelo rei, leve o narrador a invectivar violentamente os "maldizentes":

"E quanto elle ouve de prazer tanto ouverom de nojo algũus maldizentes que, com enveja, ante desto, aviam dito e asacado que o conde estabre era desbaratado dos castellaãos, dizendo que lhe avia de quebrar o orgulho e falecer os aquecimentos bõos que Deus lhe dava, e outras cousas semelhantes" (cap. 59, pp. 91-92).

Paralelamente, este motivo da traição ao herói, presente noutras biografias cavaleirescas, também tem por finalidade "donner au héros une grandeur épique" (GAUCHER 1994:137), sendo, ao mesmo tempo, resultante da prioridade concedida ao elogio do protagonista:

"Toutefois, l'éloge du personnage l'emportant sur celui de son entourage, les biographes n'hésitent pas à mettre à nu les failles du parti qui sert le héros [...]. Deux structures antagoniques se superposent alors: l'une concerne l'affrontement de deux nations, l'autre, celui du héros et des siens" (GAUCHER 1994:304).

Nesta vertente, as estratégias de representação da *CC* não diferem, por isso, das de outros biógrafos conhecidos.

Fixar-me-ei em seguida nos inimigos confrontados em situação de guerra.

O inimigo de guerra: um igual travestido

O episódio da conciliação dos reis D. Fernando e D. Juan antes da anunciada batalha de Badajoz, contado no desfecho do cap. 13, reflecte nitidamente a forma como o biógrafo encara a representação do opositor bélico: na realidade, expressões repetidas como "mal e dampno" ou "deserviços" caracterizam a acção de um grupo de personagens de contornos especiais, enquanto inimigos, visto que em qualquer momento podem tornar-se "amigos". Essa hostilidade circunstancial faz dos castelhanos⁸ adversários muito peculiares, cujo estatuto privilegiado (são cristãos e nobres) não raras vezes a *CC* reconhecerá, ao referir-se-lhes com termos como "bõo

cavalleyro", "senhores" e, até, na boca do próprio herói, "meu senhor e amigo" (sem prejuízo da possibilidade de uma leitura irónica —cap. 54, p. 126). Por esse motivo, a acção bélica contra eles dirigida por Nuno Álvares não tem nunca por objectivo o extermínio, mas tão-somente castigá-los (através da derrota ou da morte) pelo não cumprimento dos códigos de honra, necessários a uma boa vizinhança territorial, que estão na base da ideologia da guerra justa: a violação desses códigos pelos castelhanos permite e justifica, por si só, a parcialidade de Deus, sempre do lado dos portugueses, e a violência, meramente defensiva até à batalha de Aljubarrota. Este olhar do herói —do biógrafo— que vê no inimigo um igual modificado pelas circunstâncias proporcionou-me a ideia do título desta secção⁹ e remete, indirectamente, para a *Demanda*, na medida em que parece figurar-se um pensamento idêntico quando, nesse texto, os cavaleiros de Artur combatem frequentemente entre si porque, acidentalmente, não se reconhecem.

No entanto, é principalmente nos relatos das grandes batalhas lideradas por Nuno Álvares (Atoleiros, Aljubarrota e Valverde) que se concentram os índices textuais mais importantes para o retrato do inimigo.

Começo por anotar que o relato dessas batalhas praticamente ignora os exércitos em presença (assinalados através de palavras vagas que nunca pormenorizam), destacando, ao invés, os chefes, ou seja, os senhores. Em qualquer deles, o texto concede grande relevância aos recados trocados imediatamente antes do combate. Nas duas primeiras batalhas, a estrutura é a mesma: os senhores castelhanos enviam um mensageiro a Nuno Álvares com

a finalidade de o dissuadir e de o seduzir com promessas de benefícios concedidos pelo rei castelhano, no caso de aquele aceder a colocar-se ao serviço deste. Tal forma de desafio senhorial e cavaleiresco (cuja importância foi assinalada por OREJUDO 1990) só beneficia a representação do herói, porque implica o reconhecimento do seu valor —e ele não se deixa convencer. Em *Atoleiros*, o mensageiro comunica, inclusivamente, a antecipação da resposta de Nuno Álvares efectuada pelo seu irmão mais velho:

"E fallarom com vosso irmão [...] e elle lhes respondeo que [...] de tanto os certificava que, se vós em este feito alguia cousa aviades começada, que vos conhecia por tall que todavia a levarices adiante ataa morrer" (cap. 28: p. 65).

De mais a mais, tanto a forma de apresentação desse escudeiro como a primeira frase que ele dirige ao protagonista denunciam um passado de proximidade entre os dois homens, resultante das características peculiares do conflito em questão, ou seja, de se encontrarem senhores portugueses nas hostes castelhanas:

"E nom tardou muyto que um escudeyro castellão que chamavam Rruy Gonçalvez, que ja em outro tempo vivera com Nun'Alvrez em casa de seu padre e a essa sazom vivia com o prioll dom Pedr'Alvrez, seo irmão, veo muy riigo em cima de hum cavallo, caminho de Fronteira e achegou a Nun'Alvrez [...]" (p. 64);

"e o escudeyro lhe respondeo: «Bem sabees vós, senhor Nun'Alvrez, que em esto nem em all eu nom vos eyde dizer senom verdade [...]" (p. 65).

Antes de *Valverde*, contudo, já não existe tentativa de dissuasão e sedução, mas apenas a declaração de combate, acompanhada da oferta de um molho de varas, representativo do grupo de grandes senhores que desafiam o

chefe militar português. Esse gesto é, aliás, explicitamente reconhecido e aceite na sua dimensão mais ritualista:

"«Senhor conde estabre, o mestre de Santiago, dom Pedro Moniz, meu senhor, ouvindo dizer como vós soes em sua terra e lhe fazees muyto mal e strago nella, vos manda desafiar e vos envia esta vara.» E o conde respondeu que fosse bemviindo com tacs novas, e tomou a vara em huũa mão e mudou'a em a outra, *ca bem entendia que todas lhas avia de dar*" (cap. 54, pp.125-126).

A mensagem repete-se três vezes, mudando o nome do remetente e substituindo "lhe fazees muyto mal e strago nella" por frases semanticamente equivalentes, seguindo-se o resumo das restantes intervenções:

"E asy lhas deu todas, cada huũa em nome de seu capitão, de guisa que nom ficou ninhuũa" (p. 126).

Se o convite para se passar para o lado oposto da contenda, presente em Atoleiros e Aljubarrota, tinha aí uma função encomiástica, o abandono dessa intenção no repto de Valverde (coincidente com a ausência do seu irmão mais velho, entretanto morto) sugere que o inimigo acabou por reconhecer a inutilidade dessa iniciativa e, implicitamente, a fidelidade incondicional do herói à causa portuguesa. Simultaneamente, o comportamento do mestre de Alcântara, D. Martim Eanes de Barbudo, que persegue de longe a hoste de Nuno Álvares, hesitando em atacar apesar da superioridade numérica da sua hoste, indicia o medo resultante de outra aprendizagem: a do valor militar do seu adversário. O olhar do inimigo sobre o herói mudou, ficando, no entanto, registada, nos três episódios, a admiração ("maravilha") que a sua resposta causa, como se aos outros fosse sempre impossível aceitar sem surpresa a existência de uma pessoa com as características guerreiras nela pressupostas.

No exército português também o olhar sobre Nuno Álvares se alterou. Antes da batalha de Atoleiros, a *CC* concede algum tempo aos diálogos travados entre Nuno Álvares e os seus companheiros, em que estes exprimem o receio de enfrentarem um exército castelhano muito mais numeroso. Na sua resposta, o capitão exprime a convicção da vitória oferecida por Deus, parafraseando (como vimos) o texto bíblico de Macabeus (cap. 28, p. 63 —v. *supra* p. 147).

Esse saber do herói remete para uma longa tradição: desde os poemas homéricos, passando pelo Antigo Testamento, pela escrita técnico-didáctica de Vegécio e posteriores "espelhos de príncipes" ou tratados militares nele inspirados, até à historiografia medieval portuguesa (como nos relatos da batalha do Salado, no *LL*, ou da batalha de Ourique, na *C1419*).

Antes de Aljubarrota, já não são os seus companheiros mais próximos quem vacila, mas os conselheiros do rei. A reacção abrupta de Nuno Álvares, ao abandonar o conselho com a intenção de combater sozinho o exército castelhano, repete, estruturalmente, a sua investida individual durante o recontro de Lisboa e, como então, acaba por forçar o conselho a agir. Gil do Sem é, nesse contexto, aquele que traduz a acção do herói por palavras:

"disse que o conde estabre o fazia como bõ cavalleiro e que todavia elrey desse a batalha" (cap. 51, p. 114).

Ora, nos momentos que antecedem a batalha de Valverde, ninguém, do lado português, exprime medo. O único vestígio desse sentimento, autorizado

pelo texto, é, num curto diálogo entre o Condestável e seu escudeiro Afonso Pires, compensado pela confiança no chefe:

"«Eu, senhor, de vossos conselhos nom sey cousa senom tanto que som çerto que manhã se veerá bem quem ama vosso serviço e sua honrra, que as gentes dos castellaãos som aqui mays a par de vós que as hervas [...]». E o conde estabre lhe respondeo: «Affonso Pirez amigo, ora prouvesse a Deos de serem aqui as gentes de todo o reyno de Castela, ca, com a graça de Deos, tanto averíamos mayor honrra [...]»" (cap. 54, p. 128).

Fica claro que quem mudou não foi o protagonista, mas aqueles que o rodeiam. Graças à sua insistência e ao seu exemplo, conseguiu acabar por inspirar o respeito e o medo do adversário e a coragem e autoconfiança dos seus companheiros.

Para além deste aspecto, a par de repetições que se verificam no discurso, ainda que muito sintéticas, sobre a organização dos exércitos portugueses posta em prática pelo protagonista antes das batalhas (com referências à disposição da vanguarda, da retaguarda e das alas, assim como à escolha, sempre que possível, de um espaço topograficamente vantajoso), a *CC* omite qualquer iniciativa do mesmo tipo no lado castelhano. Parece que este, irresponsavelmente otimista, conta apenas com o contingente numeroso. O relato da batalha de Atoleiros insinua, até, a existência de um erro tático por parte dos invasores: ao verem os portugueses todos apeados, decidem combatê-los a cavalo, colocando-se em desvantagem e determinando, provavelmente, a inesperada vitória do lado contrário, celebrada por Fernão Lopes como a inauguração de um novo ciclo:

"Onde aqui notaac, que este NunAllvarez foi ho primeiro, que da memoria dos homēes ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugall e a vceemço" (*CDJI*: cap. 95, p. 161).

Ora, a ausência de referências ao modo como os castelhanos se preparavam confirma a imagem que deles propunha Nuno Álvares aos treze anos (cap. 12) e, mais tarde, a sua tática organizativa, propiciadora das vitórias, actualiza em si mesma a capacidade que as palavras de então ainda atribuíam a um capitão anónimo. Por isso julguei oportuno observar que, se o adolescente não vira o inimigo no terreno, mas, apesar disso, pudera afirmar tão decididamente a sua convicção, foi porque concebera uma imagem dos castelhanos, mais tarde corroborada pela experiência (v. *supra* p. 232).¹⁰

Entre as narrativas da batalha de Aljubarrota e de Valverde existe uma semelhança: antes do confronto, um corço (no primeiro caso, p. 116) e um javali (no segundo, p. 123) surgem, subitamente, no meio do acampamento português, acabando por ser mortos depois de uma perseguição colectiva, respectivamente à entrada da tenda do rei e em local indeterminado. Esses acontecimentos são lidos como presságios de vitória, já que ambos os animais são interpretados como metáforas do inimigo:

"E deziam todos que esperavam em Deos que seria el'rey de Castella morto ou preso na toēda del'rey, e outras muytas cousas se deziam" (p. 116);

"todallas gentes tomavam por ello gram prazer, avendo'o por bom sinal e dizendo que algum grande senhor de Castella avia de morrer" (pp. 123-126).

Segundo RILEY, no imaginário cinegético medieval a nobreza do corço (semelhante à do veado) adviria do seu porte e da inteligência com que escapa ao caçador, enquanto a do javali (como a do urso) se encontraria na sua força

física e na sua ferocidade, pondo, por isso, à prova a coragem do seu perseguidor (1988:252). Importa, ainda, notar a associação entre a guerra e a caça desportiva, que o texto da crónica sugere, e que RILEY enquadra do seguinte modo:

"Recorde-se [...] como as proezas venatórias se justapõem aos grandes feitos de armas nas composições biográficas de alguns soberanos, e como dessa forma os biógrafos procuram sublinhar o carácter destemido e valoroso dos biografados" (1988:244).

No cap. 35, a *CC* volta a aludir a essa relação: Nuno Álvares vai à caça e mata um javali, que envia a Pero Sarmiento, como aviso do seu propósito de o combater. Num outro plano de leitura, a fuga dos castelhanos no fim das batalhas e a perseguição que lhes é movida pelos portugueses também lembram a caça, chegando a sugerir a transformação do caçador (os castelhanos) em presa e a da presa (os portugueses) em caçador.

"E Nun'Alvrez, veêdo em como os castelhanos eram desbaratados e que fugiam, foy logo a cavallo com muy poucos dos seus [...] e seguiram ho encalço aos que fugiam hũa legoa e mea" (cap. 28, pp. 68-69 [Atoleiros]);

"E, como o conde estabre vio que, por prazer de Deos, a batalha era vencida e os castellaãos vencidos e fugidos, mandou a todos seus que fossem a cavallo pera seguir o encalço e elle, com os da avenguarda, seguiram o encalço hũa legoa" (cap. 54, pp. 132-133 [Valverde]).

Mas os dois episódios dos animais abatidos também espelham a diferença entre as duas batalhas. No primeiro, não só a escolha da narrativa recai sobre o corço (cuja conotação simbólica remete para a figura do rei), como este é morto à entrada da tenda do seu correlato português. No segundo, escolhe-se o porco selvagem, animal que, perdendo em elegância, ganha em coragem física. Ora, o primeiro relato antecede uma batalha em que o

monarca português participa, tratando-se, por isso, na realidade, de um confronto de reis em que o Condestável, por muito heróico que seja o seu comportamento, se encontra numa posição de subalternidade. O segundo precede a batalha de Valverde, que se deve à sua iniciativa exclusiva. A alteração da qualidade do animal perseguido e abatido pode, eventualmente, querer significar também a diferença entre as duas situações. No entanto, interessa igualmente o efeito conseguido através da repetição estrutural, consonante com o facto de o biógrafo não incluir, depois de contar Valverde, qualquer menção de um pedido de desculpas de Nuno Álvares ao rei por ter invadido Castela sem a sua expressa autorização, conforme vem referido na versão de Fernão Lopes (*CDJII*: cap. 63). Esta batalha aparece, na *CC*, como corolário da individualidade heróica que transcende os elos vassálicos em que a acção guerreira se desenvolveu até aí e a extrema independência do protagonista acaba por, subliminarmente, sugerir a rivalidade com a imagem do próprio rei, simbolicamente veiculada pela repetição do motivo do animal abatido.

Ora, na *CC*, o relato de batalha mais parecido com o de Valverde é, não o de Aljubarrota, mas o de Lisboa (cap. 12). A similitude resulta, essencialmente, de quatro factores: em ambos o combate decorre da iniciativa pessoal do herói, afastado da personagem de quem hierarquicamente depende (no primeiro caso, Pedro Álvares, no segundo, D. João); nas duas situações, a narrativa concentra a atenção do leitor no corpo do protagonista, signo material da sua heroicidade; ao contrário de Atoleiros e Aljubarrota, em que

Nuno Álvares dispõe o seu exército e aguarda o ataque do inimigo, em Lisboa e Valverde toma ele a iniciativa de atacar, no espaço escolhido pelos castelhanos; são, das quatro, as narrativas de combate mais desenvolvidas (oitenta e noventa e cinco linhas de texto, contra dez e cinquenta e oito, respectivamente).

Estas semelhanças, provavelmente oriundas de características das fontes, interessam se recordarmos que Lisboa e Valverde podem ser consideradas, respectivamente, como princípio e fim de ciclos importantes (no primeiro caso, a estreia do herói, no segundo, a última grande batalha que chefou).

Se, no combate de Lisboa, o corpo do herói se tornava presente através do efeito que as estocadas do inimigo nele provocavam ("elle porem cuydava que era chegado à morte pollos *muytos golpes que ensy sintia*" —p. 30), em Valverde vemo-lo, indirectamente também, através do encadeamento de verbos que exprimem movimento, no singular, como se o seu próprio exército não existisse senão por ele:

"[depois de passar o vau com a vanguarda] *tornou* polla rreguarda e allas e polla carriagem e prisoueyros e gaados, que nom ficou nenhũa cousa que nom *fezese passar, fazendo leixar* aos castellaãos o porto" (p. 129);

"[alcançada a margem oposta] ho conde estabre, com sua avanguarda e bandeyra, *emcaminhou* pera huñ cabeça que ante elle estava [...] e *foy logo a elles* e per força *lhes fez leixar* o cabeça" (p. 130);

"E per esta guisa *foy* ao outro cabeça que mais adiante estava" (p. 130);

"E, de feyto, leixou ally a bandeira e avanguarda e *se foy* à rreguarda e allas e carriagem, e *fez todo aballar e andar* por diante" (p. 130);

etc.

A imagem daí resultante é a de um Nuno Álvares rápido e hiperactivo, por contraste com um exército lento e cansado, composto por homens que se desorientam e param de combater assim que deixam de o ver.

Por esse motivo impressiona tanto a cena em que Nuno Álvares se ajoelha para rezar, surdo e indiferente ao que se passa à sua volta. Nesse momento, a sua postura é completamente estática, por oposição ao dinamismo dos seus companheiros, desesperadamente necessitando que ele regresse à batalha. A antítese é reforçada pela descrição do aspecto do protagonista:

"A todas estas cousas o conde estabre *nom respondya nem fazia nenhũa mudança*, ante mostrava *o mayor assesego do mundo e sem nenhũu cuydado*, e todavia entento em rezar e louvar a Deos" (p. 132).

A transição, muito brusca, de uma passividade contemplativa para a acção enérgica volta a impressionar:

"E, tanto que acabou de rezar, *logo riigamente se alevantou* donde estava em giolhos, com ggesto muy lodo, e *mandou logo Diego Gill*, seu alfercz, que andasse com a bandeyra, e as gcentes d'abengarda que andassem riigamente" (p. 132).

Olhemos agora para o inimigo, nessa batalha. Apesar da superioridade numérica, vai-se refugiando em posições que aparentemente o favorecem, mas que são sucessivamente conquistadas pelo herói: primeiro na margem de um rio difícil de ultrapassar, depois em quatro cabeços, só se decidindo a atacar quando a hoste portuguesa se prepara para tomar o último. Ou seja, se em Atoleiros e Aljubarrota, a vitória do exército português se deveu fundamentalmente a um saber militar posto em prática pelo seu chefe, em

Valverde resultou da energia e da coragem do herói, que conseguiu contrariar, inclusivamente, as expectativas desenhadas nos tratados de arte bélica:

"La valeur l'emporte sur le nombre. Mais une position avantageuse l'emporte souvent sur la valeur" (*Institutorum*, III, cap. 26):

"E éstas son en suma siete cosas, por las cuales los unos enemigos son más fuertes que los otros. [...] La segunda es haver mejor lugar para lidiar, ca el lugar mucho face para alcanzar la victoria. Onde, si pueden tomar los enemigos en las pasadas de los ríos o en las estrechuras, do no se puedan revolver, allí se pueden más aína vencer" (*Regimiento*, cap. 14).

Pode-se, por isso, generalizar, considerando que o inimigo vai experimentando, nos vários confrontos com Nuno Álvares, a impossibilidade de o vencer, mesmo quando todas as condições teoricamente favoráveis indicariam um desfecho diferente.

Assim sendo, interessa averiguar a razão pela qual a *CC* se dá ao trabalho de, do ponto de vista cavaleiresco, considerar o inimigo como um igual do herói, ideia que ele próprio exprime através de um provérbio:

"ao virtuoso e bõo, tanto he guardar a verdade ao ymiigo como ao amigo" (cap. 38, p. 93).

Em primeiro lugar, pelo efeito obtido através dessa estratégia discursiva, que beneficia o protagonista. Em segundo lugar, porque nessa representação se alicerça a ideia do combate como cerimónia em que todos os *pares* participam, como acontece na *Demanda*. Vejamos.

Os segmentos textuais que, na biografia, enunciam a actividade guerreira são extremamente repetitivos, tanto no vocabulário como nas estruturas sintácticas utilizadas. Vimos como esse mecanismo de repetição se estende a outros elementos, tal como os desafios ou os animais portadores de

presságios. Nessa particularidade da escrita pode encontrar-se um interesse especial. Com efeito, a redundância (de natureza linguística, simbólica ou situacional) quase transforma aquilo que é dito em fórmulas, que, independentemente da tradição que as terá trazido para a crónica, criam um sistema ideológico reconhecível (cf. GAUCHER 1994:315) e um espaço de ritual: um dos aspectos que caracteriza o ritual, ou a cerimónia ritualizada, é, exactamente, a repetição de determinadas estruturas codificadas. Esse espaço não é, de modo nenhum, alheio às intenções da biografia de Nuno Álvares.

O herói considera-se, como vimos, imagem espelhada de Galaaz. Ora, a *Demanda* também repete vocabulário, estruturas sintácticas e convenções narrativas. A sua leitura atenta não nos deixa dúvidas quanto a uma consciente ritualização da actividade bélica. Este último aspecto parece-me um elo profundo de ligação entre esse romance de cavalaria e a *CC*.

A aplicação destas considerações ultrapassa o âmbito do relato das batalhas, podendo alargar-se a outras situações de guerra, como os cercos. Daí parecer-me poder concluir que, na *CC*, a guerra representa mais um ritual do que uma realidade histórica (e, por esse motivo também, o autor-narrador não se preocupa em fornecer elementos da História política que permitam perceber os motivos e as consequências da actividade militar, como vimos — v. p. 92). A loquacidade ritualista em contraposição aos silêncios etiológicos, coincidente com traços do romance de cavalaria, cria, igualmente, uma dimensão épica, se tivermos em conta as considerações de MADELÉNAT:

"En face du babil étologique et dialectique, l'épopée semble exhiber les reflets de l'apparence: parades et parures, paroles de défi, et même «l'air de vautour» chanté sur les cadavres étendus en une complaisance et une fascination nécrophiles, mais silence sur les causes, qu'elles soient sommaires et évidentes ou perdues de vue. [...] Mais en ce contrepoint entre le dit et la manière de dire, en cette absence de commentaire, réside une sagesse épique" (1986:68-69).

Essa cerimónia bélica, simultaneamente épica e cavaleiresca, é tornada mais visível do que nunca pela descrição do herói solitário que, no combate corpo-a-corpo contra duzentos e cinquenta castelhanos, valoriza mais a aventura cavaleiresca do que a própria vida, ou seja, já estava inscrita no cap. 12 da *CC*. A convocação do olhar dos outros e de Deus, aí efectuada, reclama a admiração de todos perante um ser de tão rara estatura (sobre)humana. Enquanto necessário ao herói, o inimigo é, também ele, atraído por essa irresistível força centrípeta.

Esta breve análise da relação de Nuno Álvares com os outros não só corrobora a inclusão da *CC* na modalidade da hiperbiografia (v. *supra* p. 100), como permite afirmar que as outras personagens aparecem no texto para confirmarem a heroicidade do protagonista, podendo fazê-lo de três modos:

- pela admiração e apoio que lhe conferem (confirmação positiva);
- pelo temor que neles suscita (confirmação projectiva);
- pelos obstáculos que lhe criam (confirmação contrastiva).

E se, individualmente, como vimos, nenhuma chega a impor-se de forma especialmente relevante, todas contribuem para o seu engrandecimento e dele beneficiam. O dinamismo de Nuno Álvares é, assim, também ele épico, por

poder aplicar-se-lhe as palavras de MADELÉNAT sobre Ulisses, Eneias ou Rolando:

"Un tel «activisme» vise d'abord l'honneur et la renommée, formes de survie dans la mémoire des hommes, métaphores d'immortalité: égoïsme anémique, amoral, asocial, qui justifie la fureur¹¹ contre tout obstacle à la gloire, le sacrifice du bonheur et de la vie [...] et la prééminence sociale. Ici s'articulent l'individuel et le collectif, en des relations d'échange: se soumettant au héros, les hommes multiplient sa puissance et assurent son renom, bénéficiant, en retour, d'une protection et d'un entraînement" (1986:56).

Por esse meio, é-nos imposto um protagonista "auroral" (MADELÉNAT 1986:55) que os outros não podem deixar de admirar. Chegou, por isso, o momento de, também nós, olharmos para essa visibilidade, traduzida nos conceitos de *honra, fama e glória*.

Notas do capítulo

- ¹ Segundo o esquema genealógico elaborado por GOMES, Rui Pereira seria primo direito de Álvaro Gonçalves, descendente de um filho bastardo do primeiro Gonçalo Pereira (1995:78, Esquema 9). Por duas vezes a *CC* se refere a ele como "tio" de Nuno Álvares (caps. 16, p. 40, e 24, p. 52). Fernão Lopes, nos caps. da *CDJI* correspondentes aos da biografia (caps. 4 e 71), copia aquela designação. Álvaro Pereira, a quem a *CC* chama "primo" de Álvaro Gonçalves Pereira (cap. 4, p. 9) é, com certeza, irmão de Rui.
- ² Relembro que a *CC* omite os serviços prestados por Álvaro Gonçalves Pereira ao rei castelhano D. Pedro, provavelmente com o objectivo de evitar a confusão entre esse seu comportamento, caucionado pelo rei português, e o deste seu filho (v. *supra* p. 83).
- ³ Sobre a "Lenda do rei Rodrigo", cf. CINTRA 1964.
- ⁴ Fernão Lopes refere Rodrigo Álvares, irmão, e João Rodrigues Pereira, primo, que a *CC* ignora (*CDJI*: cap. 141, p. 305).
- ⁵ No capítulo em que comparo a *CC* com as *CDF* e *CDJ*, faço notar a diferença de critérios de Fernão Lopes quanto a esta matéria.
- ⁶ Por ter analisado este pequeno discurso muitas páginas atrás, relembro que interpretei esta frase como alusão antifrástica à ofensa originada no conflito sobre as terras (v. pp. 220 sg.).
- ⁷ A conhecida frase do prólogo da *CG*, em que Zurara se refere à escrita dos feitos de Nuno Álvares, indica que ele sabia da existência da *CC*, mas não garante que a tivesse podido consultar. CARVALHO assinala a alusão, sem analisar a extensão do conhecimento que o cronista teve da biografia anónima (1949:179).
- ⁸ Utilizo este termo para, de forma económica, designar todos aqueles que estão ao serviço do rei castelhano. Aliás, o próprio autor-narrador da *CC* o utiliza por vezes com o mesmo alcance semântico, como se verifica no cap. 26 (batalha de Atoleiros): "E a tençom sua era que os castellaãos viessem a pee à batalha" (o exército inimigo incluí, entre outros portugueses, Pedro Álvares Pereira).
- ⁹ Metáfora recuperada de um artigo já citado (BRANCO 1994^b).
- ¹⁰ Só que, do ponto de vista da redacção da crónica, parece mais natural considerar que foi a partir da experiência posterior que se construiu o episódio mencionado (esforço a que chamei "contaminação retroprojectiva").
- ¹¹ Este traço, muito característico dos heróis de epopeias, é amenizado na personagem de Nuno Álvares por vontade de adequação da sua personalidade a modelos cavaleirescos que implicam contenção e obediência.

CAPÍTULO 3: HONRA, FAMA E GLÓRIA

Na longa introdução em que disserta sobre a cavalaria, antes de dar início à narração da vida de Pero Niño, encontramos na crónica de Díez de Games uma passagem sobre o motivo da *fama*:

"Por quanto la noble fama es cosa propia a los cavalleros e aquellos que usan ofiçio de armas e arte de caballería, no a otra naçion ninguna, dize aquí el autor a los nobles cavalleros que se punan por aber honra e fama en arte de armas e cavallería e por llegar a palma de vitoria, que acatando e tomando enxemplo de aquellos que tanto afanaron por aver honra e fama —agora sean fideles, agora infidelis—, que en tal manera busques honra e fama que non perdades el alegría durable, que es ber a Dios en la su gloria, donde bibiredes siempre por siempre en continuo plazer.

E que así bien tomedes enxemplo de los cavalleros fieles que pelearan por la fee de nuestro Señor Dios. [Seguem-se referências a Josué, David e Golias, Judas Macabeu, Godofredo de Bouillon, Carlos Martel, Carlos Magno, Fernán González, o Cid e D. Fernando, o Santo].

[...] Todos éstos salvaron sus almas peleando con grand fee con los moros, e por la berdad, e haziendo vidas limpias; e dexaron gran fama en el mundo, e llegaron a palma de vitoria.

Dize aquí el autor que mucho deven preçiar los cavalleros fama e honra de vitoria quando el Hijo de Dios tal honra dio a los bençedores" (*Victorial*: cap. 6, pp. 225-227).

A referência final a Cristo repete a ideia presente na epígrafe,

"Cómo nuestro Señor Jesucristo quiso que los vençedores de las batallas fuesen honrados, e Él mismo los honró con palma que Él bendiçió." (p. 225),

sendo retomada, com mais pormenor, no capítulo seguinte. Aí é narrado um milagre de Jesus durante a fuga para o Egipto, que Díez de Games terá ido buscar ao apócrifo *Pseudo Mateus* (segundo a nota 20 do aparato, p. 228). No fim, Jesus diz:

"Árvol, levanta tus ramas. Palma, tú serás más honrada entre todos los otros árboles e serás plantada en el paraíso de mi Padre. E quiero por tu honra que, quando alguno pelear e bençiere, que le digan por honra: «agora llegaste a palma de bitoria»" (cap. 7, p. 228).

Em seguida, o autor apresenta os anjos, os mártires e os reis/os cavaleiros como três espécies de uma mesma ordem: a cavalaria (pp. 229-230).

A honra e a fama de que Diéz de Games começa por falar são mundanas: trata-se, efectivamente, do renome conquistado pelos cavaleiros em batalhas. Depois, parece claramente querer legitimar esse tipo de notoriedade através de dois argumentos articulados entre si: se Cristo destinou a palmeira aos vencedores e é Deus quem lhes dá a vitória, então a fama daí decorrente é desejada e aceite pelo mesmo Deus.

Na realidade, o biógrafo de Pero Niño tenta solucionar, por meio de um inteligente exercício retórico, o problema criado pelo encontro da tradição épica homérica com o pensamento de alguns dos mais importantes padres da Igreja. Começemos pela primeira.

No final do seu discurso de desafio aos Aqueus, Heitor exprime, na primeira pessoa, o desejo de combater para ganhar *fama*, recompensa máxima que um guerreiro pode almejar:

"Y algún día podrá decir alguno,
aun de los hombres que más tarde nazcan,
con nave rica en filas de remeros
sobre la mar vinosa navegando:
«De un varón este túmulo es, por cierto,
antaño fenecido a quien otrora,
aunque sobresalía,
mató el ilustre Héctor.»
Así dirá alguno algún día
y no percerá jamás mi fama" (*Iliada*, VII, 87-92).

Esta sede de celebridade é comum aos grandes heróis épicos (Ulisses e Aquiles, por exemplo), em termos que apontam, sempre, para a vitória sobre a morte, já que o renome conquistado durante a vida confere ao guerreiro a

imortalidade. A recorrência deste *topos*, sobretudo em autores como Homero, Heródoto ou Píndaro, levou LIDA DE MALKIEL a vê-lo como um dos mais importantes da cultura grega, tanto no plano militar como na dimensão civil (1983:14).

Uns séculos mais tarde, e ainda segundo a mesma autora, Cícero integrará *honra e fama* na categoria dos "bens de fortuna", a que atribui um valor moral inerente, considerando, inclusivamente, que o amor de um jovem pela fama é indício da sua boa índole (LIDA DE MALKIEL 1983:29-30¹). É nesse contexto ideológico que deve ser interpretado o trecho da biografia de César em que este chora ao ler a vida de Alexandre:

"De même, encore, en Espagne, un jour qu'étant de loisir il lisait un ouvrage sur Alexandre, il resta longtemps à réfléchir absorbé en lui-même, puis il se mit à pleurer. Ses amis, étonnés, lui demandèrent la cause de ses larmes: «Ne vous semble-t-il pas, dit-il, qu'il est digne d'affliction de penser qu'à l'âge où je suis Alexandre avait déjà un si vaste empire, et que moi, je n'ai encore rien fait de grand?»" (Plutarco, *César*, 11, *Vies*, IX, pp. 157-158).

O estudo que tenho citado, e que refere muitos autores clássicos de que não me ocupo aqui, defende que tanto a ideia épica da *fama* como a sua depreciação, de origem estóica, influenciaram o pensamento medieval sobre a matéria:

"En suma: el pensamiento de la Antigüedad clásica, fijado en la literatura romana, transmite a la Eda Media su apreciación entusiástica de la fama, reflejada en unos pocos motivos en las obras de autores muy leídos y influyentes (Ovidio, Lucano, Estacio, Prudencio, por ejemplo). Y, por otra parte, transmite también en algunos pocos obras de grande prestigio (el *Somnium Scipionis* con el comentario de Macrobio, las *Sátiras* de Persio y de Juvenal, la *Consolación* de Boccio) una apreciación negativa, muy semejante a la que profesa el cristianismo ascético" (LIDA DE MALKIEL 1983:95).

Efectivamente, o ascetismo cristão condena a avidez de fama terrena individual, contrapondo-a à verdadeira glória, a de Deus. Segundo S. João, os fariseus não acreditaram em Jesus

"pois amaram mais a glória dos homens do que a de Deus" (*João* 12).

Santo Agostinho explica, tomando como exemplo os Romanos, a razão pela qual a celebridade humana é condenável:

"Os antigos romanos, os dos primeiros tempos, tanto a história no-lo ensina e garante, [...] *eram ávidos de louvores, pródigos quanto ao dinheiro, aspiravam por elevada glória e fortuna honesta*. Esta foi a sua paixão mais ardente. Por ela queriam viver. Por ela não hesitavam em morrer. Por esta desmesurada paixão, abafaram todas as outras paixões. [...] Efectivamente, a glória, pela qual ardem de desejo, é um juízo dos homens que têm de outros homens uma alta opinião. E por isso é melhor a virtude que não se satisfaz com o testemunho humano mas com o da sua consciência" (*Cidade de Deus*: V, cap. 12, pp. 499-500 e 504, itálico meu).

Noutro ponto do texto, este padre da Igreja censura o amor pelo renome de forma ainda mais peremptória:

"Sem dúvida que é melhor resistir do que ceder a esta paixão [o amor do louvor humano]. Realmente, cada um é tanto mais semelhante a Deus quanto mais puro está desta imundície. Embora durante esta vida ela não possa ser arrancada do fundo do coração, porque não cessa de tentar mesmo as almas em bom progresso —seja pelo menos a paixão da glória superada pelo amor da justiça, de maneira que, se em alguma parte «jazem por terra as coisas que no ânimo de cada um se encontram desprestigiadas»,— se essas coisas são boas, se são justas, o próprio amor da glória se cubra de vergonha e ceda ao amor da verdade! Chega a ser tão contrário à fé religiosa este vício, quando a paixão da glória é no coração maior do que o temor e o amor de Deus, que o Senhor diria: *Como podereis crer, vós que esperais a glória uns dos outros e não procurais a glória que só de Deus vem?*" (*Cidade de Deus*: V, cap. 14, p. 511, itálico meu.)

É clara, no pensamento agostiniano, a relação imediata entre a busca de fama e os pecados mortais da soberba e da vaidade.

S. Tomás de Aquino, num registo menos apaixonado, considera que o amor pela glória é um pecado perigoso, pois ofusca o verdadeiro sentido das acções humanas, ainda que não possa ser incluído nos pecados mortais:

"[...] opus uirtuosum amittit uim merendi uitam aeternam si propter inanem gloriam fiat, etiam si illa inanis gloria non sit peccatum mortale [...]. Dicendum quod inanis gloria dicitur esse periculosum peccatum: non tantum propter grauitatem sui, sed etiam propter hoc quod est dispositio ad grauia peccata" (*Summa Theologica, Secundae secundae, quaestio CXXXII, art. III, apud LIDA DE MALKIEL 1983:103*).²

Se a tradição ascética, aqui representada pelas palavras de Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, influenciou muitos outros pensadores cristãos nas suas duras sentenças contra a fama humana, a sociedade cavaleiresca laica parece ter recebido com agrado a tradição antitética desta, amplamente desenvolvida nalguns textos canónicos muito difundidos. Um dos casos mais interessantes é o do *Libro de Alexandre*³, obra castelhana composta, em finais do século XII, a partir do *Alexandreis* de Gautier de Châtillon, por um clérigo anónimo, e que influenciou muitos textos castelhanos posteriores, como o *Libro de Apolonio*, o *Poema de Fernán González*, a *General Estoria*, o *Libro de Buen Amor*, o *Poema de Alfonso Onceno* ou *El Victorial* (cf. CAÑAS 1988: 11-31). Nele se conta a vida de Alexandre da Macedónia, numa adaptação da matéria clássica à nova realidade cavaleiresca, de que resultam anacronias como a cena da investidura cavaleiresca do protagonista:

"El diziembre exido,
en tal día naçiera
el infant venturado,
quiso çeñir espada

entrante el janero,
e era día santero,
de don Mars compañero,
por seer cavallero." (*Libro de Alexandre*, 89 —

segue-se uma descrição pormenorizada da cerimónia).

Segundo LIDA DE MALKIEL,

"[s]in duda alguna, el texto de la España medieval más importante para la idea de la fama es el *Libro de Alexandre*, en parte porque su fuente principal, la *Alexandreis*, revive con impetuosa pasión el antiguo afán de gloria, en parte porque la figura del héroe se presta de suyo a la elaboración caballeresca" (1983:167).

Apresento duas passagens do livro em que o *topos* da *fama* é abordado, para exemplificar a importância que ele assume ao longo de toda a obra:

"Quando vio Alexandre començô con cuer malo dixo a sus varones: quiérovos dezir nuevas	tal fazaña de gentes, de amolar los dientes; «Amigos e parientes, meted en ello mientes.
Assaz avedes fechas ya son por tod' el mundo son todas sobre nos ond' es menester que	faziendas muy granadas, vuestras nuevas sonadas, las tierras acordadas, traigamos las espadas.
Agora nos devemos quando con tod' el mundo nos pocos, ellos muchos, avrán por contasella	por varones preciar, avemos a lidiar; podrémosnos honrar, de nos much que fablar" (1341-1343);
"No conto yo mi vida mas por buenas faziendas non escrevió Omero los meses de Achiles,	por años nin por días, e por cavallerias; en sus alegorías mas sus barraganias" (2288).

Não há dúvida de que, nos dois casos, Alexandre retoma a ideia da *fama* tal como tinha sido entendida pelos poemas homéricos, ou seja, a que principia em vida do herói, com o reconhecimento do seu valor pelos contemporâneos, mas tem capacidade para se prolongar para além desse tempo. Essa influência clássica já se fizera sentir nos cantares de gesta. Numa exortação de Roland a Olivier, durante uma batalha contra os sarracenos, a

ideia da *fama* é apresentada em íntima ligação com a composição de um poema comemorativo:

"Ço dist Rollant: «Oliver, compaign, frere,
 Guenes li fels ad nostre mort juree.
 La traïsun ne poet estre celee:
 Mult grant venjance en prendrat l'emperere.
 Bataille avrum e forte e aduree,
 Unches mais hom tel ne vit ajustee.
 Jo I ferrai de Durendal m'espce,
 E vos, compainz, ferrez de Halteclere.
 En tant lius les avum nos portees!
 Tantes batailles en avum afinees!
 Male chançon n'en deit estre cantee»".
 (*La Chanson de Rolland*, vv. 1456-1466)⁴

Este fragmento da *Chanson* ilumina, justamente, uma relação de dependência entre a fama do herói e a narração da sua vida: se os poetas, os cronistas, os biógrafos (os contadores de histórias) não contassem os feitos desses grandes cavaleiros, como perduraria a sua memória? A narrativa oral e a narrativa escrita são os únicos meios pelos quais a fama de um herói se expande e perdura. Píndaro escreveu sobre o assunto, em várias passagens da sua obra, revelando uma consciência muito exacta dessa função do escritor:

"Si alguien acierta en sus empresas, ofrece dulce causa al manantial de las Musas. Porque las grandes proezas se cubren de gran tiniebla y necesitan de los himnos: para los nobles hechos sólo conocemos un espejo: cuando por merced de Memoria, la de brillante diadema, hallamos rescate de trabajos en las palabras de gloriosos cantos" (*Nemea*, VII, 11 sgg., *apud* LIDA DE MALKIEL 1983:22).

Pode mesmo considerar-se que o motivo tópico clássico sobre a função didáctica da História, tão difundido e imitado pelos cronistas medievais, em que se apregoa o dever de propagar os "nobres feytos por que aos bõos fezessem cobiça aver pera as semelhantes cousas fazerem" (prólogo da *CC*),

contém a ideia desenvolvida por Píndaro, dada a íntima relação entre a *fama* e a memória. É dessa relação que fala Fr. João Álvares, na introdução da *CISanto*:

"A memoria das cousas pasadas da conhecimento para as do presente e auisamento das que som por vjir. E asy os notauces factos dos antigos se põem em escripturas para sua obras vertuosas serem em nembrança por ensinança e doutrina de nos outros. E por seus auctores para sempre viuerem no mundo por boã fama, e ainda por tal, que aqueles que os semelhar quiserem, segurando suas pegadas seiam mereçedores de perpetua memoria e de nome gloryoso o^s immortal" (p. 3).

Regressando ao texto de Diéz de Games, quando nele o biógrafo pretende legitimar a fama terrena na própria vontade de Deus, sobretudo no fim do cap. 6

("Dize aquí el autor que mucho deven preçiar los cavalleros fama e honra de vitoria quando el Hijo de Dios tal honra dio a los bençedores", p. 227),

reconhece-se a tentativa de regar o mal-estar provocado pelo confronto de dois sistemas ideológicos contraditórios: o cavaleiresco, de origem clássica, e que toma a fama terrena como um bem; e o cristão, que vê no desejo de fama humana os pecados da vaidade e da soberba, opondo-lhe a verdadeira glória, aquela que é conseguida ao serviço de Deus, e que passa, essencialmente, pelo exercício de virtudes como a piedade, a caridade e a humildade. Passemos agora a uma breve recensão do tratamento do tema na *Demanda* e nos *LL*, por se tratar dos textos portugueses que, provavelmente, neste âmbito, mais influenciaram a *CC*.

Na *Demanda* e no *Livro de Linhagens*

Nos romances de cavalaria arturianos, a ocorrência da palavra *fama* e outras suas equivalentes semânticas ("renome", "reputação") é rara, ao contrário da palavra *honra*, muito repetida: os cavaleiros combatem em nome desta, ou seja, do conjunto de códigos da cavalaria que juraram defender e preservar. Daí que ROBREAU a considere, nesse contexto, como substituta semântica das primeiras, dada a relação íntima entre os valores por elas enunciados (1981:73-74). Na *Demanda*, é frequente os cavaleiros desafiarem outros para o duelo, em nome, precisamente, da *honra* (própria ou mútua) — e a quebra, mesmo que involuntária, desses códigos pode levar um cavaleiro a sentir-se muito diminuído na sua dignidade. Depois de ter reconhecido em Dondinax, que acabara de ferir gravemente, um seu companheiro da Távola Redonda, Tristão fica profundamente perturbado:

"E quando Tristam entendeu que era da Mesa Redonda houve tam gram pesar que nom pôde maior. E chamava-se cativo e astroso; e disse que ja mais nom haveria honra e que nom devia de haver, como aquele que era perjurado e desleal contra os da Mesa Redonda. E foi a seu cavalo e subiu em ele e foi-se correndo quanto o cavalo o pôde levar e fazendo tam gram doo como se tevesse ante si morto a cousa do mundo que mais amasse" (cap. 105, p. 88).

A reacção de Dondinax sugere, que, pelo contrário, a fama de Tristão não só se manteve intocada, como aumentou:

"— Agora podedes veer o bõõ talante e a mesura do cavaleiro" (p. 88).

Um outro episódio torna visível que a fama de um cavaleiro é, preferencialmente, enunciada por terceiros, através de epítetos transparentes.

A cena passa-se no castelo do pai de Dalides:

"E eles [Galaaz e Ivam] preguntarom como havia nome seu filho.
 — Senhores, disse el, há nome Dalides; nom sei se o conhocedes.
 E Galaaz disse que o nom conhocia; e Ivam o Bastardo disse que o conhocia bem ca o vira já em muitos lugares.
 — E que vos direi? disse o padre, em esta terra o teem por mui bõõ cavaleiro.
 — Quem al dissesse, disse Ivam o Bastardo, diria mui gram torto ca, assi Deus me conselhe, eu o tenho por ãõ dos bõõs cavaleiros que eu sei ca nom há homem que del tanto visse como eu nem que mais bem dele dissesse ca eu sei" (cap. 71, p. 69).

Imediatamente a seguir se percebe o quanto a celebridade depende, como já ficou dito, do acto de contar:

"—Que novas trazedes do torneio?
 — Senhor, mui bõas.
 — Quacs? disse el.
 — Meu Senhor, vosso filho venceu o torneio assi que todo prez é seu de ãa parte e da outra.
 — Beentas sejam taes novas e bcento seja Deus que me tal filho deu que de cavalaria me semelha" (p. 69).

Do *LL*, escolhi o título 21, por se tratar da secção mais directamente relacionável com os Pereiras e, conseqüentemente, com o protagonista da *CC*.

Aí, a ideia da *fama*, quando não explicitada, é transmitida (tal como na *Demanda*, aliás) pelos epítetos ou curtas narrativas associados às personagens mencionadas:

"Houve ãõ rei em Leom de grandes feitos a que chamarom rei Ramiro, o segundo" (21A1, p. 204 —trata-se do *incipit* do título);

"E o suso dito dom Sociro Meendez, o Boo, chamarom-no assi *porque era homem de grandes feitos, e porque tirou o feu da Espanha* que haviam d'haver os Romãos" (21A6, p. 213);

"[Durante a batalha em que morreu Gonçalo Mendes da Maia] por esta gram força, acendia-se cada vez mais e mais, como aqueles que eram de gram coração. *E de todas as partes do mundo, em aquel tempo, escrareciam a sas bondades, das cavalarias que faziam.*[...] E feriram-se de tam dura força e de tamanhos golpes, que os cristãos da Espanha, e os Mouros que *desto ouvirom falar*, dos talhos que naquel logar foram feitos, disserom que taes golpes nom podiam seer dados por homêes" (21G6, p. 221).

"Ali foi a fazenda tam grande que o ifante dom Afonso, filho d'el rei dom Fernando, e dom Paai Correa, meestre d'Ocrés, e dom Diego Lopez de Bizcaia e outros muitos ricos homêes que iam pera lhes acorrerem disserom a el rei Dom Fernando que *nunca virom cavaleiros nem ouvirom falar que tam sofredores fossem. e poserom-nos em par dos Doze Pares*" (21G9, pp. 231-232).

"E levarom a cabeça ant'el rei, e disse-lhe dom Rodrigo Froiaz: «Senhor, as torres cobrámos, e custarom mui caras, ca i desperecerom muitos fidalgos, e estes fidalgos que d'i saïrom tragem a cabeça de Caçaf, que per sua maldade quisera gaanhar a cabeça de vosso filho, o ifante dom Afonso». Desto *forom eles mui louvados d'el rei e de todolos da hoste*" (21G9, pp. 233-234).

Num dos mais emblemáticos exemplos que se podem colher no título 21, pretende retratar-se, explicitamente, a excepcional fama de um muito jovem cavaleiro:

"Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte annos e com seu poder foi em muitas fazendas, e *diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos*" (21G11, p. 237).

Por vezes, o texto chega a sugerir a projecção da *honra e fama* de um cavaleiro sobre toda uma linhagem, graças ao modelo sintáctico próprio do discurso genealógico:

"E dom Rodrigo Froiaz mandou dizer a el dom Garcia que el rei dom Sancho era preso, e que chegasse i e entregar-lho-ia. E os messegeiros foram estes: [...] e o outro foi dom Moniho Ergimic: este fez em esta lide mui bem pelo corpo, e na primeira lide de Coimbra derribou do cavalo o conde dom Garcia de Cabra e outros muitos cavaleiros, ca ele era de gram força e de gram coração, e os que deste veem mostra-se no titulo XXXVI" (21G7, p. 227).

É, contudo, na narrativa da batalha do Salado que mais nitidamente se faz apelo à ideia da *fama* resultante da valentia militar, tanto na sua dimensão humana como na que decorre da ideologia da guerra santa:

"Poede em vossos corações de usardes do que usaram aqueles donde vñides, como nom percaedes vossas molheres nem vossos filhos e o em que ham-de viver aqueles que depois de vós veherem, os que i morrerem e viverem *seeram salvos e nomeados pera sempre*" (21G15, pp. 243-244) [retirado do discurso que D. Afonso IV dirige às suas tropas];

"Os Portugueses andavam per a lide ferindo e derribando [...]. O esforço era mui grande em eles, e faziam tam bem e tam igual, que todo o home que os viesse sofrer e ferir e matar em seus emmigos, [...] ⁶ *que os nom louvasse de todo prez e honra de cavalaria*" (21G15, p. 245);

"Com toda esta pressa, seu feito deles era haverem mãos e lingua, esforçando-se ñus a outros, dizendo: «[...] Os que daqui sairmos *seremos louvados d'honra, de vitoria, de prez, de bondade de toda a cristaidade* [...]»" (21G15, p. 246).

Por sua vez, no discurso do rei mouro também é feito um apelo ao mesmo tipo de valores:

"Senhores, nembre-vos que eu soo vosso rei Almafadem, *aventurado e vencedor de todas as lides que fiz*. [...] Nom percaedes *as famas de bondades de cavaleria que sempre houvestes*, e os filhos e as filhas e as molheres fremosas e as grandes requenzas que aqui trouvestes" (21G15, pp. 250-251).

É interessante notar que a ideia da *fama*, no discurso do rei mouro, se assemelha mais à do *renome* tal como era entendido pela épica homérica e que foi absorvida pelos romances (e pelo ideal) de cavalaria, já que aquela a que os cristão se referem tem mais a ver com a ideia da *glória divina*, ou seja, com a reputação conquistada ao serviço da causa de Deus e, portanto, merecedora da recompensa máxima (o Paraíso celestial). Ora, conforme observa ROBREAU, também nos romances arturianos *honra* e *glória*, palavras que remetem directamente para o conceito de reputação, se distinguem

semanticamente pelo facto de a primeira referir uma dimensão humana, enquanto a segunda diz respeito a Deus (1981:76).

O conjunto de exemplos aqui apresentados⁷ aponta —invariavelmente e independentemente da matriz ideológica que lhes subjaz (de raiz épica ou cristã)— para a estreita relação entre a actividade militar e a honra e a fama, para o ganho de celebridade que as vitórias proporcionam aos seus autores. Este breve excurso teve como propósito essencial a tentativa de vislumbrar o quadro de referências em que, supostamente, Nuno Álvares terá sido criado e que pode ter marcado não só o seu comportamento como a redacção da sua biografia. Por esse motivo, passarei de imediato à análise do discurso do biógrafo anónimo.

Na Crónica do Condestável

A palavra *honra* é muito recorrente na biografia de Nuno Álvares, normalmente com o sentido que, ainda hoje, se utiliza:

"conjunto de qualidades morais que exornam a personalidade (como a probidade, a lealdade, a rectidão, etc.); sentimento que leva o homem a merecer a consideração pública pelo cumprimento do dever e pela prática de boas acções; dignidade; etc." (*Dicionário da Língua Portuguesa*, versão 1.0, Porto: Porto Editora e Priberam Informática, 1996).

O que, evidentemente, foi variando ao longo do tempo foram as qualidades pertencentes ao conjunto designado por essa palavra. Na *CC*, tanto se pode estar a falar do cumprimento de deveres e preservação de direitos próprios da cavalaria ou da guerra,

"E, vecndo o condestabre como rrefusavam a batalha e nom queryam a clla viir como quer que estavam naquella grande altura, encaminhou pera elles com suas batalhas e, asy pec terra como estavam, chegou ao pee do monte, honde lhe o meestre [de Santiago de Castela] enviou dizer que lhe rogava e pedyá que o nom quisesse mays desonrrar, que asaz eram escornelhados, e se tornasse pera sua terra como *honrrado e vallente cavaleyro*" (cap. 68, p. 172);

"E a molher do alcayde, filha de Lopo Gomez de Lyra, se veeo ao conde estabre e lhe pedyo por merçee que lhe mandasse guardar sua *honrra* e elle respondeo que lhe prazia muyto e que sua *honrra* seria bem guardada. E logo no dia seguinte, bem pella manhã, a mandou *honrradamente*, com çertos escudeyros e homões de pee, em salvo, a Ponte de Lyra [...]" (cap. 43, p. 103);

como de uma dimensão cerimonial,

"elle [D. João I] fez logo seu conde estabre a Nun'Alvrez, fazendo'lhe suas cirimonias segundo ao officio pertence, *muy honrradamente*" (cap. 42, p. 99);

"forom feitas suas vodas [de D. Beatriz Pereira e D. Afonso] *muy honrradas*" (cap. 76, p. 191);

como, em última análise, apenas da capacidade de se fazer respeitar, como quando os conselheiros de D. João o convencem a não partir para Inglaterra, porque

"nom era bem nem serviço a Deus nem sua *honrra* hiir fora da terra" (cap. 20, p. 46).

A *honra* é, concomitantemente, algo que pode perder-se:

"e o alcayde se foy com o seu e os seus, com *tam pouca honrra* como sayo de Viana de Caminha" (cap. 46, p. 107);

o que, não raras vezes, incute em quem se vê atingido na sua dignidade o desejo de vingança ou de retaliação:

"[...] Nun'Alvrez disse contra seu irmão, ja quanto de sanhudo: «Nós não teemos *proll nem honrra* de aqui mais estar, e porem he bem que nos vaamos pera as pousadas, mas ante que nos vamos eu quero fazer que estes que nos pouco preçarom e de nós escarnecerom, que fiquem escarnidos». E chegou'se logo aa mesa, a hũu cabo della, e , em presença del'rey e de sua vista, alçou a mesa e, com a perna, triou o pee da mesa e cayo a mesa ao chaão, e os que a

ella siiam ficarom todos espantados, e elles se partirom logo em grande assessego, bem como se nom fizessem nenhũa cousa" (cap. 14, p. 37 —durante a boda de D. Beatriz e D. Juan);

"ho mestre de Santiago de Castella juntava gente muyta pera todavia entrar em Portugal a *se vingar da desonrra que lhe fora feyta*" (cap. 69, p. 172 —Nuno Álvares, contrariando os seus planos de ataque, obrigara-o a renunciar à batalha).

Não encontrei nenhum caso em que uma derrota, por si só, originasse a *desonra*, apesar de implicar um ganho de *honra* para o vencedor:

"Mas ora leixa o conto de falar na dita batalha [de Atolciros] por que Nun'Alvrez tanto trabalhou de seer, que a Deus prouve de a elle acabar com sua honrra" (cap. 29, epígrafe, p. 69).

Mas a renúncia à batalha prejudica a *honra* de quem se retirou sem combater, ao mesmo tempo que aumenta a de quem o não fez:

"E assy negarom os castellaãos a batalha e o *campo e honrra* ficou por Nun'Alvrez" (cap. 24, p. 53)⁸.

A *honra* é, portanto, muito prezada, quanto mais não seja porque ela transcende o âmbito individual, por integrar o património genealógico:

"E Alvaro Gonçalvez ficou com *sua honrra e de seu linhagem* e nom foy cercado como fora se o conde [Nuno Álvares] quisera" (cap. 71, p. 180).

No capítulo que descreve a linhagem de Nuno Álvares, tanto encontramos a expressão "grande e honrrado", qualificadora de Álvaro Gonçalves Pereira, como outras similares, aplicadas a Gonçalo Pereira ("grande cavaleyro muy fidalgo e de grande sangue"; "era de nobre linhagem e de condiçam", cap. 1, p. 2).

Repare-se que um dos mais importantes argumentos usados por Nuno Álvares para dissuadir o rei do propósito de lhe confiscar parte das terras se baseia, precisamente, na questão da *honra*:

"E o conde estabre [...] disse a el'rey que sua merçee fosse tal cousa nom fazer porque os que delle terras tiinham bem lhas aviam servidas e nom era bõo gualardom aveelhas asy de tirar. El'rey respondeo dando suas razoões por que o fazia e o conde estabre lhe tomou a dizer que, pollas terras que elle tinha, elle se nom podia bem manteer com sua *honrra*, de mais pollas que tiinha dadas, e que muyto pyor se manteria se lhe dellas tirassem" (cap. 63, p. 151).

Esta ideia estava já implícita no pedido de Nuno Álvares ao rei, a propósito do alfajeme de Santarém:

"O conde estabre [...] logo cavalgou e se foy a el'rey e lhe contou todo o que lhe acontecera com aquelle alfajeme e lhe pidio por merçee que, por sahyr de tal divida, lhe mandase soltar aquelle alfajeme e lhe mandasse entregar seus bões" (cap. 52, pp. 122-123).

No contexto em que D. Leonor de Alvim preserva a *honra* do seu primeiro marido, não divulgando a sua virgindade, o sinal mais visível da sua própria honradez é a *fama*:

"cobrou gram fama de bom nome" (cap. V, p. 11),

A palavra *fama* é, pelo menos duas vezes, utilizada na acepção mais neutra de "voz pública":

"[...] e [o rei D. Fernando] mandou a Gonçallo Vasquez, seu grande privado, que se viesse pera elles pera com elles seer na obra. E a *fama* era que o mandava por capitam de todos, que per elle se regessem, mas esto era maldizer e nom verdade" (cap. 9, p. 16);

"[Fernão Gonçalves de Sousa] começou de cantar em esta guisa: «Poys Maryna balhou, tome o que ganhou. Milhor era Portell e Villa Ruyva, puta velha, que nom Çaffra e Segura. Tome o que ganhou.» E esto dizia elle por perder Portell e Villa Ruyva [...] e porque a *fama* era que elle nunca tomara voz por el'rey de Castella senom polla molher, que lho fezera fazer porque era criada da rainha" (cap. 37, p. 92).

Passemos, de imediato, à análise destes termos quando directamente relacionados com o percurso do protagonista da crónica.

Até ao capítulo em que se narra a batalha de Atoleiros, como sabemos a primeira vitória de Nuno Álvares com projecção nacional, o motivo da aquisição de *fama*, em todas as suas variantes lexicais, é recorrente, tanto no discurso do narrador sobre o protagonista, como no de outras personagens, como no que o herói dirige aos seus homens:

"E Nun'Alvrez [...] leixou seu cuydar em que hya e, nom se lembrando da cariegem que hya adiante, e por o boõ desejo que levava na batalha e avia gram vontade *de ganhar nome e honrra*" (cap. 9, p. 17);

"Quando Nun'Alvrez vio que a batalha era desfeita, e que todollos senhores e gentes de Portugal se tornavam a suas frontarias sem mais fazer, foy muyto anojado. E, como homem novo e de gram coração, e que muyto desejava de servir el'rey dom Fernando, que o criara, e *de seer conhecido e aver nome de boom*, cuydou em sy mesmo [...] a gram criação que el'rey lhe fezera [...] e deu aa memoria os desserviços que lhe o mestre Fernamd'Ançores fezera em sua terra" (cap. 10, p. 19);

"Nun'Alvrez, amando muyto o serviço del'rey e desejando ser em cousa que el'rey se ouvesse delle por servido, e *elle conhecido*" (cap. 12, p. 26);

"E [Nuno Álvares] começou logo a tocar seu cavallo e, com gram ledice, esforçar todollos seus, dizendo'lh'es em esta guisa: «Amigos e irmãos [...] percalçaredes *gram fama e muita honrra que vos por sempre durará*»" (cap. 12, p. 28);

"E espero na merçee de Deos que nos dará delles [castelhanos] o vencimento, de que nos pera sempre ficará *grande honrra e bõos nomes*" (cap. 28, p. 62 —primeiro discurso de Nuno Álvares antes de Atoleiros);

"Amigos, eu nom sey que vos em esto diga mais do que vos ja disse, pero ainda vos quero responder ao que dizees, que os castellaãos som muitos e grandes senhores, tanto vos vinrá *mayor honrra e louvor* de os vencerdes" (cap. 28, pp. 62-63 —segundo discurso de Nuno Álvares antes de Atoleiros).

Creio ser impossível distinguir claramente os termos usados nos exemplos transcritos, nomeadamente *honra* e *fama*. Esta fusão semântica das duas palavras é compreensível à luz do que nos diz ROBREAU (v. *supra* p.

341), mas é-o também em função da maneira como os conceitos interagem um sobre ou outro: o acréscimo de *honra* provoca o aumento de *fama* e vice-versa. Esta constatação leva-me a ver nas expressões "nome e honra" ou "gram fama e muyta honrra", não a justaposição coordenativa de dois valores distintos, mas uma verdadeira duplicação lexical e sintáctica, conforme é habitual no discurso medieval.

Um cavaleiro também pode ganhar fama através da fama de outro, ao enfrentá-lo em combate, numa espécie de "sistema de vasos comunicantes". Recordo os termos em que o narrador descreve o desafio de Nuno Álvares ao conde de Maiorca:

"Estando Nun'Alvrez em Lixbõa com o mestre, seu senhor, ouvio dizer que o conde de Mayorgas estava em Santarem, que hy viera com el'rey de Castella e que era muy forte homẽe d'armas, e, *por a fama que delle avia* e por provar seu corpo, cuydou de o mandar rretar pera se com elle matar trinta por trinta" (cap. 22, pp. 49-50).

De facto, a tão desejada ampliação da *fama* e da *honra* é conquistada, essencialmente, por meio das vitórias militares difíceis, razão pela qual é evidente que estamos no campo da ideia medieval (e clássica) da fama terrena. Ora, depois do relato de Atoleiros, nunca mais o narrador ou o protagonista utilizarão a palavra *fama* e seus correlatos semânticos, porque uma das fases do processo se concluiu. Podemos, então, considerar que, do ponto de vista do tema em análise, o texto da *CC* se organiza em três períodos, delimitados: pela batalha de Atoleiros (fim do primeiro); pelo ingresso no Mosteiro do Carmo (fim do segundo); e pela morte do protagonista (fim do terceiro).

Se no período inicial passava para primeiro plano, como vimos, a grande preocupação do jovem cavaleiro com a conquista de *fama*, no segundo veremos, sobretudo, os *efeitos da fama* alcançada com a vitória na referida batalha. Assim, a partir do cap. 35, sucedem-se os seguintes acontecimentos:

— numa conversa com o rei de Castela, Pero Sarmiento elogia a persistência de Nuno Álvares (cap. 35, p. 87);

— com medo da sua investida, entregam-se ao Condestável os castelos de Vila Nova de Cerveira, Caminha e Monção (cap. 44, p. 104);

— assim que souberam que Nuno Álvares estava próximo, os habitantes de Vila Garcia abandonaram o castelo e os seus pertences (cap. 53, p. 125);

— depois da vitória em Valverde, por duas vezes grupos de castelhanos observam de longe o exército de Nuno Álvares, sem nada ousarem fazer (cap. 54, p. 133);

— primeiro o mestre de Santiago, depois o mestre de Alcântara e em seguida o infante D. Dinis desistem de invadir Portugal assim que sabem que Nuno Álvares tenciona combatê-los (cap. 59, p. 144; cap. 62, p. 151; cap. 69, p. 178);

Mas o episódio mais significativo sobre este aspecto acontece no cap. 66:

"E esta noyte, antre lobo e cam, vierom a elle, ao soveral honde pousava, dez escudeiros castellaãos que pareciam homens de bem, sem avendo delle seguro nenhũu pera hy poderem viir, e falarom ao conde, e elle os recebo bem e lhes perguntou que homens eram, e elles lhe responderom que eram daquelle regno de Castella, e o conde lhes disse como eram ousados a viir assy sem seguro e elles responderam que, em atrivimento de sua grande bondade e muytas virtudes que Deos em elle posera, lhes fezera aver tal ousadia. E entom

lhes preguntou o condestabre que, poys asy era, que era o que lhes prazia e elles discrom que nom outra cousa senom ve'illo, como ja tinham visto. E o condestabre lhes mandou dar de çecar e elles nom quiserom çcar e foron'se" (p. 160).

Esta curtíssima cena, contada de uma forma extremamente sóbria, tem uma força simbólica imensa, já que coloca o protagonista da *CC* no plano dos melhores cavaleiros do mundo. Subliminarmente, o trecho citado diz o mesmo que estes outros da *Demanda*:

"E el-rei se ergueu da mesa e foi aa mesa u siia Galaaz, e viu i seu nome escrito, e foi mui ledo e disse a Galvam:

— Sobrinho, ora podedes veer Galaaz, o mui bõõ cavaleiro sobejo, que nós tanto atendemos e que tanto desejamos a veer" (cap. 19, p. 31).

"Grande foi a alegria e o prazer que todos com Tristam houverom. E ele rogou a el-rei que lhe mostrasse Galaaz, o mui bõõ cavaleiro. E el-rei lhe disse que fora pera a çidade com peça do linhagem de rei Bam.

— Ai, Senhor, disse Tristam, fazedo que o veja, ca por al nom viim acá.

— De grado, disse el-rei.

Entam se foram pera o paaço e decerom. E quando entrarom no paaço acharom Galaaz com seu linhagem que já se desarmarom. E el-rei filhou Tristam e levou-o a el e disse-lhe:

— Amigo Tristam, vedes vós aqui o que demandades.

— No nome de Deus, disse Tristam, bem seja el viindo, ca da sua viinda sou eu mui ledo" (cap. 24, p. 35).

O desejo imperioso de *ver* o herói traduz, tanto na *Demanda* como na *CC*, a necessidade de ver a pessoa a quem corresponde uma certa *fama*, ou seja, de confirmar a existência de um cavaleiro cujo valor transcende a humanidade habitual.

Esta *fama*, conquistada no mundo, é celebrizada pelos homens com quem co-existe. Não chega, contudo, para que o cavaleiro seja recebido e honrado por Deus. Deve ter sido a consciência disso mesmo que levou o biógrafo a escrever o cap. 80, em que se registam os actos a que Deus dá verdadeiramente importância (v. *supra* pp. 74 sgg.). E, por isso também,

quando assinala a morte de Nuno Álvares, no fim do cap. 79, o narrador relaciona os dois tipos de *fama*, numa frase muito sintética:

"Praza a Deos que em seu regno lhe dê gloria e honrra tanta como em este mundo lhe foy feita" (p. 198).

Note-se a manutenção da palavra "honrra" e a permuta de "fama" por "gloria", ou seja, a celebridade reconhecida por Deus e que justifica a entrada no Paraíso. Esta discreta operação de substituição lexical propõe a última fase da vida de Nuno Álvares como prolongamento natural das duas anteriores. Primeiro, o herói desejou (obsessivamente) provar aos outros o seu valor (caps. 2 a 28); depois, confirmou, pelos actos, ser merecedor da confiança que os outros nele depositaram, ser merecedor da fama alcançada (caps. 29 a 79). Faltava mostrar as virtudes que levariam Deus a chamá-lo para junto de si.

Não se creia, todavia, que apenas o último capítulo serve esse propósito. Ao longo da crónica, o narrador foi disseminando índices da comunhão de Nuno Álvares com o transcendente: depois de Atoleiros, depois de ser nomeado condestável do reino, depois de Aljubarrota e depois de Valverde, o protagonista decide fazer romarias (caps. 29, 43, 51 e 56). O encadeamento desses actos com a *res bellica* sugere a articulação natural de dois planos da vida: o do serviço ao rei e o do serviço a Deus. Nesse âmbito, a oração de Nuno Álvares durante a batalha de Valverde confirma não só o que o chefe militar anunciara aos seus homens no início da vida cavaleiresca ("o vencimento em Deos he e nom nos homens"), como, também, a ideia de que, quando o saber dos homens não é suficiente para a conquista da vitória

militar, se recorre directamente ao auxílio divino. O facto de, nessa passagem, o narrador tomar como agente de focalização interna os companheiros, optando por, através de um campo de consciência múltiplo, mostrar-nos o herói em focalização externa, e nunca nos dando a conhecer o ponto de vista dele (ao contrário do que acontecera, por exemplo, na narrativa do recontro de Lisboa —v. *supra* p. 259), exclui-nos dessa relação privilegiada e secreta entre Nuno Álvares e Deus. O que vemos, através dos olhos de outros homens (como nós?), é um corpo, mas nada sabemos da alma. Daí resulta o encontro entre o plano humano (sinalizado nesse corpo presente) e o plano divino (vislumbrado no êxtase impenetrável da personagem). Por isso esse momento antecipa, simbolicamente, o exílio a que o protagonista se submete voluntariamente quando abandona o mundo e entra no convento.

Depois de se ter despojado dos seus bens, Nuno Álvares desprende-se do mundo. Começa a construir-se a imagem da abnegação, tão cara a Santo Agostinho ou a São Tomás de Aquino, conforme recordei atrás. Os actos de caridade e de piedade, a construção de igrejas, a prática sistemática da oração são, agora, tão fortes marcas de uma fervorosa espiritualidade quanto a actividade militar o foi do fervoroso serviço ao rei. A narrativa, cumprindo a finalidade edificante anunciada no prólogo, realiza esta nova ideia de *fama* de um modo mais discreto, mas não menos eficaz, quando diz que

"ouvia suas missas mui devotamente, convem a saber, cada hum dia duas missas, e tres em todollos sabados e tres em todollos domiingos, *de que em Portugall ficou bõo exemplo*, espicialmente aos do paaço" (cap. 80, p. 198);

ou quando remata a lista de igrejas construídas com a expressão

"e outras muytas obras meritorias" (cap. 80, p. 199).

Ora, imediatamente antes do fim da narrativa, o cronista conta um acontecimento impressionante e complexo, tendo que, para isso, proceder a uma analepse interna:

"E, como asy foy apartado, logo hordenou de fazer tres cousas: a primeyra, pidir por o amor de Deos pella villa o que ouvesse de comer; e, a segunda, nom se chamaar nem consiintir que lhe chamassem outro nome senom Nuno, por humildade; e a terceira, hir fora da terra e acabar lla, que nom soubessem delle parte. Desta tençom que elle asy tinha hordenada soube parte o muy nobre príncepe dom Eduarte, primogenito, e, tanto que o soube, porque o amava e prezava muyto, ho veuo veer ao moesteyro honde estava e fallou com elle sobre estas cousas que queria fazer e lhe disse, rogando'lho e mandando per mandamento, que as nom fezesse, mas todavia assessegasse na terra e servisse a Deos, e nom se fosse fora della, e que em seus dias todavia se chamasse condestabre e nom mudasse seu nome e que em nenhũa maneira nom pidisse por Deos como tiinha em vontade, senom pidisse a el'rey seu padre e a elle, e sobre esto o aficou muyto. E, vêedo o condestabre a teçom do senhor príncepe e como era sua mercee de o fazer asy, por lhe seer obediente outrogou'lhe de o fazer asy como elle mandava, posto que fosse contra sua vontade" (cap. 80, p. 202).

As três decisões do protagonista (mendigar como um qualquer indigente, abdicar do título obtido em consequência da sua vida cavaleiresca, abandonar o reino) negam, pela ordem inversa, as três grandes finalidades orientadoras da sua vida: a conquista da fama, a ascensão ao topo da hierarquia militar e senhorial, a expansão de um património próprio. A sua execução traduziria a imagem da perfeita renúncia, tanto mais impressionante quanto mais desejada pelo homem mais importante e poderoso da sua época, depois do rei.

Ora, se Nuno Álvares não conseguiu atingir esse seu último objectivo, foi porque D. Duarte, em representação da monarquia, não deixou. A insistência do príncipe herdeiro, veiculada pelas expressões "rogando'lho e mandando per mandamento" e "sobre esto o aficou muyto", torna-se, assim, o

mais importante instrumento da argumentação implícita no excerto transcrito. Transfere-se, deste modo, para a soberania terrena, a responsabilidade de o seu mais importante súbdito não ter podido cumprir o programa desejado pela soberania divina.

A estratégia de persuasão do leitor é a mesma que tinha sido utilizada quando se comparou Nuno Álvares com Galaaz: também aí ficou claro que o projecto da cavalaria espiritual do jovem não foi perfeitamente posto em prática porque tal não era a vontade de seu pai (v. *supra* p. 241).

Para além do interesse que tem para a representação do protagonista, pode ler-se a cena transcrita numa perspectiva bem menos simbólica, mas não menos relevante no contexto ideológico e histórico em que a crónica foi escrita. Imediatamente a seguir, o narrador anuncia que, até ao fim da vida, Nuno Álvares recebeu do rei uma tença anual, com a qual se manteve e ainda fez "muytas esmollas". Analisemos esta informação friamente: o mais poderoso e rico homem de Portugal decidiu voluntariamente desfazer-se dos seus bens e entrar num convento, por ele mandado construir para esse efeito, mas essa sua vocação monástica foi financeiramente suportada pelo próprio rei. Muitos terão sido aqueles que se terão sentido escandalizados com o facto (que, ainda hoje, tantos séculos depois, não deixa de chocar). Ora, ao dizer-se que a pensão foi ideia de D. Duarte e de D. João e que, ainda por cima, a sua concessão contrariou a vontade de Nuno Álvares, está-se a tirar argumentos a quem, eventualmente, quisesse ver nela qualquer tipo de oportunismo, função que interessaria sobremaneira aos descendentes do Condestável, na medida

em que limpava qualquer resíduo de detracção da imagem do fundador da família. Depois desta operação, pode o narrador, pacificamente, anunciar os milagres que acontecem no túmulo de frei Nuno de Santa Maria, ténue sinal de que

"devemos entender que sua alma he com Deos na sua gloria" (p. 203).

Depois de lida a *CC* na perspectiva da representação do herói, o que mais inquieta é, na realidade, o facto de a passagem do plano terreno e material para o plano espiritual não dar azo a qualquer tipo de reflexão do narrador sobre a relação desconfortável entre a imagem do cavaleiro aguerrido que atinge rapidamente o topo da hierarquia militar e social e a do monge contemplativo. Quero eu com isto dizer que o biógrafo anónimo não envereda, sequer, pelo caminho por que optou Diéz de Gama (v. *supra* p. 333), ao procurar conciliar ideologicamente as duas ideias. Pelo contrário, quando no *incipit* do cap. 80 afirma que

"por falecimento seria contado a esta estoria fallar-se em ella dos feytos que o condestabre fez que pertencem ao mundo por serviço de seu rey, e callar as obras que fez por serviço de Deos e sua vida quejanda foy e as virtudes de que usou ataa fim de seus dias" (p. 198),

coloca o problema apenas na sua dimensão mais neutra, a que decorre dos deveres de quem se propõe executar a tarefa de contar uma vida da forma mais completa possível.

Afinal, o que o leitor actual sabe de Nuno Álvares é, fundamentalmente, o que o biógrafo conta, o que conta Fernão Lopes, acrescido de alguns poucos

documentos, a partir da análise dos quais se percebe que o Condestável conduziu habilmente a política de afirmação da família por ele fundada (cf. CUNHA 1990:*passim*). As duas crónicas, concorrentes no propósito de defender a imagem do condestável de D. João, embora por caminhos que, ocasionalmente, divergem nitidamente, propagam (voluntária ou involuntariamente) muito mais a sua personalidade lendária (ou seja, a construção sobre a História) do que a sua personalidade histórica. É, por isso mesmo, irónico que o elemento mais perturbador do quadro geral que ambas as crónicas propõem seja um documento transcrito num memorial produzido no mosteiro que o Condestável fundou.

Trata-se de uma carta, supostamente autógrafa, de Nuno Álvares ao conde de Barcelos, seu genro, e que José Pereira de Sant'Ana diz ter copiado⁹ de um original existente nos arquivos do mesmo convento (a sua crónica é de 1745, anterior, portanto, ao terramoto de 1755 que destruiu o mosteiro):

- 1 Ao Conde de Barcelos, meu senhor.
- 2 Senhor, ante que todo beijo as bossas mãos e me rrecomendo na bossa mercê,
- 3 como aquelle que sempre munto presê. Magoado di[a]s ha me tem o nô ber letra
- 4 bossa, ca certo sam, senhor, abedes saude de bondo. Nô lo era asy ante que bós
- 5 aleixedes a Vimarons, i lo que de sobra entonses hera, de menga hora hei. E
- 6 lamentos muntos daquelles, ante que tomasse este beber, que tarde foi, leixei
- 7 com reparos para bem passarem o que más bibessem. E bem vos acordais,
- 8 senhor, que ante todo olhei bem por bós e pela bosa caza e logo por meus netos
- 9 —c do que era meu bem parti, nô leixando a todos de contentar.
- 10 En las doaçons que o Carmo he non son de vinculo, no porque o Doitor
- 11 Pedro Estés bem lo vido, e de feison foi todo a boso aprazimento. E ante d'el-
- 12 -rey, meu senhor, me fager condestabre dos seus regnos, bem abia eu ja, senhor,
- 13 de bens do Senhor, e a meu carrego estava acordar-me daquelles que muntas
- 14 bezes tibieron las bidas em graõs peligos por mi e pelo serbiso d'el-rey, meu
- 15 senhor. Agora, que sam já los pes no enterro, me marteira mui ber que bós,
- 16 senhor, los nô leixades em pax, a ber lo que le dei de bom grado que meu hera,
- 17 pesquezando-le[s] lo que boso no he mas seo, porque s[c] lo dê é para bem,
- 18 porque se lo debia. E donde que finados forem, nô a bós nem a meus netos a-de
- 19 hir, senô ao Mosteiro do Carmo, donde ê-de biber más que bós pensades.

20 Olhai bem, senhor, lo que fagedes, que hum gram deserbiç[o] a Deos, e que
 21 quem na terra nô cumpre nô entra no Ceo. Eu nô ei pés já par hir ber-bos, que a
 22 aber-los só por isto lo figura. E sabede que no que posso bos sirbo, que é pedir
 23 ao Senhor Deos e a sua Santa Madre olhe pela bosa casa e aumento. Amen.
 24 Carmo, VI de Janeiro do anno do Senhor de 1430
 25 Beijo-bos las mãos, senhor.
 26 Nuno de Santa Maria.

(*Carmelitas*, 1745, Tomo I, Parte III, cap. 14, pp. 419-420)

- l. 3: *presê*: *presê*; *di[fa]s*: *dis*.
- l. 4: (*bondo*: *avondo*); *asy*: *a sy*.
- l. 6: (*beber*: *viver*)
- ll. 6-7: (*leixei com reparos para bem passarem o que más bibessem*: [a quem] *leixei*...)
- l. 10: (*he*: erro por <ha>?)
- ll. 10-11: (*no porque o Doitor Pedro Estês bem lo vido*: um Pedro Esteves(?) terá sido testemunha da doação)
- l. 17: *pesqueizando-le[s]j*: *pesquezandole*; *s[o]*: *so*; *dê*: *dé*.
- l. 19: *senô*: *se no*; *ê-de*: *edê*.
- l. 20: *deserbiç[o]*: *deserbiça*.

A carta teria sido escrita pouco mais de um ano antes da morte de Nuno Álvares, quando ele já tinha 70 anos. O seu tom, muito violento, apesar dos esforços feitos no sentido de atenuar as ameaças verbais, revela-nos um velho patriarca atento ao que se passa no mundo exterior ao mosteiro e extremamente preocupado com a forma como os negócios patrimoniais estão a ser conduzidos pelo seu genro. Não ficam dúvidas de que o sujeito de enunciação desta epístola não só não abdicou, de modo nenhum, do seu poder, como é capaz de o usar, sempre que vê a sua vontade contrariada.

É legítimo perguntar quem terá sido Nuno Álvares. O cavaleiro ambicioso capaz de uma extrema humildade no fim da sua vida ou o autor da carta? O cavaleiro solitário no meio dos homens ou o chefe militar que, na carta transcrita, exprime gratidão por aqueles "que muntas bezes tibieron las bidas em graõs peligras" por ele?

Não sabemos, mas diz-nos a sua biografia que foi, contraditoriamente, por exemplo, o homem que se indispôs contra o rei, por achar que a confiscação de terras o desonrava —e o monge que só aceitou a tença real por insistência do príncipe herdeiro; o justiceiro implacável que condenou à fogueira um escudeiro que roubou um cálice (cap. 56, p. 138) e ao desterro um outro que provocou desacatos no acampamento (cap. 68, p. 173) —e o senhor misericordioso que poupou a vida aos inimigos sempre que pôde e alimentou populares castelhanos esfomeados (cap. 80, p. 201).

A busca de uma resposta para aquelas perguntas e de uma solução para o retrato que hoje resulta paradoxal são inúteis. Não creio que o biógrafo tenha escrito a *CC* para causar perplexidade, sublinhar incoerências, ou provocar uma distância irónica. Muito pelo contrário, esforçou-se sempre por enquadrar os actos aparentemente contraditórios de Nuno Álvares de forma a causar a identificação do leitor com a personagem. Se, a par do colosso que a *CC* retrata, perpassa, nas rugas do texto, o homem imperfeito, é porque o nosso olhar do fim do século XX o procura.

Notas do capítulo

- ¹ A autora indica as seguintes passagens das obras de Cícero em que essa ideia é defendida: *De Lege Agraria*, II, 91; *Pro Caelio*, 73 e 7; *In Pisonem*, 82; *Pro Soestio*, 138; *In Vatinium*, 15; *Cato*, 82; *De Officiis*, I, 26, 65 e 74; *De Republica*, I, 2; *Ad Brutum*, I, 15, 9; *De Oratore*, II, 225.
- ² Proponho a seguinte tradução: "Uma boa obra perde o merecimento da vida eterna se resultar da vã glória, ainda que essa vã glória não seja um pecado mortal. Diz-se que a vã glória é um pecado mortal: não tanto pela sua gravidade, mas por predispor para os pecados mortais".
- ³ Será o livro designado como "guerra de maçonaria em papel de marca grande", mencionado na lista da biblioteca de mão de D. Duarte, uma cópia ou tradução do *Libro de Alexandre* (cf. *LConselhos*, 54, p. 208)?
- ⁴ "Roland dit: «Olivier, compagnon, frère,
le traître Ganelon a juré notre mort.
La trahison ne peut être cachée.
L'empereur en prendra une très rude vengeance.
Nous aurons une bataille âpre et dure,
jamais homme ne vit pareille rencontre.
Je frapperai de Durendal, mon épée,
et vous, compagnon, frappez de Hauteclair.
Nous avons achevé, grâce à elles, tant de batailles!
Il ne faut pas qu'on chante d'elles une mauvaise chanson»." (versão actualizada do editor)
- ⁵ Erro por <e>?
- ⁶ Omissão do texto.
- ⁷ Assinalo que num dos capítulos de *7R* dedicados a Gonçalo Rodrigues Ribeiro, se encontram expressões como "avia tres annos que handauam procuramdo e ganhando honrra em feytos de armas" e "sem quebra de sua honra e fama", ambas sobre o herói e seus companheiros (cap. 14, p. 188 —este texto não se pode ler na edição de CALADO).
- ⁸ Já me referi a esta frase anteriormente, a propósito de influências da *Demanda* na *CC* (v. p. 151).
- ⁹ Apresento uma transcrição interpretativa da edição do cronista carmelita. Acrescentei ou alterei a pontuação, em função das regras actuais, com o objectivo de tornar mais claro o texto. Usei o hífen e o apóstrofo. Acentuei: o pronome-sujeito da 2ª pessoa do plural (<bós>), para o distinguir do pronome-objecto; o advérbio de quantidade (<más>), para o distinguir da conjunção adversativa; e o advérbio de negação (<nô>), para o diferenciar da contração de preposição e artigo definido. Coloquei entre parêntesis rectos as correcções à lição de fr. José Pereira de Sant'Ana. No aparato, forneço as formas originais em que intervêm —e algumas notas explicativas, entre parêntesis curvos. Embora não tenha meios que me permitam garantir que se trata de um documento autêntico, assumo-o como tal.

CONCLUSÃO

Dos assuntos abrangidos por este estudo, julguei conveniente destacar nesta súmula conclusiva os três que me parecem mais problemáticos e estimulantes: o patrocínio da *CC*, os hipotéticos modelos de escrita do cronista e as coordenadas que configuram a representao do herói.

A hipótese do patrocínio dos descendentes de Nuno lvares, que comecei por expor na primeira parte do estudo e a que fui aludindo posteriormente, não  cabalmente sustentada por alguns silêncios: a *CC* ignora informaes que dificilmente seriam desconhecidas de quem suponho que a encomendou, como sejam o aspecto da sua bandeira, a inclusão de Guimarães na lista dos bens doados pelo rei e a composio do seu conselho. Apesar destas limalhas, que assinalei e discuti em local próprio, o modo como entendo a gnese desta biografia parece resistir globalmente  análise a que a submeti, examinada autonomamente ou na relao com as de Fernão Lopes, e, mais do que isso, permite compreender melhor algumas das suas particularidades incontornáveis (a surpreendente relevância que ganham, a forma como os Pereiras masculinos são apresentados, a imagem de D. João e a relao de Nuno lvares com ele, o próprio retrato do protagonista).

Tratando-se de um método em que parti do contexto e de outros textos para a biografia de que me ocupo, e não podendo socorrer-me de documentos extratextuais que atestem as minhas suposições, resta-me confiar nos raciocínios desenvolvidos. Seja como for, julgo que esta tese é, por enquanto, mais adequada à crónica que li (e ao que sabemos sobre a época em que terá sido redigida) do que as que a antecederam.

Quis, conjuntamente, (re)averiguar as fontes narrativas hipotéticas da *CC*, mas aí não pude ir mais longe do que encontrar uma coincidência com uma passagem bíblica dos *Macabeus*, ecos da existência de uma tradição oral coeva, vestígios de um provável conhecimento da crónica de Ayala sobre o mesmo período, ténues marcas do recurso a uma fonte castelhana diversa desta, sinais de aproveitamento de uma fonte genealógica diferente das conhecidas hoje e indicar, como explicação para um fenómeno atípico, a utilização de uma biografia de Martim Afonso de Melo. Mais proveitosa me pareceu a procura não de fontes, no sentido restrito do termo, mas de protótipos de composição que pudessem ter inspirado quem escreveu (em todos os níveis admissíveis desse processo). Fui detectando e assinalando flagrantes semelhanças com a *Demanda*, umas vezes mais à superfície, outras vezes aparentemente disfarçadas por um registo que evita os espaços alheios à representação factual e credível do passado. É igualmente de aceitar que, para a redacção do *epilogo*, tenham sido observados preceitos reconhecíveis nas vidas de santos de matriz biográfica. A análise do tema da *honra e fama* também proporcionou analogias com narrativas dos livros de linhagens,

modelo que pode ter enformado a ideologia senhorial da crónica e sugerido as circunstâncias em que se relata a morte de Pedro Álvares.

Quanto à estrutura global, que separa a vida do perfil moral do herói, por ser rara no *corpus* de biografias a que tive acesso, merece tentativas de explicação. Proponho, em alternativa, as seguintes:

- resultou de uma opção de contar coerente com o próprio sentido da vida que se pretendia celebrar;
- teve como fonte de inspiração uma biografia que desconheço;
- encontrou exemplos numa das muitas colectâneas com o título *De Viris Illustribus*;
- imitou a estrutura das *Vitae* hagiográficas do tipo acima mencionado.

Não é crível que um biógrafo do século XV tenha executado uma tarefa tão complexa sem recurso a uma tradição. Os dados existentes obrigam-me, todavia, a permanecer neste patamar de hipóteses que o texto não proíbe e a que, mais de uma vez, corresponde.

Reservei para o fim o regresso ao problema interessante do retrato do protagonista. A interpretação que fui ensaiando aponta no sentido de ter sido procurada uma síntese confirmadora de uma grandeza singular. Co-existem, na personagem entrevista na *CC*, o *melhor cavaleiro do mundo* romanesco transposto para o espaço histórico do Portugal em crise, o solitário guerreiro épico que estabelece com a *praxis* militar uma relação de prazer e concilia em si saber, perseverança e coragem, o fundador de linhagem e o defensor de um património impressionante, o vassalo leal, consciente dos seus deveres e dos

seus direitos, o homem que não cede a um mal invisível e castigador, o nobre polémico, o conselheiro avisado e impaciente e, finalmente, o monge abnegado, que consubstancia zonas mais inefáveis de um percurso intensamente vivido na relação com o transcendente. Esta última figura, em cuja campã os outros homens são beneficiados com milagres (cujo alcance desconhecemos), faz pensar, naturalmente, no santo, e, por extensão, no cavaleiro-santo. Fui, no entanto, reagindo à ideia de que esta crónica teria uma função hagiográfica, alertando para muitos elementos textuais que a não comprovam.

É inegável a preocupação do biógrafo em assegurar, ao longo da obra, mas sobretudo no fim, a fé, também ela inigualável, de Nuno Álvares. Para além do cumprimento implícito das virtudes teológicas e cardeais, existem as menções repetidas da protecção divina, das peregrinações nos curtos intervalos da guerra, do respeito pelas igrejas e pelo culto mariano. Paralelamente, não se prepara desde cedo o leitor para a vocação religiosa de frei Nuno, esquece-se a palavra *santo* ou similar, evita-se qualquer referência ao processo de canonização, resume-se drasticamente os últimos nove anos da vida (o que, não sendo atribuível à ausência de fontes ricas, resulta em opção estranha, por comparação com o que o cronista conseguiu fazer com os anos relativos ao início do percurso cavaleiresco) e dá-se ao texto que melhor defende essa imagem uma extensão muito menor do que à narrativa biográfica propriamente dita. Se a *CC* foi escrita para provar a santidade de Nuno Álvares, o resultado é desanimador.

Indaguemos, pois, a percepção do Condestável na elite portuguesa da primeira metade do século XV. Sabemos que um grupo considerável de nobres admirava incondicionalmente a sua pessoa, conjunto de que sobressaem D. Pedro e D. Duarte. Mas também é verdade que, aproximadamente dez anos depois da sua morte, ainda existia outro grupo, talvez mais reduzido, mas não menos importante, que não confiava nessa imagem impoluta: o mal-estar de Fernão Lopes, sobretudo no célebre cap. 31, espelha essa outra corrente. Quer isto dizer que a acção de Nuno Álvares não foi apreciada de forma unânime, provocando polémicas cuja amplitude só podemos imaginar.

Nesse cenário, talvez seja aconselhável admitir que quem foi responsável pela redacção da biografia tivesse consciência de que demonstrar a legitimidade social e política do seu protagonista era um projecto exequível, mas que revelar um santo seria (ainda) impraticável. Estou a falar da consciência de que, se entre Nuno Álvares e Galaaz existia uma distância que só a retórica permitia ultrapassar, entre Nuno Álvares e o *santo* a diferença era maior, e o investimento em provar o contrário poderia resultar vão. O tempo, factor essencial na construção mítica de uma figura dessa dimensão, ainda não trabalhara suficientemente a memória dos contemporâneos.

Por tudo o que ficou dito, encaro a obra de que me ocupei como uma biografia cavaleiresca. Tal denominação, comum a outros textos escritos na mesma época, não impossibilita a captação de alguma ambiguidade de que se quisesse revestir a personagem. Nessa atitude de leitura, vemos, já sem dúvidas, *emergir um herói* luminoso e tenso, transformado pela comemoração de uma vida que não se quer para sempre perdida, e que, por isso, um texto eternizou no espelho em que também se reflecte a raridade de outros heróis, seus verdadeiros pares no universo cavaleiresco.

BIBLIOGRAFIA

EDIÇÕES DA *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL*

(por ordem cronológica)

- Coronica do condestabre de purtugall Nuno alvarez Pereyra: principiador da casa ã agora he do Duque de Bragãça*, Lisboa: Germão Galharde, 1526.
- Coronica do Condestabre de Portugall dom Nuno Alurez Pereyra, principiador da casa de Bragãça*, Lisboa: Germão Galharde, 1554.
- Chronica do Cõdestabre de Portugal Dom Nunalvrez Pereyra, principiador da Casa de Bragança*, Lisboa: António Álvares, 1623.
- Chronica de Condestabre de Portugal Dom Nunalvrez Pereyra, principiador da casa de Bragança*, Porto: Tipografia Constitucional, 1848.
- Chronica do condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra*, revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios, Coimbra: França Amado, 1911.
- Crónica do Condestável de Portugal*, edição facsimilada comemorativa da inauguração das novas instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1969.
- Crónica do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, preparação do texto e introdução de António Machado de Faria, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972.
- Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da «Coronica do Condestabre»*, com introdução, notas e glossário de Adelino A. Calado, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1991.

OUTRAS FONTES

- AFONSO X, *Siete (Las) Partidas* (antologia), in AMADO, T. (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, 1994, pp. 123-144.

- AGOSTINHO (S.), *A Cidade de Deus*, tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, Lisboa: Gulbenkian, 1991, 2 vols.
- AGOSTINHO (S.), *Le Bien du mariage. La Virginité consacrée*, tradução de Gustave Combès e Jules Saint-Martin, Paris: Institut d'études augustiniennes, 1992.
- ÁLVARES, Frei João, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, edição de Mendes dos Remédios, Coimbra: F. França Amado, 1911.
- AYALA, Pero López de, *Crónicas*, edição de José-Luis Martín, Madrid: Planeta, 1991.
- Bíblia de Jerusalém (A)*, São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- Chanson (La) de Bertrand du Guesclin de Cuvelier*, edição de Jean-Claude Faucon, Toulouse: Editions Universitaires, 1990-1991, 3 vols.
- Chanson (La) de Roland*, texto estabelecido a partir do manuscrito de Oxford, tradução, notas e comentários por Gérard Moignet, Paris: Bordas, 1989.
- Chronica da Tomada desta Cidade de Lixboa aos Mouros e da Fundaçam deste Mosteiro de Sam Vicente*, estudo e edição de Joaquim Mendes, Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova, 1991 [tese policopiada].
- COELHO, Frei Simão, *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, Primeira Parte, Lisboa: António Gonçalves, 1572.
- Critical (A) Edition of the Roman of Gillion de Trazignies from Brussels Bibliothèque Royale ms. 9629*, por Frances-Mary Horgan, Cambridge, 1985 [tese dactilografada].
- Crónica da Conquista do Algarve (1) — Texto de 1792*, comentários e notas de José Pedro Machado, separata do nºVIII dos *Anais do Município*, Faro: Câmara Municipal, 1979 [reedição da lição publicada por Frei Joaquim de Santo Agostinho, com o título de “Memórias sobre uma Crónica inédita da Conquista do Algarve”, in *Memórias de Literatura Portuguesa*, Lisboa: Academia Real das Ciências, vol. I, 1972].
- Cronica da fundaçam do moesteyro de sam Vicente dos conegos regrantas: da hordem do aurelio doctor sactõ Augustinho: e a cidade de Lixboa*,

- Porto: Imprensa Portuguesa, 1873 [reimpressão da edição de 1538].
- Crónica de Cinco Reis de Portugal*, edição diplomática e prólogo de A. de Magalhães Basto, Porto: Livraria Civilização, 1945.
- Crónica de don Álvaro de Luna*, edição e estudo de Juan de Mata Carriazo, Madrid: Espasa-Calpe, 1940.
- Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro: Universidade de Aveiro/Fundação João Jacinto de Magalhães, 1998.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição de Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa: I.N.-C.M., 1983, 1984 e 1990, 4 vols. (o texto da crónica é editado nos vols. II, III e IV) [1951, I; 1954, II; 1960, III].
- Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952-1953, 3 vols.
- Demanda (A) do Santo Graal*, edição de Irene Freire Nunes, Lisboa: I.N.-C.M., 1995.
- DÍEZ DE GAMES, Gutierre, *El Victorial*, edição crítica de Alberto Miranda, Madrid: Cátedra, 1993.
- DUARTE (D.), *Leal Conselheiro*, edição crítica e anotada organizada por Joseph M. Piel, Lisboa: Bertrand, 1942.
- DUARTE (D.), *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição de João José Alves Dias, Lisboa: Estampa, 1982.
- Fais (Les) de messire Jacques de Lalain*, edição de Emmy Springer, Ann Arbor, 1991 (tese dactilografada).
- GARRETT, Almeida, *O Alfageme de Santarém. D. Filipa de Vilhena*, edição segundo as primeiras edições revistas pelo autor e com um prefácio de Teófilo Braga, Porto: Lello & Irmão, s/d.
- hechos (Los) del condestable don Miguel Lucas de Iranzo*, estudo e edição de Catherine Soriano del Castillo, Madrid: Universidad Complutense, 1993.
- Histoire (L') de Guillaume le Maréchal*, edição de Paul Meyer, Paris: Renouard, 1891-1901, 3 vols.

- Histoire de Gaston IV, comte de Foix, par Guillaume Leseur. Chronique française inédite du XV^e siècle*, edição de Henri Courteault, Paris: Renouard, 1893, 2 vols.
- Histoire des Seigneurs de Gavre*, edição de René Stuip, Paris: Champion, 1993.
- Histoire (L') de Gille de Chin, by Gautier de Tournay*, edição de Edwin B. Place, Chicago: Evanston, 1941.
- HOMERO, *Iliada*, edição e tradução de Antonio López Eire, Madrid: Cátedra, 1991.
- HOMERO, *Odisea*, edição e tradução de José Luis Calvo, Madrid: Cátedra, 1991.
- Indiculum Foundationis Monasterii Beati Sancti Vincentii Ulixbone, in Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, edição de Alexandre Herculano, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856, pp. 91-93.
- Jehan d'Avennes. Romanzo del XV. secolo*, edição de Ana-Maria Finoli, Milão: Istituto Editoriale Cisalpino-La Goliardica, 1979.
- JERÓNIMO (S.), *Sobre personajes ilustres (De Viris Illustribus)*, in *Biografías literarias latinas. Suetonio, Valerio Probo, Servio, Focas, Vacca, Jerónimo*, introdução de Yolanda García e tradução de AA.VV., Madrid: Editorial Gredos, 1985, pp. 219-296.
- JUAN MANUEL (D.), *Obras completas*, I, edição de José M. Blecua, Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, texto introdutório de Luciano Cordeiro, Lisboa: Escriptorio, 1892 [c. 1621].
- Libro de Alexandre*, edição de Jesús Cañas, Madrid: Cátedra, 1988.
- Livre (Le) des faits du bon messire Jehan le Maingre dit Bouciquaut, mareschal de France et gouverneur de Jennes*, edição de Denis Lalande, Genève: Droz, 1985.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição de José Mattoso, Lisboa: Academia das Ciências, 1980, *Portugaliae Monumenta Historica-Nova*

Série, vols. II-1 e II-2.

Livro do Deão [Cf. *Livros Velhos das Linhagens*].

Livro Velho [Cf. *Livros Velhos das Linhagens*].

Livros Velhos de Linhagens, edição de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa: Academia das Ciências, 1980, *Portugaliae Monumenta Historica*-Nova Série, vol. I [inclui o *Livro Velho* e o *Livro do Deão*].

LLUL, Ramon, *Libro de la orden de caballería*, nota preliminar e tradução de Luis Alberto de Cuenca, Madrid: Alianza Editorial, 1992.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Primeira Parte, reprodução facsimilada da edição de Anselmo Braamcamp Freire (Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1915), Lisboa: I.N.-C.M., 1977.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Segunda Parte, preparada por William Entwistle e concluída por Luis Filipe Lindley Cintra, Lisboa: I.N.-C.M., 1977.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro*, introdução de Damião Peres, Porto: Livraria Civilização, 1979 [Barcelos: Portucalense Editora, 1932].

LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor Rei D. Fernando*, introdução de Salvador Dias Arnaut, Porto: Livraria Civilização, 1979 [1966].

Monumenta Henricina, 10 vols., Coimbra: Comissão das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1964-74.

Narrativas dos Livros de Linhagens, selecção, introdução e comentários por José Mattoso, Lisboa: I.N.-C.M., 1983.

PAIS, Álvaro, *Speculum Regum* (antologia), in AMADO, T. (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, 1994, pp. 167-184.

PEDRO (D.), Infante e Fr. João Verba, *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, edição crítica, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Coimbra: Universidade, 1994.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in *Crónicas*, Porto: Lello & Irmão, 1977.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, in *Crónicas*, Porto: Lello &

Irmão, 1977.

PLUTARCO, *Vies*, IX (*Alexandre — César*), edição e tradução de Robert Flacelière e Emile Chambry, Paris: Belles Lettres, 1975.

Poema de Fernán González, edição de Juan Victorio, Madrid: Cátedra, 1984.

Poema de Mio Cid, edição de Colin Smith, Madrid: Cátedra, 1991.

Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores, Lisboa: Academia das Ciências, 1856.

RODRÍGUEZ DE MONTALVO, Garci, *Amadís de Gaula*, edição de Juan Manuel Cacho Blecua, Madrid: Cátedra, 1991, 2 vols.

ROMANO, Egídio, *Regimiento de príncipes/[De Regimine Principum]* (antologia), in AMADO, T. (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, 1994, pp. 87-102.

SANT'ANA, Frei José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Lisboa: Officina dos herdeiros de António Pedrozo Galram, 1745.

VEGÉCIO, *Institutorum Rei Militares/Les Institutions Militaires* (antologia), in AMADO, T. (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, 1994, pp.15-46.

Vida de S. Teotónio, in *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, edição de António Cruz, Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 43-67 [texto em latim] e pp. 149-173 [tradução portuguesa quatrocentista].

Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense, edição dirigida por Ivo de Castro, Lisboa: I.N.I.C., 1988 [inclui “Vida de Santa Maria Egipcíaca”, “Vida de Santa Pelágia” e “Vida de Tarsis”].

Vie (La) du Prince Noir by Chandos Herald, edição crítica de Diana B. Tyson, Tübingen: Max Niemeyer, 1975.

VINSAUF, Geoffroi de, *Poetria Nova*, tradução de Manuel dos Santos Rodrigues, Lisboa: I.N.I.C. / Centro de Estudos Clássicos da Universidade

de Lisboa, 1990.

VORAGINE, Jacques de, *La Légende dorée*, tradução de J.-B. M. Roze, Paris, Garnier-Flammarion, 1967, 2 vols.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. de Esteves Pereira, Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição de Larry King, Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova, 1978.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, edição e estudo de Maria Teresa Brocardo, Lisboa: Gulbenkian/J.N.I.C.T, 1997.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, introdução e notas do Visconde de Santarém, Paris: J. P. Aillaud, 1841.

ESTUDOS

AA. VV. (1988), *Batalha de Aljubarrota. Comemoração do VI centenário*, Lisboa: Academia Portuguesa da História.

AA.VV. (1979), *Etudes sur la sensibilité. Actes du 102e congrès national des sociétés savantes*, Paris: Bibliothèque Nationale.

AA.VV. (1995), *Miracles, prodiges et merveilles au moyen age. XXVe Congrès de la S. H. M. E. S.*, Paris: Publications de la Sorbonne.

AIGRAIN, René (1953), *L'Hagiographie. Ses sources, ses méthodes, son histoire*, Poitiers: Bloud & Gay.

AMADO, Teresa (1991^a), *Fernão Lopes, Contador de História*, Lisboa: Estampa.

AMADO, Teresa (1991^b), *Bibliografia de Fernão Lopes*, Lisboa: Cosmos.

AMADO, Teresa (1993), “Crónica do Condestabre”, in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 186-188.

AMADO, Teresa (1995) “1419: le projet historique d’un Infant”, comunicação apresentada no Colóquio de Homenagem a Luís Lindley Cintra, Paris,

Sorbonne-Centro Cultural Português, Março [fotocópia da versão dactilografada cedida pela Autora].

- AMADO, Teresa (1997), "Os Géneros e o Trabalho Textual", in RIBEIRO, Cristina de Almeida e Margarida MADUREIRA (coord.), *O Género do Texto Medieval*, Lisboa: Cosmos, pp. 9-28.
- AMADO, Teresa (coord.) (1994), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera.
- AMADO, Teresa e António BRANCO (1994), "Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra..." (recensão crítica), in *Românica*, 3, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 213-214.
- ANTUNES, Luísa Marinho (1994), "Álvaro Pais. Speculum Regum e Cartas", in AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, pp. 165-206.
- ARAGÓN FERNÁNDEZ, M. Aurora (1988), "Fórmulas sobre el armamento en los cantares de gesta y novelas del siglo XIII", in *Studia in honorem prof. M. de Riquer*, II, Barcelona: Quaderns Crema, pp. 487-510.
- ARIÈS, Philippe (1973), *L'Enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, Paris: Seuil.
- ARIÈS, Philippe (1986), *Le Temps de l'histoire*, Paris: Seuil.
- ARON, Raymond (1986), *Introduction à la philosophie de l'histoire*, Paris: Galimard [1938].
- AUERBACH, Erich (1977), *Mimésis. La Représentation de la réalité dans la littérature occidentale*, tradução de Cornélius Heim, Paris: Gallimard [1946].
- AVALLE-ARCE, Juan Bautista (1974), "Sobre una crónica medieval perdida", *Temas hispánicos medievales*, Madrid: Editorial Gredos, pp.13-63.
- BAKHTINE, Mikhaïl (1994), *Esthétique et théorie du roman*, tradução de Daria Olivier, Paris: Gallimard [1975].
- BAÑOS VALLEJO, Fernando (1989), *La hagiografía como género literario en la Edad Media. Tipología de doce Vidas individuales castellanas*, Oviedo: Departamento de Filología Española.

- BARBER, Richard (1978), *Edward, Prince of Wales and Aquitaine. A Biography of the Black Prince*, N. Y.: Charles Scribner's Sons.
- BEAULIEU, Marie-Anne Polo (1985), "L'anecdote biographique dans les exempla médiévaux", in *Problèmes et Méthodes de la Biographie*, Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 13-22.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1984), *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*, Lisboa: Livros Horizonte.
- BELL, Aubrey (1931), *Fernão Lopes*, tradução de António A. Dória, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BELTRÁN, Rafael [Llavador] (1991), "Um primer acercamiento a la influencia de *Le Livre des faits de Bouciquaut* sobre *El Victorial*", in *Anuario Medieval*, 3.
- BELTRÁN LLAVADOR, Rafael (1994), "Introducción", in DÍAZ DE GAMES, Gutierre, *El Victorial*, edição crítica, Madrid: Clásicos Taurus.
- BLOCH, Marc (1994), *La société féodale*, Paris: Albin Michel [1939].
- BOONE, James L. (1986), "Parental Investment and Elite Family Structure in Preindustrial States: a Case Study of Late Medieval-Early Modern Portuguese Genealogies", in *American Anthropologist*, nº 88, pp. 859-878.
- BRAGA, Teófilo (1892), *História da Universidade de Coimbra*, Tomo I, Coimbra.
- BRANCO, António (1994^a), "A Pulsão Biográfica no Prólogo da *Crónica do Condestabre*", in *Românica*, 3, Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa, pp.31-39.
- BRANCO, António (1994^b), "O Outro: Travesti do Igual", in AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, pp. 427-442.
- BRANCO, António (1995), "A Representação das Mulheres na *Coronica do Condestabre*", separata das *Actas del V congreso de la asociación hispánica de literatura medieval*, edição de Juan Paredes, Granada.
- BRANCO, António (1997^a), "O Lugar do Mestre Paio Correia na História — I. A *Crónica de 1419* e a *Crónica da Conquista do Algarve*", in LUCIA

- MEGIAS, José Manuel (ed.), *Actas del VI congreso internacional de la asociación hispánica de literatura medieval*, Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, tomo I, pp. 357-364.
- BRANCO, António (1997^b), "Verdade Factual e Verdade Simbólica na *Crónica da Conquista do Algarve*", in *Colóquio/Letras*, nº142, Lisboa: Gulbenkian, pp. 111-119.
- BROWN, Peter (1995), *Le Renoncement à la chair. Virginité, célibat et continence dans le christianisme primitif*, tradução de Pierre-Emmanuel Dauzat e Christian Jacob, Paris: Gallimard [1988].
- CACHO BLECUA, Juan Manuel (1979), *Amadís: heroísmo mítico e cortesano*, Madrid: Cupsa Editorial.
- CAETANO, Marcello (1985), *A Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa-S. Paulo: Verbo.
- CAILLOIS, Roger (1994), *L'Homme et le sacré*, Paris: Gallimard [1950].
- CALADO, Adelino de Almeida (1991), "Introdução", in *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, edição crítica da "Coronica do Condestabre", Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CALADO, Adelino de Almeida (1998), "Introdução", in *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro: Universidade de Aveiro/Fundação João Jacinto de Magalhães.
- CAMPBELL, Joseph (1997), *O Herói de Mil Faces*, tradução de Adail Ubirajara Sobral, São Paulo: Cultrix/Pensamento [1949].
- CAÑAS, Jesús (1988), "Introducción", in *Libro de Alexandre*, edição crítica, Madrid: Cátedra.
- CARRUTHERS, Mary (1990), *The Book of Memory. A Study of Memory in Medieval Culture*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CARVALHO, Joaquim de (1949), *Estudos Sobre a Cultura Portuguesa do Século XV*, vol. I, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CATALÁN MZ PIDAL, Diego (1962), *De Alfonso X al conde de Barcelos: cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en*

- Castilla y Portugal*, Madrid: Editorial Gredos.
- CERTEAU, Michel de (1975), *L'Écriture de l'histoire*, Paris: Gallimard.
- CERTEAU, Michel de (1989), "Hagiographie", in *Encyclopaedia Universalis. Corpus 4*, Paris, pp. 160-165.
- CHEVALIER, Jean e Alain GHEERBRANT (1982), *Dictionnaire des symboles*, edição revista e aumentada, Paris: Robert Laffont [1969].
- CIDADE, Hernâni (1931), *É Fernão Lopes o Autor da «Crónica do Condestabre»?*, separata de *O Instituto*, vol. 81-1, Coimbra [incluído em CIDADE, Hernâni (1984), *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 7ª ed. corrigida, actualizada e ampliada, pp. 70-91].
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1951), "Introdução", in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa: I.N.-C.M, vol. I.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1964), "Introdução", in *«Crónica Geral de Espanha de 1344». A Lenda do Rei Rodrigo*, Lisboa: Verbo.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1984³), "Crónica de Portugal de 1419", in COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas, pp. 238-239 [1960].
- COELHO, Jacinto do Prado (1976), "Limiar", *Ao Contrário de Penélope*, Venda Nova: Bertrand, pp. 7-14.
- COLLINGWOOD, R. G. (1989), *A Ideia de História*, tradução de Alberto Freire, Lisboa: Presença.
- COMBARIEU, Micheline de (1976), "Le Goût de la violence dans l'épopée médiévale", in *Sénéfiance, 1: Morale pratique et vie quotidienne dans la littérature française du moyen-âge*, pp. 36-67.
- CONTAMINE, Philippe (1992³), *La Guerre au moyen age*, Paris: PUF.
- CORREIA, Ângela (1993), "Vida de S. Aleixo", in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 663-664.
- COUTINHO, Bernardo Xavier (1971), *Iconografia e Bibliografia*

Condestabrianas, Porto: Instituto de Alta Cultura.

- CUNHA, Mafalda Soares da (1990), *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- CURTIUS, E. R. (1956), *La Littérature européenne et le moyen age latin*, tradução de Jean Bréjoux, Paris: P.U.F. [1948]
- DELEHAYE, Hippolyte (1973), *Les Légendes hagiographiques*, Bruxelles: Société des Bollandistes [3^a ed. de 1927].
- DELGADO, Buenaventura (1990), "La educación del caballero en la Edad Media", in AA.VV., *Las abreviaturas en la enseñanza medieval y la transmisión del saber*, Barcelona: Universitat de Barcelona/Publicaciones, pp. 339-345.
- DETIENNE, Marcel (1992), *L'Invention de la mythologie*, Paris: Gallimard [1981].
- DEYERMOND, A. D. (1992), *Historia de la literatura española: I. La Edad Media*, Madrid: Ariel.
- DIAS, Isabel (1994), "Livros III, IV e V [de *Institutorum Rei Militaris*]", in AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Quimera, pp. 71-83.
- DIAS, Isabel (1997), "De como o Mosteiro de S. Vicente foi refundado", in RIBEIRO, Cristina de Almeida e Margarida MADUREIRA (coord.), *O Género do Texto Medieval*, Lisboa: Cosmos, pp. 138-144.
- DODDS, E. R. (1977), *Les Grecs et l'irrationnel*, tradução de Michael Gibson, Paris: Flammarion [1959].
- DRAGONETTI, Roger (1987), *Le Mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris: Seuil.
- DUBY, Georges (1982), *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, tradução de M. H. Costa Dias, Lisboa: Editorial Estampa.
- DUBY, Georges (1984), *Guillaume le Maréchal ou le meilleur chevalier du monde*, Paris: Fayard.
- DUBY, Georges (1985), *Le Dimanche de Bouvines*, Paris: Gallimard.
- DUBY, Georges (1988^a), *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre. O Casamento na*

- França Feudal*, tradução de Casais Franco, Lisboa: Dom Quixote.
- DUBY, Georges (1988^b), *La Société chevaleresque. Hommes et structures du moyen age (I)*, Paris: Flammarion.
- DUBY, Georges (1990), *Mâle moyen age. De l' amour et autres essais*, Paris: Flammarion.
- DUBY, Georges (1992), "A Mulher, o Amor e o Cavaleiro", in AA.VV., *Amor e Sexualidade no Ocidente*, tradução de Ana Paula Faria, Lisboa: Terramar, pp. 225-238.
- DUBY, Georges (1996^a), *As Damas do Século XII. 1. Heloísa, Leonor, Isolda e Muitas Outras*, tradução de Telma Costa, Lisboa: Teorema.
- DUBY, Georges (1996^b), *As Damas do Século XII. 2. Lembrança das Antepassadas*, trad. de Telma Costa, Lisboa: Teorema.
- DUBY, Georges (1997), *As Damas do Século XII. 3. Eva e os Padres*, tradução de Telma Costa, Lisboa: Teorema.
- ELIADE, Mircea (1982), *Forgerons et alchimistes*, Paris: Flammarion.
- ELIADE, Mircea (1995), *Aspects du mythe*, Paris: Gallimard.
- ETIENVRE, Jean-Pierre (ed.) (1989), *Le Temps du récit. Colloque organisé à la Casa de Velázquez les 14, 15 et 16 janvier 1988*, Madrid: Casa de Velázquez.
- FARAL, Edmond (1982), *Les Arts poétiques du XIIe et du XIIIe siècle. Recherches et documents sur la technique littéraire du Moyen Age*, Genève/Paris: Slatkine/Champion [1924].
- FARIA, António Machado de (1972), "Introdução", in *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- FERREIRA, Isabel Maria Sabido (1995), *No Silêncio das Palavras (Mulheres nos Livros de Linhagens)*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [tese policopiada].
- FERRO, Maria José Pimenta (1983), "A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a Sua Actuação em 1383-1385", in *Revista de História Económica e*

- Social*, 12, pp. 45-89.
- FINAZZI-AGRÒ (1993^a), “Autor”, in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 74-75.
- FINAZZI-AGRÒ (1993^b), “Influências e Intertextualidade”, in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 326-328.
- FOUCAULT, Michel (1969), *L'Archéologie du savoir*, Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1995), *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris: Gallimard [1972].
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1915), “Introdução”, in *Cronica del Rei Dom Joham I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o Decimo. Parte Primeira. Escrita por Fernão Lopes*, Lisboa: Arquivo Histórico Português [reimpressão Lisboa: I.N.-C.M., 1977].
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa: I.N.-C.M. [1930].
- FRITZ, Jean-Marie (1992), *Le Discours du fou ao Moyen Age*, Paris: PUF.
- GARCÍA ANTEZANA, Jorge (1967), “Un aspecto estilístico de la oración concesiva en la *Crónica de don Álvaro Luna*”, in *Bulletín de la Real Academia Española*, XLVII, Madrid, pp. 499-509.
- GARRATY, John A. (1958), *The Nature of Biography*, London: Jonathan Cape.
- GAUCHER, Elisabeth (1993), “Entre l'histoire et le roman: la biographie chevaleresque”, in *Revue des langues romanes. Ecrire l'histoire à la fin du moyen age*, 1, Paris, pp. 15-29.
- GAUCHER, Elisabeth (1994), *La Biographie chevaleresque. Typologie d'un genre (XIII^e-XV^e siècles)*, Paris: Champion.
- GAUTIER, Léon (1895), *La Chevalerie*, Paris: Sanard et Derangeon [consultei a edição fac-similada, Puiseaux: Pardès, 1994].
- GENETTE, Gérard (1972), *Figures III*, Paris: Seuil.
- GENETTE, Gérard (1979), *Introduction à l'architexte*, Paris: Seuil.

- GENETTE, Gérard (1982), *Palimpsestes. La Littérature au second degré*, Paris: Seuil.
- GENETTE, Gérard (1983), *Nouveau discours du récit*, Paris: Seuil.
- GENETTE, Gérard (1991), *Fiction et diction*, Paris: Seuil.
- GOMES, J. Pinharanda (1989), "O Galaaz do Carmelo. Heroísmo e Santidade", *in* *Comemoração dos 600 Anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa. Actas do Colóquio Comemorativo*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 21-86.
- GOMES, Rita Costa (1993), "Zurara, Gomes Eanes de", *in* TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 687-690.
- GOMES, Rita Costa (1995), *A Corte dos Reis Portugueses no Final da Idade Média*, Linda-a-Velha: Difel.
- GUENÉE, Bernard (1980), *Histoire et culture historique dans l'occident médiéval*, Paris: Aubier-Montaigne.
- GUREVITCH, Aron I. (1990), *As Categorias da Cultura Medieval*, tradução de João Gouveia Monteiro, Lisboa, Caminho.
- HEFFERNAN, Thomas J. (1988), *Sacred Biography. Saints and Their Biographers in the Middle Ages*, N. Y.-Oxford: Oxford University Press.
- HUIZINGA, Johan (1985), *O Declínio da Idade Média*, tradução de Augusto Abelaira, s/l: Ulisseia [1924].
- HUTCHINSON, Amélia P. (1995), "Nun'Álvares Pereira: a Portuguese Hero in the Arthurian Mold", *in* EARLE, T. F. e Nigel GRIFFIN (orgs.), *Portuguese, Brazilian and African Studies. Studies Presented to Clive Willis on his Retirement*, Warminster: Aris & Phillips, pp. 55-68.
- JABOUILLE, Victor (1993), *Do Mythos ao Mito. Uma Introdução à Problemática da Mitologia*, Lisboa: Cosmos.
- JABOUILLE, Victor (1994²), *Iniciação à Ciência dos Mitos*, Lisboa: Editorial Inquérito [1986].
- JACKSON, Stanley W. (1989), *Historia de la melancolía y la depresión desde*

- los tiempos hipocráticos a la época moderna*, tradução de Consuelo Vázquez de Parga, Madrid: Turner [1986].
- JAUSS, Hans Robert (1978), *Pour une esthétique de la réception*, tradução de Claude Maillard, Paris: Gallimard.
- JÚDICE, Nuno (1991), *O Espaço do Conto no Texto Medieval*, Lisboa: Vega.
- KAPPLER, Claude (1980), *Monstres, démons et merveilles à la fin du moyen age*, Paris: Editions Payot.
- KEEN, Maurice (1986), *La caballería*, Barcelona, Editorial Ariel.
- KLIBANSKY, Raymond, Erwin PANOFSKY e Fritz SAXL (1989), *Saturne et la mélancolie. Études historiques et philosophiques: nature, religion, médecine et art*, tradução de Fabienne Durand-Bogaert e Louis Evrard, Paris: Gallimard.
- KÖHLER, Erich (1974), *L'Aventure chevaleresque. Idéal et réalité dans le roman courtois*, tradução de Eliane Kaufholz, prefácio de Jacques Le Goff, Paris: Gallimard [1956].
- KRUS, Luís (1986^a), "Álvaro Gonçalves Pereira", in PEREIRA, José Costa (coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Alfa, pp.99-100.
- KRUS, Luís (1986^b), "Gonçalo Gonçalves Pereira", in PEREIRA, José Costa (coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Alfa, p.100.
- KRUS, Luís (1993), "Crónica da Conquista do Algarve", in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, p. 176.
- KRUS, Luís (1994), *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa: Gulbenkian/J.N.I.C.T.
- LAHARIE, Muriel (1991), *La Folie au moyen-âge. XI^e - XIII^e siècles*, Paris: Le Léopard d'Or.
- LAPA, M. Rodrigues (1981¹⁰), *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, edição revista pelo autor, Coimbra: Coimbra Editora [

- LARANJINHA, Ana Sofia (1997), "Um Microcosmos Textual? O Episódio do Pentecostes do Graal na *Demanda Portuguesa*", in RIBEIRO, Cristina de Almeida e Margarida MADUREIRA (coord.), *O Género do Texto Medieval*, Lisboa: Cosmos, pp. 85-96.
- LE GOFF, Jacques (1984), "Memória", in *Enciclopédia Einaudi. Volume 1: Memória*, coordenação da edição portuguesa por Fernando Gil, tradução de Bernardo Leitão e Irene Ferreira, Lisboa: I.N.-C.M., pp. 11-50.
- LE GOFF, Jacques (1989), *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, tradução de António José Pinto Ribeiro, Lisboa: Edições 70 [1983].
- LE GOFF, Jacques (apres.) (1991), *As Doenças Têm História*, tradução de Laurinda Bom, Mem Martins: Terramar [1985].
- LESKY, Albin (1995), *História da Literatura Grega*, tradução de Manuel Losa, Lisboa: Gulbenkian [1971³].
- LIDA DE MALKIEL, Maria Rosa (1983), *La idea de la fama en la Edad Media castellana*, México-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica [1952].
- LIMA, Jacinto Manso de Lima (1929), *Famílias de Portugal*, vol. IX, Lisboa: s/ed.
- LOMAX, Derek W (1961), "A Lost Mediaeval Biography: the *Corónica del Maestro Pelayo Pérez*", in *Bulletin of Hispanic Studies*, vol. XXXVIII, nº2, April, pp. 153-154.
- LÓPEZ ESTRADA, F. (1987⁵), *Introducción a la literatura medieval española*, Madrid: Editorial Gredos [1952].
- LOT-BORODINE, Myrrha (1979), *De l'amour profane à l'amour sacré. Etudes de psychologie sentimentale au Moyen Age*, Paris: Librairie Netz [1961].
- LUKÁCS, Georg (1995), *La Théorie du roman*, tradução de Jean Clairevoye, Paris: Gallimard [1920].
- MACHADO, J. Montalvão (1964), *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança. Sua Vida e sua Obra*, Lisboa: ed. do Autor.

- MACHADO, José Pedro (1979), "Comentários", in *Crónica da Conquista do Algarve (1) — Texto de 1792*, separata do nºVIII dos *Anais do Município*, Faro: Câmara Municipal.
- MADÉLÉNAT, Daniel (1984), *La Biographie*, Paris: PUF.
- MADÉLÉNAT, Daniel (1986), *L'Épopée*, Paris: PUF.
- MADÉLÉNAT, Daniel (1989), "Biographie", in *Encyclopaedia Universalis. Corpus 4*, Paris, pp. 158-159.
- MARCHELLO-NIZIA, Christiane (1986), "L'Historien et son prologue: forme littéraire et stratégies discursives", in POIRION, Daniel (org.), *La Chronique et l'histoire au moyen age. Colloque des 24 et 25 mai 1982*, Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, pp.13-25.
- MARTÍNEZ RUIZ, Bernabé (1944) "La investidura de armas en Castilla", in *Cuadernos de historia de España*, I e II, pp. 190-221.
- MARTINS, Mário (1979), *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*, Lisboa: I.C.P.
- MARTINS, Oliveira (1983), *Os Filhos de D. João I*, Lisboa: Guimarães Editora [1891].
- MATTOSO, José (1977), "O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa", in *Santo Tirso. Boletim cultural concelhio*, 1, pp. 110-119.
- MATTOSO, José (1980^a), "Introdução", in *Livros Velhos de Linhagens*, edição de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa: Academia das Ciências, 1980, *Portugaliae Monumenta Historica-Nova Série*, vol. I.
- MATTOSO, José (1980^b), "Introdução", *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição de José Mattoso, Lisboa: Academia das Ciências, 1980, *Portugaliae Monumenta Historica-Nova Série*, vols. II-1 e II-2.
- MATTOSO, José (1983), Introdução e comentários in *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa: I.N.-C.M.
- MATTOSO, José (1985^a), "A Nobreza e a Revolução de 1383", in AAVV, *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Jornadas de História Medieval*, Lisboa: História & Crítica, pp. 391-400.

- MATTOSO, José (1985^b), *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa: Guimarães Editores.
- MATTOSO, José (1987²), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa: Estampa [1980].
- MATTOSO, José (1988), *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa: Estampa.
- MATTOSO, José (1990²), *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa: Estampa [1987].
- MATTOSO, José (1991^d), *Identificação de um País. Ensaio Sobre as Origens de Portugal 1096-1325 (I. Oposição; II. Composição)*, Lisboa: Estampa [1985].
- MATTOSO, José (1994), "Prefácio", in KRUS, Luís, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa: Gulbenkian/J.N.I.C.T., pp. 7-9.
- MATTOSO, José (dir.) (1995), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa: Sá da Costa.
- MATTOSO, José e Armindo de SOUSA (1993), *História de Portugal. Segundo Volume: A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- MAURÍCIO, Domingos (1928), "Para a História do Culto do B. Nun'Álvares: um Documento Inédito", in *Brotéria*, vol. VII, pp. 393-399.
- MENDES, Joaquim (1991), *Chronica da Tomada desta Cidade de Lixboa aos Mouros e da Fundaçam deste Moesteiro de Sam Vicente. Estudo e Edição*, Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova [tese policopiada].
- MENDES, Joaquim (1993), "Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente", in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 177-179.
- MEYER, Paul (1901), "Introduction", in *L'Histoire de Guillaume le Maréchal*, Paris: Renouard, vol. 3.
- MINER, Earl (1992), "The Fiction of Fact, the Fact of Fiction", in *Dedalus*, 2,

Lisboa:Cosmos, pp. 13- 21.

- MIRANDA, Alberto (1993), "Introducción", in DIÉZ DE GAMES, Gutierre, *El Victorial*, edição crítica, Madrid: Cátedra.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro (1993), *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, dissertação para doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto [texto policopiado].
- MOMIGLIANO, Arnaldo (1983), *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, tradução por AA. VV, Paris: Gallimard [1978].
- MOMIGLIANO, Arnaldo (1991), *Les Origines de la biographie en Grèce ancienne*, (o fontispício apresenta o título: *La Naissance de la biographie en Grèce ancienne*), tradução de de Estelle Oudot, Strasbourg: Circé [1971].
- MOMIGLIANO, Arnaldo (1992), *Les Fondations du savoir historique*, tradução de Isabelle Rozenbaumas, Paris: Les Belles Lettres [1990].
- MONTEIRO, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes. Texto e Contexto*, Coimbra: Livraria Minerva.
- MONTEIRO, João Gouveia (1989), *Fernão Lopes e os Cronistas Coevos. O Caso da Cronica do Condestabre*, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra: Faculdade de Letras.
- MONTERO GARRIDO, Cruz (1995), *La Historia, creación literaria. El ejemplo del cuatrocientos*, Madrid: Seminario Menéndez Pidal-Universidad Complutense.
- MORSE, Ruth (1985), "Medieval Biography: History as a branch of Literature", in *The Modern Language Review*, vol. 80, part 2, April, pp. 257-268.
- NADEL, Ina Bruce (1983), "Biography and Four Master Tropes", in *Biography*, vol. 6, nº 4., Fall, pp. 307-315.
- NASCIMENTO, Aires A. (1993^a), "Hagiografia", in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e*

- Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 307-310.
- NASCIMENTO, Aires A. (1993^b), “*Vida de S. Teotónio*”, in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 669-671.
- NUNES, Irene Freire (1997), *Le Graal ibérique et ses rapports avec la littérature française*, thèse présentée à l'Université de Paris IV en vue de l'obtention du degré de Docteur d'Etat, Paris: Presses Universitaires du Septentrion.
- OLLIER, Marie-Louise (ed.) (1998), *Masques et déguisements dans la littérature médiévale*, Montréal/Paris: Les Presses de l'Université de Montréal/Vrin.
- OREJUDO, Antonio (1993), *Cartas de batalla*, edição, introdução e notas, Barcelona: PPU.
- PASTOUREAU, Michel (1989), *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, Séculos XII e XIII)*, tradução de Paulo Neves, São Paulo: Companhia das Letras [1976].
- PAVEL, Thomas (1988), *Univers de la fiction*, tradução do autor, Paris: Seuil [1986].
- PAYEN, Jean-Charles (1980), "L'enfance occultée: note sur un problème de typologie littéraire au moyen-âge", in *Sénéfiance*, 9: *L'Enfant au moyen âge*, Aix-en-Provence, pp. 177-198.
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves (1915^a), “A Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira”, in *Boletim da Segunda Classe*, vol. IX, Lisboa: Academia das Ciências, pp. 380-389.
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves (1915^b), “Vida de Gomes Eannes de Zurara”, in ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Lisboa: Academia das Ciências.
- PEREIRA, Maria Helea da Rocha (1990²), *Estudos de História da Cultura Clássica. II. Cultura Romana*, Lisboa: Gulbenkian [1984].
- PEREIRA, Maria Helea da Rocha (1993⁷), *Estudos de História da Cultura*

- Clássica. I. Cultura Grega*, Lisboa: Gulbenkian [1970].
- PESTANA, Manuel Inácio (1996), *O Arquivo Histórico da Casa de Bragança. História Sumária de um Notável Acervo Documental*, Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- PIMENTA, Belisário (1923), *Nun' Álvares Chefe Militar*, Coimbra: Académica Editora.
- PINA, Isabel Castro (1993), "Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média", in *Penélope*, 12, Lisboa: Cosmos, pp. 9-26.
- Poétique*, 49: *Le Texte de l'histoire*, Paris: Seuil (1982).
- Poétique*, 63: *Le Biographique*, Paris: Seuil (1985).
- POIRION, Daniel (dir.) (1983), *Précis de littérature française du moyen age*, Paris: P.U.F.
- POIRION, Daniel (org.) (1986), *La Chronique et l'histoire au moyen-age. Colloque des 24 et 25 mai 1982*, Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- REBELO, Luís de Sousa (1983), *A Conceção do Poder em Fernão Lopes*, Lisboa: Livros Horizonte.
- REIS, Carlos (1992), "Fait historique et référence fictionnelle: le roman historique", in *Dedalus*, 2, Lisboa: Cosmos, pp. 141-147.
- RIBARD, Jacques (1984), *Le Moyen âge. Littérature et symbolisme*, Paris: Champion.
- RICOEUR, Paul (1983), *Temps et récit. 1. L'intrigue et le récit historique*, Paris: Seuil.
- RICOEUR, Paul (1984), *Temps et récit. 2. La Configuration dans le récit de fiction*, Paris: Seuil.
- RICOEUR, Paul (1985), *Temps et récit. 3. Le Temps raconté*, Paris: Seuil.
- RILEY, Carlos Guilherme (1985), "Aspectos da Componente Juvenil da Fidalguia no Contexto da Crise de 1383-85", in AAVV, *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Jornadas de História Medieval*, Lisboa: História & Crítica, pp. 297-305.

- RILEY, Carlos Guilherme (1988), *Sobre a Caça Medieval*, separata de *Estudos Medievais*, Porto: Centro de Estudos Humanísticos / Secretaria de Estado da Cultura (Delegação Regional do Norte).
- ROBREAU, Yvonne (1981), *L'Honneur et la honte*, Genève: Droz.
- RODRIGUES, António dos Reis (1985), *Nun' Álvares Condestável e Santo*, Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.
- RÖHRICH, Lutz (1991), *Folktales and Reality*, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- ROSÁRIO, Fernando M. do (1977), "Um Retrato de Nuno Álvares Pereira na Igreja do Carmo em Génova", in *Estudos Italianos*, 40-41-42, Lisboa: Instituto Italiano di Cultura in Portogallo (1977-1978-1979)., pp. 107-118.
- RUBIM, Nuno José V. (1986), *Sobre a Possibilidade Técnica do Emprego de Artilharia na Batalha de Aljubarrota*, separata da *Revista da Artilharia*, Lisboa.
- RUSSELL, P. E. (1941), *As Fontes de Fernão Lopes*, trad. de A. Gonçalves Rodrigues, Coimbra: Coimbra Editora.
- SÁNCHEZ MARÍN, José Antonio (1991), *Biografía de poetas latinos*, Madrid: Ediciones Clásicas.
- SANTOS, Maria Irene R. S. (1992), "History, the Tramp, and the Trap of Fiction", in *Dedalus*, 2, Lisboa:Cosmos, pp. 177-189.
- SARAIVA, António José (1971), "O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro", in *Boletim de Filologia*, vol. 22, fasc. 1-2, Lisboa, pp. 1-16.
- SARAIVA, António José (1988), *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa: Gradiva.
- SARAIVA, António José e Óscar LOPES (1987¹⁴), *História da Literatura Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
- SCHABERT, Ina (1982), "Fictional Biography, Factual Biography and their Contaminations", in *Biography*, vol. 5, nº1, Winter, pp. 1-26.
- SCHAEFFER, Jean-Marie (1989), *Qu'est-ce qu'un genre littéraire?*, Paris:

Seuil.

- SCHWALM, David E. (1980), "Locating Belief in Biography", in *Biography*, vol. 3, nº 1, Winter, pp. 14-27.
- SCHWARTZ, Hillel (1992), *Os Finais de Século. Lenda, Mito, História de 990 ao Ano 2000*, tradução de Jorge Pinheiro, Lisboa: Difusão Cultural [1990].
- SELVAGEM, Carlos (1991), *Portugal militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa: I.N.-C.M.
- SOARES, Cecília de F. Goucha (1993), "Vida de S. Barlaão e S. Josafá", in TAVANI, Giuseppe e Giulia LANCIANI (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 664-665.
- SOUSA, António Caetano de (1735-1748), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 12 tomos, Lisboa.
- SOUSA, António Caetano de (1933²), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 tomos, Lisboa [1739-1748].
- STANESCO, Michel (1988), *Jeux d'errance du chevalier médiéval. Aspects ludiques de la fonction guerrière dans la littérature du moyen age flamboyant*, Leiden-N. Y.-Köln: E. J. Brill.
- SUBRENAT, Jean (1978), "La place de quelques petits enfants dans la littérature médiévale", in *Mélanges Jeanne Lods*, I, Paris: Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles, pp. 547-557.
- TAROUCA, Carlos da Silva (1948), "Onde Está o Rol dos Milagres do Bº Nuno Álvares Pereira, Escrito por Gomes Eanes de Zurara?", in *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, vol. XLVII, fascs. 2-3, Lisboa, pp. 155-163.
- TAROUCA, Carlos da Silva (1949), *O Santo Condestável Pode Ser Canonizado?*, separata de *Brotéria*, vol. XLIX, fasc. 2-3, Agosto-Setembro.
- TODOROV, Tzvetan (1992), *As Morais da História*, tradução de Helena Ramos, Mem Martins: Publicações Europa-América [1991].

- TYSON, Diana B. (1975), "Introduction", in *La Vie du Prince Noir by Chandos Herald*, Tübingen: Max Niemeyer.
- ULLMANN, Walter (1966), *The Individual and Society in the Middle Ages*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- VALDÉS, Mario J. (1992), "Crossing the Boundary between Fact and Fiction in History and Literature", in *Dedalus*, 2, Lisboa:Cosmos, pp. 23-29.
- VENTURA, Margarida Garcez (1992), *O Messias de Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)*, Lisboa: Cosmos.
- VEYNE, Paul (1987), *Acreditaram os Gregos nos Seus Mitos?*, tradução de António Gonçalves, Lisboa: Edições 70 [1983].
- VEYNE, Paul (1987), *Como se Escreve a História*, tradução de António José da Silva Moreira, Lisboa: Edições 70 [1971].
- WERMERS, Manuel Maria (1960), *Nun'Álvares Pereira. A Sua Cronologia e o Seu Itinerário*, separata de *Lusitania Sacra*, Tomo V, 1960-61, Lisboa.
- WHITE, Hayden (1973), *Metahistory: the Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore-London: Johns Hopkins University Press.
- YATES, Frances A. (1975), *L'Art de la mémoire*, tradução de Daniel Arasse, Paris: Gallimard [1966].
- ZUMTHOR, Paul (1972), *Essai de poétique médiévale*, Paris: Seuil.
- ZUMTHOR, Paul (1981), *Histoire littéraire de la France médiévale (Vie-XIVe siècles)*, Genève: Slatkine.
- ZUMTHOR, Paul (1986), "Y a-t-il une «littérature» médiévale?", in *Poétique*, 66, Paris: Seuil.
- ZUMTHOR, Paul (1993), *La Mesure du monde*, Paris: Seuil.

